



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente
CENTRO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, TRABALHO, AMBIENTE E SAÚDE
CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO

**RESISTÊNCIA CAMPONESA,
CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA/ PERTENCIMENTO A CLASSE
TRABALHADORA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL
DO PARANAPANEMA-SP**

Doutorando: Sidney Cássio Todescato Leal

Orientador: Antonio Thomaz Junior

Presidente Prudente, agosto de 2023

Sidney Cássio Todescato Leal

**RESISTÊNCIA CAMPONESA,
CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA/ PERTENCIMENTO A CLASSE
TRABALHADORA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO PONTAL DO
PARANAPANEMA-SP**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG), da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente/UNESP, Campus de Presidente Prudente, com vistas à apreciação da Banca Examinadora. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo: 2018/16840-1.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior

Presidente Prudente, agosto de 2023

L435r

Leal, Sidney Cássio Todescato

Resistência camponesa, construção da consciência/pertencimento a classe trabalhadora nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP / Sidney Cássio Todescato Leal. -- Presidente Prudente, 2023

214 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientador: Antonio Thomaz Junior

1. Camponeses assentados. 2. Pontal do Paranapanema. 3. pertencimento de classe. 4. plasticidade do trabalho. 5. ações político-organizativas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO


TÍTULO DA TESE: Resistência camponesa, construção da consciência/pertencimento a classe trabalhadora nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema

AUTOR: SIDNEY CÁSSIO TODESCATO LEAL


ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR (Participação Presencial)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Campus de Presidente Prudente

Documento assinado digitalmente
 ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Data: 25/10/2023 15:39:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL (Participação Virtual)
Coordenadoria de Curso de Geografia / Unesp/FCTE - Campus de Ourinhos

Documento assinado digitalmente
 MARCELO DORNELIS CARVALHAL
Data: 09/10/2023 09:36:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. GUILHERME MARINI PERPETUA (Participação Virtual)
Pós-doutorando / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Documento assinado digitalmente
 GUILHERME MARINI PERPETUA
Data: 06/10/2023 16:38:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. ROBINZON PIÑEROS LIZARAZO (Participação Virtual)
Facultad de Educación / Universidad Surcolombiana: Neiva, Huila, Colômbia

Documento assinado digitalmente
 ROBINZON PINEROS LIZARAZO
Data: 17/10/2023 13:32:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. DJONI ROOS (Participação Virtual)
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras - CCHEL / Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Documento assinado digitalmente
 DJONI ROOS
Data: 06/10/2023 15:45:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Presidente Prudente, 25 de agosto de 2023

*A meus pais, irmãos e amigos, estes que fazem parte da classe trabalhadora
e lutam diariamente por uma sociedade emancipada do capital!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Sandra e Sidney pela força e apoio de sempre e aos meus irmãos Carol (minha guitarra humana) e Chico, menino sensível e sonhador. Meu muito obrigado!

Aos amigos Dra. Lúcia e Dr. Márcio, nunca imaginei que agradeceria os esforços de vocês comigo para o ingresso na Universidade, em uma tese de doutorado.

Ao meu amigo Abel, quem diria que um dia te agradeceria em uma tese.

À Moradia Estudantil, sem ela não chegaria até aqui!

Aos amigos da república Comitiva/Xamego

Ao Rodolfo, meu fisioterapeuta preferido!

À Day, que para ela sou “Si vi vi”, pelas conversas e apoios emocionais mesmo à distância.

A todos os meus colegas do CEGeT

Ao Diógenes; o cara que está em todos os lugares ao mesmo tempo

Ao Robinzon, Malena, Yolima e Luciano (minha família colombiana)

À Soninha, a minha mãe e do Diógenes no CEGeT, segundo o Thomaz ela nos acostumou mal

Ao Divino, “Boneco de Olinda” que me atura nas piadas. Sempre disposto a ajudar

Ao Thiago e Larissa, sempre disponíveis para ajudar e meus companheiros de churrasco

Ao Campesino, ajudar está no seu DNA!

À Maria, que nos fortaleceu com sua coragem nessa trajetória;

À Beatriz Polizeli, professora;

Ao Heck (Justin); pelos Pink Floyds da vida

Ao João Pimenta, também pelos Pink Floyds da vida

Ao Daniel; o cara mais pidoncho do CEGeT

À Esther pela coragem militante.

Ao Guilherme Marini, sempre contribuindo com as leituras e incentivos, mesmo com um exército de filhos para cuidar.

À Bibiana, que me convenceu a ser representante discente ao seu lado. Se eu soubesse...

Ao Cacá, um companheiraço para todos os momentos da vida; inclusive festas no seu “resort”

Ao Ian, irmão em todos os momentos e lugares (CEMOSi, butecos, churrasco);

À Patrícia, pelos aprendizados com a disciplina e respeito às vontades;

À Marcia ou melhor, “ooh Marrrcia”, que me aturou durante um ano na Rep. Revolução, nas minhas manhãs sem palavras antes do café, e que sempre me dizia, “coloca um -punto-final nisso aí”

Ao Jesus (Agregado na Rep. Revolução por causa da Marcia) que sempre me incentivava a comer quando estava escrevendo, mas eu não comia

À Cássia, minha xará, amiga de Rep, do CEGeT e de todas as loucuras

À Hellen minha irmã no CEGeT. Sem o nosso companheirismo e seus ensinamentos, eu não ia conseguir. Com certeza sou outro homem, depois dos aconselhamentos dela.

Ao orientador Thomaz, o ser mais teimoso que conheço na face da terra. Ele teimou comigo que eu ia conseguir, e eu consegui! Obrigado por além de ser orientador, ser amigo!

À Pilar, minha amiga bagaceira, a única! Que me chama de “ooooh Sidãozinho” e que mesmo distante, na Espanha, está todos dos dias perto de mim.

À minha prima Amanda, companheira de casa e cerveja. Essa me incentivou em grande parte nesse doutorado, abrindo a boca para dizer a todos, sempre, “ele acorda todos os dias primeiro que eu para trabalhar em casa e eu não conseguiria trabalhar assim”, para mim essa fala carrega um significado enorme.

À Desirée (Desi) que durante quatro anos, que estivemos juntos, foi minha companheira nos momentos felizes e também nos momentos de crise, relacionados a tese e aos problemas da vida. Ela contribuiu sobremaneira com o seu carinho, sensibilidade e apoio, para que essa tese se construísse. E ainda, me presenteou com a sua mãe, Margot. Sem palavras!

À minha psicóloga, que me ensinou a lidar com as ansiedades, aumentadas, em decorrência do doutorado e dos problemas familiares nesse período. Os seus ensinamentos sempre serão necessários.

À minha fitoterapeuta Lia, a “Bruxa” que com os seus chás e indicações fitoenergéticas me proporcionou melhor qualidade de saúde física e mental nesse doutorado.

À Rebeca (Bixo), amiga, que mesmo de outra área (Fisioterapia) foi parceira de debates da utopia revolucionária.

Aos professores da FCT/UNESP e outros, que ao longo desses anos se esforçaram para que eu compreendesse ou não o que é Geografia.

Aos camponeses assentados que me receberam em suas casas e me fortalecem a cada dia para continuar lutando por uma sociedade emancipada.

Aos funcionários da FCT/UNESP que nunca mediram esforços para me ajudar e atender as minhas solicitações, em especial: Tamae, a inteligência da FAPESP na FCT; A Aline, sem ela o PPGG não estaria de pé e, ao Adriano que além dos cafezinhos, sempre me ajuda com as burocracias de um grupo de pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

*[...] O homem coletivo sente a necessidade de lutar
o orgulho, a arrogância, a glória
Enche a imaginação de domínio
São demônios, os que destroem o poder bravo da humanidade
Viva Zapata!
Viva Sandino!
Viva Zumbi!
Antônio Conselheiro!
Todos os panteras negras
Lampião, sua imagem e semelhança
Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia[...]*

(Trecho de “Monologo ao pé do ouvido” - Nação Zumbi; Autoria: Chico Science)

RESUMO

Esta tese é resultado da pesquisa de doutorado intitulada “Organização, Resistência e Pertencimento de Classe nos Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema-SP¹”, que teve como objetivo apreender o processo de construção da consciência/pertencimento a classe trabalhadora dos camponeses assentados, que vivenciaram e vivenciam inserções ocupacionais/laborais, processos de lutas intensas, com aprendizados próprios no âmbito da plasticidade do trabalho, que os impõem/motivam o retorno ou a busca do acesso à terra para viver e trabalhar. Nesse processo de construção os camponeses assentados participam coletivamente de ações político-organizativas que objetivam a resistência na terra, condição para a viabilização da produção, da comercialização de alimentos, processo esse que requer atuações perenes para a manutenção e ampliação das políticas públicas relacionadas à melhoria das condições de vida e trabalho na terra, no lote e, com vistas a garantir a produção e circulação de alimentos. Ao mesmo tempo, vêm protagonizando relações que fortalecem vínculos de classe com trabalhadores pobres, desempregados e em situação de insegurança alimentar, esses, sem-terras acampados e moradores nos centros urbanos. Isto, pois, considerando a amplitude e dimensão dos conflitos com os quais os camponeses assentados se defrontam para continuar apostando na reprodução da vida na terra, ou sua manutenção/permanência no lote, como expressão de luta e resistência, seja diante do direcionamento político e econômico que o Estado proporciona ao modelo agroindustrial vigente no Brasil, em detrimento da reprodução camponesa, da produção de alimentos, seja diante da dinâmica territorial destrutiva do agrohidronegócio canavieiro.

Palavras chave: camponeses assentados; Pontal do Paranapanema; pertencimento de classe; plasticidade do trabalho; ações político-organizativas

RESUMEN

Esta tesis es resultado de la investigación de doctorado titulada “Organización, Resistencia y Pertenencia de Clase en los Asentamientos Rurales de Pontal do Paranapanema-SP”, que tuvo como objetivo aprehender el proceso de construcción de la conciencia/pertenencia a la clase trabajadora de los campesinos asentados, que vivieron y viven inserciones ocupacionales/laborales, procesos de intensas luchas, con aprendizajes propios en el ámbito de la plasticidad del trabajo, que les imponen/motivan a regresar o buscar el acceso a la tierra para vivir y trabajar. En este proceso de construcción, los campesinos asentados participan colectivamente de acciones político-organizativas que apuntan a la resistencia sobre la tierra, condición para la viabilidad de la producción y comercialización de alimentos, proceso que requiere acciones perennes para el mantenimiento y ampliación de las políticas públicas relacionadas a la mejora de las condiciones de vida y de trabajo en la tierra, en la parcela y, con miras a asegurar la producción y circulación de alimentos. Al mismo tiempo, han venido propiciando relaciones que fortalecen lazos de clase con trabajadores pobres, desempleados y en situación de inseguridad alimentaria, estos, campistas sin tierra y residentes de centros urbanos. Ello, por tanto, considerando la amplitud y dimensión de los conflictos a los que se enfrentan los campesinos asentados para seguir apostando a la reproducción de la vida en la tierra, o a su mantenimiento/permanencia en el lote, como expresión de lucha y resistencia, ya

¹ Projeto de pesquisa financiado pela FAPESP (Processo 2018/16840-1).

sea en frente a las políticas y que el Estado brinda al actual modelo agroindustrial en Brasil, en detrimento de la reproducción campesina, la producción de alimentos, o frente a las dinámicas territoriales destructivas del agrohidronegocio cañero.

Palavras clave: campesinos asentados; Pontal do Paranapanema; pertenencia a clase; plasticidad del trabajo; acciones político-organizativas

LISTA DE SIGLAS

- ABRA** = Associação Brasileira da Reforma Agrária
- ADUNESP**= Associação dos Docentes da Unesp-Presidente Prudente
- AGB** = Associação dos Geógrafos Brasileiros
- AAMA**= Associação dos Assentados do Margarida Alves
- AFITESP** = Associação dos Funcionários da Fundação ITESP
- APAR**= Associação de Produtores Assentados da Rodeio
- ARCA** = Associação Regional de Cooperação Agrícola
- ATER**= Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNDS** = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- BRATAC** = Brazil Takushoku Kumiai
- CadÚnico** = Cadastro Único para Programas Sociais
- CATI**= Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CDAF** = Compra Direta da Agricultura Familiar
- CDS** = Compra com Doação Simultânea
- CEGeO** = Curso Especial de Graduação em Geografia
- CEGeT** = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
- CEMOSi** = Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes"
- CEETAS** = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde
- COOESP** = Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal
- CONAB** = Companhia Nacional de Abastecimento
- CONTAG** = Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura
- CESP**= Companhia Energética do Estado de São Paulo
- CNPJ** = Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- CNPQ** = Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPR - Estoque** = Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
- CUT** = Central Única dos Trabalhadores
- CPT**= Comissão Pastoral da Terra
- CRAS** = Centro de Referência de Assistência Social
- DAP** = Declaração de Aptidão ao Pronaf
- DATALUTA** = Banco de Dados da Luta pela Terra
- DIEESE** = Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNTR = Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

EaD = Educação a distância

EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER = Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENFF = Escola Nacional Florestan Fernandes

FEPASA = Ferrovia Paulista S/A

FPTAI = Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas

FETAESP = Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FNL = Frente Nacional de Luta Campo e Cidade

GADIS = Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial

GGPAA = Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

IBRA = Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA = Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário

IPE = Instituto de Pesquisas Ecológicas

IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITESP = Instituto de Terras do Estado de São Paulo

LABGEA = Laboratório de Geografia Agrária do Departamento de Geografia

LBGS = Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde

LOA = Lei Orçamentária Anual

MAB = Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA = Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MESA = Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MPA = Movimento dos Pequenos Agricultores

MST = Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTD = Movimento dos Trabalhadores Desempregados

NEAPO = Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema

NERA = Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

OMUS = Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos

PA = Projeto de Assentamento

PAB = Programa Alimenta Brasil

PCB = Partido Comunista Brasileiro

PNAE = Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF = Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNPB = Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PNPPS = Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

PNRA = Plano Nacional de Reforma Agrária

POF = Pesquisa de Orçamento Familiar

PPAIS = Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social

PROALCOOL = Programa Nacional do Álcool

PROCERA = Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA = Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PQA = Paradigma da Questão Agrária

PT = Partido dos Trabalhadores

RCP = Rede CEGeT de Pesquisadores

RenovaBIO = Política Nacional de Biocombustíveis

REFRICON = Refricon Mercantil

SAGI = Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SIM = Serviço de Inspeção Municipal

SINTRAPP = Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Presidente Prudente e Região

SENAR = Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUPRA = Superintendência de Política Agrária

TC = Tempo Comunidade

TE = Tempo Escola

UDR = União Democrática Ruralista

ÍNDICE DE FIGURAS	Págs.
Figura 1: Seleção de trecho de entrevista e nomeação através dos conceitos	49
Figura 2: Análise qualitativa das entrevistas: categorias e conceitos	50
Figura 3: Visualização da “categoria” classe trabalhadora no <i>Atlas Ti</i>	51
Figura 4: Croqui de assentamentos em agrovila	85
Figura 5: Croqui de assentamento com lotes individuais	86
Figura 6: Esterco de gado amontoado próximo a horta para adubação - Assentamento Rodeio (2019)	100
Figura 7: Plantação de bananeiras com capim napier ao redor – Assentamento Margarida Alves -2019	101
Figura 8: Produção integrada de banana, abacaxi, melancia e mandioca.	102
Figura 9: Entrega das “Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal” (2019)	164
Figura 10: Folder de divulgação dos alimentos das “Cestas”, 2020	165
Figura 11: Produtos Alternativos das Cestas Raízes do Pontal (2020)	166
Figura 12: Divulgação da Feira da Reforma Agrária no “Galpão da Lua” - 2020	168
Figura 13: Campanha Natal Solidário – Pontal do Paranapanema - 2020	174

ÍNDICE DE GRÁFICOS	Págs.
Gráfico 1: Recursos destinados ao PAA em milhões de reais entre 2003 e 2020	153

ÍNDICE DE MAPAS	Págs.
Mapa 1: Territorialização dos Assentamentos Rurais; das Terras Devolutas e Griladas, no Pontal do Paranapanema-SP.	33
Mapa 2: Número de famílias camponesas assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema de 2010 a 2020	151

ÍNDICE DE QUADROS	Págs.
Quadro 1: Número de famílias camponesas assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Sudeste do Brasil e no Pontal do Paranapanema (2012 e 2019).	153
Quadro 2: : Ações divulgadas de doações de alimentos durante a pandemia da Covid-19 protagonizada por camponeses e movimento sociais	172
Quadro 3: Número pessoas assistidas pelo CadÚnico no Pontal do Paranapanema (2019 a 2022)	176

ÍNDICE DE TABELAS	Págs.
Tabela 1: Número de famílias de camponeses assentados, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema (2010-2019)	147
Tabela 2: Número de famílias e associações/cooperativas participantes do PAA no Pontal de 2012 a 2019 pela CDS	148

Tabela 3. Cestas Raízes do Pontal entregas e arrecadações de 2017 a 2021	167
Tabela 4. Doação de alimentos provenientes de assentamentos rurais por município no Pontal do Paranapanema-SP em 2021	175

SUMÁRIO

A MINHA <i>FORMAÇÃO</i> NESSE PROCESSO...	15
APRESENTANDO A ESTRUTURA DA TESE	23
1. INTRODUÇÃO AO TEMA E UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA	26
2. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	39
2.1 A questão do Trabalho de Campo	39
2.2 As entrevistas e a análise do conteúdo	45
2.3 As informações secundárias	53
3. A LUTA PELA TERRA NO PONTAL E O MOVIMENTO DE IDENTIDADE DE CLASSE	55
3.1 Daqui somos, outros iguais vieram, aqui lutaremos e viveremos!	55
3.2 A organização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP	60
3.3 A luta organizada junto ao MST no Pontal do Paranapanema-SP	69
3.4 As ocupações e os acampamentos de sem-terra enquanto processo de formação da consciência	71
4. A CONSTRUÇÃO/CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE DE CLASSE DOS CAMPONESES ASSENTADOS	79
4.1 Lutar para viver e não “padecer no paraíso”	79
4.2 A luta na terra continua e a (re)organização da produção como condição para a reprodução camponesa	90
4.3. Resistência cotidiana enquanto expressão das estratégias de produção e reprodução	96
5. OS CAMPONESES NO ÂMBITO DA CLASSE TRABALHADORA	109
5.1 Os camponeses no âmbito da classe trabalhadora	113
5.2 Os camponeses assentados: expressões da plasticidade do trabalho	125
6. AÇÕES POLÍTICO-ORGANIZATIVAS E FUNDAMENTO DA CONSTITUIÇÃO/CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA	129
6.1 A diversidade organizativa nos assentamentos do Pontal do Paranapanema-SP	129
6.2. Ações político-organizativas nos assentamentos do Pontal do Paranapanema-SP enquanto expressão da resistência	132
6.3 A participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2010 a 2020	142
6.4. A continuidade das ações político-organizativas no âmbito da produção e comercialização nos assentamentos	160

6.4.1 As Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal	162
6.4.2 Feira da Reforma Agrária	167
7. PERTENCIMENTO DE CLASSE E AMBIENTES DA LUTA DE CLASSES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA	170
7.1 Ações de doações de alimentos, pertencimento de classe e solidariedade para além dos assentamentos no Pontal do Paranapanema.....	171
7.2 Os camponeses assentados e o <i>impasse de classe</i>	181
7.3 Os assentamentos enquanto possibilidade de outra forma de vida.....	185
7.4 A luta continua e se amplia... ..	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS.....	200
ANEXO.....	211
Anexo I	211

A MINHA *FORMAÇÃO* NESSE PROCESSO...

Esta tese não é resultado de uma pesquisa que construí sozinho. É produto de um trabalho de longos anos de aprendizado em grupo, convívios, contribuições e apontamentos metodológicos, teóricos e políticos. Ou seja, resultado de um avanço coletivo. Essa tese é de minha autoria, mas não é “minha”; ela é do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e, para a classe trabalhadora.

Entrei no CEGeT no final do primeiro ano da Graduação, 2009, e continuo até hoje. Ao longo da minha trajetória na Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT)/UNESP/Câmpus de Presidente Prudente, foi participando do CEGeT que reafirmei princípios de coletividade e de pertencimento e consciência de classe, do lugar de onde falo e me comunico.

O que mais se ouve no CEGeT, e com protagonismo de Antonio Thomaz Junior, o orientador, corinthiano, coordenador, motorista da kombi (Emengarda), militante, gestor, briguento, teimoso, professor, formador e tantas outras qualidades, que me fogem no momento, é que devemos sempre primar pelo coletivo, estudar, participar, se envolver, pesquisar e contribuir com as lutas da classe trabalhadora. Isso soa como uma missão, e tudo isso é possível, e nós podemos. O, “não é possível”, é pouco ouvido dentro do CEGeT. E isso foi me formando, ao longo desses 14 anos, sou parte disso.

Essa formação não aconteceu apenas em uma sala de reuniões, entre companheiros graduandos, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e o orientador, debatendo pesquisas e sempre com muito café, de “boa qualidade”. Foi construindo o CEGeT, não só dentro da FCT, mas, especialmente fora, fazendo extensão junto aos camponeses, nos acampamentos, assentamentos, marchas, ocupações de prédios públicos, passeatas, manifestações pela democracia, combate à fome e ao uso de agrotóxicos na região, contra o golpe de 2016, nos paradeiros, greves dos trabalhadores envolvidos no corte da cana-de-açúcar etc., no Pontal do Paranapanema, participando das Jornadas do Trabalho, organizadas pela Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP), e de outros congressos de Geografia, em especial organizados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), de outras áreas do conhecimento científico, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos trabalhos de campo no Brasil afora, debatendo, nas mesas de botecos variados, e participando das manifestações e lutas, que fui me reconhecendo em meio aos meus.

A minha entrada no CEGeT, a convite do Thomaz, foi marcada pela inserção como monitor do Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), oriundo do convênio

INCRA-PRONERA/Escola Nacional Florestan Fernandes/UNESP, sob a coordenação do professor Antonio Thomaz Junior. Projeto que possibilitou a formação de 46 educandos, em licenciatura e bacharelado em Geografia, todos militantes de movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, água, produção de alimentos. Eu me vi apreendendo junto aos militantes do MST de todo o Brasil, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), especialmente do Norte do país, do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), atuantes no estado do Espírito Santo, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e da Via Campesina. Todos atuavam em suas diferentes bases e a nível de Brasil e América Latina, com o objetivo em comum de lutar contra as opressões de toda a ordem e, principalmente, por uma sociedade emancipada do modo de produção capitalista.

E eu estive em meio a esses, do início de 2010 ao início de 2012, presencialmente, nas etapas do Tempo Escola (TE) que aconteceram na FCT/UNESP de janeiro a fevereiro, e nas etapas realizadas na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), de julho a agosto. Isso nos meus períodos de férias da Graduação, e de forma remota, nos outros meses do ano, acompanhando os “meus” monitorandos, nas etapas do Tempo Comunidade (TC). Com eles aprendi que a melhor forma de ensinar e aprender, é através do diálogo, do respeito, da confiança, do companheirismo, lutando e resistindo. Para além, me deram verdadeiras aulas nas reuniões de monitoria, nas conversas, e debates em salas de aula - momentos que também aproveitava para assistir as aulas -, quando expressavam sobre os processos de lutas, estratégias, conflitos e contradições que aconteciam no Brasil inteiro. Baita aprendizado, que me faltam palavras para descrever.

Outra porta de entrada no CEGeT, foi no início de 2010, pelo Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" (CEMOSi), um dos projetos de extensão do Grupo, criado em 1997, e que tem como objetivo reunir, catalogar e disponibilizar acervo documental, produzido no âmbito dos movimentos sociais e sindicais, bem como produzir vídeos-documentários dos resultados de pesquisas e divulgar junto à comunidade universitária, nas escolas, nos acampamentos e assentamentos rurais, para a classe trabalhadora em geral. Ainda participamos do CEMOSi até hoje, e continuamos apreendendo que a preservação e divulgação da memória, também contribui com as lutas da classe trabalhadora em geral.

Foi através do CEGeT que também participei do projeto de extensão e pesquisa “Práticas Agroecológicas no Pontal do Paranapanema/SP” (Chamada CNPQ/58-2012), coordenado pelo professor Antonio Thomaz Junior, durante o terceiro e quarto ano da graduação, 2012 e 2013. Esse projeto tinha como um dos objetivos, construir, junto aos

camponeses assentados do Pontal do Paranapanema, uma agenda de formação no âmbito das práticas de produção com referenciais agroecológicos. Foi em meio aos embates, discussões reuniões e oficinas desse Projeto, que comecei a pensar os primeiros objetivos de pesquisa. Pois, sempre me chamava a atenção, dentre outras questões, quando os camponeses relatavam sobre os desafios da luta pela terra, e de permanecerem no lote, produzindo alimentos saudáveis, vendendo a preços justos, reivindicando e participando de políticas públicas, ao mesmo tempo, que resistiam ao avanço do agrohidronegócio canavieiro. Essa questão também me chamava a atenção quando aparecia nos debates em salas de aula, nas reuniões do CEGeT, nos eventos e congressos.

Foi a partir de então, em 2012, quarto ano da graduação, que apresentei ao Thomaz, uma folha cheia de proposições e hipóteses. Chegamos ao consenso que deixaríamos algumas questões e hipóteses para outro momento de pesquisa.

E assim, construímos um projeto de iniciação científica com objetivo de apreender os desdobramentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou a subordinação dos camponeses a ele, e as dificuldades enfrentadas para o atendimento do Programa, bem como a importância da produção de alimentos no Pontal do Paranapanema. Inicialmente o projeto foi aprovado pelo CNPQ e, posteriormente, pela FAPESP, com o título “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Disputa Territorial em Torno da Luta pela/na Terra no Pontal do Paranapanema”, (Projeto 2012/13581-9) o que nos proporcionou bolsa para a pesquisa e para o nosso sustento até finais de 2013.

Essa inserção no mundo da pesquisa sistematizada, sob minha responsabilidade, não me afastou dos projetos de extensão, tanto que em 2013 ingressei na Comissão Político Pedagógica (CPP) do Curso de Especialização "Desenvolvimento Territorial, Trabalho, Educação do Campo e Saberes Agroecológicos", (convênio: CNPq /PRONERA-Edital 26), uma parceria entre CEGeT/Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)/INCRA/CNPQ. O principal objetivo dessa Especialização era trazer e interagir com professores(as) que atuam nas escolas de assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP e da região de Itapeva-SP.

Participar dessa experiência me trouxe muitos aprendizados sobre a diversidade de sujeitos, que atuam e trabalham na órbita das escolas municipais e estaduais que atende, em sua maioria, estudantes camponeses. Fizeram a Especialização professores militantes do MST, formados no CEGeT e em outros cursos do PRONERA, em parceria com Universidades Federais, e, em sua maioria, professores de diversas disciplinas, formados em Faculdades privadas, na modalidade de Educação a distância (EaD) e/ou semi-presencial, muitos, filhos de camponeses assentados, outros sem “nenhum” envolvimento com a luta pela terra, mas

todos atuantes em escolas de assentamentos rurais. Ao final da Especialização, para além do título, muitos desses sem “nenhum” envolvimento, passaram a atuar junto ao MST nas escolas e assumiram tarefas no âmbito da luta pela terra, em suas localidades.

Em meio às atividades de pesquisa, atuação na CPP da Especialização, e em outros projetos de extensão no CEGeT, em finais de 2013, defendi a minha monografia. Encerrando um ciclo. Em 2012, já havia me formado em licenciatura e em 2013 bacharel, ambos em Geografia.

No início de 2014, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da mesma faculdade. E com os resultados da monografia e questões que ficaram abertas, desenvolvemos o projeto de pesquisa de mestrado intitulado “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Dinâmica Territorial do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema-SP”. Inicialmente tivemos bolsa do PPGG, financiada pelo CNPQ, e logo obtivemos aprovação do projeto pela FAPESP. Mais uma vez, tivemos condições de continuar pesquisando, se formando e, principalmente, permanecer na FCT.

Na monografia, apresentamos os principais desdobramentos do PAA para os camponeses assentados do Pontal do Paranapanema e as estratégias protagonizadas por esses sujeitos, junto ao MST, para continuarem apostando no Programa, mesmo conscientes de que se tratava de uma política pública de governo, suscetíveis a cortes orçamentários e formas de precarização.

Devido aos resultados da monografia e questões que compareceram, para nós, tínhamos que avançar no mestrado, com o objetivo de compreender por dentro dessa participação e reivindicação do PAA, protagonizadas pelos camponeses assentados, junto ao MST, como que se estabeleciam as relações com os trabalhadores beneficiários dos alimentos. Por intermédio do PAA, os camponeses faziam chegar para trabalhadores pobres, desempregados e em situação de insegurança alimentar, moradores dos centros urbanos e acampados, alimentos sanos, produzidos em assentamentos oriundos da luta pela terra.

Enquanto resultado no mestrado, chegamos à conclusão que essa relação que se estabelecia entre camponeses e trabalhadores pobres, desempregados e em situação de insegurança alimentar, fortaleciam vínculos de classe. Isto é, de um lado trabalhadores camponeses, pobres e, de outro, trabalhadores desempregados e alvos das iniquidades estruturais. Entendemos também que essa relação que apresentava novas demandas e pressionava o Estado pelo fortalecimento de políticas públicas e pela Reforma Agrária, fez que o mesmo, pressionado pelos latifundiários, grileiros e o grande capital, se encarregasse de precarizar o PAA, com o fim de cortar esses vínculos.

No entanto, também nos apareceram questões, que apesar das estratégias históricas do Estado, sob a égide do capital, em destruir as conquistas e avanços dos trabalhadores do campo e da cidade, haviam relações que se estabeleciam entre esses sujeitos, que permaneciam. Pois, no nosso universo de pesquisa, essas relações, no âmbito do PAA, no Pontal do Paranapanema, criavam, mas também fortaleciam vínculos estabelecidos em outros momentos já que as relações entre os trabalhadores do campo e da cidade no Pontal do Paranapanema, não se resumiam apenas no âmbito do PAA. Essas questões para nós, apareceram enquanto hipóteses, que nos instigaram a prosseguir com a pesquisa, vislumbrando a etapa seguinte, do doutorado.

Assim, os resultados da monografia, me despertaram para o mestrado, e os avanços deste, me instigaram a prosseguir no doutorado. No entanto, as coisas não acontecem de forma linear e mecânica. Quando terminei a graduação, devido a trajetória que construía, o que se apresentava vantajoso e possível para mim, era o ingresso no mestrado, e não tive dúvidas disso, no entanto, sabíamos que pela postura que tínhamos na universidade, os desafios seriam enormes.

Recordo-me muito bem de um momento, em que em meio ao mestrado, em 2016, participamos de uma greve e ocupação na FCT/UNESP, protagonizadas pelos estudantes, que durou 120 dias. Estávamos envolvidos até o pescoço e, ao mesmo tempo, mesmo em greve, tínhamos que cumprir com os prazos de entrega dos créditos complementares e do relatório de qualificação. Nessa época, já tínhamos terminado as disciplinas e realizado trabalhos de campo, faltava o exame de qualificação. No entanto, não tínhamos condições, por conta do envolvimento no movimento de greve, e nem os princípios permitiam. Não qualificamos em meio a greve, conseguimos estender o prazo, e o exame foi realizado em data posterior.

Mas essa situação gerou conflitos de pensamentos e que compartilhado com os companheiros do CEGeT, nos despertou algo que é comum entre nós. Ou seja, os desafios entre ser militante e realizar pós-graduação. Pois sempre nos acompanha e nos causa agonia, o fato de que não importa, se você é isso ou aquilo, se você se envolve nas lutas ou não, se você é militante ou não, quando chega o prazo, você tem que cumprir. E é assim que funciona. O que nos leva a pensar, que para aqueles que se envolvem nas lutas, a continuidade da formação intelectual, no modelo que a Universidade está estabelecida, sempre será mais difícil. Fica a reflexão e também o desabafo.

Terminando o mestrado se abria para mim a possibilidade de continuar a pesquisa no doutorado. Antes de terminar o mestrado, no final de 2016, como é de praxe, prestei o processo seletivo para o ingresso no doutorado no início de 2017, já que no PPGG/FCT, isso era permitido, tendo em vista que defenderíamos o mestrado antes da matrícula no doutorado. No

entanto, não fui aprovado no processo seletivo do doutorado, mas continuei na FCT/UNESP e envolvido em pesquisa, pois estava inserido em uma das equipes de pesquisa do Projeto Temático "Mapeamento do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema: Relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental" (Processo: 2012/23959-9, vigência 2012 -2018), coordenado pelo Professor Thomaz. E também tinha uma bolsa de apoio técnico do Projeto, que me dava condições de permanecer naquele ano na Universidade e continuar envolvido com pesquisas, tanto no âmbito do CEGeT, como também do Centro de Estudos em Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde (CEETAS).

O CEETAS é o resultado da união de três grupos de pesquisa, vinculados ao Departamento de Geografia da FCT/UNESP: Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT); Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (LBGS) e o Gestão Ambiental e Dinâmica Socioespacial (GADIS). Com o avanço das pesquisas do Projeto, e a necessidade de aprofundamento das linhas de pesquisas, novos pesquisadores foram incorporados ao CEETAS.

No âmbito das pesquisas do Projeto Temático, participamos de diversos trabalhos de campo no Pontal do Paranapanema, oficinas, seminários temáticos, eventos de apresentação dos avanços de pesquisa das equipes, e dos momentos de sistematização e elaboração dos relatórios do Projeto. Participar dessa experiência, contribuiu significativamente para que insistisse na continuidade da minha formação, no doutorado. E as questões que nos instigavam no final do mestrado, para ingresso no doutorado, ainda permaneciam, só que de forma mais provocativa e detalhada, devido aos aprendizados acumulados até então, com a participação no Projeto Temático.

No final de 2017, prestei novamente o processo seletivo para o ingresso no doutorado. Fui aprovado, uffa! Fui traçando um caminho que para mim o doutorado, ao mesmo tempo que era uma possibilidade, também era uma necessidade. Ainda mais porque estávamos a par das dificuldades enfrentadas pelos colegas que ingressavam como professores de forma precarizada na rede pública de ensino da formação básica, seja privada, seja pública.

Os colegas sempre me diziam, “a coisa está feia, complicada, nos formamos para formar, mas não estamos conseguindo. E ao mesmo tempo, trabalhamos e trabalhamos sem conseguir nos sustentar financeiramente, e muito menos sem perspectivas de continuar nossa formação. Então se tem a possibilidade e a oportunidade de continuar se formando, aposte nisso. Colecionava diversos depoimentos: estamos querendo voltar para a Universidade, para nos qualificar, mas a dinâmica do trabalho, não nos permite. Sem falar que não há concursos

para nossa efetivação enquanto professores, e *pegar aula*, não está fácil”. Essa situação perdura até o momento, março de 2023, só que de forma mais precarizada.

Quando iniciamos o doutorado em 2018, ainda tínhamos a bolsa de apoio técnico do Projeto Temático, e logo conseguimos uma bolsa da CAPES, cota do PPGG/FCT. Em junho de 2018, enviamos o projeto de doutorado para apreciação da FAPESP, e em outubro, recebemos o resultado da aprovação. Como dizemos, os meus colegas e eu, “estava rico!” A situação era favorável, já estava terminando as disciplinas, e ia começar a receber bolsa da FAPESP. Tudo aquilo que desejava para o Doutorado, pois tinha condições de me sustentar nos próximos anos, com um “salário” muito acima do que estava acostumado na minha vivência, morando em uma cidade de porte médio, e ainda continuar a minha formação.

Em 2019, junto as atividades do CEGeT, comecei a escrever os primeiros textos, aprofundar as leituras e participar dos eventos. E no segundo semestre, realizei as primeiras etapas dos trabalhos de campo da pesquisa. Posteriormente a realização dessa etapa, elaboramos o primeiro relatório para a FAPESP. E no início de 2020, por conta das sistematizações para o relatório, já tínhamos um texto que apresentava resultados preliminares, e que apontava a necessidade de continuarmos aprofundando as leituras e realizando trabalhos de campo. Estava contente e animado, a pesquisa caminhava e estávamos cumprindo com o cronograma.

Logo estourou a pandemia da COVID-19. Inicialmente pensei, tenho que ficar um tempo em casa resguardado, tenho uma bolsa, então vou continuar com as leituras, fichamentos, e finalmente poderei aprofundar as leituras nos clássicos. No entanto, junto a Pandemia, vieram os problemas familiares, e por questões de princípio e solidariedade, me senti na obrigação de ajudar.

Assim, em 2020 iniciou-se um processo em que presenciávamos uma calamidade e crise sanitária, com medo de ser infectado, e os trabalhos de campo, não podiam ser realizados e não havia cenários seguros para tal fim. Essa situação perdurou até início de 2022. Incerteza, ansiedade, insegurança e medo, surgiram em todo esse momento. Isso gerou uma condição não favorável para a minha saúde mental. As sessões de terapia, foram fundamentais para atravessarmos esse período e darmos continuidade nos estudos e criar novas estratégias metodológicas de comunicação com os sujeitos da pesquisa, via telefone, *google meet*, etc. bem como readequar o plano de trabalho.

Assim, mesmo em meio aos problemas, em 2021, conseguimos avançar na pesquisa, analisando as apreensões nos trabalhos de campo já realizados e correlações e debates com a teoria. Nesse ano apresentamos à FAPESP o relatório 2 e o relatório 3, este antecipado em 60

dias, junto a um pedido de renovação da bolsa por 12 meses. Isso foi desafiador, diante das condições que me encontrava, apresentar dois relatórios no mesmo ano, com resultados satisfatórios da pesquisa, e um antecipado por conta do pedido de renovação.

Essa renovação dependia dos avanços da pesquisa, diante das dificuldades, e do que se projetava para a continuidade. O que passaria pela avaliação d@ paracrist@ e decisão final da FAPESP. Logramos êxito! O relatório foi aprovado e a renovação também. No momento em que estava passando, e diante da crise sanitária e social, que o país vivia, renovar uma bolsa de doutorado da FAPESP, por doze meses, para mim foi como ganhar na loteria. Eu teria condições de finalizar o doutorado, com bolsa. Um privilégio, pois muito de meus amigos, não tiveram essa condição.

Nos meses finais de 2021, a minha condição de saúde mental, foi melhorando, o orientador foi muito companheiro e amigo naquele momento. Me incentivou, sobremaneira, a acreditar no meu trabalho, e na continuidade do mesmo. Em meio a isso tudo, comecei a entender cada vez mais, o doutorado enquanto um trabalho. E fazia questão de externalizar essa compreensão, para os colegas e, principalmente, para a minha família. Diante dos desafios, dificuldades, conflitos, mas também conquistas, entendimentos e aprendizados, enxergar o trabalho de pesquisa, enquanto um ofício, refletiu positivamente na minha dimensão existencial enquanto pesquisador em formação.

Assim, em abril de 2022, realizei o exame de qualificação. Apesar dos problemas enfrentados nos dois anos anteriores, conseguimos apresentar um texto que apresentava resultados parciais, a estrutura dos capítulos da tese, e os caminhos que a pesquisa estava tomando. Depois da qualificação, com as contribuições da banca, conseguimos avançar no aprofundamento dos capítulos e ao mesmo tempo participar de atividades programadas para a continuidade da pesquisa, o que incluía, principalmente, a realização de trabalhos de campo específicos e novas entrevistas, bem como participar de eventos, sobretudo organizados pelo MST.

E nesse momento, maio de 2023, estamos apresentando o resultado de uma pesquisa, que nos emociona, por diferentes motivos, e que reúne da nossa trajetória, o *ser* pesquisador, que aprende com o coletivo, que não é separado da militância e muito menos dos problemas da vida. Não sei explicar, mas para mim as coisas sempre se confundiram e se misturaram, mesmo sabendo que houve momentos, que tive que separá-las, se é que as separei.

APRESENTANDO A ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada em 7 capítulos e as considerações finais. Os capítulos delineiam o processo de pesquisa que nos envolvemos no período de abril de 2018 a maio de 2023, que incluem as dificuldades em meio à pandemia da COVID-19, que se vinculam aos desafios e, especialmente, aos avanços relacionados aos objetivos propostos, os resultados, as sistematizações e apontamentos teóricos.

O capítulo 1 **“Introdução ao tema e universo empírico da pesquisa”** tem o objetivo de demonstrar ao leitor de onde estamos partindo, a realidade que estão implicadas os camponeses assentados, no âmbito dos conflitos com o agrohidronegócio canavieiro e com o Estado, bem como também, introduzir as características das formas de subordinação do trabalho, que estão implicados esses sujeitos, seja dentro ou fora dos assentamentos, devido a reprodução sociometabólica do capital, e anunciar as formas de luta e resistências que estes protagonizam.

O capítulo 2 **“Percursos Metodológicos da Pesquisa”** tem a intenção de demonstrar os procedimentos que fomos utilizando no decorrer da pesquisa para atingirmos os objetivos propostos. Assim, aparece o debate sobre as ferramentas de pesquisa qualitativa, dando ênfase para a discussão do trabalho de campo na geografia, a realização e demonstração das análises das entrevistas e a questão da pesquisa participante. A intenção nesse capítulo, foi também demonstrar, que os procedimentos podem ser *a priori*, mas também resultantes do decorrer da pesquisa. E não pode faltar, enquanto parte do processo de pesquisa, expressar os rearranjos que realizamos para a continuidade da pesquisa, em meio a crise sanitária da pandemia da COVID-19, que nos impossibilitou de seguir com o plano de trabalho inicialmente previsto.

O capítulo 3; **“A luta pela terra no Pontal do Paranapanema e o movimento territorial de classe”** tem o propósito de debater os processos que resultaram no que entendemos hoje enquanto Pontal do Paranapanema. O debate é apresentado de forma que o leitor compreenda que a luta pela terra no Pontal, se inicia enquanto processo de resistência, protagonizado pelos indígenas e posseiros, ao projeto de ocupação e desenvolvimento da região, direcionado pela oligarquia agrária e a territorialização capitalista, sob aparato estatal.

É central neste capítulo as questões que envolve a dizimação dos indígenas e de posseiros, em prol do “desenvolvimento” da região, sujeitos que realizaram ações germinais, de luta pela terra, que influenciaram nas características dos movimentos organizados, formados no final da primeira metade do século XX e, conseqüentemente, enquanto um processo, na

constituição do MST nos anos 1990. Também é objeto de análise, como o inimigo dos trabalhadores sem-terras foi se modificando através das alianças intraburguesas entre latifundiários e grupos empresariais do agrohidronegócio canavieiro. Bem como também, os conflitos e os aprendizados que envolveram uma diversidade de trabalhadores sem-terras, com trajetórias e experiências laborais diferenciadas, mas também comum, no processo de luta contra a grilagem de terras, o latifúndio e, o agrohidronegócio canavieiro, que resultou na implementação dos assentamentos da região e agregou elementos à experiência de classe.

O capítulo 4; **“A construção/constituição histórica da identidade de classe dos camponeses assentados”** coloca em tela questões que envolve a continuidade da luta nos assentamentos e os conflitos diretamente com o estado, no processo de implementação dos assentamentos, mas também, posteriormente, na luta contínua para a permanência na terra. Questões que implicam o viver do camponês assentado em meio aos conflitos, tensões e decisões, entre se organizar junto a família e/ou coletivamente com outros companheiros do assentamento, no âmbito da produção e reprodução, participar de lutas por políticas públicas, contra o agrohidronegócio canavieiro e, por vezes, ter que trabalhar fora do lote para, contraditoriamente, permanecer na terra. O que põe em cena nesse capítulo que a essência contida nos processos de conscientização de classe se requalifica nas formas de organização, produção e reprodução dos camponeses assentados, em meio aos conflitos, lutas e resistências para continuarem apostando nos assentamentos enquanto terra de trabalho.

O capítulo 5; **“Os camponeses no âmbito da classe trabalhadora”**, traz para o debate resultados da pesquisa que é tanto individual quanto coletiva quando propomos entender o papel dos camponeses no âmbito e fazendo parte da classe trabalhadora. Estamos fazendo a crítica aos aprisionamentos teóricos que por um lado, não consideram os camponeses enquanto sujeitos revolucionários, e por outro, entendem esses sujeitos enquanto classe a parte à classe trabalhadora.

E os argumentos centrais se baseiam na realidade dos conflitos de classe, produto da reprodução sociometabólica do capital, que atingem os trabalhadores tanto do campo quanto das cidades, e que tem causados mudanças no mundo do trabalho, na organização, fragmentação, heterogeneização e ampliação da classe trabalhadora. O que implica redirecionarmos as atenções para compreendermos, os processos de lutas e resistências, em que os camponeses se inserem no mesmo campo da luta social e de classe, junto a outros trabalhadores e, ao mesmo tempo, se (des)realizam no movimento da plasticidade do trabalho.

O capítulo 6; **“Ações político-organizativas e fundamento da constituição/construção da identidade de classe nos assentamentos do Pontal do**

Paranapanema” coloca em relevo as apreensões da pesquisa no que concerne as formas de ações político-organizativas que se manifestam nos assentamentos, devido a diversidade de sujeitos, com experiências de classe diferenciadas, mas também assemelhadas, que fundamentam as relações que se estabelecem entre os camponeses e as ações de sociabilidade e solidariedade, nem sempre reconhecidas pela teoria, enquanto organizações potenciais a luta anticapital, mas que os permitem continuar na terra e participar/reivindicar políticas públicas..

O capítulo 7; **“Pertencimento de classe e ambientes da luta de classes nos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema”** tem a intenção de discutir que mesmo diante das dificuldades, conflitos e contradições da ideologia capitalista, que também se reserva aos camponeses assentados, estes, junto ao MST, têm demonstrado que através das lutas e resistências, nos assentamentos é possível a realização do trabalho e de reprodução da vida, para além do capital e, ao mesmo tempo, estreitar e construir vínculos de classe, com outros trabalhadores para além dos assentamentos, em tempos de crise, mas não somente. E para finalizar este capítulo, apresentamos e colocamos em debate, a questão da ampliação de pautas de lutas do MST, que precisam ser colocadas em relevo, em que no âmbito da luta pela Reforma Agrária Popular, objetiva uma possível unificação do trabalho e a construção de um outro projeto de sociedade.

Por fim, nas **Considerações Finais**, sintetizamos as principais apreensões da pesquisa e retomamos as questões que norteiam e fundamentam os resultados obtidos e, nos permitem, continuar afirmando, agora mais argumentos, que os camponeses fazem parte da classe trabalhadora. Nesta parte, também realizamos uma autocritica teórico-metodológica necessária para continuarmos avançando nos patamares teóricos que já alcançamos.

1. INTRODUÇÃO AO TEMA E UNIVERSO EMPÍRICO DA PESQUISA

A luta pelo acesso à terra e pela permanência nos lotes a partir da implementação dos assentamentos rurais, no Pontal do Paranapanema², vem demonstrando a viabilidade e a importância da Reforma Agrária e da produção de alimentos, para as lutas mais gerais do campesinato e da classe trabalhadora, em geral. É por isso que entender a importância, a atualidade e premência da questão agrária, como tema central nas nossas pesquisas, especialmente porque os trabalhadores, sejam camponeses assentados, sejam assalariados e toda ordem de materializações ocupacionais, com ou sem vínculo empregatício (intermitente, avulso, informal e demais formatos flexibilizados), expressam conteúdos complexos, heterogêneos, que põem em questão as contradições campo-cidade-campo no âmbito da identidade de classe (THOMAZ JUNIOR; 2009; 2017).

Ocupam importância decisiva nesse processo as diversas formas de organização, trajetórias e a *experiência*, enquanto mediação entre as relações sociais de produção e as situações vividas (THOMPSON, 1981), de trabalhadores envolvidos no âmbito da luta pelo acesso à terra e pela permanência na terra, que protagonizam reivindicações e defendem políticas públicas voltadas para a viabilização da produção e escoamento dos alimentos. No entanto, a permanência na terra, diante das condições materiais de existência, fragilização, eliminação e fenecimento de políticas públicas, mesmo enquanto ambiente de trabalho digno e de reprodução ampliada da vida³, agrega elementos desafiadores à continuidade das ações voltadas para a luta pela terra, no Pontal do Paranapanema.

Ainda, na área de estudo, evidenciam-se ações do MST e também da Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), materializadas em diferentes linhas de atuação, tais como, ocupações de terras com pendências jurídicas ou griladas, devolutas, bem como manifestações junto aos órgãos públicos (ITESP, INCRA, Prefeituras dos Municípios da Região, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal etc.), marchas, romarias, trançaços⁴, reuniões junto a representantes de órgãos públicos, autoridades políticas, religiosas etc.

² Consideramos a definição da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL) a qual identifica 32 municípios. São eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nandubá, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

³ Sobre o assunto, Tibira (2018, p. 77) afirma: “[...] acreditamos que, principalmente nos países da América Latina, mesmo permanecendo no mercado (assalariado) de trabalho, uma grande parcela da classe trabalhadora desenvolve, de forma subordinada à economia capitalista, outras práticas econômico-sociais calcadas nos valores de comensalidade, reciprocidade e cooperação para tentar melhorar a qualidade de vida.”

⁴ Impedimento do fluxo de carros em vias públicas, rodovias etc.

Engrossam essas fileiras as ações comunitárias e coletivas que reivindicam espaços para a organização de feiras, como por exemplo, a “Feira da Reforma Agrária”, realizada no Galpão da Lua, barracão da antiga Estação de Trem, da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), na cidade de Presidente Prudente, e a construção e reivindicação de agroindústrias de pequeno porte, cozinhas industriais para o beneficiamento de leite e processamento mínimo de hortaliças, legumes e frutas⁵.

No momento, no nosso entender, os camponeses assentados, agregados⁶, trabalhadores desempregados, subempregados, das pequenas cidades da região e sem-terras acampados, são os principais demandantes e, de certo modo, protagonistas das disputas das terras públicas griladas ou devolutas - ou seja, já regularizadas -, que permanecem como território do latifúndio e do capital, apropriadas, pois, por meio da grilagem, prática política fundante da constituição do empreendimento do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema.

O agrohidronegócio canavieiro, enquanto modelo de desenvolvimento do capital no campo, é conduzido por empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, que atuam para além da apropriação da terra, como também da água, associadas à excessiva degradação ambiental e intensa precarização do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Essa forma de reprodução do capital no campo busca atender apenas aos objetivos das empresas, às demandas econômicas de grandes mercados, interno e externo, de açúcar e álcool, em detrimento das demandas quanto à produção de alimentos e à soberania alimentar. Esta, uma proposta disseminada pela Via Campesina desde 1996, de construção coletiva que garante o direito dos povos em controlar e produzir alimentos respeitando as demandas locais, as diversidades culturais, e que se complementa com a criação de estratégias de produção ecológica e a garantia da distribuição e consumo à toda população. (MC MICHAEL, 2016).

No entanto, a prioridade do Estado brasileiro é direcionada ao abastecimento externo, por meio da *commoditização*, via a exportação do açúcar, à busca de índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas no mercado e criação de mecanismos de controle sobre o meio ambiente e os trabalhadores, características do destrutivismo e da degradação sistêmica do capital. (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Como indica Thomaz Junior (2017; 2021), essa aliança estratégica entre esses setores intraburgueses tem, de um lado os latifundiários e, de outro, grupos e representantes do capital agroindustrial canavieiro, nacional e internacional.

⁵ O processamento mínimo consiste em processos como lavagem, descascamento, fatiamento e corte. O que torna os produtos prontos para o consumo ou preparo.

⁶ Filhos, parentes próximos e até mesmo amigos que vivem com suas famílias de favor no lote de camponeses assentados, sem a legitimação do estado.

Um dos alicerces das ações de luta dos camponeses é a capacidade de organização e de resposta à produção de alimentos voltadas para as reais necessidades de alimentação, em contraposição aos interesses político-estratégico-econômicos do agrohidronegócio canavieiro. É nesse ambiente de disputas que a relação sociometabólica que garante ao capital centralidade nas negociações políticas junto ao Estado, que os camponeses externalizam diversas formas de organização e ações de resistência.

Assim, ocupa prioridade protagonizar ações reivindicatórias em busca de políticas públicas para fazer valer a destinação das terras griladas e ocupadas pelo monocultivo da cana-de-açúcar, bem como e, especialmente, as parcelas já regularizadas ou devolutas, para a implementação de assentamentos e a produção de alimentos, contrapondo-se à manutenção/intensificação da mercadificação vinculada as *commodities* - como o açúcar e a cadeia alimentícia dos cartéis de empresas transnacionais envolvidas com a produção dos cultivos flexíveis -, bem como os agrocombustíveis/bicombustíveis, como o álcool. E, mais recentemente, o biogás ou biometano a partir dos resíduos do processo agroindustrial, como a vinhaça, a torta de filtro, como também da palhada⁷.

E necessário evidenciar que no Brasil [...] a expansão do agrohidronegócio canavieiro tem aberto também espaço para a participação de capitais estrangeiros, que passaram a adquirir não apenas terras como também controlar ou instalar plantas agroindustriais. [...]. (BENTO; THOMAZ JUNIOR, 2021, p.146).

No Pontal do Paranapanema, das 9 agroindústrias canavieiras em operação, quatro são comandadas por grupos nacionais e internacionais que concentram capital e conseguem articular a produção em cadeia entre as demais unidades de sua propriedade e, por isso também atingem altos índices de moagem, sendo elas: Paranapanema II, instalada no Município de Sandovalina-SP, pertencente ao grupo Umoe–Bioenergy, norueguês; Conquista do Pontal, grupo ATVOS - antiga Odebrecht Agroindustrial - (Mirante do Paranapanema-SP), Alto Alegre, grupo Lincoln Junqueira, com a empresa em Floresta, distrito de Presidente Prudente-SP; COCAL II, do Grupo Cocal (Narandiba-SP) e Glencane - Unidade Rio Vermelho (Junqueirópolis-SP), pertencente ao grupo suíço Glencane–Glencore. As demais agroindústrias produzem açúcar e/ou etanol em menor escala. (PIÑEROS LIZARAZO, 2018)⁸.

⁷ Essa experiência está em pleno curso, sob o protagonismo do grupo COCAL, por meio da planta instalada no município de Narandiba, que objetiva produzir 33,5 milhões de Nm³ de biogás. Disponível em: <<https://www.copersucar.com.br/noticias/grupo-cocal-inicia-producao-pioneira-de-biogas-no-brasil/>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

⁸ Atualizamos essas informações junto ao NovaCana, portal especializado em notícias sobre produção canavieira, etanol, açúcar e mercado de combustíveis. O Portal, divulga dados do NOVACANA DATA, plataforma que reúne dados do setor sucroenergético. O NovaCana pode ser acessado pelo site: <<https://www.novacana.com/>>. Acesso

Esses grupos vinculados ao agrohidronegócio canavieiro vêm recebendo incentivos oriundos do BNDES, via Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBIO)⁹, substanciados por meio do discurso da energia limpa, do mercado de carbono e da produção e consumo de agrocombustíveis. O Governo Federal, através do RenovaBIO, prevê alcançar até 2030, mais 11 milhões de hectares de área plantada com cana-de-açúcar dedicada à bioenergia, e ainda, para o período, prenuncia investimentos da ordem R\$ 1 trilhão no setor de biocombustíveis¹⁰. Ou seja, há incentivos para o avanço do agrohidronegócio canavieiro em terras que poderiam ser destinadas à implementação de assentamentos rurais e, conseqüentemente, para a produção de alimentos a serem destinados para o consumo nos centros urbanos.

É através desses investimentos, que historicamente o agrohidronegócio canavieiro vem se espacializando no Pontal do Paranapanema desde meados da década de 1970, em primeiro momento, com recursos do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), e com mais intensidade, a partir do ano de 2005 com incentivos, também do governo federal, via BNDES, voltados para a produção de combustíveis considerados fonte de energia limpa, e impulsionado por empresas automobilísticas, que avançavam na produção de carros *flex fuel*. (BARRETO, 2012). Se tomarmos a série histórica de 2003 a 2015, a espacialização da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema, saltou de 106.267 ha para 558.578, mais que quintuplicou em apenas doze anos. Dos 1,5 milhão de ha, 558.578 ha estão ocupados com cana-de-açúcar, situando-se à faixa de 37%. (THOMAZ JUNIOR, 2017)¹¹

Essa espacialização expressiva do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, por um lado evidencia os desafios colocados para a mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras no âmbito da luta pela e da permanência na terra e, por outro, se expande alicerçada na emergência do discurso de geração de emprego e desenvolvimento, vilipêndio protagonizado pela burguesia regional, ao mesmo tempo, em que produz problemas e repercussões negativos para a saúde dos trabalhadores envolvidos, para os camponeses assentados, para o ambiente e sociedade em geral.

Esse cenário de conflito que está posto em contraposição a continuidade da reprodução e produção dos camponeses, mesmo estes sendo os responsáveis pela maior parte dos alimentos

em: 29 de ago. 2022. Também atualizamos informações qualitativas, referentes ao ano de 2022, junto ao Coletivo CETAS de Pesquisadores que estão acompanhando, enquanto objeto de pesquisa, os rearranjos e estratégias desses grupos no Pontal do Paranapanema.

⁹ Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017

¹⁰ Disponível em: >https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/renovabio-1/Investimentos_Custos_O_e_M_Bios_20202030.pdf <: Acesso em: 16 de mai. 2021

¹¹ Pesquisadores do Coletivo CETAS vem acompanhando e mapeando a espacialização da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema desde 2002, e no momento estão apurando dados referentes a série histórica 2015 a 2023.

produzidos para a alimentação humana¹². E as dificuldades enfrentadas pelos camponeses para continuarem produzindo e permanecerem na terra comprometem a produção de alimentos, com implicações no que se refere à segurança alimentar, mas também – e sobretudo - em termos estratégicos e estruturais, para a soberania alimentar.

Assim, sob a imposição do Estado e do mercado de *commodities*, a produção familiar camponesa é ameaçada face ao não privilegiamento da sua estrutura técnica e de inserção na circulação/distribuição. Não somente, pois há a determinação de produzir em grande escala, induzidos a monocultivos (tomate, pepino, batata doce etc.) e nos padrões exigidos pelos mercados globalizados e monopolizados por grandes conglomerados agro-alimentar-químico-financeiros, como é o caso da produção de pepinos no Pontal do Paranapanema, o que requer a aquisição de pacotes tecnológicos impostos (maquinários, sementes, agrotóxicos, adubos sintéticos etc.). (MARTINS, 2018; OLIVEIRA, 2018). Assunto que aprofundaremos no capítulo 4.

Esse é o passaporte que condena parcelas da agricultura familiar à transgressão da concepção da terra - o pedaço de chão, o lote -, como *locus* de vida e de trabalho, ou seja, como resposta à satisfação para o atendimento das necessidades úteis e cotidianas da família camponesa, vínculos aos sistemas simples e curtos de comercialização e, principalmente, a perda da autonomia e controle do processo de trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2017).

Com isso, a reprodução dos saberes-fazeres, das sementes crioulas, do controle biológico natural são neutralizados e, em decorrência, as famílias camponesas têm suas vidas na terra de trabalho, condenadas ao controle externo ou de fora para dentro. Ou ainda, se subordinam aos sistemas integrados e monopolizados na órbita da agroindustrialização/comercialização e aos financiamentos bancários, ou ao endividamento forçado. Sem contar que o Estado impõe a dependência ao padrão tecnológico preestabelecido, vinculado às políticas de assistência técnica e extensão rural, também controladas pelas grandes corporações que não consideram as técnicas alternativas.

Essa situação coloca o camponês na condição em que a produção autônoma com vistas à manutenção da família, comercialização do excedente e produção com destinação específica para os mercados locais, sejam práticas ameaçadas. A reprodução simples está em risco, ou seja, incorre em riscos iminentes para produzir seu próprio alimento, para prover a família e as

¹² Cf. MITIDIERO JR; BARBOSA; HERICK DE SÁ, 2017. E, anunciado pelo próprio Governo federal em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em: 16 de mai. 2021.

trocas de ciclo curto. Seu trabalho não lhe garante a reprodução simples da vida, na terra de trabalho, para nela permanecer e manter a família em condições dignas (CARVALHO, 2005).

São nessas condições que muitos desses camponeses, se veem no impasse entre trabalhar no lote e/ou trabalhar para fora. No Pontal do Paranapanema é comum os camponeses assentados, em determinadas épocas do ano, contraditoriamente, se assalariarem nas atividades do agrohidronegócio canavieiro e por vezes migrarem para o trabalho em fazendas em outros estados, na construção civil em cidades maiores, como por exemplo, Presidente Prudente, Londrina e Maringá no estado do Paraná etc.

No entanto, é nesse processo, produto das transformações e ramificações da reprodução sociometabólica do capital, que expressam, no caso da região de estudo, ações de resistência das famílias camponesas/assentadas para permanecer na terra.

Por sua vez, a indiferença do Estado em relação à aposta de incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar e a resistência dos camponeses tem marcas crescentes da desistência. No entanto, é importante ressaltar que as lutas de resistência características para permanecerem na terra, nos lotes, têm expressado ações e protagonismos com *insights* de solidariedade, de apoio mútuo, de trocas de dias de trabalho, organização específica para a distribuição e transporte da produção etc.

É importante notar que essa situação se constrói em um contexto de escasso apoio governamental para a produção de alimentos, crescimento do desemprego nos centros urbanos, intensificação da degradação sistêmica do trabalho, com o agravante da crescente exposição aos riscos para a saúde atrelados ao modelo químico-dependente do agrohidronegócio canavieiro, que impacta de forma generalizada o ambiente e a sociedade (THOMAZ JUNIOR, 2017).

Demonstração de entendimento estratégico em relação à importância da produção de alimentos diante do espaço monopolizado pelo monocultivo da cana-de-açúcar, e a proeminência das ações coletivas, são atitudes que põem as famílias camponesas e assentadas em destaque. Tendo o leite como principal¹³ produto e responsável por parcela expressiva das atividades rurais, assim como a mandioca¹⁴, milho, feijão, abóbora, quiabo, colorau, frutas (banana, limão, abacaxi, melancia, manga, goiaba, acerola, entre outras) e hortaliças.

¹³ O Pontal do Paranapanema, possui 117 assentamentos de reforma agrária (DATALUTA, 2022), desses, 99 assentamentos com 4.913 famílias, são assistidos pelo ITESP. Destas, na safra 2017/2018, 2.960 estavam envolvidas com a produção leiteira, ou seja, mais de 60%. Caderneta de Campo do ITESP - Produção Animal dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema, safra 2017/2018.

¹⁴ As famílias assentadas nos 99 assentamentos assistidos pelo ITESP, produziram, mais de 229 mil toneladas de mandioca destinadas à indústria, e mais de 3.600 toneladas para consumo de mesa, na safra 2017/2018. Dados da

Esta produção diversificada tem possibilitado a autossuficiência dos assentados, que resistem na terra devido às estratégias e práticas alternativas de agricultura. Muitas dessas com referenciais agroecológicos, que valorizam o trabalho familiar, fundado no equilíbrio entre o desenvolvimento social, econômico e ambiental, considerando práticas de produção sem a utilização de produtos sintéticos, como agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas, utilizando insumos do próprio ambiente e valorizando as sementes crioulas e a biodiversidade (RABELLO, 2018). É expressivo também a produção animal, diversificada em avinocultura (galinhas poedeiras, galinha caipira para consumo próprio e venda, frango de corte, patos, entre outros), bovinocultura (vacas leiteiras, bezerras, novilhas para renovação do plantel, garrotes para abate e touros reprodutores), suinocultura, caprino/ovinocultura, sericicultura, apicultura e piscicultura¹⁵.

Nessa dinâmica territorial há também retração das políticas públicas específicas para o acesso e permanência das famílias camponesas na terra. A reforma agrária patrocinada pelo Estado, por meio de desapropriações e compra de terras, ou até mesmo através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), não tem eficiência, tampouco consequência satisfatória. As experiências de assentamentos implementados por meio PNCF no Pontal do Paranapanema, ao “[...] se impor como resposta à demanda por assentamentos pelos movimentos [...] acabou por não preencher as necessidades de reprodução das famílias mutuárias que aderiram ao programa, restando o minifúndio e o endividamento das famílias [...]” (LIMA; PAULA, 2021, p. 156). Por isso, é foco de descontentamento generalizado por parte das famílias de trabalhadores descartados do mercado de trabalho, desempregados e sem-terras, o que se expressa nas ocupações de terras, de prédios públicos etc.

Nessas circunstâncias, entendemos que não podemos separar as disputas territoriais e a grilagem no Pontal do Paranapanema, das formas de acesso e uso da terra, consorciadas com a água. No Pontal do Paranapanema há cerca de 150.000 ha¹⁶ de terras já regularizadas e declaradas como devolutas (Mapa 1). E dinâmicas recentes dos processos judiciais indicam, áreas julgadas como devolutas localizadas no 14º e 15º Perímetro de Teodoro Sampaio (Mapa 1), entre os municípios de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana, passíveis de serem reivindicadas pelo MST e trabalhadores sem-terras em geral para a implementação

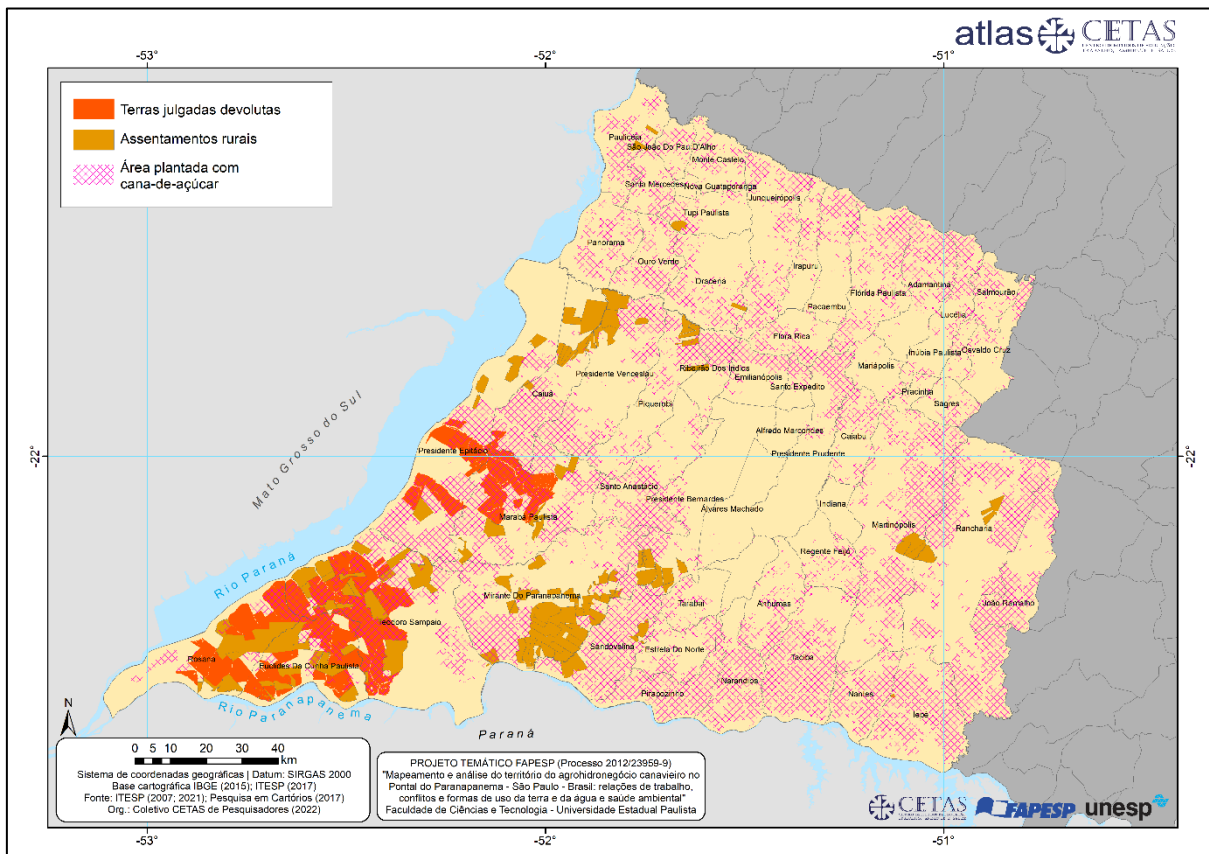
Caderneta de Campo do ITESP,- Produção Vegetal dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema, safra 2017/2018.

¹⁵ Exemplos de tipos de produção animal constantes nos 99 assentamentos assistidos pelo ITESP no Pontal do Paranapanema. Caderneta de Campo do ITESP – safra 2017/2018.

¹⁶ São cerca de 150.000 ha julgadas como devolutas que poderiam assentar 7 mil famílias. Fonte: DataCETAS (2022).

de assentamentos rurais¹⁷. No entanto, essas terras, mesmo que declaradas devolutas, através das alianças intraburguesas, com o respaldo do Estado, estão sendo territorializadas pelo agrohidronegócio canavieiro. (Mapa 1).

Mapa 1: Territorialização dos Assentamentos Rurais; das Terras Devolutas e Griladas, no Pontal do Paranapanema-SP. (2022)



Fonte: Atlas CETAS, 2022.

Como objeto de disputa, há uma grande quantidade de terras disponíveis. Cerca de 540.000 ha¹⁸, em fase discriminatória, somam o estoque de terras devolutas griladas no Pontal do Paranapanema, cabendo ao Estado cumprir as determinações da Lei, ou seja, discriminar, arrecadar e implementar a retomada das terras que são de patrimônio público, e direcioná-las para a implementação de assentamentos.

¹⁷ Ver mais sobre esse assunto em: <https://mst.org.br/2021/05/01/terra-devoluta-e-terra-de-quem-luta/> />. Acesso em: 04 de fev. 2021.

¹⁸ Fonte: ITESP (2021); DataCETAS (2022); ver mais sobre em: <https://mst.org.br/2021/05/01/terra-devoluta-e-terra-de-quem-luta/> />. Acesso em: 04 de fev. 2021.

Porém, algumas estratégias estão sendo implementadas pela burguesia agrária, em conluio com a fração agroindustrial canavieira, quando legitimam a grilagem por meio dos contratos de arrendamento e projetos de lei, como estratégias para a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar e, ao mesmo tempo, o que lhes possibilita manter o domínio sobre as terras devolutas e o controle social e territorial no campo político-ideológico, hegemonizando as disputas territoriais. Temos como exemplos, preocupantes, o Projeto de Lei 410/2021¹⁹ que ao garantir a outorga de título de domínio e transferir a propriedade resolúvel de lotes às famílias beneficiárias/assentadas, apresenta-se como uma armadilha para os camponeses assentados. E recentemente o PL 277/22²⁰, conhecido como PL da Grilagem, que pretende regularizar terras, usadas indevidamente por fazendeiros que não possuem título de domínio reconhecido pela justiça. Ambos os Projetos de lei, já foram aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O PL-410/21 determina que os camponeses assentados se tornem proprietários definitivos dos lotes em detrimento da concessão de uso de terras públicas vitalícias, sendo que, com isso perderão o direito de acessar programas de crédito e apoio à produção com condições especiais. Além disso, o agravante é que a PL-410 abre a possibilidade para que o mercado privado especule e adquira as terras que estão sob controle e uso dos camponeses assentados.

O PL da Grilagem representa a regularização de terras devolutas para os fazendeiros, contrariando a Lei Estadual nº 4.957 de 1985²¹ que prevê a arrecadação dessas terras para a implantação de assentamentos rurais. O PL modifica a legislação vigente permitindo que os acordos fundiários sejam feitos de forma onerosa, ou seja, os latifundiários, possuidores de terras devolutas, poderão pagar e ficar com as terras. A fundação ITESP não mais arrecadará terras para implantar assentamentos rurais, e trabalhará para que as terras públicas sejam privatizadas com valores muito abaixo do mercado, e parceladas em várias prestações. Juristas apontam que o PL da Grilagem é inconstitucional, pois a Constituição Federal prescreve que as terras públicas devolutas, devem ser destinadas prioritariamente para a Reforma Agrária.

¹⁹ “Altera a Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários, e a Lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP [...] com o objetivo de outorgar título de domínio e transferir a propriedade resolúvel de lotes às famílias beneficiárias dos planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários no Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000376439>>. Acesso em: 13 de dez. 2021.

²⁰ Aprovado em 29 de junho de 2022, dispõe sobre a criação do “Programa Estadual de Regularização de Terras”, Projeto disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000443387>>. Acesso em: 29 de ago. 2022.

²¹ Aprovada em 30 de dezembro de 1985 pelo Governador Franco Montoro, dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=27105>>. Acesso em: 29 de ago. 2022.

Esses acordos e estratégias utilizadas pela burguesia agrária e o capital agroindustrial em conluio com o Estado representam a legitimação do avanço da privatização da reforma agrária e da (re)concentração de terras no Estado de São Paulo, ou seja, um retrocesso programado pela burguesia agrário-latifundiária e agroindustrial.

No entanto, “[...] luta após luta, as classes subalternas tentam resistir na terra, ocupar a terra, ao mesmo tempo em que compreende o alinhamento entre o Estado e latifundiários que sempre mantiveram a estrutura fundiária concentrada” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011, p. 18).

Assim, a luta pela terra e pela reforma agrária, tão sonhada pelos trabalhadores sem-terras e pela classe trabalhadora em geral, se materializa no Pontal do Paranapanema e se territorializa em 117 assentamentos, espacializados em 17 municípios, (Mapa 1), grande parte dos quais oriundos da desapropriação de latifúndios/terras griladas, correspondendo a 150.000 hectares, e aproximadamente 7.800 famílias e 38.000 pessoas²²

É necessário reconhecer que em meio às disputas, em diversas instâncias, os assentamentos rurais, enquanto conquista dos trabalhadores sem terra, têm mudado a qualidade de vida das famílias assentadas e colocado em pauta a importância da produção de alimentos e da permanência na terra, tendo em vista que outras demandas também oriundas das lutas, passam a compor suas vidas. A exemplo do acesso à educação, em alguns casos com a presença de Escolas nos próprios assentamentos, no Pontal do Paranapanema. Contudo, contam com poucos recursos públicos, ausência de políticas públicas perenes, dificuldades quanto ao apoio técnico no planejamento das atividades agropastoris, no manejo da colheita, logística para estocagem, escoamento e distribuição da produção.

Tudo isto dificulta a reprodução social e territorial das famílias camponesas, mas por outro lado, expressa a resistência desses sujeitos e o seu papel social nas relações que envolvem a produção de alimentos e o acesso dos mesmos aos demais trabalhadores, com amplitude que nos permite pensar no âmbito da classe trabalhadora.

No entanto, as dificuldades de produção e comercialização de alimentos, inviabilizada pela importância política e econômica que o Estado proporciona ao modelo agroindustrial vigente no Brasil, impõem aos camponeses os esquemas protagonizados pelos atravessadores e aos ditames do mercado. Nesse sentido, uma das alternativas que os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema vinham buscando para resistir, em parte, a essa imposição, era a organização em associações e cooperativas com o objetivo de participarem de políticas

²² DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2021.

públicas voltadas para a compra da produção de alimentos e de escoamento da produção através do mercado institucional, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sob responsabilidade do governo federal, que surgiu em 2003, instituída pela Lei nº 10.696. (REIS, 2015; LEAL, 2017).

Essas conquistas das políticas públicas têm o protagonismo dos movimentos sociais sintonizados à luta pela terra, vinculados à segurança e a soberania alimentar. Apesar das limitações constadas²³, o objetivo principal do PAA é estimular e fortalecer o campesinato, através da compra da produção de alimentos e distribuição aos trabalhadores desempregados e pessoas sob risco nutricional e insegurança alimentar, para entidades carentes, asilos, albergues, cozinhas comunitárias etc.

No entanto, os objetivos do Programa começaram a ser fragilizados a partir de 2013, com a instabilidade política aguçada após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014, e consumada, definitivamente, pós-golpe de 2016. As dotações orçamentárias que chegaram a R\$586 milhões em 2012, posteriormente ao Golpe, tiveram reduções drásticas. No ano de 2019 foram destinados apenas R\$ 41 milhões para a execução do Programa e, em 2020, até houve aumento nos recursos em relação a 2019, com R\$ 223 milhões aportados, devido, sobretudo, às pressões dos movimentos sociais e parlamentares da oposição ao governo, que devido as dificuldades multiplicadas com a COVID-19, demandaram do governo federal R\$ 1 Bilhão para atenuar a situação, o que não foi atendido.

O PAA através da Medida Provisória Nº 1.061, de 09 de agosto de 2021 foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil (PAB) que não chegou a ser operacionalizado por falta de recursos, pois, foi uma manobra do Governo Bolsonaro para extinguir o PAA. Essa manobra inviabilizou a continuidade da participação dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, no PAA e como resultado da extinção programada dessa política pública, pelo Estado, repercutiu diretamente nas diferentes escalas da insuficiência nutricional dos trabalhadores desempregados/subempregados, de baixa renda, e sem-terras, em situação de insegurança alimentar (LEAL, 2017), nos centros urbanos próximos às terras griladas, devolutas, ocupadas com cana-de-açúcar e pecuária extensiva. Isto é, estes que vivenciam a fome em meio à abundância do monocultivo canavieiro, evidenciam os efeitos devastadores da política de governo federal fundada nos cortes orçamentários consoantes aos interesses dos grupos privados, das diferentes frações burguesas (REIS, 2015, p. 127; THOMAZ JUNIOR, 2017).

²³ Entendimento que expressamos através ou como resultado da nossa pesquisa de mestrado, Leal (2017).

Em 22 de março de 2023 o Governo Lula anunciou a retomada do PAA, o que renovou as esperanças dos camponeses assentados para a continuidade da participação na política pública. No entanto, esse cenário de retrocesso e retomada de políticas de governo, que é histórico, impõe desafios e estratégias de organização, sempre renovados para os camponeses assentados com vistas a amenizarem a dependência do governo, permanecerem na terra, escoando a produção e cumprindo com os preceitos da função social da terra.

Diante disso, no Pontal do Paranapanema, os camponeses assentados se articulam em diversas formas de organização, seja formal (associações e/ou cooperativas) seja informal, e buscam alternativas de comercialização, vendendo a produção através de cestas e/ou feiras, agroecológicas. Articulam-se também por meio de grupos de produção de doces [de leite, polpa de frutas do quintal (maracujá, goiaba, mamão, etc.)], laticínios (queijos e manteiga) e de produção de mel, a fim de vender para a população dos centros urbanos, em mercados locais, bem como realizar parcerias com grupos de professores e estudantes das Universidades públicas, como a UNESP (Presidente Prudente, Rosana), sindicatos, igrejas, apoiadores culturais, centros comunitários etc.

No intuito de dispor de outra alternativa de escoamento da produção, os camponeses assentados no Pontal também se articulam com os movimentos sociais, sobretudo com o MST, e reivindicam, insistentemente, linhas de financiamento junto às administrações municipais e aos governos estadual e federal, para a implementação de infraestrutura e logísticas, como, por exemplo, entrepostos equipados com câmaras frias; processadores de frutas, legumes e verduras; embaladoras a vácuo e, caminhões e camionetes refrigerados. Objetivam, com isso, transportar os alimentos para os locais de consumo, em pequenas e médias distâncias, na escala regional de comercialização, de tal forma a garantir a mesma qualidade de quando saem dos lotes, para o consumidor final.

Ainda insistem para serem atendidos com vistas a participar de outras alternativas no âmbito do Programas do Mercado Institucional, por exemplo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que exigem padronização dos alimentos e que atendem a alimentação de restaurantes populares, escolas e presídios, em nível local, estadual e federal.

Em meio a essas alternativas, os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema se encontram numa conjuntura em que os assentamentos, mesmo enquanto território em disputa, os permitem continuar sobrevivendo, pautando a permanência na terra, colocando a importância da reforma agrária e tecendo relações que os vinculam ao campo da luta social e de classe.

Expressivo e sintomático, esse processo de resistência na terra, no lote, com vistas a produzir alimentos para manter a sobrevivência da família, caracteriza-se por perseverar para fazer seus produtos chegarem aos consumidores dos centros urbanos e aos trabalhadores pobres. Ou seja, camponeses pobres produzindo alimentos para trabalhadores pobres, desempregados, desalentados, subutilizados, incluídos marginalmente no mercado de trabalho, sob risco nutricional etc., enuncia haver uma dinâmica a ser apreendida e posta em relevo. Para nós, essa dinâmica construiu vínculos de classe, no âmbito da dinâmica territorial de classe, da classe trabalhadora (LEAL, 2017; THOMAZ JUNIOR, 2017).

Nesse contexto é que estamos apreendendo a experiência dos camponeses assentados que participam de ações político-organizativas que fundamentam a resistência na terra, nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema-SP, consorciada à viabilização da produção e comercialização de alimentos, bem como as ações solidárias junto a trabalhadores desempregados das cidades vizinhas e sem-terras, e as sociabilidades em torno do acesso de alimentos.

Isto, pois, considerando a amplitude e dimensão dos conflitos com os quais esses sujeitos sociais se defrontam para continuarem apostando na reprodução da vida na terra de trabalho, ou seja, sua manutenção/permanência no lote, como expressão de luta e resistência diante da dinâmica territorial destrutiva do capital do agrohidronegócio canavieiro.

2. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos, primeiramente, realizamos amplo levantamento bibliográfico sobre os temas e concepções teóricas que permeiam a pesquisa. Nesse sentido, ainda no primeiro ano da pesquisa, elaboramos Mapa Conceitual (Anexo 1), que contém a centralidade da categoria trabalho, os principais conceitos que utilizamos e a bibliografia base para apreender o movimento do trabalho e as diversas lutas nas quais se envolvem os camponeses assentados e os colocam na linha de construção da identidade de classe, e que “chega” na classe trabalhadora, no Pontal do Paranapanema.

Esse Mapa Conceitual foi se modificando com o decorrer da pesquisa, algumas referências iniciais foram substituídas e outras foram acrescentadas. Sua atualização foi tarefa constante e no momento elencamos as principais referências bibliográficas utilizadas e de acordo com a centralidade dos conceitos e categorias fundantes.

As leituras também foram essenciais para definirmos as ferramentas metodológicas de pesquisa de base qualitativa, que incluem a realização de trabalhos de campo e a realização de entrevistas. Essas ferramentas contribuíram sobremaneira para avançarmos nos entendimentos, produzir informações, contrastar com a teoria e atingir os objetivos propostos. As justificativas e utilização dessas ferramentas, bem como também o trato e utilização de informações secundárias, sobretudo quantitativas, que também contribuíram sobremaneira para a realização da pesquisa, serão discutidos de forma detalhada a seguir.

De antemão, entendemos que o fazer da pesquisa, o que inclui desafios, dificuldades, conflitos, mas também conquistas, entendimentos e aprendizados, nos fez refletir sobre algumas posturas e procedimentos metodológicos da pesquisa.

2.1 A questão do Trabalho de Campo

Já faz tempo que no CEGeT e no Coletivo CEETAS de Pesquisadores estamos discutindo e debatendo sobre as nossas experiências com os trabalhos de campo²⁴. Desde a Graduação venho participando e realizando vários trabalhos de campo, no entanto, durante essa trajetória de pesquisa começamos perceber que a forma, muitas vezes, não contempla os

²⁴ Esse debate vem se acirrando no CEGeT e no CEETAS desde 2014, quando montamos uma equipe de trabalho junto ao Projeto Temático a fim de discutir ferramentas de metodologias qualitativas, com colegas da Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sobretudo com o Grupo de Pesquisa Terra, Trabalho, Memória e Migração (TRAMA), coordenado pela prof. Dra. Maria Aparecida Moraes Silva (Pesquisadora CEETAS).

objetivos que queremos alcançar. O que não quer dizer, que não obtivemos resultados satisfatórios em outras pesquisas e que os trabalhos de campo até então realizados não nos fizeram enxergar para além do que está aparente. Também reconhecemos que não há uma receita pronta, já que se trata de processo em construção, mesmo que sempre municiados de ferramentas metodológicas que obtiveram resultados relevantes em outras pesquisas.

O que vem nos incomodando é que os trabalhos de campo estão ficando cada vez mais viciados e rotineiros, sem o devido aprofundamento reflexivo sobre as formas, procedimentos e estratégias, o que repercute nos resultados, nas dificuldades e nas formas de apreensão das realidades em foco. Quando há a necessidade de realizar trabalho de campo em uma pesquisa, se coloca, nos procedimentos metodológicos do projeto, “realizaremos trabalho de campo”, e se finda por aí. Com isso não estamos nos isentando da culpa e não estamos desconsiderando vários pesquisadores(as) que, no âmbito da geografia, debateram e debatem trabalho de campo²⁵.

Receamos que na Geografia o trabalho de campo se tornou uma discussão superada. Nos eventos, não há mesas sobre, e os espaços de discussões de artigos estão mais interessados em abordar os resultados do que os procedimentos que fundamentam a construção dos mesmos. Avançamos em discutir território, espaço, lugar e outros conceitos, mas parece que nos esquecemos de discutir as nossas ferramentas metodológicas. E nesse sentido, como apreender as transformações territoriais, os conflitos, sem discutir a ferramenta de apreensão ou utilizando-as de forma repetida e viciada?

É como se o trabalho de campo fosse a ferramenta que é dominada pelo geógrafo enquanto uma atividade nata, intrínseca e perpétua. O que difere em entender que o trabalho de campo interfere diretamente nos resultados de pesquisa e por isso, deve ser requalificado e readequado a todo momento, seja no planejamento ou seja no momento de execução. Assim, é necessário fazer uma ressalva, defendemos o trabalho de campo enquanto um procedimento metodológico, e não enquanto “[...] o próprio método como havia sido concebido na Geografia Clássica de inspiração positivista”. (HECK, 2017, p. 276).

Também sentimos falta do debate em tela, quando nos apropriamos de dissertações e teses de outros colegas, e até mesmo de temas semelhantes. Ou seja, os desafios, as tensões, - também com a teoria-, e os relatos, estão ficando de fora dos resultados.

No entanto, compreendemos que para aprofundar nessa discussão teríamos que realizar pesquisa nas principais plataformas de banco de dissertações e teses, e consultar, durante um

²⁵ Como por exemplo, LACOSTE, 1985; KAYSER; 1985; THOMAZ JUNIOR, 2005; SUERTEGARAY, 2002; ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006; MARCOS, 2006; HECK, 2017.

período determinado, os anais dos eventos de geografia, o que não se põem nessa oportunidade. Todavia, nada nos impede de incitar o debate no âmbito das discussões que realizamos com o orientador, colegas de pesquisa e do CEGeT, muito menos no processo de pesquisa.

Nesse sentido, queremos trazer para este texto as impressões que tivemos nos trabalhos de campo e os desafios que presenciamos. Para nós, trabalho de campo é um momento de compreensão refinada da realidade, em que não basta apenas observar, mas também sentir, ouvir e conceber, com o objetivo de desvendar para além do que está aparente, ou seja, enxergar e ao mesmo tempo desconstruir os pré-conceitos, tensionando com a teoria, já que estamos realizando uma leitura, que nos modifica e cria a realidade pensada, em teoria, expressão da inteligência daquele momento.

Com essa compreensão, nos sentimos instigados em realizar parte do trabalho de campo norteados pela observação participante, com o intuito de estabelecer relações mais estreitas e nos embrenharmos na vida cotidiana e no trabalho das famílias assentadas. Essa escolha possibilitou acompanhar e participar de forma mais próxima as reuniões junto às associações, cooperativas, grupos informais, movimentos sociais, especialmente MST, que protagonizam ações direcionadas à luta pela terra e para permanência na terra. Da mesma forma, acompanhamos os momentos de solidariedade e sociabilidade de classe protagonizados pelos camponeses, tanto internamente aos assentamentos, bem como fora deles, junto aos trabalhadores das cidades próximas. É desse estreitamento, reiterações e ampliações dos horizontes das ações dos trabalhadores que entendemos estar ocorrendo muito mais do que identidades solidárias, mas ações que tipificam tomada de consciência de classe.

Essa permanência junto as famílias durante o trabalho de campo, também nos permitiu presenciar parte do movimento de camponeses assentados que saem dos lotes diariamente para o trabalho assalariado fora do lote, sobretudo no agrohidronegócio canavieiro, ou em diárias e empreitadas em grandes fazendas vizinhas. Essa experiência contribuiu com os entendimentos das vivências laborais e as ações que os camponeses assentados desempenham fora dos lotes e os colocam mais diretamente no mundo do trabalho real, do assalariamento, da informalidade etc., ou seja, o movimento ocupacional, dos camponeses assentados no âmbito das diferentes expressões de trabalho ou a plasticidade intrínseca a esse processo.

E ao realizarmos atividades junto aos sujeitos durante o trabalho de campo, quando pudemos participar do trabalho cotidiano e de momentos de sociabilidade e de solidariedade, no decorrer da pesquisa a intenção não era se envolver apenas para apreendermos, em suma, as relações e os conflitos, mas continuarmos assumindo [...] um compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do *outro*, a quem, mais do que conhecer para

explicar [...] nós pretendemos contribuir, assumindo um posicionamento que nos situa no âmbito da pesquisa participante (BRANDÃO, 1999, p. 12).

Essa opção metodológica durante as etapas do trabalho de campo facilitou a apreensão de informações, porque compreendemos que nesse contexto a observação participante, a entrevista livre e o fazer-se da vida dos camponeses assentados se impuseram. Pois, concordamos que a [...] “maneira natural de uma pessoa explicar alguma coisa diante do gravador é através de sua “história de vida”, ou através de um fragmento de relações entre a sua vida e aquilo que a responde [...]” (BRANDÃO, 1999, p. 13), algo que para alguns pesquisadores, pode parecer óbvio, mas, nem tanto para outros.

E quando assumimos uma postura de pesquisador participante, se assim podemos dizer, implica em apreender e contribuir com as ações protagonizadas pelos camponeses, para além do momento planejado para o trabalho de campo. Essa postura esteve presente antes, durante e depois do trabalho de campo, pois faz parte da nossa compreensão política e não será deixada de lado, tampouco minimizada, nem ao término da pesquisa. E no contexto da aprendizagem, enquanto pesquisador, ao pensar a posição da pesquisa concordamos com Brandão (1999) que:

A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através das suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político *de classe* que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. (p. 13).

Compreendemos que, não somente, mas também através da interpretação do fazer-se da vida dos camponeses assentados, oriundos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, que se interpõe no âmbito da luta de classes e diante dos desafios postos para a continuidade na terra, poderemos contribuir com a compreensão da sociedade do capital e ao mesmo tempo assumirmos o compromisso com a construção de uma nova sociabilidade.

Nesse contexto, diante do que assumimos enquanto metodologia teórico-política, para a realização do trabalho de campo, também nos preparamos teoricamente, mas com o intuito de nos situarmos na realidade, apesar de “conhecer” o recorte da pesquisa, e ao mesmo nos apropriarmos de diferentes técnicas. No entanto, como para Kaiser (2006) a preparação teórica,

[...] deve ser elaborada, educada pacientemente, pela aquisição progressiva de uma base doutrinal (não doutrinária, nem sectária!) sólida: a formação teórica é indispensável – mas quem a dá? É preciso adquiri-la – e a educação política também. Sem base teórica e política, como analisar uma situação? Não é, pois, um pesquisador ainda verde que deve ir ao terreno. Ao contrário, e sobretudo participando de uma equipe na qual as discussões andam bem [...] (p.98).

O que quer dizer que não nos revestimos de armaduras, fomos a campo sem superioridade em relação aos sujeitos e, principalmente, sem inferir a realidade, do contrário, para nós seria um erro, pois a nossa postura e a teoria, imporiam a verdade. E ainda, concordamos com Ribeiro (1999, p.190) quando pondera que não [...] “há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme”, pois não somos detentores da sabedoria e muito menos da compreensão exclusiva da realidade. E no nosso trabalho de campo, sempre tínhamos em mente que as vezes era necessário tornar exótico o que era familiar e fazer familiar o que era exótico (DA MATTA, 1978).

O que também contribuiu com as nossas ações de campo foram os debates com os colegas do CEGeT, tanto na escolha dos assentamentos, dentre os 117 do Pontal do Paranapanema, como também na decisão dos trajetos e escolha das ferramentas a serem utilizadas. Entendemos que a pesquisa é construída de forma coletiva. Por isso o debate com os colegas contribuiu antes, durante e também no momento posterior ao trabalho de campo. Momento em que é necessário reunir, interpretar e dialogar/tensionar com a teoria.

Assim, realizamos o trabalho de campo com vivência, no segundo semestre do segundo ano da pesquisa (2019), em três assentamentos, seguindo nessa ordem: 1) Assentamento Rodeio, localizado no município de Presidente Bernardes-SP; 2) Assentamento Porto Maria, localizado no Município de Rosana-SP e; 3) Assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirante do Paranapanema-SP.

A princípio tínhamos a ideia de escolher uma família em cada um dos assentamentos para permanecer em sua casa por uma semana. E mesmo que “morando” na casa de uma família, também acompanhamos a dinâmica do assentamento, o que envolveu participar de atividades coletivas e ou até mesmo, apenas observar. No entanto, essa escolha durante o trabalho de campo, só foi possível em dois assentamentos, no Assentamento Rodeio e no Assentamento Margarida Alves. Mesmo nesses, o envolvimento com as pessoas, a percepção e a experiência aconteceram de formas diferenciadas, isso, devido à própria dinâmica das famílias, a forma de divisão dos assentamentos e a organização da comunidade.

Para a realização do trabalho de campo no Assentamento Porto Maria, estabelecemos os primeiros contatos com uma das lideranças e representante de uma pousada do Assentamento. E ao explicar a nossa intenção, a mesma nos indicou que seria interessante que ficasse na pousada do Assentamento, porque poderia conhecer o espaço e ao mesmo tempo estabelecer contato com as famílias das mulheres que o organizava. E essa escolha foi fator preponderante para não ficarmos na casa de uma família, mas em um ambiente que poderíamos

compreender parte da dinâmica do Assentamento, pois a pousada fica localizada em um ponto comum para a comunidade, e que reúne famílias que o conserva e o organiza.

Não consideramos que o fato de não termos ficado hospedado na casa de uma família no Assentamento Porto Maria, tenha prejudicado o nosso trabalho de campo. Pois, quando nos organizamos e definimos a realização do trabalho de campo, decidimos que precisaríamos permanecer nos assentamentos durante um tempo, e esse era o nosso objetivo principal, o que foi possível de ser realizado. Sem falar que o fato contribuiu para que estabelecêssemos análises diversificadas, e que foram oportunizadas, devido a forma diferenciada de permanência. O que talvez no planejamento inicial, não tínhamos dado tanta importância.

Essa questão também é reveladora do quanto devemos ser flexíveis em determinadas situações durante o planejamento e execução do trabalho de campo, pois os fatos não acontecem da forma que definimos, e isso também não pode ser um problema. Inicialmente, na nossa lista de assentamentos para a realização do trabalho de campo, não estava incluído o Assentamento Porto Maria, e sim o Assentamento Lagoa São Paulo, localizado no Município de Presidente Epitácio-SP.

No Assentamento Lagoa São Paulo queríamos acompanhar a experiência de uma agroindústria, mas as pessoas que foram contatadas não “entenderam” qual era nosso objetivo. O que é muito comum. Para alguns camponeses não é de costume receber alguém “estranho” para ficar na comunidade durante alguns dias para realizar pesquisa. Muitos também já estão cansados dos pesquisadores que chegam com seus questionários enormes e os metralhando de perguntas que muitas vezes são incompreensíveis e depois vão embora. A esse respeito, Marcos (2006), constata:

Ora, diante da repetição destas situações a comunidade aprende a não mais confiar em estranhos e, aos poucos, vai construindo suas próprias defesas: ora se fecha aos próximos pesquisadores e impede a realização de novas pesquisas, ora prepara um discurso “pronto”, “empacotado” como os questionários aplicados, para ser “respondido” ao próximo pesquisador que ali chega (p. 114) (destaque da autora)

Mesmo com algumas referências não foi possível realizar o trabalho de campo no Assentamento Lagoa São Paulo, mas não nos sentimos constrangidos com o fato, pois temos que ser compreensíveis com os sujeitos dos nossos estudos. Muitas vezes são tratados apenas como “objetos” e eles aprendem a resistir a essas situações.

Ressaltamos que os três trabalhos de campo foram realizados no segundo semestre de 2019 e tínhamos a intenção de realizar novos em 2020. No entanto, devido a pandemia da COVID – 19 tivemos que readequar o plano de trabalho, ou seja, acatar as prerrogativas dos

decretos estaduais, adotando medidas de prevenção de contágio do novo coronavírus e adotar outras estratégias para a continuidade da pesquisa.

Por isso optamos pela realização de trabalhos de campo pontuais a fim de participar de atividades protagonizadas pelos camponeses assentados, junto ao MST e que nos possibilitaram a continuar apreendendo informações no âmbito das ações de lutas, práticas coletivas e de solidariedade, nos assentamentos, mas também junto as famílias de trabalhadores das cidades, em contexto pandêmico. No entanto, a participação efetiva nessas ações só foi possível a partir de finais do ano de 2021, com intensidade no ano de 2022.

A realização dos trabalhos de campo, e a participação em atividades e ações, nos possibilitaram apreender os vínculos que os camponeses assentados estabelecem com a produção de alimentos e as ações cotidianas que os mantêm na terra (no lote) e que definem comportamentos, atitudes relacionais, em via de mão dupla, ou intrínsecas às atividades laborais, que não se restringem somente às ações nos lotes, mas também às experiências vivenciadas fora, nos intercâmbios frequentes, com ou sem vínculos às realidades pregressa, mas especialmente com as inserções contemporâneas.

Essa experiência também nos possibilitou apreender as formas de sociabilidade e solidariedade de classe, protagonizadas pelos camponeses assentados, junto ao MST, não somente nos assentamentos, mas também fora, junto aos trabalhadores das cidades e acampados, e que contribuiu sobremaneira para os nossos entendimentos sobre pertencimento de classe. No entanto, essas apreensões também só foram possíveis devido a complementação das informações extraídas da análise dos conteúdos das entrevistas.

2.2 As entrevistas e a análise do conteúdo

Quando trabalhamos com entrevistas é necessário definirmos algumas posturas por conta da ética de divulgação de informações, que por vezes são gerais, mas também de foro íntimo. Por isso, ao citar os trechos no texto, optamos por utilizar pseudônimos para identificar o autor da fala, a fim de preservar a identidade do sujeito, exceto, quando se tratou de uma figura pública. E todas as entrevistas que foram gravadas, primeiramente, tiveram a autorização do entrevistado para a utilização do gravador de áudio.

Ressalvadas essas questões, adiante, discutiremos as formas de entrevistas utilizadas, a postura adotada nos momentos de interação com os sujeitos, e demonstraremos exemplos do processo de análise do conteúdo dessas. Por fim, apontaremos os aprendizados preliminares, enquanto resultado desse processo e da pesquisa.

Com o intuito de apreender as informações qualitativas que envolvem as relações gerais e específicas dos sujeitos no âmbito da pesquisa, bem como suas interpretações de determinadas situações, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas, que segundo Colegenese e Mélo (1998):

(...) a formulação da maioria das perguntas prevista com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada. O entrevistador tem uma participação bem mais ativa em relação a entrevista não diretiva, embora ele deve observar um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões. Contudo, apesar de observar um roteiro, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto. (p. 144).

Nesse sentido, nos atentamos para que as questões adicionais não causassem desconforto ou distanciamento por parte dos entrevistados, por assuntos indagados de forma incoerente e complexa. Para dar suporte às entrevistas, elaboramos roteiros específicos para cada sujeito, no qual constavam informações e eixos relacionados à pesquisa e questionamentos que contemplavam o tema. Estudamos os roteiros para que, no momento da entrevista o diálogo fosse privilegiado e não se tornasse algo mecânico, semelhante à aplicação de questionários. E, ao mesmo tempo, concordamos com Thompson (2002, p. 260) que, quanto às perguntas de uma entrevista, ou seja, elas “[...] devem ser sempre tão simples e diretivas quanto possível, em linguagem comum [...]”.

Procuramos realizar as entrevistas dialogando com o entrevistado de forma que se sentisse à vontade para discorrer sobre as questões apresentadas. A nossa intenção era que comparecessem nas entrevistas tensões, conflitos e avaliações que revelassem traços de uma época, de um contexto ou condição atual, interpretações e projeções para o futuro. Para tanto, não “chegamos” e realizamos as entrevistas, pois não é uma técnica simples quanto parece ser. Tivemos a sensibilidade de não inibir o sujeito, sem autoridade e, sempre, tomando cuidado para não dirigir respostas. O momento da entrevista é uma relação social, mas é preciso que tenhamos consciência disso e que, é de extrema relevância que seja de forma “flexível”, interativa e com menos conflitos possíveis. (THIOLLENT, 1989, THOMPSON, 2002, COLEGENESE e MÉLO, 1998).

Em todas as entrevistas utilizamos gravador de áudio, com a autorização dos sujeitos. Na maioria delas, procuramos deixar o gravador fora do campo de visão do entrevistado, para evitar inibições diante do aparelho. E para apreensão de informações que fugiram das expressões verbais - por exemplo como os "silêncios" -, utilizamos um diário de campo, pois os efeitos da interação no momento das entrevistas não se limitaram ao conteúdo explícito da

fala. Assim, os elementos não verbais foram anotados. Além das informações no momento das entrevistas, o diário de campo também serviu para a anotação de ideias (*insights*), que surgiram em momentos das etapas de campo e para a transcrição, resumida, das impressões e experiências diárias, sobretudo ao final do dia.

Assim, durante os trabalhos de campo, em 2019, realizamos dezoito entrevistas junto aos camponeses assentados, com diferentes trajetórias e experiências de trabalho, que participam ou participaram de associações, cooperativas, grupos de produção comunitária e grupos coletivos não institucionalizados, camponeses assentados que participam ou participaram de políticas públicas de comercialização de alimentos, como o PAA, de investimento em infraestrutura como o Microbacias II, e de formas de comercialização de cestas. Como também, assentados que projetam a organização do trabalho de forma coletiva em *paking house*²⁶ e entrepostos. Esses que, no momento, experienciam a luta e a permanência na terra, sob diferentes dimensões e práticas organizativas de trabalho.

Foram realizadas três entrevistas no trabalho de campo no Assentamento Rodeio, localizado no município de Presidente Bernardes, oito no Assentamento Porto Maria, localizado no município de Rosana, e sete no Assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirante do Paranapanema. Todas essas entrevistas foram realizadas de forma individual, no entanto houveram momentos em que integrantes da família entrevistaram, pois as entrevistas transcorreram nas casas ou em espaços coletivos em meio ao convívio cotidiano.

No ano de 2020 pretendíamos dar continuidade às entrevistas com outros sujeitos, mas devido as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, resolvemos adiá-las para 2021, no entanto, ainda neste ano as condições sanitárias ainda não eram favoráveis para a realização de forma presencial. Assim, optamos por viabilizá-las via videoconferência e telefone. Por videoconferência, conseguimos realizar três entrevistas, uma com o presidente da Associação dos Funcionários da Fundação ITESP (AFITESP) e outra com a Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP, que atua na assistência técnica junto às famílias assentadas no Pontal do Paranapanema. Ambos entrevistados, também têm se envolvido contra os ataques à Instituição e junto a AFITESP nas ações de doações de alimentos junto ao MST. A terceira entrevista foi realizada com o Coordenador do Setor de Produção do MST/Pontal do Paranapanema e assentado no Assentamento Gleba XV de Novembro, do município de Rosana.

²⁶ Casa de empacotamento e processamento mínimo de alimentos.

E, por telefone, realizamos uma entrevista com o padre da Diocese de Presidente Prudente, ligado a corrente da teologia da libertação que tem atuação nas frentes de solidariedade e assistência social junto às famílias assentadas do Pontal do Paranapanema-SP.

No ano de 2022 realizamos três entrevistas de forma presencial. Uma com um militante do MST, da frente de massa, assentado no assentamento São Bento, município de Mirante do Paranapanema; outra com mulheres organizadas na Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS), no Assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no Município de Rosana-SP, e a terceira com um Frei que atua no município de Mirante do Paranapanema, que acompanhou as ações de doações de alimentos, advindos dos assentamentos, para os trabalhadores das cidades em situação de insuficiência alimentar.

Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas com a ajuda de ferramentas de metodologias qualitativas e *softwares* de análise de informações, como o *Atlas Ti 7.5.4*, e *TextSTAT*, que nos auxiliaram na classificação e categorização para análise de conteúdo. Para tanto, realizamos processo de conceitualização que Gibbs (2009, p 60) chama de codificação.

A codificação é forma como você define sobre o que se trata os dados em análise. Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva. Geralmente, várias passagens são identificadas e então relacionadas com um nome para ideia, ou seja, o código. Sendo assim, todo texto, entre outros elementos, que se refere à mesma coisa ou exemplifica a mesma coisa é codificado com o mesmo nome.

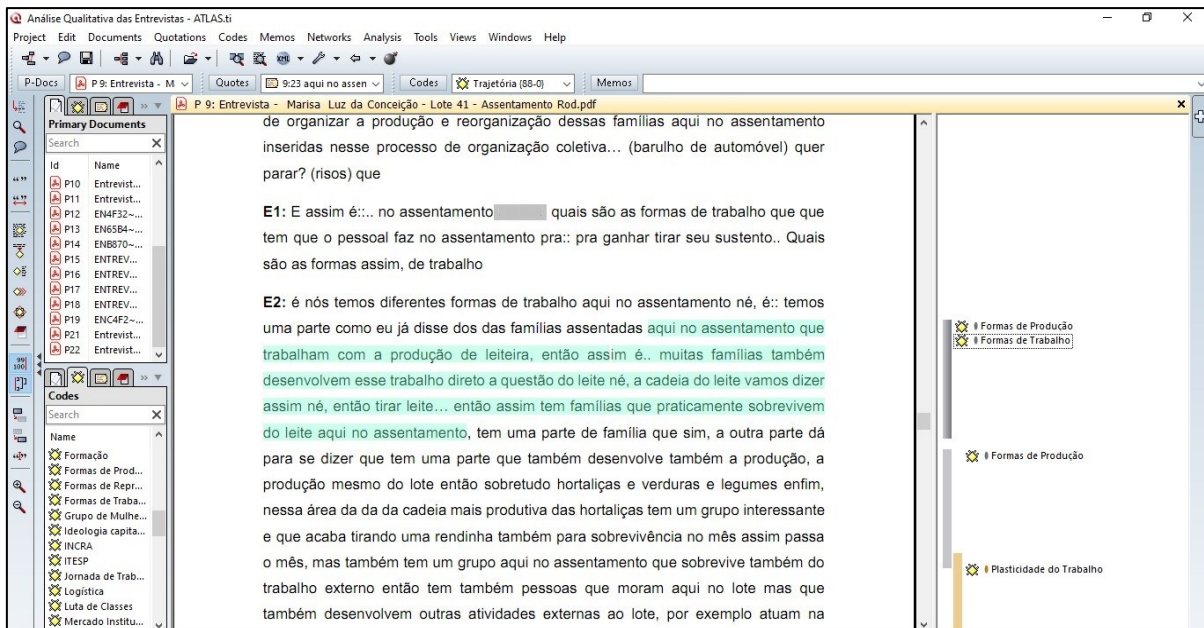
E para Colegene e Mello (1998 p. 153):

Após a organização das informações e necessário elaborar categorias que permitam a leitura seletiva dos textos de entrevista. Essa elaboração necessariamente deve ser orientada pela problemática e pelas hipóteses da pesquisa, não sendo, portanto, aleatória. Contudo, sempre que as categorias se revelam limitadas, é possível se proceder a sua reformulação ao longo do processo de pesquisa.

A conceitualização e a categorização nos permitiu o exercício de reflexão juntamente com a problemática e as hipóteses da pesquisa. Inicialmente lemos todas as entrevistas e a partir do referencial teórico criamos “categorias” que são centrais para o pleno exercício dos conceitos por nós assumidos.

Tomemos o exemplo do procedimento adotado com o *Atlas Ti* na análise da entrevista realizada com uma camponesa assentada no Assentamento Rodeio (Figura 1).

Figura 1: Seleção de trecho de entrevista e nomeação através dos conceitos



Fonte: Arquivo do autor, 2023.

Nesse processo foram analisadas todas as entrevistas, uma por uma, e criadas 13 categorias que foram constituídas por 81 conceitos que correspondem a 2.163 trechos relacionados. Existem trechos que foram selecionados por mais de um conceito pelo fato de se relacionarem diretamente ao contexto do assunto em pauta (Figura 2). É importante mencionar que os *softwares* apenas nos auxiliaram na seleção e nomeação das categorias e conceitos, ou seja, resultam da nossa interpretação.

Figura 2: Análise qualitativa das entrevistas: categorias e conceitos

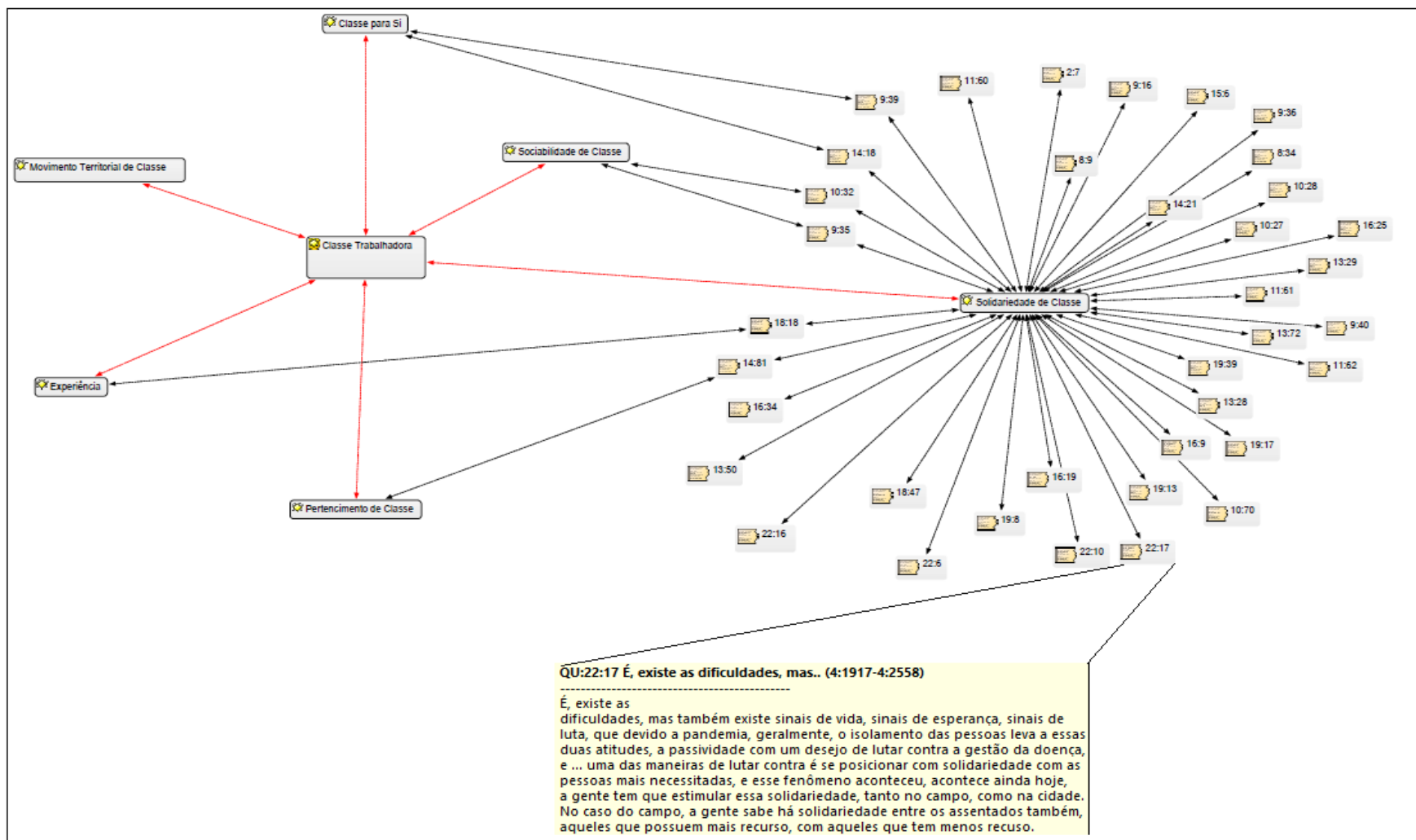
<ul style="list-style-type: none"> ▼ Campepinato (5) <ul style="list-style-type: none"> Campepinato {9-0} Família {34-0} Formas de Produção {118-0} Formas de Reprodução {79-0} Trabalho Familiar {2-0} ▼ Classe Trabalhadora (7) <ul style="list-style-type: none"> Classe em si {18-0} Classe para Si {34-0} Experiência {123-0} Movimento Territorial de Classe {36-0} Pertencimento de Classe {47-0} Sociabilidade de Classe {35-0} Solidariedade de Classe {55-0} ▼ Economia Capitalista (5) <ul style="list-style-type: none"> Endividamento {1-0} Ideologia capitalista {26-0} Renda da Terra {1-0} Subordinação {5-0} Titulação das Terras {6-0} ▼ Luta (9) <ul style="list-style-type: none"> Articulações Políticas {52-0} Conflitos {85-0} Desmobilização {4-0} Enfrentamento {29-0} Feminismo {6-0} Formação {41-0} Luta de Classes {40-0} Ocupações {6-0} Políticas Públicas {66-0} 	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Organização Política (4) <ul style="list-style-type: none"> Associação/Cooperativa {35-0} Diretrizes do Movimento {12-0} Grupo de Mulheres {15-0} Modos de organização política {37-0} ▼ Patriarcado (1) <ul style="list-style-type: none"> Patriarcado {8-0} ▼ Políticas Públicas (11) <ul style="list-style-type: none"> Apaziguação de Conflitos {2-0} Burocracia {5-0} Desmorte {13-0} INCRA {9-0} ITESP {14-0} PAA/CONAB {79-0} PNAE {17-0} Política de demanda {4-0} PPAIS {2-0} PRONAF {10-0} Regularização Fundiária {2-0} ▼ Religião (1) <ul style="list-style-type: none"> Simbologia Religiosa {58-0} ▼ Reprodução Ampliada da Vida (3) <ul style="list-style-type: none"> Condições reais objetivas de sobrevivência {42-0} Qualidade de Vida {62-0} Renda {34-0} ▼ Resistência (6) <ul style="list-style-type: none"> Condições reais objetivas de sobrevivência {42-0} Desafios {16-0} Economia Moral {48-0} Resistência {60-0} Resistência Cotidiana {30-0} Utopia {28-0} 	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Soberania Alimentar (8) <ul style="list-style-type: none"> Agroecologia {20-0} Agroindústria {12-0} Cestas {3-0} Comercialização da Produção {29-0} Feiras Livres {0-0} Logística {2-0} Mercado Institucional {1-0} Soberania Alimentar {1-0} ▼ Território (6) <ul style="list-style-type: none"> Acampamento {27-0} Assentamentos {25-0} Áreas Comuns {0-0} Modo de parcelamento {5-0} Terra de Trabalho {4-0} Território {2-0} ▼ Trabalho (14) <ul style="list-style-type: none"> Controle do Processo Produtivo {15-0} Degradação do Trabalho {2-0} Diárias {14-0} Formas de Produção {118-0} Formas de Trabalho {13-0} Jornada de Trabalho {1-0} Plasticidade do Trabalho {61-0} Tempo {4-0} Trabalho {4-0} Trabalho Alienado? {21-0} Trabalho coletivo {4-0} Trabalho Familiar {2-0} Trabalho Ontológico {26-0} Trajetória {99-0} ▼ Titulação das Terras (2) <ul style="list-style-type: none"> Titulação das Terras {6-0}
<p>Entre () o número de conceitos Entre { } o número de trechos nomeados nas entrevistas analisadas</p>		

Fonte: Arquivo do autor, 2021.

Podemos observar na Figura 2 que há categorias com maior número de conceitos, como no caso da categoria trabalho, e com número expressivo de trechos correspondentes. No entanto, essa quantificação não foi levada em conta para a análise em si, mas sim o conteúdo dos trechos. Pois há conceitos que foram correlacionados com apenas um ou dois trechos de entrevistas, mas estes foram tratados com a mesma importância por trazerem informações de grande relevância para a pesquisa.

No processo de categorização e nomeação tivemos condições, através da ferramenta *Network Views* do *Atlas Ti*, de visualizar todos os trechos correlacionados a determinados conceitos e categoria. Podemos observar esse processo no exemplo da categoria *classe trabalhadora*, com destaque para o conceito de *solidariedade de classe* e os trechos correlacionados. (Figura 3).

Figura 3: Visualização da “categoria” classe trabalhadora no *Atlas Ti*



Fonte: Arquivo do autor, 2021.

Como podemos observar, existem trechos que se correspondem a mais de um conceito, pelo fato de se relacionarem diretamente. É possível realizar essa visualização com todas as categorias e com todos os conceitos, o que otimizou o uso dos trechos de entrevistas no corpo do texto da tese, pois como supracitado, são centenas de trechos e que no *Atlas Ti* pudemos visualizá-los de forma sistematizada.

Obviamente nem todos os trechos foram utilizados, no entanto nos serviram para refletir os processos, em decorrência não comparecem no corpo do texto. A intenção era fazer a interconexão entre o assunto abordado nas entrevistas com o referencial teórico, a fim de afirmar e elucidar questões que permeiam a tese. Os trechos das entrevistas que aparecem no texto, foram citados de forma direta e indireta, e destacados em *itálico* para diferenciá-los das citações teóricas.

Consideramos a análise do conteúdo das entrevistas enquanto um processo rico da pesquisa, pois é um dos momentos privilegiados que podemos dialogar com a teoria e compreender através das falas, indagações e interpretações da realidade. E no caso dos camponeses assentados, apreender também momentos das trajetórias e experiências de vida e trabalho. E ainda, a interpretação das entrevistas foi definidora para os entendimentos específicos e gerais dos camponeses assentados, de suas famílias, enquanto sujeitos que criam vínculos com o movimento de luta e de resistência dos trabalhadores em geral, todavia, expressando especificidades identitárias e de pertencimento. E também a plasticidade revelada e expressão material das subjetividades nem sempre enfatizadas, puderam ser notadas e identificadas em pormenores com a finalidade de ganhar a importância dos entendimentos que se somatizam enquanto compreensão dissipada da condição de trabalhador(a).

Assim, os entendimentos oriundos das experiências individuais e coletivas dos camponeses assentados, revelados durante as entrevistas, mas também em fragmentos, desarticulados, durante as demais experiências e contatos, não nos põem dúvidas sobre a relação direta entre as noções e posturas que revelam aspectos diferenciais e que estão na origem da consciência identitária e social enquanto sujeitos do trabalho, com experiências mais abrangentes da leitura comunitária.

Ao mesmo tempo, através das entrevistas, complementamos o que enxergamos para além do aparente nos trabalhos de campo.

2.3 As informações secundárias

Além de informações primárias, também trabalhamos com fontes secundárias que foram complementadas com as informações de campo. Trabalhamos principalmente com informações disponíveis no *site* da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que contém: o portal da Transparência Pública do PAA e o Histórico de Operações da CONAB, referentes ao PAA (2010-2020). Como também informações disponíveis no Banco de Dados DataCETAS²⁷, referentes à espacialização do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema, e dados do projeto Cestas Raízes do Pontal. O DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra²⁸, foi utilizado para acessarmos informações sobre a quantidade de assentamentos e o número de famílias assentadas na região.

Também foi importante os dados da Caderneta de Campo do ITESP, Produção Vegetal/Animal – Safra 2017/2018, para exemplificarmos a diversidade de produção dos assentamentos rurais assistidos pelo ITESP, no Pontal do Paranapanema. O ITESP atualmente assiste 99, dentre os 117²⁹ assentamentos de reforma agrária instalados na região. Os dados da Caderneta de Campo do ITESP não cobrem os 18 assentamentos do INCRA, no entanto, podem refletir qualitativamente a característica da produção das famílias de camponeses assentados no Pontal do Paranapanema.

O Portal da Transparência Pública do PAA foi utilizado para obtermos as informações quantitativas relacionadas às associações, cooperativas e famílias assentadas que estavam vinculadas ao PAA no Pontal do Paranapanema no período de 2010 a 2020. A busca foi realizada apenas nos 17 municípios do Pontal do Paranapanema que contêm 117 assentamentos territorializados. Parte das associações e cooperativas que têm suas sedes registradas em assentamentos também têm famílias associadas que não são assentadas, ou seja, camponeses não assentados. Para desmembrar apenas as famílias de camponeses assentados, selecionamos os beneficiários fornecedores que a CONAB identifica como Assentado de Reforma Agrária.

Assim, buscando município por município, pudemos contabilizar a quantidade de assentados que participavam do PAA no Pontal do Paranapanema, de 2010 a 2020, bem como

²⁷ Trata-se de banco de dados não convencional, construído no âmbito do Projeto Temático/FAPESP (2012/23959-9), com vigência de agosto de 2013 a julho de 2019, e conta com um *software* que atua como interface à lógica de conexão com o banco de dados. O acesso ao DataCETAS ainda é restrito para membros do Projeto Temático e sua interface pode ser visualizada em: <<http://datacetas.fct.unesp.br>>. Acesso em 15 de nov. de 2021.

²⁸ Trabalha diretamente com o levantamento, no âmbito nacional, das ações protagonizadas por movimentos sociais de luta pela terra, entre outras entidades sociais que realizam atividades, que envolvem a temática da questão agrária brasileira.

²⁹ DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2022.

o número de associações e cooperativas envolvidas nos municípios territorializados por assentamentos.

Também foi importante a busca de dados no sítio do Ministério da Cidadania que é responsável pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). A SAGI disponibiliza dados sobre os programas sociais do Ministério através de ferramentas que espelham as ações de políticas públicas de assistência social nos municípios do Brasil. Os dados apurados nos permitiram apreender a quantidade de pessoas assistidas pelo Cadastro Único (CadÚnico) no Pontal do Paranapanema em situação de pobreza e extrema pobreza.

Para elaboração do Mapa 1 utilizamos informações sistematizadas no DataCETAS sobre a espacialização da área cultivada com cana-de-açúcar, territorialização dos assentamentos e das terras julgadas devolutas no Pontal do Paranapanema³⁰. O Mapa 2, foi elaborado a partir de dados por nós sistematizados, junto ao portal da Transparência Pública do PAA³¹.

Por fim, não menos importante, foram utilizadas informações divulgadas em jornais e sítios de abrangência nacional e produzidos pelos movimentos sociais, em especial do MST, e pelo jornal Brasil de Fato.

³⁰ Todos os mapas foram elaborados pela equipe de mapeamento do CEETAS utilizando o Sistema de Informação Geográficas (SIG) *ArcGis, versão 10.1*.

³¹ Disponível em:

<<https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>. Acesso em: 20 de abril de 2021

3. A LUTA PELA TERRA NO PONTAL E O MOVIMENTO DE IDENTIDADE DE CLASSE

Nesse capítulo, discutiremos os protagonismos dos sujeitos por meio das suas diferentes experiências, trajetórias laborais/ocupacionais que nos possibilitam compreender a composição da classe trabalhadora nos assentamentos, que passa por uma gama de processos no âmbito da luta pela terra e por trabalho no Pontal do Paranapanema, desde início do século XX. Essas complexas relações nos são imprescindíveis para apreendermos o processo histórico de construção, do entendimento da classe trabalhadora.

Não obstante, a luta pela terra no Pontal do Paranapanema se iniciou com os grupos indígenas e posseiros contra os latifundiários, ditos “desbravadores”, “homens do progresso” e “agentes do desenvolvimento”. (BORGES, 2001). Atualmente a disputa pela terra é entre sem-terras contra latifundiários aliados a grupos e representantes do capital agroindustrial canavieiro, nacional e internacional.

3.1 Daqui somos, outros iguais vieram, aqui lutaremos e viveremos!

Os indígenas e posseiros iniciaram o processo de luta contra a grilagem de terras e a concentração da propriedade no Pontal do Paranapanema. Os povos indígenas tiveram suas terras tomadas e pilhadas por meio de violência, extermínio no séc. XIX e início do séc. XX. Foram caçados em meio às matas e dizimados³². O que se pregava, pelos viajantes das frentes “pioneiras”, era que para que essas terras se desenvolvessem era necessário eliminar os indígenas. “As menções ao indígena que surgem nos relatos são depreciativas e consolidam a ideia de que o extermínio desses povos era a decisão mais adequada para o sucesso do povoamento na região” (GIAVARA, 2008. p. 119).

A esse respeito Feliciano (2009) enfatiza:

A luta travada entre os povos indígenas e não indígenas na região foi de extrema violência, assim como todo o processo de desenvolvido no Brasil. Para a ocupação do território sob ordem capitalista era necessária a destruição de outro território. (p. 219)

³² Os primeiros conflitos que se têm registro foram com os migrantes mineiros que vieram para a região povoar as terras griladas por José Theodoro de Souza, [...] “figurado como um grande herói desbravador das terras desconhecidas do Oeste” [...]. (SOBREIRO FILHO, 2013. p.64),

Para Borges (2001, p.71), os povos indígenas do Pontal do Paranapanema “[...] explicitam também uma história de luta, permeada de violência, até serem exterminados, restando para a população da região uma memória esparsa, nublada e perdida por entre a figura dos “desbravadores” e “pioneiros”. [...]”.

Outra justificativa para o extermínio dos indígenas, disseminadas pelos ocupantes desconhecidos, “[...] era tornarem-se realmente senhores daquelas terras que o “registro” lhes atribuía, consentindo ou não os donos “primitivos”. Quando se perguntava, na época, sobre o registro ou escritura das terras nos momentos de negociações, costumeiramente dizia-se: *a escritura sou eu [...]*” (FELICIANO, 2009, p.223, destaque do autor)

Posseiros³³, de forma diferenciada, também foram vítimas desse processo. Esses ocupavam pequenas porções dessas terras com lavouras, eram eles pescadores, agricultores e criavam animais para a reprodução simples da vida³⁴. Por esse motivo, para os viajantes das frentes pioneiras, tanto os indígenas como os posseiros representavam formas de vida inapropriadas para o desenvolvimento da região. Nos relatórios dos viajantes apareciam como “indolentes” e “vadios” e que produziam uma agricultura ineficaz e degradante do meio ambiente (GIAVARA, 2008).

O Estado e a classe dominante representada pelo discurso desses viajantes condenavam e condenam as formas de relação com a terra que estabelecem os indígenas e posseiros, porque para esses sujeitos, respectivamente, o que ocorre é a propriedade tribal comunitária e a posse. Formas de propriedade que se diferenciam substancialmente da propriedade capitalista. (OLIVEIRA, 2001). Para o autor são:

Formas de propriedade que instauram a subversão da propriedade capitalista. Formas de propriedades que distinguem fundamentalmente a terra de trabalho da terra de exploração; distinguem a terra para trabalhar da terra para explorar o trabalho alheio. É por isso que o Estado e as classes dominantes se levantam contra essas formas de propriedade, tentando por todos os meios aniquilá-las. (p.107)

No Pontal do Paranapanema os povos indígenas foram aniquilados totalmente e os posseiros, segundo Borges (2001):

³³ Os posseiros historicamente se apropriam de pequenos pedaços de terra para a produção de sua existência. E, [...] “são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros” [...]. (OLIVEIRA, 2007, p.135).

³⁴ Entendemos reprodução simples da vida enquanto atividades que os sujeitos desenvolvem para continuar se reproduzindo, em que envolve trocas monetárias ou não, sem fins estritos ao acúmulo de capital.

Expulsos, expropriados, tendo quase sempre as suas roças e plantações queimadas, serviram, de início [...] como abridores de caminhos para o povoamento e, no decorrer do século XX [...], como mão-de-obra para a derrubada das árvores e formação de pastagens, contribuindo para a legitimação das áreas do grileiro. (p. 70).

Nessa conjuntura os posseiros eram expropriados, por meio da violência praticada pelos grileiros através de seus jagunços e migravam de terra em terra. Até o momento em que os posseiros eram úteis, enquanto mão de obra para acumulação de renda dos coronéis, eram mantidos, quando não, eram expulsos, eliminados. Essa era uma das ações utilizadas pelos grileiros para legitimar o poder sobre as terras, que estavam em processo de ocupação, no entanto, do desconhecido que se dizia dono. A respeito dos posseiros e dessas estratégias de ocupação dos latifundiários na região, Antonio (1990), resume de forma especial:

Esses pequenos produtores rurais contribuíram para resolver a médio prazo a escassez de mão-de-obra nessa nova área ocupada, (década de vinte a sessenta), e comandada pelos grupos econômicos, foi através da apropriação das terras indígenas, inicialmente, e, numa segunda fase, expulsão desses camponeses para que possam reproduzir novamente a estratégia do capital – com ocupação de novas áreas –, que esses grupos econômicos, constituídos por latifundiários/grileiros, idealizaram e promoveram esse processo de ocupação. (p. 13).

A ocupação efetiva do desconhecido na região aconteceu após a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, no início do século XX. E anteriormente ao início da construção da linha férrea, iniciada em 1889, da Vila de Botucatu até o Rio Paraná em Presidente Epitácio, Feliciano (2009) enfatiza que:

[...] décadas foram dedicadas ao aperfeiçoamento de técnicas e estratégias de grilagem de terras, fazendo com que a região do Pontal do Paranapanema se configurasse até a atualidade em um emaranhado de títulos e escrituras sem nenhum amparo legal. (p. 223).

Esse processo de grilagem de terras também advém das contradições reservadas à primeira Lei de Terras de 1850, instituída no Brasil. A partir de então a concessão de sesmarias para quem tivesse condições de cultivá-las, foi substituído pelos mecanismos de compra e venda. A lei permitia que pessoas com o domínio das sesmarias regularizassem e registrassem suas áreas através da compra. E para o Estado, as terras que sobrassem, seriam suas, ou seja as terras devolutas. No entanto, como em outras regiões do Brasil, no Pontal do Paranapanema o registro dessas terras, não teve eficácia [...] pois, a origem dos títulos sempre foi questionada

por conter no seu processo de constituição razões não explicadas e de caráter duvidoso. (FELICIANO, 2009, p. 229)

Assim foi se constituindo o processo de grilagem no Pontal do Paranapanema e no século XX se aperfeiçoando e se legitimando por outras estratégias. No início deste século, no Pontal do Paranapanema, com a Estrada de Ferro Sorocabana chegando às margens do Rio Paraná - Presidente Epitácio em 1922 -, acelera-se o processo de avanço da cultura de café na região e a venda de grandes lotes de terras. Procedimento que viabilizou a legitimação do grilo, e o estabelecimento de municípios e distritos. Mais uma vez, com a venda de lotes de terras, os posseiros eram obrigados a deixar as terras que “pertenciam” aos grileiros.

Os posseiros se subordinavam na condição de meeiro e parceiros³⁵ na cultura de café para continuarem sobrevivendo na terra. Para esses, também eram cedidas pelos fazendeiros, de forma temporária, pequenas porções de terra para o desenvolvimento da agricultura de subsistência. Outros viam suas pequenas posses, que lhes serviam para a criação de pequenos animais, sobretudo porcos e o cultivo da agricultura autossuficiente, se diluindo em meio a grilagem. Sem capacidade de resistir, lhes restavam, mais uma vez procurar outras áreas em que pudessem plantar e criar seus animais. Se os posseiros não aceitassem essas condições, lhes restavam a carabina, a bala, o fogo, os sete palmos de terra.³⁶

Nesse processo também se juntaram aos meeiros e parceiros locais, pequenos arrendatários³⁷ migrantes dos estados vizinhos (Paraná; Mato Grosso do Sul e também de Minas Gerais, seguindo o processo anterior de ocupação, desde meados do século XIX), atraídos para trabalharem nas terras, cultivando café. Também se somaram no cultivo da terra, imigrantes alemães, italianos, espanhóis e japoneses, trazidos para a região a partir de 1922, para trabalharem no avanço da Estrada de Ferro Sorocabana, concomitante, a expansão da cafeicultura.

³⁵ Há muitas formas no Brasil que definem a relação de meeiro e parceiro. Por vezes o “proprietário” cede um pedaço de terra, em que o camponês entra com o trabalho da família e as sementes. Em outros casos, o camponês entra com o trabalho familiar na terra cedida e o proprietário com os insumos para a produção. A colheita é repartida entre o camponês e o proprietário, de acordo com o combinado. Este, na maioria das vezes, é realizado de forma oral, e o subordinado no caso, é o camponês. Pois se há fartas colheitas, ambos ficam com o combinado da produção. Se há pequena colheita, o “prejuízo” também é dividido entre proprietário e o camponês (OLIVEIRA, 2007).

³⁶ Na linguagem popular é o mesmo que morrer, ser enterrado.

³⁷ Camponeses se- terras que arrendam pequenas porções de terras (em geral de grandes proprietários de terras) para produzirem alimentos através do trabalho de suas famílias e garantirem sua reprodução. Diferem dos arrendatários capitalistas, que arrendam terra para a exploração do trabalho na produção agrícola a fim de gerar mercadoria (OLIVEIRA, 2007).

Porém, “[...] logo após a crise que abalou a economia mundial em 1929, seguida de recessão, na região, a cultura do café foi substituída pelo cultivo do amendoim e algodão [...]” (SOBREIRO FILHO, 2012, p. 87).

A queda do preço do café e a situação duvidosa das terras no Pontal contribuíram fortemente para desvalorizar e desacelerar o processo de comercialização das terras na região. Porém, posteriormente, com a eleição de Getúlio Vargas à Presidência e a recuperação da economia as terras no Pontal voltam a se valorizar aumentando assim o número de ocupantes e posseiros na região. (p.87).

Esse momento da crise e pós crise marca a intensificação da disputa de terras no Pontal do Paranapanema, entre grileiros, posseiros, e sem-terras migrantes. Acirrava-se o processo da grilagem com o intuito da venda e tentativa de legitimação das posses ilegais. Ao mesmo tempo, tardiamente, o governo do Estado de São Paulo, reconhecia que a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio³⁸, um dos símbolos do grilo na região, de “posse” de Manuel Pereira Goulart era terra devoluta. Assim, em 1932, o estado também alertou sobre o perigo de compra de terras na região (LEITE, 1981). No entanto, o processo de compra e venda, e a tentativa de legitimação do grilo ainda continuou e os beneficiados foram apenas os fazendeiros, políticos da região ou pessoas que tinham ligações com o governo do Estado.

Exemplo da continuidade do processo de legitimação do grilo foi a venda fracionada do que restava da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, pelos parentes de Manoel Pereira Goulart, principalmente seu filho Francisco de Paula Goulart e a ocupação através do desmatamento e implantação de fazendas de criação de gado em três reservas florestais que o Governo Estadual criou em 1940. Ou seja: Lagoa São Paulo, Grande Reserva do Pontal e Morro do Diabo, que juntas, somavam 321.785 hectares.

Diante da proteção do Estado aos grileiros e toda sorte de manobras, manipulações, negociatas etc., deste total de terras públicas, originárias das Reservas Florestais, sobrou apenas o Morro do Diabo com 37.000 hectares, e hoje denominada Parque Estadual Morro do Diabo, localizado no município de Teodoro Sampaio. As outras foram consumidas pela fome insaciável dos grileiros pelas terras públicas, desmatamento, avanço das pastagens (LEITE, 1981; FERNANDES, 1996; FELICIANO, 2009; SOBREIRO FILHO, 2012) e a chegada do

³⁸ A região conhecida hoje como Pontal do Paranapanema seria constituída de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. No entanto, a história de sua formação demonstra ligação com uma outra posse, contígua ao norte, à Fazenda Boa Esperança do Aguapei, ou seja, sua origem também era duvidosa. A Fazenda Pirapó – Santo Anastácio, fora denominada de “grilo mãe”, na qual foram surgindo outras fazendas “nascidas” no processo de grilagem da genitora. (FERNANDES, 1996; FELICIANO, 2009; SOBREIRO FILHO, 2013)

monocultivo da cana-de-açúcar, especialmente, a partir de 2005, nas terras do Pontal do Paranapanema. (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2017).

Nesse processo, os posseiros foram prejudicados e dessa vez somados aos imigrantes. Pois, “[...] muitas fazendas da região foram construídas através do abuso do trabalho de posseiros e imigrantes que trabalhavam com a promessa de posteriormente poder produzir na área, mas acabavam sendo expulsos ou eliminados das terras [...]” por jagunços conhecidos como “quebra milhos³⁹” (SOBREIRO FILHO, 2012. p. 89).

A grilagem de terras e a resposta a esse processo que gerava diversos conflitos é elemento estruturante da questão agrária no Pontal do Paranapanema. Assim, não podemos deixar de evidenciar que na busca pela sobrevivência e lutando contra “desbravadores” e “pioneiros”, verdadeiros grileiros, isso sim, das terras ditas “desconhecidas” do Vale do Paranapanema, quais sejam, os indígenas, posseiros, meeiros e trabalhadores da terra, realizam ações germinais⁴⁰, dos movimentos organizados de luta pela terra, formados no final da primeira metade do século XX e, conseqüentemente, a constituição do MST nos anos 1990. (BORGES, 2004).

3.2 A organização da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP

No final da primeira metade do séc. XX, a organização da luta política dos camponeses se torna substancial no processo de luta pela terra contra os latifundiários em todas as regiões do Brasil, ainda que convivendo com outras formas de luta e de resistência de tempos anteriores⁴¹. Desse modo, mas assumindo determinadas peculiaridades locais, “[...] entre o final dos anos 1940 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país [...]”, uns duradouros e outros de resultados curtos. (MARTINS, 1981, p. 67).

Nesse contexto, em que no Brasil evidenciava a luta dos camponeses contra os latifundiários, ocorre no Pontal do Paranapanema, em 1946, a primeira organização de luta pela terra que se tem registro. Foram posseiros, meeiros, pequenos arrendatários e demais

³⁹ “[...] capanga contratado por grandes grileiros com o fito de expulsar outros grileiros e portadores de falsos títulos de domínio, bem como os posseiros [...]” (LEITE, 1981, p. 53)

⁴⁰ Borges (2004) a esse respeito defende na sua tese de doutorado, em história, por meio de levantamento documental detalhado, histórico dos principais sujeitos envolvidos na luta pela terra (indígenas, posseiros, meeiros), sendo suas ações “germinais” (palavra da autora) para a constituição de movimentos de luta pela terra no séc. XX e conseqüentemente a constituição do MST no Pontal do Paranapanema-SP.

⁴¹ Nos referimos ao que Martins (1981) chama de messianismo e banditismo, a título de exemplos, respectivamente, o movimento de Canudos e Contestado, e o Cangaço.

trabalhadores rurais que mobilizados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) da região, formaram a Liga de Santo Anastácio. A intenção do Partido com a Liga era reunir, segundo Welch (2010):

“[...] todos os pobres e médios trabalhadores da terra, de uma diversidade de relações de trabalho, em uma categoria só. [...]. Mais de 200 camponeses, em sua maioria arrendatários, sitiantes, meeiros e terceiros participaram no encontro da fundação da Liga. [...] A Liga serviria para orientar a luta em busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da terra. (p. 211).

No mesmo ano foi elaborado pela Liga uma petição que fora encaminhada ao Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo - sendo, pois, este, fazendeiro e ligado aos latifundiários -, que reivindicava a divisão gratuita dos latifúndios para os que queriam plantar e políticas públicas a fim de oferecer melhores condições para os camponeses. A resposta não tardou a repreender severamente a Liga, que foi exterminada em junho de 1946 pela polícia local (WELCH, 2010, p. 211-212). O período seguinte, início da segunda metade do século XX, marca mudanças significativas na região, tanto do projeto de ocupação do Pontal do Paranapanema, agora com a legitimação do grilo, ou seja, com o aval do Estado, assim como a organização da luta pela terra, protagonizada por diversos trabalhadores da terra (posseiros, pequenos arrendatários, meeiros, imigrantes “sitiantes”, entre outros).

Com a expansão da ferrovia através da construção do Ramal de Dourados⁴², também se legitimava o grilo com a venda de lotes rurais e urbanos, áreas de terras devolutas comercializadas por Companhias Colonizadoras com o aval do Estado (BORGES, 2004). O cenário era de expansão territorial, no qual o processo de grilagem no Pontal do Paranapanema era viabilizado com o aval do Estado. Iniciava-se um processo intenso de formação de núcleos de povoação e na sequência as cidades. Esse processo atraiu para a região, dezenas de milhares de trabalhadores em busca de novas oportunidades. Cunha e Aranha (1992) demonstram, por meio de pesquisa relacionada à ocupação populacional do Pontal do Paranapanema, o perfil das atividades econômicas, que demonstra haver em 1940, na região, 216.500 habitantes, e na década seguinte, 349.755.

O período 40/50 representou o auge do seu processo de ocupação e, em consequência, registrou altas taxas de crescimento tanto da população urbana

⁴² “[...] objetivo de dar prosseguimento ao Ramal da Estrada de Ferro Sorocabana que atravessaria o rio Paraná e chegaria a Ponta Porã em Mato Grosso, no tempo presente Mato Grosso do Sul, passando por Dourados. Daí o projeto ter como denominação “Ramal de Dourados”. (BORGES, 2004. p. 93).

(6,91% a.a.), quanto da rural (4,34% a.a.). Este acréscimo deveu-se, sobretudo, à ocupação das últimas áreas de fronteiras agrícolas e, também, à intensa formação de cidades e vilas, que atraiu um elevado número de pessoas para esta área, resultando em uma taxa de crescimento populacional elevada para a Região, da ordem de 4,91% a.a. na década de 40. (p. 16).

Ainda, no período de 1950 a 1960, há um aumento no número de trabalhadores que necessitavam de terras para trabalhar. Borges (2004), enfatiza:

Num cenário de expansão territorial baseado na exploração da mão-de-obra camponesa e na violação da natureza, era preciso “marcar” a terra, “risca-la” e ter a sua jurisdição, não importando quantas vidas tivessem que pagar por isso. A abertura de novos povoados, devido à chegada dos trilhos, tornou-se chamariz, nas décadas de 1950 e 1960, para os trabalhadores pobres, principalmente nordestinos, na busca de melhores condições de trabalho e de vida, como, por exemplo, pela ação da empresa colonizadora Camargo Corrêa, na construção da cidade de Rosana, nos anos 60. (p. 94).

Nesse momento também se intensifica a pecuarização das terras em detrimento dos meeiros e pequenos arrendatários que se subordinavam aos fazendeiros e continuavam na terra, cultivando lavouras de subsistência e parcelas de produtos comerciais. O Estado traçava um projeto de desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, em que ao mesmo tempo que atraía trabalhadores pobres para a região expulsava outros e, se intensificava os mecanismos de subordinação. Para Borges (2004):

“[...] A situação de constante mobilidade vivida pelos camponeses pobres marcou o histórico da região do Pontal, os quais, no decurso dos anos 50 e 60, trabalhando de terra em terra, cultivando as suas roças de subsistência, com produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, buscavam retirar ao menos o mínimo para a subsistência anterior ao tempo em que teriam que dar início à formação de pastagens, por aproximar-se o fim dos contratos. Ou mesmo no tempo em que os fazendeiros assim desejassem, já que esses contratos eram estabelecidos de “boca” [...]”. (p. 110).

Devido a esse processo muitos desses meeiros e arrendatários voltam à condição de posseiros embrenhados no coração das fazendas. Na década de 1960, no Brasil inteiro, também emergiam ações de movimentos sociais de luta pela terra organizados por diferentes organizações pulverizadas ou trabalhadores isolados, entre esses posseiros, meeiros, arrendatários, migrantes, demarcando fortes traços da resistência camponesa.

Movimento de grande importância da luta organizada pela terra, nesse período, foi o das Ligas Camponesas no interior de Pernambuco. Através de associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco e posteriormente na Paraíba, e em outras regiões do Brasil, as Ligas Camponesas, sob a liderança de Francisco Julião, exerceram intensa

atividade contra a estrutura latifundiária colonial e pós-colonial no país até o golpe militar de 1964.

Para Oliveira (1993),

O movimento das Ligas Camponesas tem que ser entendido, não como um movimento local, mas como manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país. (p. 27).

Assim, nos anos de 1960 emergiam organizações, manifestações e reivindicações de camponeses, que, por conta das dificuldades de inserção perene nas atividades econômicas, realizavam atividades diversas e difusas, fossem urbanas, fossem rurais, todavia com as atenções para a retornarem para a terra de trabalho. No Pontal do Paranapanema os camponeses, de formas assemelhadas, com o que vinha acontecendo no Brasil, segundo Antonio (1990):

[...] recusando-se a continuar na proletarização e empobrecimento acentuados e, ainda, recusando-se a buscar nas novas fronteiras a tentativa de se reproduzirem como trabalhadores livres, procuraram, através do movimento de resistência, de ocupação, e de reivindicação conquistar as suas terras de trabalho, neste mesmo território paulista. (p. 4)

Um desses movimento é a União dos Trabalhadores Agrícolas (UTA) fundada em 1962. Com base nas notícias da época, veiculadas no Jornal Regional “O Imparcial”, é que o líder Jofre Correa Neto, instalando-se na cidade de Presidente Prudente, influenciava e arregimentava o homem do campo pouco esclarecido de movimentos de caráter político para compor os núcleos da UTA. Tal interpretação jornalística tem uma leitura de que posseiros e arrendatários não tinham capacidade de tal organização, atribuindo a culpa ao “líder vermelho”⁴³. (BORGES, 2004).

A esse respeito há outros registros por meio dos quais o Jornal "O Imparcial" reiteradamente atribuía desconfiança à UTA e, especialmente, à liderança de Jofre Correa Netto. Em decorrência, a sociedade local/regional controlada pelos grileiros/pecuaristas e comerciantes emergentes, barravam iniciativas dos trabalhadores em geral, especialmente ações direcionadas à conscientização dos direitos, da busca do acesso às terras públicas griladas etc.,

⁴³ Era como se posseiros tivessem uma índole de boa conduta, que estava sendo prejudicada pelas influências comunistas de Jofre Correa Neto. Ainda, é necessário enfatizar que não era Jofre, exclusivamente, que constituía os movimentos de luta pela terra, mas os movimentos a constituía como representação.

bandeiras, aliás, defendidas pela UTA, com vistas a constituir os núcleos de resistência e de ações decorrentes.

Outra organização, famosa na década de 1960, foi a de posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários e “pequenos proprietários” que resultou na ocupação da Fazenda Rebojo, município de Estrela do Norte em 1964. Os camponeses ocuparam a Fazenda por mais de vinte anos e na ocasião o fazendeiro João Diniz Alvim entrou com um pedido de despejo das famílias, que se organizaram em um movimento de resistência para não saírem da área.

Feliciano (2009) explica o que resultou nessa resistência:

Na ocasião, um suposto proprietário da fazenda, chamado João Diniz Alvim, utilizava da mão de obra tanto dos “pequenos proprietários”, como dos posseiros e 170 parceiros, com a finalidade de legitimar sua posse ilegal e, além disso, conseguir acumular renda pelo trabalho das famílias. Após o uso do trabalho camponês para abrir a fazenda e de certa forma legitimar a grilagem, João Diniz entrou com pedido de liminar de reintegração de posse para despejar as famílias da sua propriedade. (p. 169-170).

Havia um momento de tensão e conflito, os camponeses estavam revoltados, exigiam seus direitos e alguns deles alegavam que só sairiam de suas terras na condição de mortos. Ao mesmo tempo, resistindo ao fazendeiro e seus jagunços, os camponeses contrataram um advogado para defendê-los. Estes feitos resultaram na exposição do conflito que chegou até o gabinete do presidente da República João Goulart, que através do Decreto federal nº 53.830, de 1964, desapropriou a terra para fins de interesse social. Em 1967 a fazenda foi legalizada com a implantação de um projeto de reforma agrária (FELICIANO, 2009).

Quanto ao Estado, entendemos que foi uma ação para apaziguar uma situação de conflito naquele momento e ao mesmo tempo agir de forma pontual contra o processo de grilagem na região. Tanto que depois da desapropriação, o conflito ainda se estabeleceu durante 10 anos, sendo que contraditoriamente no período os “pequenos proprietários”, supracitados, [...] que através da união com os parceiros, meeiros e arrendatários para expulsar um grande grileiro, não queriam mais dividir a área conquistada junto com estes [...]”. E o Estado extinguindo a Superintendência de Política Agrária (SUPRA)⁴⁴, [...] que havia iniciado o processo e estabelecido de que a área seria dividida com todos os envolvidos na luta [...]” permitiu com o novo órgão, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que muitas famílias fossem despejadas. Como não havia projetos de assentamentos estabelecido pelo Estado, na época se configurou o Projeto Integrado de Colonização Rebojo. A área possui uma

⁴⁴Com a aprovação do Estatuto da Terra em 30/11/1964, o Estado criou o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) em substituição a SUPRA.

estrutura nos moldes de um bairro rural e “[...] as famílias assentadas não recebem nenhum tipo de assistência técnica e social do Estado [...]” (FELICIANO, 2009, p. 171). Ainda para o autor:

Esse episódio de conflito marcou a forma como o Estado viria atuar até hoje nas políticas de reforma agrária. Atuação pautada apenas na resolução pontual de um conflito que ficou institucionalizado, e não no processo de grilagem ocorrida em toda região. (p. 171).

Mesmo diante dessa primeira intervenção do Estado e com essas características, os camponeses do Pontal do Paranapanema continuaram se organizando e reivindicando terras para sobreviverem e trabalharem. Na década de 1970 e 1980, a diversidade de trabalhadores envolvidos nessas organizações de luta pela terra se multiplicam.

É importante salientar que se não houvesse resistência e organização dos camponeses a Fazenda não seria transformada em projeto de Reforma Agrária. Esse caso revela, de forma clara, que havia subordinação desses camponeses ao fazendeiro, entretanto a trajetória histórica e as *experiências* de trabalho e de conflito destes trabalhadores, somadas a lutas anteriores, foram decisivas para identificarem que a organização coletiva com vistas a reivindicar a posse da terra era a principal estratégia.

Em Thompson (1978), como já abordamos, tem-se pistas contundentes para a percepção dos ganhos de consciência dos trabalhadores sendo construídos nas ações referenciadas nas trajetórias pelas *experiências* de trabalho, de vida e de luta, que enriquecem aprendizados de enfrentamentos (de classe), e que sinalizam os marcos dos ganhos de consciência política que não se perderão ao longo do processo de luta pela terra, na condição de posseiro e a constituição da identidade camponesa.

Filhos desses posseiros, meeiros e pequenos arrendatários migrantes, herdeiros apenas da luta, e não da terra, no período de 1970 a 1980, se juntaram com outros trabalhadores na luta pela terra e por trabalho. Estes últimos, trabalhadores migrantes, majoritariamente, nordestinos e dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, que chegaram ainda na década 1970 para a construção da Destilaria de Álcool Alcídia (1974), no município de Teodoro Sampaio-SP e, concomitantemente, de três usinas hidrelétricas (UHE), ou seja, a Usina Hidrelétrica de Rosana (1980), localizada no Rio Paranapanema; a Usina Engenheiro Sérgio Motta (1980), no Rio Paraná, município de Rosana-SP; e Usina Hidrelétrica Taquaruçu (1980), no Rio Paranapanema, município de Sandovalina-SP.

A Destilaria de Álcool Alcídia foi a primeira inaugurada na região, em 1981, com recursos do PROÁLCOOL, no município de Teodoro Sampaio, atraindo trabalhadores

regionais boias-frias, no período da entressafra, sendo que na entressafra, não encontrando trabalho, engrossaram as fileiras dos sem-terras. (BARRETO, 2012).

É importante também ressaltar que quando das crises e desaceleração das obras das UHE's, na década de 1980, principalmente da UHE Sérgio Motta, os trabalhadores se viram desempregados, famintos, desamparados e sem acesso às terras.

Para Antonio (1990),

[...] a década de 80 (1983), se caracteriza com a desaceleração das obras das usinas e com a conseqüente demissão de milhares de trabalhadores. Essa demissão, em massa, por parte da CESP, e das empreiteiras, somadas às enchentes do rio Paranapanema, foram o estopim de uma situação crítica que já existia, renascendo assim o movimento social dos camponeses - "operários temporários". A partir daí, tem-se toda a organização do movimento e que se transformará em vários movimentos reivindicatórios por trabalho e terra. (p. 47).

Essas reivindicações caracterizadas pela diversidade de trabalhadores organizados na luta pelo retorno ou a busca da terra para viver e trabalhar, deram origem aos processos de ocupação de terras, que resultaram na conquista do reassentamento Lagoa São Paulo, implementado em 1983, no município de Presidente Epitácio, que reassentou 552 famílias. E posteriormente, em 1984, o assentamento Gleba XV de Novembro, com área de 13.310 hectares e 571 famílias assentadas.

O assentamento Gleba XV de Novembro⁴⁵ é resultado das ocupações nas fazendas Tucano e Rosanela, das empresas Camargo Correia e Viçar Agrícola Ltda. As ocupações se iniciaram em 15 de novembro de 1983, inicialmente com 350 famílias, dentre essas aproximadamente “[...] 46,5% eram desempregados das obras da CESP, 37,5% eram trabalhadores despedidos da Destilaria de álcool Alcídia, e, 16% eram ilhéus e ribeirinhos, - camponeses posseiros, parceiros -, [...]”. (ANTONIO, 1990, p. 50).

No contexto e resultado das ações dos movimentos de luta pela terra, na década de 1980, duas áreas foram desapropriadas pelo governo federal para fins de reforma agrária via I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA-1985)⁴⁶, que resultou, em 1988, na criação do Assentamento Água Sumida, assentando 121 famílias, e o Assentamento Areia Branca que

⁴⁵ Implementado em 23 de março de 1984, por meio do Decreto/lei nº 22.034 do Governo do Estado. (FELICIANO, 2009).

⁴⁶ Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/vd91766.html> Acesso em: 15 de mai. 2023.

assentou 87 famílias, localizados no município de Teodoro Sampaio (MAZZINI, 2007; FELICIANO, 2009).

A década de 1980, no Pontal do Paranapanema, marca um momento de repercussão e ampliação das lutas e mobilizações com vistas ao acesso às terras griladas, que já não envolviam somente trabalhadores, avulsos e partícipes de suas organizações, mas também igrejas, partidos políticos e outras entidades, a fim de buscarem alternativas para minimizar a pobreza e a miséria, em consequência da manutenção/expansão da grilagem, do latifúndio e do desemprego em larga escala na região. O Estado era pressionado de várias frentes para realizar desapropriações e viabilizar a retomada de terras públicas para fins de Reforma Agrária.

Os latifundiários da região responderam com a criação, em 1985, da União Democrática Ruralista (UDR), por meio da qual a burguesia latifundiária/grileira agia enquanto classe, tanto no plano político-organizativo-parlamentar-judicial, quanto ações orquestradas por meio de jagunços (THOMAZ JUNIOR, 2017), a fim de defender seu patrimônio ilegal e ilegítimo, e criminalizar os movimentos organizados de luta pela terra, que estavam crescendo no Pontal do Paranapanema e em nível nacional. Esse processo foi protagonizado com o envolvimento de mais trabalhadores pobres que viviam nas terras de terceiros, assemelhado a colonos/agregados, sem vínculos formais e intenso contingente de desempregados e subempregados rurais e urbanos.

Na década de 1980 e, principalmente, na década de 1990 também chegaram no Pontal do Paranapanema, ex-colonos, pequenos ex-arrendatários e camponeses sem-terras, sobretudo do Norte e Noroeste do Paraná, de Santa Catarina⁴⁷ e do Rio Grande do Sul, que vinham se envolvendo na luta pela terra desde o estado de origem, participando de marchas e ocupações, organizados por camponeses sem-terras.

Vejamos os relatos dos entrevistados:

[...] meus pais moravam no Paraná né, em Terra Rica, morava de aluguel e tudo, meu pai desempregado e eu e minha mãe trabalhava de doméstica... e aí surgiu a ocupação ali no trevo de Euclides da Cunha, de Tucano, aí meu pai me trouxe com ele. [...] [...]... chegamos aqui em oitenta e três. (CIDA)⁴⁸

⁴⁷ Entrevistamos um casal no dia 22 de outubro de 2019 no Assentamento Porto Maria, localizado no Município de Rosana, que nos relatou sua trajetória e experiência de trabalho. Nasceram no Paraná e Santa Catarina, foram com seus pais na década de 1980 arrendar terras para o Paraguai para plantar soja, mas com as crises e alta do dólar voltaram para o Brasil e sem-terras para trabalhar se juntaram na luta junto ao MST e vieram para o Pontal do Paranapanema-SP no final da década de 1990. Relataram ainda, que há dezenas de famílias assentadas oriundas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul que hoje são assentadas na região e também passaram por esse processo, inclusive parentes próximos.

⁴⁸ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 27 de novembro de 2019.

[...] eu vim do Paraná, Nasci no Paraná, Diamante do Norte, nós plantávamos café lá no Paraná aí em noventa... e quatro, nós mudamos pra.... aliás noventa e dois nós mudamos para Santo Anastácio, é.... eu tinha família lá, meu vô morava por lá daí nós voltamos pra lá, e aí a gente era boia-fria, trabalhava plantando algodão, amendoim, quirera, esse tipo de coisa... aí em noventa e cinco, o pessoal fazia trabalho de base do movimento né, aí a gente acabou entrando dentro desse grupo aí, em noventa e cinco nós fomos pra... pro acampamento Primeiro de abril em Mirante, [...]. (LUCAS)⁴⁹.

[...] é meus pais na verdade né, muito assim historicamente vinculados aí desde a minha infância à luta pela terra no Rio Grande do Sul né, na década de 80. [...] então, meus pais também passaram pelo processo de acampamento e também de assentamento na verdade, meus familiares em geral, então eu posso dizer que eu vivenciei desde a minha infância muito essa experiência e essa vamos assim... essa proximidade aí né com a luta pela terra desde o Rio Grande do Sul. [...] de final de 99 então é que eu venho para o estado de São Paulo venho aqui a morar... vamos dizer assim aqui na região do Pontal do Paranapanema né. (ROSA)⁵⁰.

Os migrantes que chegaram na década de 1980 se juntaram a movimentos de luta pela terra no Pontal do Paranapanema e no Estado de São Paulo, como por exemplo, o Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo. No entanto, eram movimentos isolados e organizados, sobretudo, pela CPT, até a conjugação de suas lutas e conquistas constituírem-se no MST, em 1984.

A respeito desse processo, Fernandes (2000), enfatiza que,

No Estado de São Paulo, a gestação e nascimento do Movimento aconteceram da conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados nas regiões de Andradina (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo), Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Sumaré). Até 1984, a articulação desses movimentos fora coordenada pela Comissão Pastoral da Terra. (p.147-148).

O MST se territorializava no Estado de São Paulo, realizando ocupações de 1985 a 1990, e a primeira ocupação no Pontal do Paranapanema ocorreu no dia 14 de julho de 1990, na fazenda Nova Pontal, no Município de Teodoro Sampaio. [...] “As 700 famílias que ocuparam a fazenda Nova Pontal, vieram de vários municípios da região do Pontal e do Norte do Estado do Paraná.” [...]. (FERNANDES, 1996, p. 139).

⁴⁹ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 25 de setembro de 2019.

⁵⁰ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

3.3 A luta organizada junto ao MST no Pontal do Paranapanema-SP

O MST em sua constituição inicial no Pontal do Paranapanema recebeu apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA). Inclusive, algumas dessas instituições, construíram suas bases no Pontal do Paranapanema, paralelo ao processo de instituição do MST na região.

Cida, militante do MST, compartilha a sua participação nesse processo:

*[...] participei de todo esse processo de construção da CUT, do PT... a gente fazia as atividades, disputava né as eleições do sindicato que na época era CGT... me lembro até daquela bandeira amarela... aí foi em noventa, a primeira ocupação da Nova do Pontal... aí a CPT já ajudou a gente né, já veio alguns militantes do MST do Rio Grande do Sul [...]*⁵¹

Nesse contexto particular, essas contribuições, articulações e construções políticas, contribuíram sobremaneira com as ações do Movimento no Pontal do Paranapanema, pois, desde a origem das primeiras lutas, segundo Sobreiro Filho (2013),

[...] partiram tomando como base a própria vivência e prática na organização dos trabalhadores e deste modo se apropriou dos conhecimentos cotidianos e intercambiados, em construção em todo o país, com demais regiões para arregimentar e aparelhar os trabalhadores, constituindo uma frente de massa para a realização de ações combativas como as ocupações de terras. (p. 206)

Através da mobilização dos trabalhadores, articulações a nível nacional e a intensificação das ações de enfrentamento aos latifundiários e ao Estado, o Movimento se tornou protagonista nas mobilizações no âmbito da disputa pelo acesso à terra no Pontal do Paranapanema, e continua até dos dias atuais.

As ações do MST no Pontal também atraíram camponeses vindos dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Bahia, que migraram para o estado de São Paulo a fim de buscarem melhores condições de vida e de trabalho. E pela falta de emprego e/ou contratos formais e sem perspectiva de voltarem para seus locais de origem se envolveram na luta pela terra, sendo que, atualmente, estes e suas famílias, compõem grande parte do contingente representado pelas 7.800 famílias assentadas no Pontal do Paranapanema.

⁵¹ Entrevista realizada no assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirante do Paranapanema-SP, em 27 de novembro de 2019.

Essa diversidade de sujeitos, com diferentes origens e trajetórias que participaram de diversos momentos da luta pela terra, por trabalho e por sobrevivência, nos permite afirmar que os camponeses assentados, enquanto parte da classe trabalhadora no Pontal do Paranapanema, possuem características que os identificam com o que estamos compreendendo enquanto movimento territorial de classe, de construção/constituição da classe trabalhadora no Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2012; 2018; 2023).

No Brasil, esse movimento de construção/constituição da classe trabalhadora é produto das contradições de classe que o processo histórico do desenvolvimento (destrutivo)⁵² das forças produtivas capitalistas, em resposta aos desígnios do capital e do Estado se reservam a edificar e destruir, constantemente, como marca da sua trajetória histórica, há 500 anos. E é nessa caminhada histórica que os trabalhadores experienciam relações de conflito com o capital e, nesse movimento contraditório, estão submetidos aos ataques constantes das frações burguesas, do desterreamento imanente ao qual estão submetidos porque não têm vínculos estáveis com a terra, da mesma forma que para sobreviver, conquistarem melhores condições de vida, de trabalho, também são incluídos marginalmente dos processos e atividades urbanas.

Nesse contexto nos escapa apreender a organização dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, encimada em referenciais etnográficos ou até mesmo comparando com camponeses de outras regiões (estados, países) ou culturas, pois isso demandaria outra pesquisa. A nossa intenção é compreendê-los, identificando práticas, costumes e experiências que nos possibilitem situá-los no movimento contraditório do processo de (des)realização do trabalho sob a regência do capital, quando, então, partícipes na condição de assalariados, ou outras expressões que os identificam como incluídos marginalmente no processo capitalista, portanto, nos conflitos que expressam negação às formas de exploração, tais como o amplo leque do desemprego, subemprego, subutilização, descarte etc. Da mesma forma, e especialmente, as vinculações estreitas - que até se confundem -, com a condição camponesa e formas consorciadas (meação, parceira, agregado etc.) contra a aceitação da subordinação, do descaso, dos mecanismos expropriatórios constantes, das ações persecutórias protagonizadas a mando dos latifundiários/grileiros etc. (THOMAZ JUNIOR, 2018).

É nesse movimento complexo de relações que se interdeterminam e se negam, que as formas de organização das lutas e resistências, exprimem facetas e processos constituintes dos significados sociais e valores comunitários/coletivos que comparecem nas entrevistas e relatos de vida, quando são estimulados a relatar a práxis social que envolve a trajetória ocupacional

⁵² Cf. MÉSZÁROS, 2002; 2007.

pregressa à chegada ao lote ou à condição de camponês/assentado, e a consequente inserção social como produtor de alimentos. Ou seja, a produção (estar na terra/lote), a reprodução social (garantir a sobrevivência de si, da família), e as consequentes ações coletivas e de sociabilidade, de solidariedade, são a base da construção da identidade como trabalhador/camponês e da constituição da consciência de classe.

É importante notar que essa compreensão nos põe atentos para não perdermos de vista a questão do conflito da luta de classes, como nos indica Thompson (1998). Do contrário, produziríamos interpretações parciais de maneira que as relações que se estabelecem no âmbito da luta de classes, compareceriam de forma conciliatória e, as lutas protagonizadas pela classe trabalhadora, seriam secundarizadas ou desconsideradas.

3.4 As ocupações e os acampamentos de sem-terra enquanto processo de formação da consciência

Vimos discutindo trajetórias de luta pela terra e a diversidade de sujeitos envolvidos nesse processo. E também apresentamos as principais conquistas desses e a consequente formação do MST no Pontal do Paranapanema. Faz parte da trajetória desses sujeitos, junto aos movimentos sociais, as ações de ocupações de terras, enquanto produto de uma organização e conscientização política, em consequência, a formação de acampamentos de sem-terras, transcorre. Para Fernandes (2000),

A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção da terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação. (p.282)

As ocupações e os acampamentos são momentos da luta pela terra em que no processo, das ações e trabalho de base⁵³, contribuem substancialmente para a criação de estratégias para

⁵³ Entendemos enquanto uma ação provocadora e dialógica, realizada por militantes, professores e educadores populares, junto as comunidades, sejam elas rurais, sejam urbanas a fim de conscientizar sobre a realidade social, estimular e demonstrar estratégias às classes populares para lutarem por seus direitos através da organização coletiva. O MST realiza trabalho de base junto as comunidades incentivando a busca por melhores condições de

a conquista dos assentamentos, enquanto produto da luta pela terra, e também de conscientização de classe. É nos acampamentos que se reúnem sujeitos com diversas trajetórias de trabalho e luta e que nesse momento fortalecem e constroem vínculos para a conquista dos assentamentos e também forjam identidades de pertencimento de classe.

Essa diversidade de sujeitos, como já vimos evidenciando, são trabalhadores que já viveram no campo e foram expulsos para as cidades e, ao se inserem na luta pela terra, voltam para o campo. Também são trabalhadores de origem urbana, operários que, ao se verem desempregados, oprimidos e sem direitos, e influenciados pelo trabalho de base e condições de vida precária, veem na luta pela terra uma perspectiva de melhores condições de vida. Há também, trabalhadores que viviam do trabalho na terra, seja como posseiros, seja em condições de parceria, meação e arrendamento que em determinado momento se uniram junto a movimentos organizados de luta pela terra almejando a estabilidade da produção e reprodução na terra.

A respeito dessa diversidade de trabalhadores com diferentes ofícios que se reúnem nos acampamentos, bem como, o ganho para a construção da luta pela terra e o processo de formação de consciência, cabe compartilharmos trecho da entrevista realizada com José, militante do MST e assentado no assentamento São Bento, localizado no município de Mirante do Paranapanema-SP.

É, então, isso que eu estava dizendo no desenvolvimento da formação da consciência, esse conhecimento desses vários extratos dessa diversidade [...], ela vai jogar a favor da elevação no nível de consciência porque quando ... aqui nós fizemos uma patrulha agrícola⁵⁴,... e tinha o grupo de mecânicos dentro do acampamento, os caras que aprenderam dentro na fábrica quando estavam nos seus empregos, nos grandes centros urbanos que quando tinha saído a terra, já estava até desatualizado da própria produção na terra, mas sabia mexer com parafuso, tinha um grupo de borracheiro, furava um pneu ali mesmo arrumava, os caras pegava ... incrível né esse negócio. Então, a classe trabalhadora estava latente ali nos seus mais variados ofícios, de professor pra dar aula, a mecânico, tratorista, motorista e até mesmo lavrador como falava na época o cara que pega na inchada...tinha de tudo ali né e aqui foi também foi beneficiado nesse aspecto por causa dos barrageiros, você sabe que a barragem é uma escola de fazer ofícios né ...

vida e de trabalho pela via da luta organizada pela terra. O trabalho de base se torna constante, pois a formação acontece em todos os processos organizativos. E a própria ação do sujeito, também agrega aprendizados na formação.

⁵⁴ José se referia a reunião de maquinários agrícolas (tratores, tombadores, niveladores etc.) adquiridos através de projetos junto aos governos municipais, estadual e federal, ou até mesmo de origem particular, sobretudo dos pequenos arrendatários, que contribuíam com a lida na terra nos assentamentos, já implementados na região, mas também nos acampamentos.

*cara que é soldador, outro que é maçariqueiro, outro que é torneiro mecânico, montador de não sei o que tudo esses caras.*⁵⁵

Origuéla (2011) estudando os acampamentos no Pontal do Paranapanema já identificava essa diversidade naquele momento, o que chamou de *alteração identitária*. Pois, em suas palavras “[...] a identidade comum a esses sem-terras há alguns anos atrás era justamente o vínculo com a terra, com o trabalho na terra, com a questão da expropriação e exclusão causada pelo avanço do capital na agricultura [...]”. E, a autora entendia que esse perfil vinha se modificando devido aos trabalhos de base serem realizados exclusivamente nas cidades, e devido a intensa exclusão social urbana. (ORIGUÉLA, 2011, p. 73).

Para nós essa diversidade de sujeitos realizam as ações de ocupações e constituem os acampamentos organizados pelos movimentos de luta pela terra, em especial, o MST, e formam a identidade dos sem-terras no Pontal do Paranapanema. Na visão de José, são sujeitos diversos [...] *mas que tem uma coisa em comum ... o sonho da terra! que é o que move.* [...]⁵⁶. Essa afirmação se evidencia de diferentes formas em outras entrevistas com assentados, com trajetórias semelhantes e diversas. Vejamos alguns exemplos:

Sebastião, migrante de Santa Catarina, sempre trabalhou na roça, ficou 14 anos acampado no Pontal do Paranapanema até ser assentado no Assentamento Porto Maria,

*Eu vim aqui por causa dos companheiros né.... por causa dos companheiros daí eu vim junto né... porque eu estava sem terra né... e daí eu pensei de eu **ganhar um pedacinho de terra né**, daí eu acompanhei eles [...]*⁵⁷ (grifo nosso);

Célia trabalhava como operária junto com o seu companheiro em Campinas, e buscando melhorar de vida, vieram morar junto com a família do sogro, no Assentamento São Bento antes de se juntar à luta pela terra. E nas palavras dela,

*[...] aí eu tive meu primeiro menino lá na São Bento... aí quando ele era pequenininho, tinha uns quatro anos mais ou menos, enfrentei o barraco, fui entender o que a turma passava e aí eu falei “**eu quero lutar pelo meu pedacinho**” né[...]*⁵⁸. (grifo nosso);

⁵⁵ Entrevista realizada no Assentamento São Bento em Mirante do Paranapanema-SP em 03 de maio de 2022.

⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁷ Entrevista realizada no Assentamento Porto Maria localizado no município de Rosana-SP em 24 de outubro de 2019.

⁵⁸ Entrevista realizada no Assentamento Margarida Alves, município de Mirante do Paranapanema-SP em 27 de novembro de 2019

Lúcia, tinha os pais e o irmão assentados e cansada da vida de trabalhar junto com o seu esposo, como empregados para fazendeiros da região, recebendo pouco, relata,

*[...] é porque a gente que trabalha pros outros, a gente todo mês só tem aquele salário né, você conta com o aquele salário, mas aquele salário é assim, você pega, no dia que você pega você já gasta, porque é tanta coisa pra pagar e você nunca vai passar daquilo...[...] aí vendo todo mundo sendo assentado também falei “**ah também vou atrás do meu**” aí eu vim atrás do meu[...]”⁵⁹(grifo nosso);*

Para Claudinei que nasceu na roça, passou fome quando criança, e na maioria se mudou para a cidade de Campinas para trabalhar em uma empresa, e já com família, mesmo sabendo que o trabalho e a vida na terra não eram fáceis, voltou para o campo na condição de sem-terra, porque já não aguentava a pressão da produtividade da vida de operário. Para ele, a terra tem importância,

***Porque nós lutamos, sonhamos em ter um pedaço de terra....[...]** [...] então quando eu comecei a frequentar os movimentos sociais, o movimento sem-terra, eu tive uma visão até meio assim, desanimadora né.... “como que eu vou trabalhar na terra, coisar na terra, que é essa coisa louca que eu já sei”, porque com nove anos eu já trabalhei assim na terra né, e é pesado [...] aí depois, você começa trabalhando pros outros, você começa a sofrer pressão, não é mesmo e eu cheguei num momento que eu cheguei a cair em depressão... [...] e quando eu saí, mandaram eu embora, também não entrei mais, aí assim eu fiz... e aí eu entrei no movimento sem-terra e estou aqui até os dias de hoje né...[...]* (grifo nosso)⁶⁰;

São exemplos de trabalhadores, com experiências de vida e de trabalho diferentes, mas que se entrecruzam, que tornaram a luta pela terra um sonho possível para obterem melhores condições de trabalho e de vida. O que agrega elementos complexos para o entendimento da organização desses trabalhadores, tanto nos acampamentos, quanto nos assentamentos, mas também, acrescenta aprendizados no processo de conscientização de classe, da classe trabalhadora. São trabalhadores, com identidades e trajetórias diversas, mas também comum, seja no âmbito das experiências de trabalho, seja na luta contra o capital, se reconhecendo no outro, nesses momentos de luta pela terra.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Entrevista realizada no Assentamento Margarida Alves, município Mirante do Paranapanema-SP, em 28 de novembro de 2019.

As ocupações e os acampamentos são a demonstração da criação, desses sem-terras, juntos e formando movimentos sociais, de novas estratégias de luta pela terra. As ocupações de terras e a formação de acampamentos é um momento em que a luta pela terra, toma outras proporções, pois o questionamento à posse de uma área, “propriedade privada” voltada para a exploração, demonstra a luta dos sem-terras por sobrevivência, mas também a luta pela reforma agrária. “[...] Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais. “[...] (FERNANDES, 2000, p. 279). É uma luta em detrimento do empoderamento da burguesia agrária, contra a expansão do capital no campo, que recebe incentivos do Estado e, por uma fração do território capitalista.

Nesse sentido, os acampamentos, enquanto produto das ocupações são a demonstração máxima da luta pela terra. E é no acampamento, em especial, que se constitui um ambiente de luta de combate ao latifúndio e, conseqüentemente, de sociabilidade e trocas de experiências. Concordamos com Fernandes (2000, p.295) que [...] o acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e espaço comunicativo [...].

Nos acampamentos são reforçados através de reuniões e assembleias os direitos, as estratégias de luta, tanto específicas, como gerais e, constantemente, são realizadas análises de conjuntura, no campo das lutas sociais e das contradições inerentes a sociedade capitalista. E, a própria ação de ocupar e formar acampamento também constrói consciência. Por isso, concordamos com José, assentado no assentamento São Bento e militante do MST, que essa experiência também agrega elementos para a construção da consciência coletiva,

Então essa tomada de consciência se dá na prática, na necessidade no primeiro momento e a necessidade vai te produzindo né, essa ideia do indivíduo que não tem uma fronteira ali, ela se dá junto, as pessoas sente a necessidade, mas quando a necessidade dela é a necessidade do vizinho dela, do grupo de família que ela participa naquele acampamento ali, passa ser uma dimensão coletiva e a dimensão coletiva leva a desobediência civil e a desobediência civil faz esse processo de formação da consciência de forma muito acelerada, muito intensa né? As vezes a gente costuma brincar que num dia de luta, você aprende o que ... numa escola você não aprenderia vida inteira né⁶¹

Então os acampamentos são ambientes que contribuem significativamente para a afirmação/construção de identidades que se alinham aos anseios da classe trabalhadora em geral, pois são produto e prática da transgressão à ordem capitalista.

⁶¹ Entrevista realizada no Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema-SP, no dia 3 de maio de 2022.

Mas, essa transgressão aos trabalhadores sem-terras exige resistência, articulações políticas e a constante busca de sobrevivência, seja se protegendo dos ataques de jagunços, a mando de latifundiários, seja burlando diariamente, condições precárias de infraestrutura, em meio, ao calor intenso ou frio, chuva, fome e desemprego.

Estar acampado, para os sem-terras é estar vulnerável aos ataques dos latifundiários, pois [...] o acampamento sempre é um alvo fácil, pois em geral, está distante dos centros urbanos e bem próximo do seu “inimigo” em potencial. Por isso, os sem-terras criam estratégias de proteção, como esconderijos (buracos embaixo da cama) para se protegerem de tiros, revezamento de segurança noturna, junto aos cachorros, que latem ao sinal do desconhecido e redutores de velocidade (lombadas de terra), quando estão acampados a beira de rodovias. (FELICIANO, 2006, p. 113).

Para combater a fome, os sem-terras cultivam alimentos de ciclo rápido (hortaliças, mandioca, feijão), por vezes reivindicam de instituições públicas que os assistem, ITESP ou INCRA, Prefeituras, cestas básicas. A produção de subsistência, também tem a função de demonstrar para aqueles que passam pelos acampamentos que os sem-terras, querem terra para trabalhar e produzir alimentos. Também é costumeiro a relação de solidariedade criada entre os assentados e acampados, ou seja, as famílias camponesas que já estão nos lotes doam/socializam alimentos com as famílias acampadas.

Por mais que existam possibilidades para atenuar a sensação de insegurança alimentar, de fome e de infraestrutura precária nos acampamentos, até a conquista da terra - que em geral é um processo que dura anos -, caracterizado por despejos, novas ocupações e reocupações⁶², a permanência de sem-terras nos acampamentos é sempre um desafio, ainda mais quando o fator desemprego/subemprego é uma constante. Por isso os sem-terras buscam trabalho nas fazendas próximas, como diaristas e empreiteiros.

No Pontal do Paranapanema, em finais da década de 1990 e início dos anos 2000 era comum os acampados, trabalharem nas unidades agroindustriais canavieiras, no corte manual da cana-de-açúcar, contraditoriamente, em terras devolutas ou griladas (com pendências jurídicas) ocupadas pelo agrohidronegócio canavieiro, em detrimento da formação de assentamentos. Com o passar do tempo, o corte manual da cana-de-açúcar foi se tornando escasso diante do intenso processo de mecanização, junto também as oportunidades de trabalho temporário. No entanto, as frações burguesas, sejam latifundiários, grileiros, seja capitalistas

⁶² A fazenda São Bento, localizado no município de Mirante do Paranapanema, até a sua desapropriação para a implementação do assentamento São Bento, foi objeto de despejo das famílias sem-terras que à ocuparam, abaixo de tiroteio, a mando do fazendeiro, por 23 vezes. (FELICIANO, 2009).

do agrohidronegócio se apresentam como alternativa de desenvolvimento e de empregabilidade, com vistas a neutralizar as reivindicações dos trabalhadores, camponeses e dos movimentos sociais, em busca de terras para reforma agrária e com isso deslegitimar a política de criação de assentamentos.

Esses fatores são agravantes para a permanência dos sem-terras nos acampamentos, o que torna a luta mais desafiadora. No Pontal do Paranapanema uma das estratégias do MST para a continuidade da organização dos acampamentos, enquanto espaço estratégico de luta, é orientar as famílias que não puderem permanecer nos acampamentos, que pelo menos frequentem as reuniões de formação e assembleias, que passaram a ser realizadas propositadamente nos finais de semanas e, logicamente, participem de atos como “trançaços” em rodovias e ocupações de prédios públicos e de terras.

Mesmo diante das dificuldades e rearranjos estratégicos as ocupações e acampamentos, ainda representam a melhor estratégia dos sem-terras, junto aos movimentos sociais, para continuarem reivindicando terras para a implementação de assentamentos. Pois, como em Feliciano (2006)

Quando um acampamento é formado, demonstra que há alguma irregularidade na área ocupada. Pode ser que essa irregularidade não seja suficiente para uma desapropriação, aos olhos da justiça e do Estado, mas com certeza a ocupação está questionando e colocando para a sociedade fatos e indícios de que tal área não está cumprindo sua finalidade ou função social. (p. 113)

Isso é um fato que, na prática do ocupar, como vimos demonstrando permite a formação de consciência daqueles trabalhadores que estão implicados diretamente, mas também, a ação e o produto, os acampamentos, no processo histórico, também geram chamada de atenção do problema da questão agrária para a toda a sociedade, mesmo que a mídia hegemônica e o poder judiciário, dissemine e trate os atos como criminosos. E, em tese, na atual conjuntura, de contradições que está inserida a classe trabalhadora em geral, as ocupações de terras e os acampamentos têm chamado a atenção principalmente daqueles trabalhadores que estão enfrentando o desemprego e o alto custo de vida nos grandes centros urbanos e se veem sem perspectivas de vida. A esse respeito Goldfarb (2007), sobre o perfil dos trabalhadores que veem se envolvendo na luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo, afirma

A reforma agrária, em especial no estado de São Paulo, tem deixado cada vez mais de ser um projeto restrito ao camponês sem-terra e passado a ser a luta de outros segmentos sociais como o trabalhador proletário, rural e urbano, os subproletarizados, os desempregados e de todos os demais trabalhadores subempregados. Há muito que o sem-terra mobilizado na luta por reforma

agrária não é mais o mesmo. Grande parte das famílias camponesas sem-terra no estado de São Paulo já passaram ou trabalharam temporariamente nos grandes centros urbanos. (p. 82)

No Pontal do Paranapanema, atualmente somam-se a esses trabalhadores e compõem os acampamentos, os jovens filhos de camponeses assentados que saíram dos assentamentos em busca de trabalho nas cidades e devido à falta de oportunidades e desemprego, voltaram para a terra e vivem no movimento entre ser agregado no lote da família, condição atrelada à solidariedade parental, e acampado, na busca de ter o próprio pedaço de terra. Muitos desses estão voltando para o local de nascimento, o barraco de lona preta. (TEIXEIRA, 2015; LIZARAZO, 2018).

Nesse contexto, o processo de ocupar e acampar demonstra a necessidade da luta pela terra, em meio a busca constante por trabalho e a sobrevivência, experienciada por diversos trabalhadores em diversas trajetórias. Ao mesmo tempo a prática transgressora agrega novos elementos para a formação da consciência de classe e se fortalece coletivamente com a sociabilidade e a solidariedade, ou seja, é um processo.

O desafio que se coloca é a continuidade de formação da consciência de classe no universo do assentamento, na terra conquistada coletivamente. A luta ainda continua e os camponeses, quando assentados, se põem na empreitada de lutar na terra enquanto terra de trabalho, de morada e de vida.

4. A CONSTRUÇÃO/CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA IDENTIDADE DE CLASSE DOS CAMPONESES ASSENTADOS

Nesse capítulo discutiremos tensões, conflitos e relações que envolvem o viver do camponês assentado, no ambiente/impasse, entre se organizar no âmbito da produção e reprodução da família, ao mesmo tempo, fortalecer e/ou reestruturar grupos que se iniciaram no processo de acampamento, de acordo com as necessidades e vinculações políticas, participar de manifestações e/ou ocupações reivindicando a assistência do Estado, e/ou ter que trabalhar fora do lote para conseguir as condições mínimas de existência.

Esse processo é o leito histórico das experiências que fundamentam os avanços preliminares da construção/constituição da identidade de classe dos camponeses assentados. São inúmeras experiências de pesquisa e de estudos anteriores - como vimos sinalizando -, e, especialmente, os aprofundamentos que estamos conseguindo realizar nesse projeto - por meio dos trabalhos de campo e informações colhidas e processadas com base em metodologias apropriadas -, que estão nos possibilitando avançar em busca de entendimentos que correspondem ao processo de construção/constituição da identidade de classe dos camponeses assentados, no ambiente próprio dos conflitos territoriais e demais expressões.

Queremos discutir e demonstrar como esses avanços e conflitos se revelam na implementação dos assentamentos, no transcurso histórico das lutas, dentro e fora dos assentamentos, nas quais os trabalhadores se envolveram ou continuam envolvidos. Ou seja, queremos exemplificar e problematizar as tomadas de decisões que envolvem questões de ordem cultural, social, política e econômica que fazem parte da construção da identidade do camponês assentado.

4.1 Lutar para viver e não “padecer no paraíso”

*No assentamento é assim, você luta para conquistar,
mas você tem que continuar lutando para não padecer no paraíso.
(Rose, camponesa assentada)*

Não poderíamos deixar de começar esta sessão sem a frase que ouvimos durante uma conversa com Rose, no primeiro dia de trabalho de campo no assentamento Margarida Alves. Em poucas palavras Rose nos definiu o sentimento da conquista da terra, enquanto “chegada ao *paraíso*, mas que para viver nele era preciso continuar lutando”.

Em concordância com Fernandes (2000), o momento de conquista da terra,

[...] não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na própria terra o seu fim. Perder o vínculo pela organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em luta pela reforma agrária. (p. 85)

É nesse sentido que os camponeses assentados, a partir da experiência da luta pela terra, da conquista do pedaço de chão, continuam reivindicando ações do Estado em busca de direitos básicos, negados até então. Ao mesmo tempo se apegam na utopia e no companheirismo para continuarem se organizando e acreditando que dias melhores virão. Em Farias (2008), temos que os assentamentos, enquanto o momento de conquista da terra, para os camponeses assentados significam

[...] um período novo, porém difícil na vida das famílias, que vivem entre o encantamento e o desencantamento, entre o conhecido e o desconhecido, entre o existente e o que está por vir, como se esperassem “chegar setembro para a boa nova entrar nos campos⁶³” (p.152, destaque da autora)

Como esperar para as famílias de camponeses assentados, acontece apenas em pensamento, no sentido de continuar acreditando, ao mesmo tempo, no imediato das necessidades o que prevalece é a solidariedade entre eles. Dandara relata essa situação, quando o Assentamento Porto Maria ainda era acampamento.

*[...] o acampamento era muito unido também, por exemplo, se faltasse alguma coisa na minha casa eu ia de barraco em barraco e fazia uma cesta para mim... se faltasse na casa de outro nós saíamos juntando fazendo cesta para o outro... sempre nós fomos unidos... as lonas quando rasgava sempre tinha alguém que doava para gente... foi um pouco puxado [...]*⁶⁴.

Josefa, também assentada no Assentamento Porto Maria, expressa sobre os desejos que pensava em realizar quando tivesse no lote, mas que as condições não eram favoráveis.

*[...] meio difícil viu, a gente que estava esperando né, aquela agonia esperando, e a gente fala assim quando a gente está esperando o lote “ah eu vou pegar o lote, e quando eu tiver lá dentro do lote eu vou fazer isso eu vou fazer aquilo” [...] é complicado não tem verba para a gente fazer o que a gente quer levantar... [...]*⁶⁵

⁶³ Trecho da música *Sol de Primavera*, de Beto Guedes e Ronaldo Bastos.

⁶⁴ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

⁶⁵ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Porto Maria em 23 de outubro de 2019.

Nesse contexto que se organizam para buscar condições mínimas de produção e reprodução, fortalecem os grupos e os vínculos do processo de acampamento para conseguirem o básico e sobreviverem no lote. Assim, realizam mutirões de construção das casas, cavam poços cacimba, plantam cultivos rápidos, como verduras e leguminosas, em espaços coletivos; constroem espaços comunitários como escolas provisórias para as crianças e cozinhas, entre outros. [...] *A gente ia se ajudando trabalhando todo mundo, fazia mutirão né, um pouco ajudava, foi... foi dando certo [...]*⁶⁶.

Ao mesmo tempo as famílias se organizam junto aos movimentos sociais, sobretudo o MST, e realizam marchas e ocupações em prédios públicos para reivindicarem o fomento inicial⁶⁷ para a construção das casas, para cercar as áreas de roçado e de criatório, e iniciar o processo de produção. Por exemplo, financiamento de compra de gado leiteiro e de pequenos maquinários e ferramentas, a construção de infraestrutura básica, delimitação dos lotes, construção e manutenção das estradas que ligam os assentamentos aos centros urbanos próximos, rede de energia elétrica, perfuração de poços artesianos, a construção de espaços coletivos (Escola, Posto de Saúde, etc)

Divina relata parte desse processo na implementação do Assentamento Margarida Alves;

Aí a gente veio... chegamos aqui, cada um fez seu barraco “e agora gente?”, vamos subir lá para o INCRA pressão em cima deles, ocupação! [...] aí eles vieram, e abriram, deram uma aberta, uma limpa nas estradas principais.... “vamos dar uma limpada nas entradas principais porque aí a gente tem que medir direitinho” mediram as estradas, aí já vieram e mediram os lotes.... “ainda tem que fazer uma segunda medida, mas aí vai pegar de tal a tal, quem quiser ir passando a cerca já pode começando passar, mas a gente ainda tem que dar outra medida” tudo bem, nós vamos fazer a cerca... “então nós vamos fazer a cerca” quando eles viram que nós íamos começar a fazer a cerca, começou a cavar a terra aí eles mediram... aí abriram as estradas principais⁶⁸.

Esse processo de luta se torna constante e cotidiano até que o assentamento tenha a estrutura mínima para as famílias começarem a reprodução simples da vida no lote, no entanto, nem todas as reivindicações são conquistadas de imediato.

O último assentamento instalado no Pontal do Paranapanema, no Município de Marabá Paulista em 30 de outubro de 2017, que assentou 235 famílias em 4.643 hectares, objeto de

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Subsídio governamental via Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

⁶⁸ Entrevista realizada com Divina durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 28 de novembro de 2019.

desapropriação⁶⁹ da antiga Fazenda Nazaré, que “pertencia” ao ex-prefeito de Presidente Prudente, por três mandatos, representante fiel do coronelismo regional, Agripino de Oliveira Lima, um dos maiores latifundiários da região, é o exemplo mais recente de como o processo de implementação é demorado. Em novembro de 2019, passados dois anos, mais de 80 famílias não tinham recebido crédito do governo federal para o fomento inicial⁷⁰:

No Pontal do Paranapanema, os camponeses que atuam junto aos movimentos sociais reivindicam tanto dos órgãos responsáveis pela regularização das terras e implementação dos Assentamentos, INCRA ou ITESP, quanto das instâncias municipais. No entanto, os assentamentos são vistos pelas autoridades locais como “problema” do Governo Federal, quando não, do Governo Estadual. É como se a reforma agrária, que historicamente no Brasil é resumida apenas pela criação de assentamentos, sem um projeto de política pública efetiva, seja apenas responsabilidade política das instâncias estaduais e federais.

A esse respeito, apoiados em resultados de pesquisas sobre o impacto dos assentamentos no Pontal do Paranapanema, Ferrante e Barone (2008) enfatizam:

[...] isso é uma falsa objeção, pois tão logo instalados, os PAs se tornam parte ativa (reivindicante sempre, participativa às vezes) do município. Isso leva a uma ação (mesmo que reação) dos Poderes Públicos locais, no sentido de fazer frente a essas novas demandas (novas linhas de ônibus escolares, atendimento médico, construção de escolas e postos de saúde, estradas, alternativas de comercialização etc.). (p. 295)

A presença dos assentamentos traz geração de trabalho e renda, o que repercute no desenvolvimento dos municípios sede ou das cidades, sobretudo das pequenas. Os camponeses assentados, por meio dos movimentos sociais, demandam infraestrutura e serviços e por isso são discriminados, como se não pertencessem àquele município. Claudinei, utiliza o exemplo de Mirante do Paranapanema, município que hoje conta com 36 assentamentos.

[...]quem levantou a cidade foram os assentado, né, foram os assentado rapaz... rapaz quando chega dia vinte que é pagamento do leite, você chega

⁶⁹ A fazenda teve as primeiras ocupações no final dos anos de 1990, quando ainda pertencia ao Grupo Ultragaz. Com os avanços das lutas e conquistas do MST na região, o Grupo vendeu as terras à Agripino, que declarou guerra ao Movimento, através de ameaças aos militantes e contratando jagunços para reprimir as ocupações. Ver mais sobre em: SOUZA, G de. Após mais de duas décadas, MST conquista área emblemática no Pontal do Paranapanema. **Brasil de Fato**, Presidente Prudente, 30 de nov. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/30/apos-mais-de-duas-decadas-mst-conquista-area-emblematica-no-pontal-do-paranapanema>>. Acesso em: 07 de fev. 2022.

⁷⁰ Essa informação foi noticiada pela TV Fronteira Paulista e está disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8128355/>>. Acesso em 29 de maio de 2021.

no [mercado] e rapaz, meu Deus do céu, faz fila, não é [...]?, faz fila de gente Os assentados, “nós que somos de fora”, devia ser bem respeitado, não devia ser tratado de qualquer maneira, qualquer pessoa devia ser bem respeitada, mas não! nós que estamos trazendo aqui oh! dinheirinho pra manter os serviços de pé..! O município de Mirante comprou carro para educação, é... carro até para a área da saúde com recurso próprio, que não é qualquer município que faz não, sabia?, com recurso próprio, único município que eu vi com os adesivos “adquirido com recurso próprio” por causa dos movimentos sociais que entrou aqui e pois a coisa pra render, não é mesmo....[...]”⁷¹

No Pontal do Paranapanema, com o tempo, essa discriminação foi se atenuando, pelo menos no que concerne a relação dos comerciantes com os camponeses, pois os camponeses, historicamente, são conhecidos como bons pagadores, e fazem jus a fama.

Esse desenvolvimento das cidades também ocorreu em outros municípios, como por exemplo, Teodoro Sampaio⁷², Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, entre outros, sobretudo devido à quantidade de camponeses assentados e potenciais consumidores, e também eleitores.

Nesse contexto, a relação com os assentamentos se torna estratégica para alguns políticos, que enxergam nos camponeses assentados o potencial na hora da decisão eleitoral, e para mobilizar junto aos movimentos sociais, a demanda por recursos municipais, a deputados estaduais e federais. No Governo do PT, sobretudo nos mandatos de Lula 2003-2010, no Pontal do Paranapanema, era comum autoridades locais se aproximarem do MST, devido às pressões que o Movimento exercia, diretamente junto a deputados e ao Governo Federal, na intenção de carrear recursos para projetos voltados aos assentamentos, mas que ao mesmo tempo, favoreciam os municípios. (FERRANTE; BARONE, 2008).

As autoridades locais ao pegarem carona na luta dos camponeses assentados, são cobradas, e desafiadas a justificar decisões favoráveis para os sujeitos que, historicamente, questionam as ilegalidades fundiárias das terras (griladas/devolutas) na região e, ao mesmo tempo para a burguesia latifundiária que se apropria do Estado em todas as instâncias para continuar se reproduzindo. Como sempre os latifundiários levam vantagem e os direitos básicos que os camponeses assentados reivindicam, quando atendidos, podem ser analisados enquanto conquistas, mas também como estratégias das autoridades para evitarem que as ações, tais como

⁷¹ Entrevista realizada no Assentamento Margarida Alves, município Mirante do Paranapanema-SP em 28 de novembro de 2019.

⁷² O município de Teodoro Sampaio possui 21 assentamentos com 884 famílias assentadas, ficando atrás do município de Mirante do Paranapanema com 36 assentamentos e 1698 famílias assentadas.

ocupações de terras, de prédios públicos etc., protagonizadas pelos camponeses, junto ao MST, tomem maiores proporções.

Nesse contexto de implementação dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema, também ficaram evidentes os conflitos no que concerne à divisão da área arrecadada e o modo de parcelamento. As famílias organizadas junto ao MST pressionam o Estado para que se execute a implementação dos assentamentos, todavia as travagens burocráticas e a indisponibilização de recursos para tais finalidades, bem como a inoperância das instituições de ATER, em alguns momentos, impedem que os sonhos das famílias de se fixarem na terra objeto das lutas, dos enfrentamentos - às vezes, 5 anos ou mais debaixo de lona, nos acampamentos -, se concretize. É comum a ocorrência de processos impositivos, por parte do Estado, com o intento de parcelar os assentamentos a toque de caixa⁷³. (FARIAS, 2008)

José relata o ocorrido no Assentamento São Bento, e como esse processo evidencia o conflito entre o Estado e o movimento social, no caso o MST. Havia uma divisão prévia dos lotes, feita pelos acampados com o intuito de assentar o maior número de famílias, que não foi respeitada pelo ITESP.

Isso foi um conflito com o estado, mas foi até porque na luta pela terra nós educamos com o processo a diferenciar o que era movimento social e o que era o estado, só que nós perdemos, o estado com seu aparato veio pra cima de nós e quando todo esse processo da formação da consciência entre o estado e o movimento majoritariamente as pessoas optaram pelo estado, porque? Porque o estado quando ele usa seu aparato de cooptação é complicado. Amarguemos 8 anos pra dar o revés neles, mas demos (risos). [...] então as famílias da São Bento parte delas tinha que sair pra fazer o assentamento definitivo e quem saísse daqui ia pegar um emergencial nos outros, nas outras áreas, foi uma sacanagem do estado para dividir mesmo. [...] [...] o movimento foi na frente fazendo a proposta pra que as famílias não aceitassem essa imposição e que todos ficassem onde estavam e fazermos a luta pra atender todo mundo, enquanto não tiver a conquista de todo mundo, “não se mexer” nisso, o estado veio e falou “se não fazer isso não vai ter terra pra quem não queira, vamos ponhar só quem quer, ai o cara ficava meio assim e quem quiser já tem um fomento de 840 reais, na época...que era 840 dólares (risos) e o cara falou “eu gosto do movimento, muito bem agradeço, mas... (risos)”. Foi uma batalha rapaz. Isso ficou muito marcante! Tem sequelas até hoje. O embate entre movimento social e o Estado, essa é a disputa que está colocada.

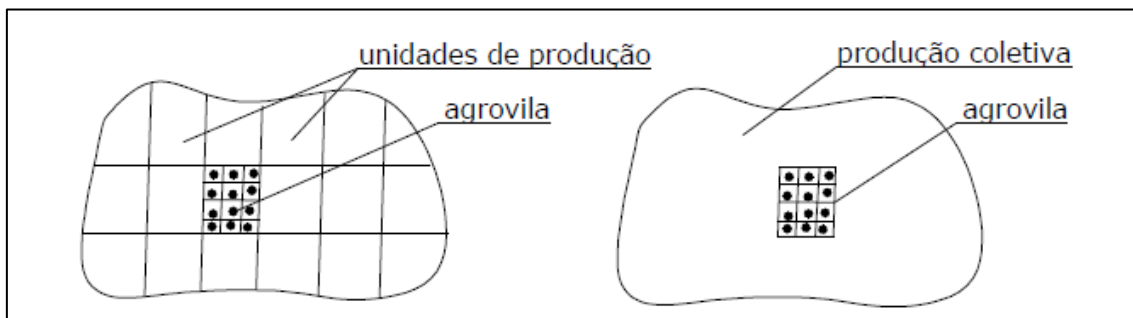
Essas situações em que o Estado age enquanto desarticulador do processo de organização política da comunidade, também incita o conflito entre as decisões das famílias e dos movimentos sociais. No Pontal do Paranapanema, houve momentos que, em especial o

⁷³ No sentido de executar aceleradamente e ignorando o planejamento combinado entre as famílias e o Movimento.

MST, por parte dos militantes, tentou resistir aos projetos impostos pelo INCRA ou ITESP, no entanto, as famílias sentiam a necessidade de demarcar os lotes e definir o formato dos assentamentos, por medo da “oportunidade”, mesmo que imposta, passar e a implementação ser adiada por muito mais tempo.

Parte das famílias assentadas, organizadas junto ao MST, reivindicavam o parcelamento dos assentamentos, com o intuito de promover a interação política e facilidade no acesso a equipamentos comuns. A título de exemplo, o formato de agrovilas, quando as casas são construídas próximas a esses equipamentos e os lotes, podem estar planejados tanto de forma para uso coletivo, quanto individual na área de produção. (Figura 4)

Figura 4: Croqui de assentamentos em agrovila



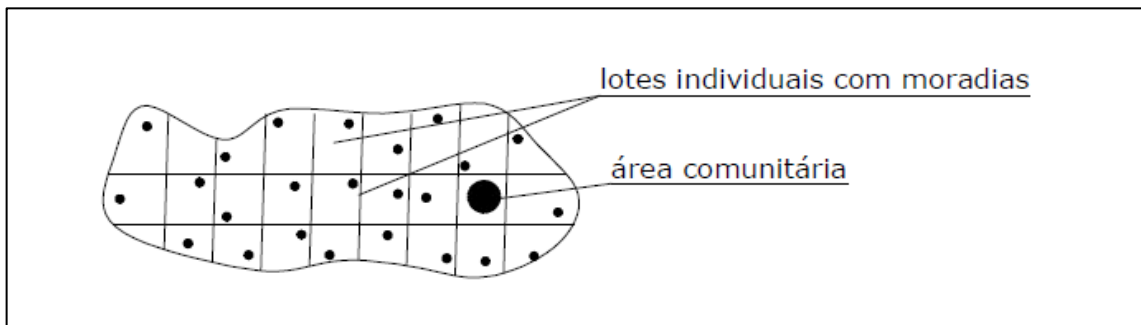
Fonte: (BERTOLINI; CARNEIRO, 2007).

Nesse formato, o desejo individual de algumas famílias também pode prevalecer, quando escolhem fazer a casa afastada da agrovila, na área de produção.

Salvo poucos assentamentos, no Pontal do Paranapanema, em que o MST e as famílias conseguiram intervir nesse processo, como por exemplo, os Assentamentos Che Guevara (1995), localizado no Município de Mirante do Paranapanema; Rodeio (1997), localizado no município de Presidente Bernardes; e Fusquinha (2003), localizado no Município de Teodoro Sampaio. (SILVA, 2008).

Assim, no Pontal do Paranapanema é predominante a forma de parcelamento dos assentamentos, em que se denomina de *quadrado burro*, ou seja, formato em que os equipamentos comunitários se encontram em um ponto específico do assentamento, geralmente a antiga sede da Fazenda, e as casas, construídas nos lotes. Cada família mora em seu lote (Figura 5).

Figura 5: Croqui de assentamento com lotes individuais



Fonte: (BERTOLINI; CARNEIRO, 2007).

Por causa desse procedimento de parcelamento territorial dos assentamentos, nem sempre é possível levar em consideração a qualidade do solo, a disponibilidade dos corpos de água e o acesso às estradas principais. Nesses casos, a escolha dos lotes, por vezes, é feita por sorteio. Fatores que também contribuem para a desarticulação dos combinados e planejamentos anteriores, feitos entre as famílias.

Josefa, assentada no Assentamento Porto Maria, implementado no formato de *quadrado burro*, a toque de caixa pelo ITESP, relata a confusão gerada entre as famílias à época, sendo que já havia um combinado entre as mesmas de quem ficaria em cada lote.

[...] assim pela lei do ITESP assim pelo jeito do ITESP o pessoal começou a brigar entendeu... “ah eu queria aquele lote” o outro “eu queria aquele ali” aí começou a confusão, aí acabou acontecendo o sorteio... e afinal esse aqui que eu moro aqui o... ex-funcionário da Fazenda ficou vinte dias com raiva de nós porque ele queria era esse, mas foi sorteado, caiu no sorteio né, muitos aí que foi sorteado foi trocado o lote.⁷⁴

Rosa, assentada no assentamento Rodeio, implementado no formato de agrovila com área de produção individual, nos relata como esse processo foi conflitante:

[...] no primeiro momento definiu-se pela agrovila [...] um total de 65 famílias distribuídas então em moradias em agrovila. E esse foi o primeiro passo importante para além da organização dos grupos produtivos [...] e.. então com isso as famílias foram se organizando né. Um limitante assim que foi bastante perceptível e visível na época foi a adentrada justamente do Itesp, nos aparatos vamos dizer assim do Estado, também querendo justamente contrapor essa proposta que o movimento social propunha de organização das famílias e organização da produção, tanto que houve muitas divergências em torno da organização dos lotes aqui no assentamento né e aí inclusive a questão da infraestrutura, [...] - sobretudo a energia - acabou indo para os lotes e não para a agrovila e isso gerou bastante... vamos dizer assim...

⁷⁴ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Porto Maria em 23 de outubro de 2019.

*desgaste também do ponto de vista da proposta de organização das famílias, porque muitos preferiram então ficar nos lotes já que a parte da política, por exemplo, de energia elétrica no assentamento ficaria nos lotes e não na agrovila, então isso gerou um desgaste bastante grande na época. Mas, muitas famílias resistiram morando na agrovila, produzindo seus quintais né e resistindo e passando por um processo assim de bastante dificuldades, mas também de bastante resistência nesse período.*⁷⁵

Assim, o processo de organização e formação política entre as famílias e o MST, se encontrou, por vezes fragilizado nesse momento. No entanto, compreendemos que a experiência das famílias e os laços de solidariedade construídos no processo de acampamento, podem apresentar fragilidades em alguns momentos, mas essa trajetória das famílias na luta coletiva, forjam identidades e produzem vivências, que contribuem mais para o estímulo à construção da consciência de classe do que para a serialidade individual.

A organização espacial dos assentamentos é um dos fatores que podem interferir na criação e manutenção de sociabilidades entre os camponeses assentados e os movimentos sociais, no entanto, não é condição para tal fim, (FABRINI, 2007), e sim, a experiência de classe. Isto é, esses camponeses assentados possuem trajetórias atravessadas por momentos em que a organização coletiva, concebida estrategicamente, foi necessária e isso gerou aprendizados e contribuiu sobremaneira para se reconhecer no outro.

Por isso, historicamente, o Estado a todo momento age enquanto desarticulador dessa construção coletiva, em diferentes dimensões. No caso, interferindo/desarticulando o planejamento inicial dos assentamentos, que fora definido nas articulações políticas entre os camponeses assentados e as lideranças dos movimentos sociais no cotidiano da luta. Vale ressaltar que para o INCRA e para o ITESP, seguindo as diretrizes do Programa de Reforma Agrária do Estado, os assentamentos são meios para transformar sem-terras em produtores integrados ao sistema capitalista. (MARQUES, 2000). Em concordância com a autora, as decisões dos dois órgãos públicos são semelhantes, pois atuam,

[...] com base na razão técnico-instrumental moderna e na concepção de espaço abstrato a ela vinculada com o objetivo de promover a ressocialização do assentado e sua integração social como produtor de mercadorias, desconsiderando sua história e sua cultura. (p. 164)

Ou seja, a intenção do Estado, é que os sem-terras, agora camponeses assentados, se tornem meros produtores de mercadorias sobre o domínio do grande capital. E que a forma de

⁷⁵ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

resolverem seus problemas é se inserindo no processo de produção do capital. Assim, o Estado sempre age com o objetivo de desarticular e controlar as relações estabelecidas no âmbito da comunidade, que estão voltadas para atender os anseios coletivos com base em uma economia moral, em favor de uma economia de mercado.

Mesmo em meio a esses conflitos, direcionamentos, imposições e decisões, ainda é permanente a questão de que para os camponeses, oriundos do processo de luta pela terra, os assentamentos, no momento inicial de implementação, significam o retorno e/ou materialização da busca da terra para viver e trabalhar.

No entanto, devido à falta de assistência imediata do Estado por meio de políticas de permanência e desinteresse em atender as necessidades da família, muitos sujeitos, saem diariamente dos assentamentos para trabalhar fora, nas fazendas e nos centros urbanos próximos, comumente ganhando diárias, ou com vínculos precários (informais, avulsos e intermitentes), sejam ocupações como domésticas, no caso das mulheres, ou serviços gerais, construção civil, no tocante aos homens.

Assim, as famílias garantem renda para ter condições mínimas de sobrevivência e ao mesmo tempo iniciar o processo de estruturação dos lotes. Josefa relata que passou por esse processo até sair o primeiro fomento no assentamento Porto Maria.

É... o pessoal trabalhava fora, a gente cortava cana que nem diz né[...]é difícil hein... sofrido me dá até um... é que assim a gente ia porque precisava né, mas é difícil hein, cortar cana, mas não tinha outra coisa...[...] aí depois saiu o dinheiro para construir as coisas aí a gente não foi mais trabalhar não, para fora não.⁷⁶

Dandara nos conta outra face desse processo de ter que trabalhar fora, não comum nos momentos iniciais dos assentamentos, quando os maridos ficavam semanas trabalhando fora.

[...] os maridos, a maioria saíam, ficava semanas para fora... aí as vezes quando meu marido estava em casa nós tirávamos grama para lá do porto⁷⁷ né... tirar a grama para comprar o pão de cada dia no barraco.⁷⁸

No assentamento Margarida Alves, no momento de implementação, sobretudo homens, saíam para trabalhar fora. Há casos de homens que chegaram a trabalhar com registro em carteira no âmbito do agrohídronegócio canavieiro, no entanto, retornavam para o convívio com

⁷⁶ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Porto Maria em 23 de outubro de 2019.

⁷⁷ Próximo ao Assentamento Porto Maria existe um porto de extração de areia que serve de ponto de referência para os assentados.

⁷⁸ Entrevista realizada com Dandara durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

a família e o trabalho no lote, diariamente. Célia nos dá o exemplo de seu marido que trabalhou como tratorista, já que na época em 2006 o trabalho no corte da cana-de-açúcar já se apresentava escasso no Pontal do Paranapanema.

[...] não, trabalhou com trator mesmo, já foi ficando escasso o corte né... aí trabalhou um bom tempo lá... aí a gente foi ponhando os orçamentos, foi terminando a casa e tudo.... Foi fazendo, estruturando o lote aí a gente foi fazendo... ele mexia assim, se ele estava em casa hoje ele me ajudava, passava arado essas coisas assim, ele fazia para mim, e as outras coisas eu ia mexendo com as crianças... aí ele ia para usina, ajudava eu até a hora que coisava, aí depois o resto eu fazia... ele trabalhou até a gente se estruturar, depois saiu.⁷⁹

Eram os homens, sobretudo, que saíam para trabalhar fora dos assentamentos. Nesse contexto as mulheres assumiam a organização inicial da família no lote, ou seja, processo de produção e reprodução nos assentamentos. Assim, as mulheres, mas nem sempre, devido à *nova* divisão do trabalho que se realizava no lote, longe da equidade de gênero na participação no trabalho reprodutivo e diante das dificuldades de romper a invisibilidade na esfera pública, ou seja, ocupar postos ou inserção ocupacional fora do lote, se tornavam lideranças nos assentamentos. De fato, esse tema merece atenção específica, o que no momento não se põe, pois romper com as decisões impostas no seio familiar e ser ouvida e influenciar decisões políticas junto ao Movimento é tarefa não somente para as mulheres camponesas/assentadas, mas para todos os camponeses e trabalhadores em geral, ou da classe trabalhadora.

É preciso ressaltar que esse tornar-se liderança também é produto da trajetória que se constrói no processo de luta pela terra e continua a ser construído na luta pela permanência na terra/lote. Por isso as mulheres organizam em grupos para potencializarem as lutas e rompimentos e, com isso, constituírem [...] “os canais para repensar a sua condição no seio familiar valorizando o seu papel social.” (GARCIA, 2004, p. 173).

Os passos iniciais do trabalho organizativo no âmbito da luta na terra, que vimos discutindo e demonstrando, evidenciam as dificuldades e as indecisões das famílias assentadas em responder aos anseios da autonomia da família e/ou se organizar coletivamente nos assentamentos. Como vimos, essa questão é acrescida, em alguns momentos, da condição de parte dos camponeses assentados ter que sair para trabalhar fora, o que também recoloca novos significados nos arranjos do seio da família, nas formas de organização política, para se manter na terra, e também impõe limites para a continuidade da luta para além do assentamento, como por exemplo, junto aos companheiros sem-terras, via de regra, desempregados, subempregados,

⁷⁹ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 26 de novembro de 2019.

ou levadas crescentes de trabalhadores incluídos marginalmente no mercado de trabalho, nos centros urbanos, especialmente, nas regiões e bairros periféricos.

Para nós essa condição, também coloca elementos no âmbito da subjetividade dos trabalhadores(as) camponeses(as)/assentados(as), que vão implicar no processo de compreensão e de constituição/construção da identidade de classe desses sujeitos enquanto classe trabalhadora. Antes, porém, é importante retomar o movimento dos camponeses assentados no âmbito da plasticidade do trabalho, (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2018), enquanto processo contraditório, portanto expressão da condição para a permanência/resistência na terra.

Assim, queremos prosseguir com a análise dessas relações e decisões que envolvem a família, a organização coletiva nos assentamentos, a (des)continuidade das lutas fora do assentamento e o movimento da plasticidade do trabalho no âmbito dos assentamentos, agora já consolidados⁸⁰, porém, sempre em construção, ou seja, enquanto terra de produção e reprodução da vida das famílias camponesas.

4.2 A luta na terra continua e a (re)organização da produção como condição para a reprodução camponesa

Os assentamentos são produto das formas de luta e resistência dos trabalhadores, sobretudo ligados à terra, mas nem sempre, que vivenciaram e vivenciam o processo intenso de retorno ou a busca da terra para viver e trabalhar. E representam frações da disputa territorial com o agrohidronegócio ao mesmo tempo que têm mudado a qualidade de vida das famílias assentadas e colocado em pauta, a importância da produção de alimentos para atender as reais necessidades de alimentação da classe trabalhadora, em contraposição ao monocultivo, ao modelo químico-dependente, à produção de *commodities*.

É através dos assentamentos que os camponeses demandam respostas por parte do Estado, evidenciam a questão agrária como bandeira imprescindível para viabilizar a reforma agrária, a soberania alimentar, e nos expõem pistas para enxergarmos os assentamentos, oriundos da luta pela terra, enquanto uma conquista da classe trabalhadora em geral.

Contudo, os camponeses assentados ainda contam com poucos recursos públicos, ausência de políticas públicas perenes, acessíveis, dificuldades de acesso a apoio técnico com vistas ao planejamento das atividades agropastoris, no manejo da colheita, logística,

⁸⁰ Entendemos como consolidados os assentamentos que já não estão em processo de implementação e possuem divisão dos lotes, infraestrutura básica (casas de alvenaria, água encanada, rede de energia elétrica, estradas) e possuem mais de 10 anos de idade.

escoamento e distribuição e venda da produção. Tudo isso dificulta sua reprodução social e territorial, no entanto, é expressiva a resistência dos camponeses assentados e o seu papel social nas relações que envolvem a classe trabalhadora no âmbito da produção de alimentos.

Produzir alimentos nos assentamentos é condição de vida e de trabalho, e também bandeira de luta. A terra é destinada para a produção de alimentos, ou seja, primeiramente há uma questão de sobrevivência, como também a busca e a conquista da autonomia. A prioridade na produção de alimentos se torna condição de sobrevivência e demonstra resistência.

Um dos componentes que agrega à sobrevivência na terra e expressa resistência nos assentamentos de Pontal do Paranapanema é a produção diversificada de alimentos⁸¹, sobretudo de cultivares que complementam a dieta alimentar cotidiana. Primeiro porque representa o oposto do modelo de monocultivo, imposto pelo grande capital, que serve ao mercado de *commodities* e segundo, permite a autossuficiência da família, no que concerne ao consumo de cultivares, permite a venda dos alimentos em diferentes tipos de circuitos curtos de comercialização e proporciona condições favoráveis a produção sustentável. Inclui a menor intervenção no controle de “pragas” e doenças com insumos externos, proporciona, através da diversificação de espécies, qualidade física, química e biológica, favoráveis ao solo, e atenua a fragilidade de adversidades climáticas, pois uma cultura poderá ser afetada mais ou menos do que as outras em seu ciclo, o que permite rearranjos na oferta de alimentos.

E nesse contexto, os camponeses assentados, se lançam a desafiar um modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade, e em atender as reais necessidades nutricionais e de alimentação. E quando essa produção de alimentos se realiza no assentamento, demonstra que está para além da autossuficiência, e que os camponeses protagonizam atuar no âmbito da soberania alimentar, o que lhes garante, em via de mão dupla, a reprodução da vida, que está vinculada à reforma agrária e à democratização do acesso às terras públicas, griladas/devolutas. Essas conexões e as transversalidades decorrentes evidenciam a condição camponesa como fundante e vital para a construção das identidades políticas reivindicadas e expressas nas lutas dentro e fora dos lotes e os respectivos impactos na subjetividade dos(as) camponeses(as), identificadas às bandeiras e reivindicações da classe trabalhadora.

⁸¹ Dados da Caderneta de Campo do ITESP “Produção Vegetal dos Assentamentos do Pontal do Paranapanema, safra 2017/2018”, podem indicar a diversidade de culturas frequentes nos assentamentos da região. Nos 99 assentamentos assistidos pelo ITESP, dos 117 da região, os dados revelam que, somadas as culturas anuais, perenes e olerícolas, são mais de 100 tipos de cultivares. Destaque para a variedade de olerícolas, com frequência de mais de 50 tipos e de frutas, que dentre as culturas perenes, somam 26.

Importante notar que as bandeiras da democratização do acesso às terras públicas e a destinação prioritária das mesmas para a produção de alimentos, têm sido, reiteradamente, postas em pauta, sobretudo pelo MST, quando reivindica a Reforma Agrária Popular. São constantes as campanhas, por parte de um movimento social de expressão nacional e internacional - especialmente por meio das articulações junto à Via Campesina -, a questão da produção de alimentos por parte das famílias camponesas/assentadas com vistas a atender a demanda das famílias trabalhadoras urbanas, atingidas pelo flagelo social da sociedade do capital e sob risco nutricional. Importante notar que essas questões pouco habitam as pautas dos sindicatos que defendem outras frações de trabalhadores que compõem a classe trabalhadora no Brasil. (THOMAZ JUNIOR; 2017; 2018)⁸².

Sem contar que o apoio à produção nos assentamentos rurais e a comercialização dos alimentos é inviabilizada devido ao direcionamento político e econômico prioritário que o Estado proporciona ao modelo agroindustrial vigente no Brasil. Isto é, o capital, sob a égide do Estado, impõe aos camponeses, políticas públicas de desenvolvimento territorial que prezam o empreendedorismo e a organização produtiva, com vistas à busca da competitividade mercadológica no âmbito local (FABRINI, 2011).

Essa competitividade mercadológica impõe práticas no âmbito da concorrência que, por sua vez, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os congêneres segundo a lógica mercantil, dos preços relativos, da intensificação da exploração do trabalho etc., sendo que essas imposições não nascem espontaneamente são [...] “efeito de uma política deliberada” [...] do Estado (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 12).

Esse enfoque de desenvolvimento territorial impõe às famílias assentadas os esquemas protagonizados pelos atravessadores e os ditames do mercado. Estamos em concordância com Reis (2015) quando oferece posicionamento crítico a esse respeito:

[...] o que se percebe é a continuidade na imposição dos pacotes tecnológicos à agricultura camponesa, condenada à perda de sua autonomia na produção e à subsunção à lógica do mercado com a clara pretensão de ocultar a dualidade de projetos de desenvolvimento que persistem no campo. (p.61).

As imposições às famílias assentadas significam a desvalorização de seus produtos e a subordinação a sistemas integrados de controle, vinculados a circuitos comerciais e de agroprocessamento mercadificados sob controle do capital. A subordinação ocorre tanto pela via direta do Estado, como por exemplo, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da

⁸² Esse assunto será retomado no capítulo 7.

Agricultura Familiar (PRONAF), quando enquadra os camponeses a sistemas de crédito subordinados a pacotes tecnológicos impostos por grandes corporações do setor metal-mecânico-automobilístico, químico-farmacêutico e financeiro, quanto por sistemas de controle e arregimentação exercido diretamente por agroindústrias. Esta forma de subordinação sob o protecionismo e apoio estrutural do aparato estatal, impõe aos camponeses inserção em cadeias produtivas, dado a especialização dos sistemas integrados.

No Pontal do Paranapanema, temos como exemplos, a subordinação à pecuária leiteira, à sericicultura⁸³ e à produção de pepinos⁸⁴.

A pecuária leiteira é a fonte de renda mais usual entre as famílias camponesas assentadas. Assim, historicamente se subordinam aos laticínios da região com vistas a vender a produção, sendo que a mantém em pequena escala, devido às dificuldades de investimento na melhoria do plantel, renovação de pastagens, ordenha mecânica etc. Soma-se a isso, o fato dos preços pagos pelo litro de leite e dos insumos, serem fixados pelos laticínios, como de resto para a maioria dos produtos agrícolas/alimentícios, (BARONE, 2012; RABELO, 2018), fato que define as artimanhas da subordinação, e que impõe rígido controle sobre a manutenção das famílias, pois interfere diretamente na renda mensal/anual. E mais, apesar dos baixos índices de produtividade, relacionados à produção de litros de leite por vaca/dia⁸⁵, as imposições decorrentes da especialização dificultam e/ou não permitem às famílias se dedicarem a outras formas de produção, sobretudo, olericultura, fruticultura e outros cultivares para a alimentação da família e para a venda em circuitos curtos.

No entanto, no Pontal do Paranapanema, a produção de leite tem se configurado, historicamente, como a principal renda de muitas famílias⁸⁶ de camponeses assentados. A respeito disso, há quatro fatores, dentre outros, que são relevantes: primeiro, pelo fato de que o plantel, serve tanto para a produção leiteira, que gera renda mensal, quanto liquidez, dinheiro à

⁸³ A dissertação de Diógenes Rabello (2018) coloca em questão, que a subordinação a pecuária leiteira e a sericicultura, para muitas famílias é uma estratégia de permanência na terra alternativa à falta de políticas públicas.

⁸⁴ A monografia de Maria Martins (2018), demonstra como essa subordinação, a produção de pepinos, sobrecarrega as famílias camponesas e lhes retiram a autonomia do processo de trabalho. E a dissertação de Luciano Benini de Oliveira (2019) coloca em questão a problemática dessa subordinação, mas também os limites impostos pelos camponeses, pois estes se subordinam, mas também resistem, em meio ao processo, quando não lhes é favorável.

⁸⁵ Segundo o IBGE, a média nacional de produção, é de 7 a 8 litros vaca/dia. A média de produção leiteira vaca/dia nos 99 assentamentos assistidos pelo ITESP no Pontal do Paranapanema é de 4,63 litros. Dados da Caderneta de Campo do ITESP, “Produção Animal, safra 2017/2018”.

⁸⁶ Não temos condições de especificar o total de famílias de camponeses assentados, envolvidas com a produção de leite no Pontal do Paranapanema, no entanto, como já abordamos, das 4.913 famílias assistidas pelo ITESP, assentadas em 99 assentamentos, do total de 117 na região, na safra 2017/2018, 2.960 estavam envolvidas com a produção leiteira, ou seja, mais de 60%, o que é expressivo em uma região em que a média da produtividade é baixa. E nos relatos colhidos nos trabalhos de campo, a produção leiteira, enquanto carro-chefe das famílias, aparece com frequência.

vista, ou “poupança” para a família; segundo, que há discurso disseminado de que as terras do Pontal do Paranapanema, por conta da estrutura física e química do solo, não servem para o desenvolvimento da agricultura; terceiro porque as linhas de créditos disponibilizadas pelo Estado, através do PRONAF, privilegiam a compra de vacas leiteiras. (RABELLO, 2018), e quarto, porque o leite é um produto de fácil acesso ao mercado na região.

Na atividade da sericicultura os camponeses se dividem entre o trato com o criatório do bicho-da-seda e outras atividades no lote, sobretudo produção de alimentos, o que implica na sobrecarga de trabalho, todavia as demais atividades, nesses casos, não são comercializadas já que a especialização implica na limitação da dedicação a um único produto. A criação do bicho-da-seda é integrada com uma única empresa, a Fiação BRATAC⁸⁷, e os camponeses recebem as larvas da empresa e as alimentam cinco vezes ao dia com folhas de amoreira, no período de 25 dias. Quando as larvas atingem a idade de maturação, começam a tecer a seda em boxes, formando os casulos. São estes casulos que são comercializados com a BRATAC. (RABELLO, 2018; OLIVETE, 2019)

Vejamos que os exemplos de integração que se interpõem aos camponeses/assentados do Pontal do Paranapanema, expressam níveis diferenciados aos quais as famílias se subordinam a procedimentos técnicos, econômicos, estratégicos, mercadológicos das empresas capitalistas estruturadas. No caso da BRATAC, a subordinação ou integração pressupõe a disponibilização⁸⁸ por parte da empresa das mudas para plantio das amoreiras, os agrotóxicos indicados na produção (inseticidas, fungicidas e fertilizantes), as larvas, o formol para esterilização do barracão e ferramentas, sacos para embalar os casulos e assistência técnica a cada 15 dias. A empresa oferece, inclusive, possibilidade de financiamento para a aquisição/construção da estrutura física do barracão.

A produção de pepinos é outra forma de integração e subordinação mais recente, com ocorrências a partir de 2015, sob o comando da empresa de alimentos vegetais *Refricon Mercantil*, que atua no setor de *fast food's*. Vale observar os entendimentos oriundos das pesquisas sistemática realizada por Martins (2018) e Oliveira (2019), que mostram como e quanto que a integração das famílias camponesas à produção de pepinos lhes retira autonomia,

⁸⁷ Nome abreviado da **Brazil Takushoku Kumiai** ou Sociedade Colonizadora Brasileira. Sociedade que apoiou a imigração japonesa trazendo imigrantes do Japão, fornecendo-lhes terras e atividade econômica. Ver mais sobre em: <<http://www.bratac.com.br/bratac/pt/index.php>>. Acesso em: 07 de fev. 2022.

⁸⁸ De fato, a disponibilização é um adiantamento que a BRATAC realiza junto aos sericultores com vistas a impor as rotinas técnicas, bem como controla o processo de trabalho à distância, bem como extrair mais renda dos produtores tendo em vista que superestima os preços dos itens (insumos, equipamentos, etc.) necessários. Ao final do processo, quando as famílias vendem os casulos, a empresa já efetua o pagamento com os descontos do que foi adquirido naquele mês ou parcelas ainda pendentes.

os endividam e os condenam aos efeitos crônicos e agudos devido às imposições ao uso intensivo de agrotóxicos.

Oliveira (2019) assim sintetiza:

[...] as famílias vivem uma dura realidade no cultivo de pepinos, pois são obrigadas a realizar várias horas de dedicação diária, realidade que materializa a extensão da rotina laboral do trabalho dos assentados, isto devido às vontades produtivas da indústria. Que exige dos agricultores pepinos perfeitos dentro de um padrão de tamanho e qualidade, que condiciona as famílias a dedicação quase que exclusivamente aos tratos culturais como: colheita, transporte e a aplicação de agrotóxicos. (p. 61).

A empresa processadora tem imposto às famílias camponesas a lógica de trabalho industrial e, por isso, se mostrado extremamente nociva para a qualidade de vida das famílias. Em 2019 estavam envolvidas com a produção de pepinos, 147 famílias, especializadas em 22 assentamentos no Pontal do Paranapanema. (OLIVEIRA, 2019)⁸⁹.

A Refricon promete ganhos elevados e rápidos, cenário muito distante do envolvimento na produção de leite e demais atividades predominantes nos assentamentos. No entanto, oculta as condições de trabalho, na qual as famílias têm que se submeter, por exemplo, a jornadas de trabalho exaustivas e ao constante risco de contaminação devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos, comprovando a [...] integração destrutiva da família [...]. (MARTINS, 2018). Esse cenário é produto, historicamente, da escassez de políticas públicas efetivas e pela lógica impositiva da subordinação do campesinato ao mercado, em geral, nos casos que ocorrem inserção mercadológica às estruturas de agroindustrialização.

Assim, contraditoriamente, os camponeses assentados são forçados a aceitar a “[...] condição de trabalho forçado consensuado” e decidir pelo caminho da subordinação como alternativa para a sua reprodução. (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

No entanto, mesmo não isentos da sujeição ao sistema de controle do capital, seja por meio dos vínculos à integração, seja como assalariados temporários e incluídos precariamente no mercado de trabalho - por exemplo, como assalariados no agrohídronegócio canavieiro -, os camponeses assentados são prova viva de diversas experiências ocupacionais. Expressam inserções, por meio das quais identificamos os significados e amplitudes da plasticidade do trabalho e os impactos na externalização das subjetividades que identificam, como pudemos

⁸⁹ Na safra 2017/2018, dados da Caderneta de Campo do ITESP, revelam que a produção de Pepino industrial nos 99 assentamentos, assistidos pelo ITESP, do Pontal do Paranapanema, somaram mais de 1600 toneladas. Há relatos que esse número aumentou expressivamente, no entanto, ainda não há dados.

apreender durante as ações de pesquisa, dos trabalhos de campo, em especial, as aproximações e identidades que se somam aos movimentos sociais e à classe trabalhadora em geral.

Elemento central nesse debate, com repercussões teóricas importantes para a construção da tese, e que a pesquisa evidenciou, enquanto alternativas à ordem vigente, são as atitudes de resistência que se manifestam cotidianamente nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, tanto no âmbito das formas de produção, quanto nas relações estabelecidas e construídas entre os companheiros(as) nos assentamentos. Identificamos essas ações alternativas enquanto, resistência cotidiana.

4.3. Resistência cotidiana enquanto expressão das estratégias de produção e reprodução

*Você tem que granjear,
granjear a terra, lutar diariamente⁹⁰.*
(Joana, camponesa assentada)

Essas lutas que acontecem diariamente, por vezes, podem parecer dissimuladas, espontâneas, desvinculadas e esporádicas, pelo fato de serem publicizadas e naturalizadas, enquanto atividades, articulações e organizações diárias, fluídas, e que apenas oferecem melhores condições de sobrevivência, diante da reprodução sociometabólica do capital e, portanto, não visam o rompimento com essa condição.

No entanto, para nós apresentam e apontam cenários possíveis que visam a produção coletiva, a valorização do trabalho familiar, a valorização da terra, enquanto terra de trabalho e de reprodução camponesa, e incentiva o trabalho coletivo e as formas solidárias, construídas historicamente pela classe trabalhadora. Essas formas de resistência cotidiana, mesmo construídas em meio às contradições do capital, precisam ser evidenciadas porque apontam cenários, estratégias de lutas e reivindicações que envolvem a classe trabalhadora em geral.

Essas formas de resistência não estão isoladas das lutas mais gerais, que por vezes são transpostas em mobilizações, ocupações, passeatas, trancaços etc. As resistências cotidianas, colocam em questão a diversidade de formas de produção e reprodução, que envolvem diferentes formas e relações de trabalho, bem como a comercialização e a garantia de escoamento da produção, na busca pela permanência na terra, diante das condições materiais de existência nos assentamentos e da ofensiva do capital. Assim, “[...] classificar somente os

⁹⁰ Em todos os momentos de conversas com Joana, no assentamento Porto Maria, a mesma indagava a necessidade de *granjear*, sempre, todos os dias, para continuar vivendo na terra. *Granjear* segundo o Dicionário online Michaelis, 2023, significa: cultivar, lavrar a terra.

atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é o que não é resistência”. (SCOOT, 2002, p. 29).

Essas resistências cotidianas se expressam diante das condições materiais, que contam com infraestrutura precária nos assentamentos. Faltam redes de energia que comportem as atividades de um assentamento, assim como poços artesianos com capacidade de uso doméstico e produtivo; equipamentos de trabalho, como maquinários, tratores e estrutura de armazenamento da produção e logística; programas específicos de aquisição da produção de alimentos; políticas públicas perenes, financiamentos, assistência técnica, logística para escoamento da produção etc. Da mesma forma, a falta de equipamentos de saúde, assistência social e, ainda, priorização por parte do Estado de definição da proibição das práticas de pulverização, especialmente, aérea, já que os assentados vêm colecionando perdas constantes e crescentes da produção, bem como aumenta e complexifica os riscos à exposição e contaminação química e os consequentes agravos às famílias camponesas, à comunidade e ao ambiente em geral.

Por isso, no Pontal do Paranapanema, é constante a participação cotidiana dos camponeses assentados, em reuniões e audiências públicas⁹¹, protagonizadas pelo MST, mas nem sempre, que objetivam resolver problemas, fazer denúncias e trazer melhorias, de caráter imediato, mas também para o futuro dos assentamentos.

Além, nessas reuniões e audiências, são reforçados os princípios da reforma agrária, da luta pela terra e a importância de continuarem, sempre, lutando de forma coletiva para garantirem melhores condições de sobrevivência e articularem estratégias constantes de luta contra o agrohidronegócio canavieiro, contra o modelo químico-dependente, para continuarem produzindo e se reproduzindo. (THOMAZ JUNIOR, 2017; 2023).

Pauta que tem se tornado, cada vez mais constante nas reuniões, é a produção agroecológica. Cida relata a participação em uma dessas reuniões, junto a militância do MST do Pontal:

[...] a gente discutiu que a gente tinha que voltar pra base né, pra discutir essa questão da agroecologia, da resistência na terra, se estruturar economicamente e discutir também no viés ideológico, em como reatar essa discussão com a comunidade, porque no processo da discussão a gente chegou a conclusão de que os assentamento tá abandonado, abandonado pelo Estado⁹².

⁹¹ Nos anos recentes, as audiências públicas têm sido objeto de denúncia a autoridades competentes (MPE/GAEMA), dos impactos diretos da pulverização de agrotóxicos, via pulverização aérea, nos assentamentos. Os camponeses assentados, sobretudo os envolvidos com a sericultura, tem relatado a perda da produção constante, devido à deriva do veneno aplicado via pulverização aérea nas lavouras de cana-de-açúcar, que circundam os assentamentos.

⁹² Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 27 de novembro de 2019.

A agroecologia tem sido uma importante estratégia no que estamos identificando enquanto resistência cotidiana. Os camponeses assentados estão apostando na agroecologia enquanto uma forma de produção e reprodução diante das condições de existência. Sendo que as práticas de produção acontecem cotidianamente com os recursos disponíveis no lote e alcance dos mesmos. Como diz João,

*[...] a partir das pequenas experiências a partir das pequenas coisas que tu faz, que você consegue ir mostrando aos poucos que é possível produzir com responsabilidade, ter um alimento saudável né, que não precisamos depender de agrotóxico né, e nem de adubos químicos, tudo isso você pode ter a partir do recurso natural que você tem que é muito bom [...]*⁹³.

Ao mesmo tempo utilizam-se do trabalho familiar e otimizam os espaços de produção através de práticas agroecológicas. O que tem potencializado as estratégias de continuarem produzindo alimentos com qualidade e a garantia de formas de trabalho digno no âmbito familiar e da comunidade. Isso também é resultado do direcionamento que o MST tem trabalhado nos assentamentos em relação à agroecologia, segundo Rosa,

*[...] nossa perspectiva claro, da agroecologia, que eu também esqueci de dizer, que é uma questão também que nós estamos aqui no assentamento também precisando bastante para que a gente insira, claro não é de um dia para outra né, mas a cada dia mais essa perspectiva do trabalho dentro da linha da agroecologia da produção orgânica né que a gente já tem algumas experiências já com produção orgânica e a ideia que a gente avance ainda mais acompanhando justamente essa linha de orientação política do MST sobre o tema da agroecologia e reorganização das linhas de produção e organização das famílias do assentamento. [...]*⁹⁴.

Essas linhas de orientação incentivam famílias que não praticam a agroecologia e ao mesmo tempo fortalecem outras que já estão realizando práticas sintonizadas na agroecologia. Diante disso, estamos apreendendo que no Pontal do Paranapanema não existe somente uma prática agroecológica, ao contrário, são diversas, pois como constatou Rabello (2018), há uma diversidade de formas de reprodução das famílias de camponeses assentados no Pontal do

⁹³ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

⁹⁴ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

Paranapanema e, conseqüentemente, as práticas agroecológicas⁹⁵, expressam essas características.

As práticas agroecológicas seguem este ritmo e se apresenta de forma diversa com diversas propostas de promoção, sendo que cada uma das demonstra a capacidade que o sujeito possui para reelaborar as técnicas e experimentos que outrora conheceu (seja na troca de saberes com outros sujeitos camponeses, seja nas oportunidades de formação oferecidas pelas instituições envolvidas). (p. 93)

As práticas são potenciais porque são realizadas a partir do que está disponível no lote, ou seja, a partir das condições materiais. Quando há no lote, principalmente no quintal, árvores frondosas, essas servem tanto para sombreamento, proteção quanto para a produção de matéria orgânica através da estocagem de suas folhas.

Havendo produção leiteira, o esterco do gado, acumulado na mangueira é estocado próximo à horta e do pomar, para adubação (Figura 6). A urina do gado, coletada no momento da ordenha, também é armazenada e diluída em água para a fertilização de frutas e verduras.

⁹⁵ Rabelo (2018) fez o esforço em mapear práticas agroecológicas nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, ao mesmo tempo, apreendeu que identificar a diversidade de formas era tarefa essencial para evidenciar, no mapeamento, as potencialidades da agroecologia tanto práticas, quanto políticas.

Figura 6: Esterco de gado amontoado próximo à horta para adubação - Assentamento Rodeio (2019)



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

No esterco de gado, também há a proliferação de minhocas que servem para a alimentação de passarinhos, galinhas e a produção de húmus, pois também são adicionados “restos” de legumes e verduras retirados da horta e as minhocas fazem esse processo naturalmente. No pomar, também é comum plantar a semente de milho crioulo que ganhou do vizinho, para fazer multiplicar nos próximos anos até que se torne a semente da principal lavoura de milho. Esta que, por vezes, tem sua maior parte destinada para fabricação de silagem a fim de complementar a alimentação do gado leiteiro, na época da seca. Também são plantadas variedades de capim napier aos redores dos pomares com a intenção de proteger os cultivares mais sensíveis aos ventos. Formam-se muros de quebra vento natural. (Figura 7).

Figura 7: Plantação de bananeiras com capim napier ao redor – Assentamento Margarida Alves – 2019



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

Nos pomares é característico a produção integrada de frutíferas, leguminosas e tubérculos. (Figura 8). E toda a matéria orgânica produzida por esses cultivares é reaproveitada tanto para a adubação do pomar, quanto para outros espaços de produção do lote. As sobras de legumes, verduras e frutas, do trato doméstico, servem de alimentos para os animais e também para a adubação dos pomares. No entanto, algumas leguminosas, como a mucuna-preta⁹⁶, e frutas, a exemplo, a melancia forrageira, também conhecida popularmente como “melancia de

⁹⁶ *Mucuna pruriens*, proporciona cobertura (viva e morta) bastante eficiente para a produção de fitomassa, o que a torna importante para a recuperação de solos degradados e o controle de ervas “daninhas”. O manejo dessa leguminosa, nos pomares e nas roças, pode substituir a utilização de fertilizantes nitrogenados que o camponês assentado, não tem condições de comprar por falta de dinheiro. Ver mais sobre em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/3561/adubacao-com-mucuna-preta-em-solos-de-cerrados>>. Acesso em: 13 de jan. 2023.

porco”⁹⁷, já são cultivadas com o propósito de alimentar os animais e produção de matéria orgânica.

Figura 8: Produção integrada de banana, abacaxi, melancia e mandioca



Fonte: Trabalho de Campo, 2019.

São essas práticas agroecológicas e tantas outras que estamos identificando no Pontal do Paranapanema e que já nos possibilita sistematizar com vistas a compreender as práticas agroecológicas em áreas "asfixiadas" pela monocultura da cana-de-açúcar, ou seja, em ambiente não agroecológico. Em termos práticos, os assentados não utilizam agrotóxicos na produção dos alimentos que vão consumir e vender através das cestas e feiras livres, mas, via de regra, constata perdas frequentes e crescentes da produção (malformação dos cultivares), do criatório, devido às consequências do efeito da deriva da aplicação de agrotóxicos, maturadores pulverizados, especialmente por aviões, para responder às exigências dos tratamentos culturais do monocultivo de cana-de-açúcar.

⁹⁷ É um tipo de melancia com polpa branca bem consistente e não adocicada.

Como em Rabelo (2018, p. 106) “[...] os relatos retratam perdas na produção de alimentos, pois quando há pulverização as folhas amarelam, murcham e caem, ou há mudança no regime de cultivo, pois alguns deles atrasam para nascer ou para ficarem no ponto de colheita [...]”.

Visando esse ambiente de contradições e possibilidades que o processo de multiplicação de práticas agroecológicas, nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, vem se fortalecendo com grupos de assentados que se articulam, junto à Rede Pontal Agroecológico, ou mais propriamente a parceria entre MST, ITESP, INCRA, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CATI). Essas articulações têm sido importantes para a ampliação das experiências em agroecologia enquanto prática política, disseminada pelos movimentos sociais do campo, e também de difusão de práticas alternativas ao modo de produção capitalista a partir dos conhecimentos acumulados e renovados, oriundos do cotidiano dos sujeitos. (RABELO, 2018).

Cláudio, camponês assentado no assentamento Gleba XV de Novembro e integrante do Setor de Produção do MST, no Pontal do Paranapanema, enfatiza as orientações praticadas pelo Movimento.

[...] nós sempre incentivamos a sair do agroquímico, sair do veneno, sair desse momento de intoxicação que tem ... então comprar nas granjas esterco de galinha, juntar no próprio lote o esterco de gado, fazer por exemplo, uma compostagem, palha seca, com esterco, aguar todos os dias, vai molhando, colocando uma cama de esterco, uma camada de folha, molhando de novo ... você pode utilizar isso na horta. Além de você não estar comendo veneno, diminui seu custo. Então nós conseguimos organizar bem através do setor de produção, essas orientações, para as famílias que estavam dentro dos assentamentos.[...]”⁹⁸.

“Essa repolitização do alimento está em curso em muitas comunidades locais, mundo afora, com agricultores e cidadãos experimentando sistemas alimentares alternativos” [...] (MC. MICHAEL, p. 87, 2016). Ainda, no âmbito das práticas cotidianas de trabalho na terra, a agroecologia potencializa o trabalho ontológico, ou seja, aquele em que o sujeito, a partir das práticas de produção, com o aproveitamento dos recursos naturais, respeito à dinâmica da natureza e à biodiversidade, diversificação das culturas e livre dos agrotóxicos, realiza atividades pré-concebidas para suprir suas próprias necessidades, de acordo com as condições de existência, contrapondo-se às formas de trabalho alienado. Vejamos o relato de João,

⁹⁸ Entrevista realizada por videoconferência, em tempos de pandemia da COVID-19, em 14 de julho de 2021.

*É pois é, você cria relações que você mesmo... por mais que chega um ai e diz “pô tem um louco ali conversando com passarinho”... né mas você sente feliz, e você tá trabalhando e saber que o bicho tá ali e que você não é o predador dele né, de tá ali como se fosse um animal de estimação, ali tá você respeita no limite dele e ele respeitando o teu limite, então essa é uma relação direta com a natureza né, e é por isso.. por isso mesmo que a gente sente a responsabilidade de cuidar cada vez mais e trazer e formar outras pessoas que acredita nisso né.. de que o homem e a natureza têm que estar em harmonia né, harmonia...porque que eu vou destruir uma árvore se ela não tá me atrapalhando né, de certa forma ela vai me ajudar né, por que que eu vou botar fogo na palha se essa palha ela não vai me atrapalhar, vai me ajudar a fortalecer o solo, eu preciso daquele solo forte para que tenha uma melhor produção.. Então são coisas ..., porque eu vou matar um inseto lá se ele não tá me atrapalhando né, eu posso dar uma opção para o inseto, vez de comer a sua.. a sua verdura ele ter um espaço da mata onde alguma coisa para ele... para ele não se alimentar da verdura né, então.. são coisas assim que você dá para ter essa harmonia né, entre a natureza e o homem e isso só acontece quando você tem vontade de transformar isso né [...]*⁹⁹

É importante enfatizar que no trabalho referenciado na produção agroecológica, o camponês e sua família participam de todo o processo, enquanto no trabalho para atender ao capital, é controlado pelas empresas, como é o caso da produção de pepino, no Pontal do Paranapanema; o processo é fragmentado e especializado, e o sujeito não se reconhece naquilo que faz. O trabalho no âmbito das práticas agroecológicas foge aos imperativos e normas do capital, e se revela criador e instituinte de formas de ajuda mútua, cumplicidade e, também, produz suas próprias condições de execução. É nesse sentido que o trabalho sintonizado na agroecologia também potencializa o trabalho coletivo da família e tem permitido a obtenção de trabalho para toda a família.

É em meio a essas condições que os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema organizam a produção material da existência, considerando a relação dialética fundada nas leis, costumes diversos e formas de organização que derivam de relações, conflitos cotidianos e estruturais e, da própria necessidade e consciência de continuarem existindo.

Como explicita Thompson (2001):

É essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “à reboque”, seguindo os fenômenos econômicos a distância: eles estão em seu surgimento, presos na mesma rede de relações. (p. 208).

⁹⁹ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

Elemento central que compõem essa rede de relações é a experiência de trabalho e de vida dos camponeses assentados que está embutida no cotidiano, na relação com a família e a manutenção ou a criação de novas formas de organização coletiva nos assentamentos.

No ambiente dessa construção coletiva e que se fortalece e se amplifica para as noções de pertencimento de classe é comum o resgate de ações solidárias que eram realizadas sobretudo no início da implementação dos assentamentos e em momentos anteriores. Ou seja, ajuda mútua, doações e trocas de trabalho ou mesmo no geral, trocas simbólicas. O que também contribui para continuarem nos assentamentos é o fato de acreditarem na solidariedade, no trabalho e nas lutas coletivas que realizam dia após dia na busca pela produção e reprodução da vida. Acontece, por exemplo, quando um vizinho necessita de colher uma roça, geralmente de lavoura branca¹⁰⁰, precisa de “uma mão” para arrumar uma cerca, curar e vacinar animais, cavar um poço cacimba ou uma fossa, arrumar o telhado da casa levado por um vendaval ou danificado por uma chuva de granizo, dentre outras.

Essas noções que expressam embrionariamente compreensões coletivas mediatizadas pelas formas de ajuda mútua, definem e pavimentam caminhos que preconizam as identidades e pertencimento de classe, protagonizadas pelos(as) camponeses(as). As complexas relações que habitam esse processo de construção/constituição da identidade de classe também contêm aspectos específicos da seara econômica. Afinal, tem-se que em algumas circunstâncias, o “pagamento” é realizado com mais ajuda no trabalho ou com um saco de feijão, uma semente de milho boa ou com uma banda de porco, engordado no quintal. Há também casos de troca de áreas, ou seja, um usa a área do outro e retribui com o pasto reformado e vice versa. O que também é muito comum, nos assentamentos em que os camponeses assentados tiram a maior parte da renda com plantação de lavoura branca é a troca de diárias¹⁰¹. Lucas nos dá o exemplo do costume da troca de áreas, e Josefa, de troca de diárias,

[...] é outra coisa também que tá acontecendo aqui hoje é questão de trocar áreas né [...] as vezes vamos supor eu tenho um hectare aqui pra renovar, mas não tem trator vou ter que gastar com um monte de coisa... o vizinho “ah eu pranto o milho, tiro lá e aí depois joga a semente pra você”, aí você vai e faz isso, ajuda um e ajuda o outro...[...]¹⁰²

¹⁰⁰ Lavoura que não é perene, precisa ser plantada todos os anos. Ex: milho, feijão, arroz, etc.

¹⁰¹ Acontece quando um vizinho trabalha para o outro por uns dias, depois o outro para o mesmo. Por vezes a troca é apenas de força de trabalho, no entanto, pode ser remunerada, como se fosse uma troca de favores, “lhe pago umas diárias agora, porque estou precisando e tenho condições de pagar no momento, depois quando precisar e tiver condições, eu trabalho e você me paga”.

¹⁰² Entrevista realizada com Lucas durante trabalho de campo no assentamento Rodeio em 25 de setembro de 2019.

*[...] é assim, que nem o [...]vai colher mandioca, que é o meu marido, e o [...] que é o marido da [...], aí as vezes eles fazem assim “não [...], você me ajuda a arrancar a minha, que depois eu ajudo a arrancar a sua..” aí tem vários que concordam também nesse ponto né...[...]*¹⁰³

Nesse contexto de formas solidárias também há comercialização da produção interna nos assentamentos. Ou seja, camponeses assentados comprando de camponeses assentados e praticando uma economia comum. Dandara e João, respectivamente, exemplificam,

*De vez em quando a gente mata uma vaca, compra do vizinho, as vezes o vizinho corta uma carne, aí a gente compra...desse jeito... vamos levando a vida...[...]*¹⁰⁴

*[...] é tem disso né, querendo ou não gira... de certa forma gira, gira uma certa comercialização entre os companheiros, dentre os amigos e tal né, “ou eu tenho milho”, outro tem uma silagem, outro tem... então gira né... [...]*¹⁰⁵

*[...] é então quer dizer, as coisas que tem, que é nossa o pessoal acaba comprando, por exemplo, uma coisa que o pessoal sempre acaba comprando aqui é carne, carne de vaca mesmo, “ah mata uma vaca aí vamos partir em quatro banda” aí cada um compra uma parte, mata um porco reparte, aí:: nesse tipo de coisa o pessoal acaba socializando né*¹⁰⁶.

Essas formas de comercialização permitem que o dinheiro circule dentro do assentamento e ao mesmo tempo garanta uma economia moral (THOMPSON, 2002), em que os preços praticados, na venda de determinados excedentes, geralmente de lavoura branca, como o milho, ou até mesmo na venda de partes de animais abatidos, para consumo da família camponesa, sejam menores do que os praticados nas cidades e ainda, supram necessidades que se criam para a produção e reprodução das famílias. Como em Brandão (2007),

[...] nem tudo o que se produz é consumo, nem tudo o que troca é mercadoria. Mais do que nós, e com melhores motivos, as pessoas comem comida e símbolos e trocam bens e sentidos de vida. No que se consome e no que se troca ou vende, as “coisas” que passam de mão em mão, mesmo que a troca de dinheiro, variam de acordo com aquele com quem se troca, com aquilo que se troca e com a qualidade da situação em que se comercia. (p.55)

Entendemos que essas alternativas não rompem com as amarras do sistema econômico, imposto pelo grande capital, mas é necessário evidenciá-las e decifrá-las para renovarmos [...]

¹⁰³ Entrevista realizada com Josefa durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

¹⁰⁴ Entrevista realizada com Dandara durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

¹⁰⁵ Entrevista realizada com João durante trabalho de campo no assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Lucas durante trabalho de campo no assentamento Rodeio em 25 de setembro de 2019.

nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano”. (THOMPSON, 2002, p. 21).

E entendemos que essa economia moral, praticada pelos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, não deve ser analisada como algo que está fadado ao desaparecimento, pelo contrário “[...] ela continuamente se regenera como crítica anticapitalista, como movimento de resistência.” [...]. (THOMPSON, 2002. p. 259). Afinal, o capitalismo, recria a natureza humana e as necessidades, e isso também ocorre nos assentamentos. No entanto, também há práticas que são realizadas pelos camponeses, que precisamos colocar em relevo, e que mesmo inseridas na lógica de reprodução do capital, negam a suposição de que o sujeito se reduz, única e exclusivamente a dimensão econômica da vida, imposta pelo capital.

Essas práticas de ajuda mútua e de comercialização solidária são realizadas no sentido de responder aos desejos da família e contribuir com os companheiros do assentamento, mas na medida em que o ideário da autonomia familiar seja preservado. Na busca dessa autonomia, se revelam projetos diferentes, múltiplas necessidades e anseios que as famílias trazem da história de vida e que são definidores das estratégias para a permanência na terra. No entanto, essa autonomia, também é construída frente a uma comunidade que se forma no assentamento, pois a [...] comunidade camponesa é instituída por uma lógica singular que, ao mesmo tempo em que é individual, centrada na autonomia camponesa, é também comunitária face às mais diferentes sociabilidades estabelecidas entre as famílias de uma comunidade. (NASCIMENTO, 2014, p.36-37).

Os sujeitos se organizam, via de regra, estimulados pelas dificuldades, mas isso não é fator determinante. A experiência e trajetória que se forma na luta para o retorno ou a busca da terra para viver e trabalhar, em que a organização, para além da família, foi necessária, contribui sobremaneira para a formação do sujeito coletivo. E, é nesse processo de formação que o sujeito vai adquirindo a consciência das suas condições materiais de existência. Como sabemos, a família é o centro das decisões, na busca de melhores condições de trabalho, autonomia e liberdade, no entanto, em sua trajetória de luta o sujeito percebe que as necessidades familiares também são coletivas, e isso transparece nos assentamentos, talvez não da forma como é desejada pela *intelligentsia*, mas como é possível.

Nesse universo de decisões, que envolvem os camponeses assentados no processo formação e continuidade da luta na terra, assim como em Farias (2008), precisamos

[...] pensar acerca do vivido nos assentamentos rurais, considerando as espontaneidades, as ambigüidades, as contradições, bem como todas as possibilidades e as limitações desse vivido, o que dele está aparente e/ou oculto na representação. Ao construírem as redes de relações, no interior dos assentamentos, as famílias procuram definir/(re)definir estratégias de permanência na terra, lançando mão de seu saber-fazer e novos saberes, principalmente nas definições das alternativas de produção, passando pelas escolhas entre o trabalho individual e o coletivo, relativos à concepção de terra que trazem de outros tempos. (p.162)

É nesse espaço vivido que perpassa por dimensões individuais e coletivas que se constrói, no processo, a consciência da necessidade de resgatar e/ou produzir novas formas de organização nos assentamentos. Assim os camponeses vão construindo a identidade coletiva e, mesmo que às vezes as necessidades individuais/familiar prevaleçam, a organização com outros companheiros do assentamento, que podem ser descontínuas do ponto de vista formal, mas sempre constantes enquanto relação de sociabilidade.

A partir daí se fortalece a referência para as lutas em diferentes dimensões, seja nas lutas cotidianas, quando por exemplo, reivindicam infraestrutura para atender demandas urgentes, seja em manifestações dirigidas às ocupações, que reivindicam do Estado a efetivação ou a construção de políticas públicas, direcionamento de terras públicas, griladas para a Reforma Agrária, bem como as que dão continuidade aos enfrentamentos às frações burguesas implicadas. E essa referência vai se fortalecendo em meio ao processo que compõe e forma consciência e pertencimento a classe trabalhadora.

5. OS CAMPONESES NO ÂMBITO DA CLASSE TRABALHADORA

É verdade que se solidificou no Brasil a tese que atribui uma inconsciência de classe ao operariado, explicação que é, porém, pouco convincente, uma vez que privilegia aspectos fenomênicos e aparentes.
(Ricardo Antunes, 1980)

Ainda no início dos anos de 1980, no Brasil, como podemos ver na apresentação da dissertação de mestrado do professor Ricardo Antunes, reverberava concepções polêmicas em que o operariado brasileiro não tinha consciência de classe. O que também nos remete a questionar, se esse operariado, “sem” consciência de classe, fazia parte ou não da classe trabalhadora. Entendemos que hoje, depois de passados mais de 40 anos, essa questão seria absurda, pois não há dúvidas de que operariado brasileiro tem consciência de classe e faz parte da classe trabalhadora. Isso pode ser atribuído às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, mas também, nas concepções teóricas que interpretam e caracterizam os sujeitos sociais e a realidade.

Atualmente, para alguns, ainda pairam interpretações que não identificam os camponeses enquanto sujeitos com consciência de classe, menos ainda que fazem parte da classe trabalhadora. Por isso nos questionamos, será que no futuro próximo, devido às mudanças estruturais no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nas interpretações teóricas, ainda aparecerão tais dúvidas? Eis a questão!

Como não somos videntes, preferimos nos apoiar no que estamos interpretando e apreendendo no momento e num passado recente, para darmos respostas em relação ao papel dos camponeses no âmbito da classe trabalhadora. Por isso, em nossa trajetória de pesquisa, que vem desde meados da graduação, nos dedicamos, junto aos colegas do CEGeT, que já iniciaram essa empreitada, a compreender a diversidade de sujeitos que fazem parte ou que são identificados com as famílias de camponeses assentados oriundos da luta pela terra, enquanto sujeitos da classe trabalhadora. E o estímulo a essa compreensão partiu das leituras e aprofundamentos teóricos que nos iniciou ao que se constrói teoricamente enquanto classe trabalhadora no âmbito da RCP, ao longo de sua história de construção.

Nós da RCP, estamos inseridos em um ambiente de elaboração intelectual e militante, por meio do qual nos dedicamos às reflexões coletivas e aos debates sobre a ampliação do conceito de classe trabalhadora, considerando as transformações e mutações no universo do trabalho, em tempos de reestruturação produtiva do capital, das cadeias globais, das plataformas capitalistas ou da Indústria 4.0, que redefinem o tecido social do trabalho - e potencializa as marcas da plasticidade do trabalho -, bem como a capacidade e ampliação das lutas de

resistência, que atinge diretamente as mudanças nos papéis sociais e políticos dos trabalhadores em geral. (THOMAZ JUNIOR, 2019; 2021).

É nesse ambiente de práxis coletiva que avançamos na reivindicação e construção da Geografia do Trabalho¹⁰⁷. A Geografia do trabalho que vimos nos desafiando a construir, tem se reestruturado teórico-conceitual-metodologicamente com o intuito de avançar na interpretação da dinâmica territorial geográfica do trabalho, considerando diferentes formas de alienação/emancipação do trabalho, focando os conflitos territoriais, as diversas formas de organização e resistência dos sujeitos que trabalham, seja no campo, seja na cidade, e na emancipação da classe trabalhadora em geral. (THOMAZ JUNIOR, 2011d; 2019b).

É com essa perspectiva que compreendemos que o trabalho, em suas diferentes formas, ainda enquanto categoria central para a transformação social, é primordial para apreendermos, no âmbito da leitura geográfica “[...] a dimensão espacial da sociedade, os conflitos territoriais e formas de exploração/subordinação/control e organização do trabalho e da classe trabalhadora. A Geografia do Trabalho passa, assim, a nos oferecer orientação epistemológica para desenvolver pesquisas e disponibilizar intervenções políticas junto à sociedade [...]” (THOMAZ JUNIOR, 2019b, p. 30).

Nossas reflexões e avanços teóricos também é produto do debate com pesquisadores de outros grupos de pesquisa que têm se envolvido historicamente na compreensão das ações de luta pela terra e do papel político do campesinato e da questão agrária no Brasil, como por exemplo: o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)¹⁰⁸ e o AGRÁRIA, Laboratório de Geografia Agrária do Departamento de Geografia - LABGEA/USP¹⁰⁹.

O que transpassa as nossas reflexões e também estimula o debate que estamos propondo é o diálogo constante com as postulações da literatura marxista ortodoxa e heterodoxa, sempre com o intuito de fugir dos aprisionamentos teóricos, em consequência de realizar uma leitura da geografia do trabalho, sem prescindir da realidade do conflito classe.

¹⁰⁷ Thomaz Júnior é um dos percursores da Geografia do trabalho brasileira nos anos de 1990, se dedicando até os dias atuais, no entanto, sua gênese, pode-se dizer, inicia-se no âmbito da *geografia radical* ou *crítica*, consequência da união entre geografia e marxismo nos anos de 1970.

¹⁰⁸ No NERA, sediado na Faculdade de Ciência e Tecnologia Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente - (SP), são desenvolvidas pesquisas em nível de pós-graduação: mestrado, doutorado e pós-doutorado; em nível de graduação: iniciação científica e bacharelado por mais de uma dezena de pesquisadores no âmbito das questões agrárias e luta pela terra. Atualmente é coordenado pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes.

¹⁰⁹ O AGRÁRIA, fundado pelo prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, tem mais de 20 anos dedicados às pesquisas das questões agrárias e atualmente encontra-se sob a coordenação da Prof^ª. Dr^ª. Marta Inez Medeiros Marques e da Prof^ª. Dr^ª. Valéria de Marco

Por isso, os argumentos e resultados aqui apresentados, também são frutos da experiência vivida e da apreensão da realidade através dos inúmeros trabalhos de campo no Pontal do Paranapanema, em outras regiões do Brasil, bem como das participações em atividades junto aos camponeses assentados, ações organizadas no âmbito do MST, entidades sindicais, grupos independentes e organizações populares. Ações realizadas tanto no campo, como nas cidades, que nos colocamos a participar, contribuir e aprender e que demonstram como os camponeses estão se inserindo nas lutas e resistências diante dos conflitos de classe, no âmbito das transformações do mundo do trabalho.

Diante desse cenário de transformações do mundo do trabalho o diálogo e o debate com autores, como por exemplo, Antunes (1999, 2011, 2019), Mattos (2012), Mészáros (2007), Thomaz Junior (2017), que procuraram enfatizar as transformações ocorridas no trabalho e da classe trabalhadora a partir da década de 1980, especialmente aqueles que se dedicaram a compreender essas transformações no âmbito da realidade Brasileira, é fundamental para situarmos os camponeses nesse processo, pela via da centralidade do trabalho.

Colocamo-nos a compreender o camponês, em suas ações, lutas e resistências, em meio ao processo de reestruturação produtiva do capital, inserção de novas formas de controle da força de trabalho, redução do trabalho fabril, em paralelo à ampliação do trabalho de serviços, contratos de trabalho flexibilizados e informal, aumento exponencial de formas de precarização, transformações que afetam a realidade tanto objetiva quanto subjetiva dos trabalhadores e da classe trabalhadora em geral. Ou seja, situar o camponês nesse processo de metamorfose e redefinições do trabalho (ANTUNES, 1999, 2011; MÉSZÁROS, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2017), contudo referenciados na centralidade do trabalho.

Essas transformações no mundo do trabalho, conseqüentemente, vêm oxigenando as formulações teórico-metodológicas que interpretam a formação e organização da classe no âmbito da reestruturação produtiva do capital e as formas de resistências dos trabalhadores em geral. E por isso nos impõem atenção junto aos autores que compreendem o camponês enquanto um sujeito a parte, como classe específica, desvinculado da classe trabalhadora.

Martins (1981, 2002), Oliveira (2007, 2010), Fernandes (2008, 2013), dentre outros, situam o camponês enquanto “não trabalhador”, mesmo vivenciando momentos com vínculos e assalariamento, mas não somente, por ventura vivenciando expressões no amplo espectro da informalidade etc. À vista disso, o sujeito camponês está fora do processo de produção/reprodução do valor, portanto não faz parte da classe trabalhadora. Com isso a nossa intenção é transitar no interior da polêmica teórica em torno dessa questão. Evidente, sem a intenção de resolvê-la, porém abordá-la, situá-la e tencioná-la. Para os autores denominados

campesinistas, o camponês é classe à parte e sujeito central da transformação social, enquanto para os denominados “proletaristas”¹¹⁰, o papel da transformação cabe ao proletariado (quase sempre restrito ao proletariado urbano-industrial). Compreendemos que as transformações que se impõem no mundo do trabalho, estão rompendo/desfazendo os limites e delineamentos entre esses sujeitos.

O que estamos defendendo é que essa é uma leitura teórica e política. Teórica porque as predefinições não estão dando conta de interpretar o mundo do trabalho, e política porque os camponeses, cada vez mais, se inserem nas lutas pela sobrevivência, em busca de renda, proventos, para continuarem sendo camponeses, o que os impele às lutas contra o modo de produção capitalista. Pois, novos rearranjos, estratégias de resistências e lutas, protagonizadas pelos camponeses, estão em curso e as lutas vem se ampliando.

E por isso, para aprofundarmos as questões colocadas, entendemos que é necessário o diálogo com Marx (1982); Luxemburgo (1999); Gramsci (1978; 1982; 2000); Thompson (1981, 1998, 2004, 2012), que se dedicaram a discutir o papel social, político, econômico da burguesia e do proletariado e da classe trabalhadora em geral, com as atenções para a crítica da economia política, para a luta de classes, para a reprodução do capital; como também com seus interlocutores, como por exemplo: Netto (1990); Mattos (2012); Antunes (1999, 2011, 2019); Menegat (2010); Moreira (2013), Thomaz Junior (2009; 2017); Ribeiro (2010); entre outros. Pesquisadores que têm nos ajudado a decifrar os desafios, sempre renovados, impostos pela dominação de classe, e as formas de resistência a esse processo desenvolvido pela classe trabalhadora em geral.

Os diálogos e debates fundamentados nos autores selecionados contribui para estruturarmos nossas reflexões fundadas na realidade histórica, na dinâmica territorial e nas contradições que expressam os processos de constituição, de luta e as ações políticas e de identidade de classe dos trabalhadores(as) - que se redefinem e se constroem -, enquanto expressão concreta da luta pela terra, no Pontal do Paranapanema, protagonizadas pelos camponeses/assentados, objeto da nossa pesquisa.

¹¹⁰ Autores clássicos considerados da vertente “proletarista” são Lenin (1985) e Kautsky (1986). Para esses autores o proletariado é o único sujeito histórico revolucionário capaz de romper com a lógica de produção de mercadorias e da extração de excedentes e construir uma sociedade emancipada do capital, enquanto os camponeses são sujeitos que têm que aprender com o proletariado, o ser revolucionário. “[...] No entanto, na tendência campesinista o campesinato é visto como classe social — em si e — para si e como um modo de vida não capitalista”. (CAMACHO, 2014, p.120).

Como pudemos observar, estamos propondo uma interlocução com autores que produziram teorias em momentos históricos e lugares de produção¹¹¹ diferentes, mas que não deixaram de lado o referencial marxista. E assim, a fim de sustentar a nossa compreensão de que os camponeses, oriundos da luta pela terra, enquanto sujeitos históricos, se envolvem em diferentes formas e expressões do trabalho, resistem à dominação/controlado do capital, nem sempre, dentro dos limites que a teoria ou os teóricos “permitem”, fazem parte da classe trabalhadora.

É provável que essa questão não seja resolvida neste texto, mas acreditamos que através dele, nos diálogos e tensionamentos com a teoria, com os interlocutores, sem prescindir da realidade do conflito de classe, das diferentes expressões de luta, resistência, manifestações de identidades, consciências, em diferentes níveis (em si, para si), que teremos mais segurança para atingirmos patamares elevados da nossa autocrítica teórico-metodológica, e construirmos a discussão que estamos propondo.

Para nortear esse texto e os pressupostos da tese, lançamos as questões: existe apenas um sujeito social possível de se tornar sujeito coletivo? Quem são os trabalhadores possíveis de fazer a revolução social no atual momento? E quais as formas de organização de classe possível de fazer a revolução. De que forma esses sujeitos estão se organizando politicamente?

5.1 Os camponeses no âmbito da classe trabalhadora

Entendemos que é necessário enxergarmos outros trabalhadores que constituem a classe trabalhadora, porque não compreendemos que apenas o proletariado será responsável pela revolução social e nem nos cabe decidir tal composição, função etc., no processo histórico. E ainda, sendo mais específico, que os operários, inseridos no processo de produção, serão os únicos portadores de consciência de classe para o caminho da revolução. E que para outros trabalhadores, o que inclui os camponeses, resta-lhes inserir nesse processo, subalternos, ou que se tornem operários, vinculem-se à extração de mais valor e adquiram a consciência de classe. É como se atribuíssemos uma missão vanguardista para determinados trabalhadores, e os outros, se não inseridos no processo de produção de mercadorias, de extração de excedentes, fossem secundarizados.

¹¹¹ Compreendemos que a produção teórica desses autores partiu/partem da leitura/interpretação de um *lugar de produção* social, econômico, político e cultural, diferente, o que por vezes, ordenam as concepções teóricas e de método (CERTEAU, 2002), no entanto, os autores por nós escolhidos, a partir de seus lugares, construíram/contribuíram com a crítica e a renovação do marxismo.

Em Marx o conceito de classe trabalhadora é bastante amplo. Em *O Capital* (livro III, capítulo 52), o autor chegou a citar as classes sociais, no entanto, não houve tempo em vida¹¹² para discuti-las. Contudo, há outras passagens do *Capital*, livro I, em que Marx indica a amplitude do conceito de classe trabalhadora.

O extraordinário aumento da força produtiva nas esferas da grande indústria, acompanhado como é de uma exploração intensiva e extensivamente ampliada da força de trabalho em todas as outras esferas da produção, permite empregar de modo improdutivo uma parte cada vez maior da classe trabalhadora. (MARX, 2011, p.631-632).

Diante do aumento expressivo da reprodução do capital, no processo da revolução industrial, Marx já indicava que a classe trabalhadora se expandia e se tornava cada vez maior. E entendia naquele momento que os trabalhadores improdutivos eram parte da classe trabalhadora, mesmo não os identificando de modo preciso.

Vale ressaltar que Marx nunca resumiu a classe trabalhadora somente aos trabalhadores que desenvolvem trabalho produtivo, ou seja, ao operariado industrial.

[...] ao tratar da classe trabalhadora, mesmos em seus textos de crítica da economia política, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial, nem por meio de uma associação restritiva com os submetidos ao que ele chamou “subsunção real” do trabalho ao capital nem por uma definição que fechasse a classe no “trabalho produtivo” (que por sua vez, tampouco foi definido como restrito aos trabalhadores fabris). (MATTOS, 2019, p.26)

Compreendemos que o trabalho produtivo e nem o trabalhador se definem pelo emprego na fábrica, nem portanto pela subsunção real. Isto é, “[...] tampouco a classe trabalhadora se restringe a quem exerce trabalho produtivo (MATTOS, 2019, p.28).

A inserção no processo de produção (produção de valor) não é condição para o processo de conscientização e formação de classe, e sim a luta de classes nas suas diferentes expressões.

Por isso, entendemos que o que cabe a nós no momento, enquanto exercício da práxis, e com vistas a atingir os objetivos que propomos é decifrarmos e apreendermos as respostas e entendimentos dos trabalhadores em geral, no processo de organização e formação, diante dos desafios impostos pela dominação e controle do capital, que sempre se renovam, enquanto produto e afirmação/negação da reprodução ampliada do capital. Não obstante, a práxis teórica

¹¹² Marx morreu em 14 de março de 1883 antes de terminar os dois volumes finais da obra *O Capital*, ou seja, os livros II e III, que foram editados e publicados postumamente por Engels.

com vistas à formação da classe trabalhadora, deve partir do conflito, da luta de classes. E é também da luta, do processo de luta, que surge a consciência de classe. Assim, a formação e a consciência de classe fazem parte de um mesmo processo e não o desenvolvimento por etapas, no qual a consciência vem depois de uma etapa superior da classe.

Thompson (2004) ao analisar a formação da classe trabalhadora da Inglaterra no século XVIII, antes de adentrar nas especificidades daqueles trabalhadores, indaga:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas” (p.9).

Por isso, a experiência de uma categoria de trabalhadores não pode ser considerada mais verdadeira do que a de outra. Ou seja “[...] nenhuma formação de classe específica é mais autêntica ou mais real que outra. As classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente” (THOMPSON, 2001, p 277).

Tampouco não podemos considerar o processo histórico daqueles trabalhadores, europeus, com o processo que transcorre na América Latina, no Brasil, no Sul do mundo, ou atribuímos àqueles, através da teoria, um papel vanguardista. No entanto, o processo histórico e a análise daquele contexto, nos dão subsídios para entender continuidades, mas também descontinuidades, mudanças e as contradições em curso no âmbito da luta de classes, bem como formas de conscientização da classe trabalhadora.

A luta da classe trabalhadora é histórica e continua em curso. Haverá momentos vitoriosos ou não, porém, é nesse processo que a classe poderá obter a vitória definitiva da revolução. (LUXEMBURGO, 2018). E como em Gramsci (1999, p. 104) há que se reconhecer que essa vitória será produto de um processo “[...] longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de desdobramentos e reagrupamentos”.

E por essas questões não escapa as nossas atenções, enquanto uma condição universal para a análise da classe trabalhadora, “[...] a situação real de classe num contexto histórico real”, (THOMPSON, 2004, p. 11), e no âmbito das disputas territoriais, que têm como essência a luta de classes.

No contexto atual da luta de classes é necessário incluir trabalhadores que, devido a momentos históricos diferenciados, ao contexto social e econômico ficaram de fora das interpretações teóricas enquanto potenciais revolucionários.

Ribeiro (2010), a esse respeito enfatiza:

Já não se tem a mesma certeza, a de que o sujeito histórico seja constituído apenas de uma categoria de trabalhadores. A experiência europeia para a constituição desse conceito deixa de fora os povos africanos, indígenas, asiáticos, alguns dos quais têm atuado como responsáveis por transformações importantes, decorridas de lutas por *libertação* nacional ocorridas em diferentes países. (p.135)

Ainda para Ribeiro (2010. p. 88), “[...] determinar se uma categoria social, no caso os camponeses pode ser um sujeito que compõe a classe trabalhadora e, portanto, revolucionário, depende da situação vivenciada por essa categoria em um determinado momento histórico”.

Os trabalhadores que estamos nos dedicando a compreender e situa-los no contexto da formação/constituição da classe trabalhadora são os camponeses assentados oriundos do processo de luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

A respeito dos camponeses é celebre a passagem em que na obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, Marx (2011) assevera que, “[...] a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas [...]”. No entanto, o autor se referia aos camponeses franceses, do início do século XIX, no contexto da dinastia bonapartista. O que no nosso entender, não cabe para a interpretação dos camponeses do século XX e XXI do Brasil, porque compreendemos que essa interpretação está situada em um determinado contexto histórico, social e econômico, diferente da realidade brasileira. Erroneamente e sem contextualizá-la, essa interpretação, dos camponeses da França, foi disseminada por terceiros, atribuindo a Marx, que o campesinato é um “saco de batata”. No mínimo, um jargão despreocupado com o contexto.

Naquele contexto histórico e econômico a condição do operariado fabril, no processo de produção da mais-valia, que aumentava extraordinariamente, o colocava como classe frontal ao capital, possibilidade essa que outras categorias de trabalhadores não tinham, o que incluem os camponeses. A leitura da realidade naquele momento extraordinário, em que cada vez mais aumentava a força produtiva na grande indústria, e um operário dependia do outro no processo de produção, trabalho coletivo, e que, em tese, possibilitava a solidariedade e conscientização de classe. Situação que ainda não envolvia o camponês que tinha uma produção familiar, esparsa e isolada e que tinha como condição de sobrevivência, a defesa da propriedade privada da terra.

Assim, a questão, que atravessa os tempos e ainda é motivo para secundarizar a importância dos camponeses no processo revolucionário é o fato de não ocuparem lugar central na produção do valor e serem proprietários de terra, o que não lhes possibilitava/possibilita consciência crítica em relação à superação da propriedade privada. No entanto, esse fato, não os excluem das opressões de toda ordem da burguesia, da inclusão marginal na sociedade de classes.

E não podemos deixar de mencionar que aqueles mesmos camponeses, da França, no decorrer do século XIX, mesmo ainda, devido ao contexto, sendo interpretados por Marx (2011) como secundarizados ao proletário *citadino*, mostraram mudanças de interesses diante da sobrecarga de impostos e violência do Estado napoleônico e das condições de hipoteca impostas pelo capital.

O interesse dos camponeses, portanto, não se encontra mais, como sob Napoleão, em consonância com os interesses da burguesia e do capital, mas em contradição com eles. Ou seja, eles descobrem o seu aliado e líder natural no proletariado *citadino*, cuja missão é a subversão da ordem burguesa. (p.147, grifo do autor).

Ainda em relação à questão da defesa da “propriedade” da terra, quando atribuída aos camponeses franceses ou brasileiros, enquanto forma de manter a sobrevivência do campesinato, não nos autoriza a comparar com a defesa da propriedade privada dos meios de produção, produto da produção e reprodução do capital. Tampouco atribuir generalizações quando estamos nos referindo ao campesinato brasileiro e ao francês, que têm origens em processos históricos diferenciados. Para o campesinato brasileiro essa questão toma outra dimensão porque esse não é caracterizado pelo enraizamento territorial com a terra de origem no feudalismo, de forma parcelar e do tipo europeu.

A esse respeito, discute Thomaz Junior (2009):

[...] diante da intensa mobilidade espacial e territorial dos trabalhadores e suas famílias, devido às especificidades históricas do embate de classes, como a predominância do sistema de posse precária da terra, o acesso à terra historicamente bloqueado, o seu modo de vida, muito mais do que a terra, são o patrimônio que tem sido transmitido diferentemente do camponês europeu, que tem histórico de enraizamento territorial com a terra. Ou seja, o campesinato, no Brasil, fez da sua luta para entrar na terra, seu desejo de enraizamento territorial, o registro de sua diferenciação em relação ao campesinato de origem no feudalismo, portanto parcelar, do tipo europeu. (p.183).

É nessa condição que os camponeses brasileiros se constituem no âmbito da busca constante da luta pela posse da terra enquanto estratégia de reprodução. E ao mesmo tempo, se formam pela composição de diversos sujeitos com experiências e trajetórias diferenciadas, que forjam identidades no mesmo processo da luta social, expressa na expansão espacial do conflito de classes. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Os conflitos mostram grupos de trabalhadores, com suas famílias, ocupando terras ou sendo despejados de suas posses ou sendo ameaçados enquanto nelas permanecerem. Na luta, esses companheiros se unem para garantir aquilo que entendem como o direito à vida e ao trabalho: a terra para morar, plantar, criar os filhos, a *liberdade* de viver, a *autonomia* para reproduzirem-se enquanto tais. Esse processo tem uma dimensão educativa de formação da classe para si, colocando-se a *emancipação* social como horizonte. (RIBEIRO, 2010, p. 122).

Nesse sentido, compreendemos que a questão da inserção dos trabalhadores em geral no processo de produção (produção de valor) não é condição primordial para o processo de conscientização e formação da classe trabalhadora, mas sim a luta de classes em suas diferentes expressões.

Diante do que vimos afirmando e defendendo, não estamos negando o processo histórico e as lutas engendradas no âmbito do operariado fabril e dos sindicatos, que geraram conquistas significativas para a classe trabalhadora. Ao contrário, estamos compreendendo, justamente, que é no processo histórico das lutas, seja pela organização em sindicatos do operariado fabril, ou não, entre tantas outras formas de organização de lutas de resistência contra o capital, como por exemplos, o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais, trabalhadores plataformizados, dentre outros, que podemos compreender as experiências de organização dos trabalhadores, a construção histórica da conscientização e o pertencimento de classe.

É necessário ressaltar que as ações de resistência e oposição ao capital, não se resumem às formas de trabalho estranhado. (THOMPSON, 1998). As experiências de perdas e conquistas, a defesa dos costumes e de territórios como, por exemplo, dos povos das florestas, a busca ou o retorno à terra para trabalhar que envolvem posseiros, sem-terras e, mais recentemente, trabalhadores desempregados e/ou empregados precariamente, a luta dos ribeirinhos atingidos por barragens, dentre outras, que ampliam cada vez mais, apoios dos trabalhadores em geral, têm importância histórica, e também devem ser evidenciadas para

compreensão da luta de classes, dos conflitos territoriais e dos processos de formação e emancipação da classe trabalhadora.

Atentos ao fato de que o processo de formação da classe trabalhadora e conscientização não é pré-determinado, e o capitalismo, enquanto um modo de produção, que vem se modificando na sua composição orgânica e que engloba cada vez mais trabalhadores, em situações de exploração, subordinação, descarte, desproteção trabalhista/previdenciária, enraíza-se em processos sob diferentes expressões que, portanto, se revitaliza por meio do movimento contraditório da sociedade capitalista. (LUXEMBURGO, 1974).

Essas proposições se aguçam quando colocamos em questão os desdobramentos que vem ocorrendo a partir da década de 1980 no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no interior da classe trabalhadora, reflexo da reestruturação produtiva do capital e das diferentes ações de luta protagonizadas pelos trabalhadores em geral.

Para Thomaz Junior (2006):

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adota as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho. [...] Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, as centrais sindicais, as associações, os partidos políticos e para os trabalhadores em particular. (p.136).

O capital encimado na sua ordem de reprodução metabólica vem se modificando e ramificando nas diferentes dimensões geográficas e induzindo rebatimentos que atingem os significados do trabalho, a composição da classe trabalhadora e diretamente os trabalhadores. E assim avançando, para a continuidade da exploração e reprodução desenfreada, enquanto um “[...] sistema inexoravelmente absorvente e, neste importante sentido, *totalitário* [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96, grifo do autor).

Nessa ordem totalizadora é necessário transformar tudo e todos, sem qualquer distinção - precarizando uns mais e outros menos por questões, por exemplo, como nacionalidade, raça e gênero - em mercadoria. Seja nos campos e/ou nas cidades, o que prevalece é o trabalho cada vez mais alienado, fragmentado e que desrealiza o sujeito, ou seja, o trabalho abstrato, mas sem perder a dimensão do valor de uso.

[...] é no interior das contradições da ordem metabólica do capital, que regem os mecanismos centrais da produção, o processo mais geral de sua reprodução ampliada e os impactos para o universo do trabalho, que podemos entender o campesinato no âmbito da classe trabalhadora. Está ciente de sua missão histórica jogará pelos ares as travagens do estranhamento e da alienação, e apostará na radicalidade da necessária construção societária emancipada e liberta do capital. Imerso no metabolismo social do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças político-ideológicas do trabalho, numa clara tomada de consciência de pertencimento de classe, o campesinato é sim parte integrante da classe trabalhadora, todavia emancipada das predeterminações e dos pressupostos engessados *a priori*. (THOMAZ JUNIOR, 2006, p. 145).

Os camponeses se antepõem ao latifúndio, reivindicam políticas públicas, negam a exploração do trabalho (eventual) em formato assalariado que vivenciam, seja nas atividades agrícolas, como safristas, avulsos, seja nos centros urbanos (intermitentes, informais, autônomos), todavia, se mantêm também nos lotes e se vinculam ao circuito mercantil, subordinando-se ao capital. Essas situações que se revelam, sem a devida atenção, somente como dúplices e por vezes naturalizadas, ou seja, o camponês/assentado desenvolver atividades autônomas e heterônomas, nos revelam questões de extrema relevância para o entendimento das mutações expressas nos movimentos territoriais dos trabalhadores. Por isso nessa tese buscamos identificar as mediações protagonizadas pelos camponeses assentados, que tecem e revelam as identidades de classe, da classe trabalhadora.

É também, por dentro desse movimento contraditório, que os sujeitos criam vínculos e se organizam para se manter enquanto camponeses e se inserirem, no limite, nas lutas que envolvem a classe trabalhadora em geral. Forjam identidades e produzem vivências, que contribuem mais para o estímulo à serialidade de classe e consciência coletiva do que para serialidade individual. Thompson (1998), indica que “[...] uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma” (p. 105).

E ainda, nesse sentido, compreendemos que os camponeses assentados, vem realizando atividades e ações junto a outras parcelas de trabalhadores e, ao mesmo tempo, formando uma consciência de classe, da classe trabalhadora em meio a esse processo. Essas ações nos levam a resgatar o pensamento gramsciano em que a formação da consciência de classe depende da capacidade das classes subalternas da cidade e do campo se constituírem em uma alternativa de reorganização social e política da sociedade. (GRAMSCI, 1982; 1987; 1999)

E essa consciência, desde as noções iniciais fundadas na serialidade, e se assim podemos dizer, até os estágios avançados da consciência para si, não se define *a priori*, porém, a partir das trajetórias e experiências dos trabalhadores, no âmbito da luta de classes, matéria-prima da

transformação da consciência de classe. (THOMPSON, 1981). Assim, conforme Thompson (1981),

[...] se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição (p. 12).

Nesse sentido, Thomaz Junior (2008) também nos alerta para não cairmos na armadilha de que quando admitimos apenas a centralidade do trabalho assentada na expressão proletária/operária do trabalho, vinculado à forma salarial; sem considerar as demais formas de expressão, informal, terceirizado e demais nomenclaturas da flexibilização, do amplo leque da informalidade, se produtivo, se improdutivo, se material, se imaterial, camponês etc.

[...] não é apenas no operariado fabril que devemos procurar a classe trabalhadora e, portanto, o sujeito potencial da transformação revolucionária da sociedade. O proletariado é muito mais amplo e envolve os trabalhadores produtivos e improdutivos, empregados e desempregados, formais e informais, mais ou menos precários (embora a proletarização envolva sempre precarização em algum grau), assalariados regulares ou não. (MATTOS, 2019, p. 90).

Compreendemos que a classe trabalhadora não é uma “coisa”, ou seja, algo homogêneo que tem uma forma pré-determinada e, principalmente, não apenas uma quantidade de homens e mulheres que se encontram numa certa proporção com os meios de produção (THOMPSON, 2004).

O que também nos desafia em compreender os camponeses assentados, no Pontal do Paranapanema, não apenas se apropriando das terminologias de camponês “puro”, e que quando se assalaria fora do lote, já não o é, como também o chamado “novo” camponês, como se existisse o velho e arcaico camponês, denominações defendidas por Silva (1982).

Ao mesmo tempo, reconhecemos que é desafiador situar o camponês no âmbito da classe trabalhadora, pois há interpretações diversas de cunho teórico e político, de grande acúmulo nas ciências humanas, que são antagônicas entre si, e, se diferenciam da nossa interpretação teórica. Martins (1981, 2002), Oliveira (2007, 2010), Fernandes (2008) entendem o camponês, sob o referencial *chayanovista*¹¹³.

Em Martins (1981), no Brasil, temos um,

¹¹³ Influenciados pelas formulações de Chayanov, aprofundadas na obra “*La organización de la unidad económica campesina*” (1974), compreendem o campesinato enquanto uma classe possível de sobreviver ao avanço do capitalismo pelas características intrínsecas a estrutura familiar de produção. Atributo, que nesta concepção teórica, permite compreender o campesinato enquanto classe à parte a classe trabalhadora, esta forjada no âmbito das relações de produção do capital.

[...] *campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão. Por isso, todas as ações e lutas camponesas recebem do capital, de imediato, reações de classe: agressões e violências ou tentativas de aliciamento, de acomodação, de subordinação. (p. 16, grifo do autor)

E em Oliveira (2007),

O campesinato deve, pois, ser entendido como *classe social que ele é*. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. (p. 11, grifo nosso)

Para Fernandes (2013),

Capitalismo e campesinato se renovam e se enfrentam: são duas classes produtoras de territórios a partir de distintas relações sociais. Surgem novos conceitos, como agronegócio e agricultura familiar, mas as estruturas permanecem mudando as conjunturas. Estas estruturas em movimentos nos ensinam que as múltiplas determinações não estão definidas: elas são resultadas das ações que causam suas próprias transformações. (p. 27)

Esses autores compreendem a permanência e a reprodução do campesinato no ambiente próprio do desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, e nos oferecem importante compreensão do processo de recriação do campesinato no âmbito das relações não capitalistas de produção do capital. O que difere da corrente que entende os camponeses enquanto sujeitos fadados ao desaparecimento, devido ao desenvolvimento das forças produtivas do modo de produção capitalista. E assim, deixariam de ser camponeses e se tornariam assalariados, e no processo de trabalho - que para nós não é tão explícito -, se tornariam revolucionários.

São correntes que desenvolveram teses diferentes e antagônicas em relação ao papel dos camponeses ou do sujeito camponês. Mas isso também não quer dizer que a questão é meramente dual, é diversa. Nós não queremos simplesmente negar essas leituras, são concepções que contribuiriam significativamente com a compreensão do papel do campesinato

brasileiro, no entanto, a realidade está em constante movimento, o mundo do trabalho está se transformando e é nesse cenário que estamos situando e entendendo o camponês.

A questão é, enxergamos os camponeses, enquanto sujeitos que ainda resistem a proletarização e concordamos com Oliveira (2010, p. 72) que estes “[...] *em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses [...]*”, no entanto, contraditoriamente, também se assalariam em determinados períodos na trajetória e experiência de vida buscando a sobrevivência. Ou seja, não se isolaram enquanto uma classe fora do processo de proletarização, mas também não se tornaram apenas trabalhadores assalariados e, se assim podemos dizer, para simplificar, ex-camponeses, são as duas coisas e, podem ser mais.

No Pontal do Paranapanema, há exemplos de camponeses assentados que têm origem no trabalho rural e em determinadas épocas trabalham fora do lote, como assalariado ou através de diárias e ou por empreitas, mas ao mesmo tempo continuam resistindo nos assentamentos. Como também há camponeses assentados, de origem operária, e que em determinadas épocas do ano trabalham de forma assalariada para outrem, mas no presente a atividade principal é realizada na terra, conquistada por meio de ações coletivas, por exemplo, junto ao MST, na luta pela terra. Esse sujeito camponês assentado se torna cada vez mais diversos, e se insere em diferentes formas de luta e de trabalho buscando a permanência e a sobrevivência na terra conquistada. Por isso também há camponeses assentados que se inserem nas lutas historicamente reservadas aos trabalhadores empregados precariamente no agrohidronegócio canavieiro, sendo que, em determinadas épocas também se assalariam na atividade.

Essas diferentes formas de inserções no processo de trabalho e relações sociais de produção que se envolvem os camponeses assentados contribuem para os entendimentos de que nenhuma classe, enquanto uma formação histórica é estática, e que, a teoria deve se renovar diante dos fenômenos históricos. (THOMPSON, 1998). O que inclui as transformações do mundo do trabalho, que estão envolvidos os trabalhadores em geral, inclusive os camponeses, e os reservam processos de negação e afirmação das formas de exploração do trabalho, concomitante à formação do processo de (des)pertencimento de classe. Esses processos reservados aos trabalhadores nos fazem, enquanto pesquisadores comprometidos com a emancipação humana, enxergar para além do que a teoria cimentou, enquanto composição de classe, da classe trabalhadora revolucionária.

Martins (1981) fazia a crítica a uma leitura, feita pelos partidos e formulações da esquerda, em finais da década de 1970, início de 1980, que enxergavam a situação social e política, através de uma concepção proletária, ao mesmo tempo que, em meio a ditadura, os

camponeses avançavam suas lutas, adiante dos partidos, premidos pelo avanço do capital e dos grandes grupos econômicos sobre a agricultura e a terra. Tais partidos, segundo o autor,

[...] teriam que se reformular amplamente, admitindo como necessária a convivência democrática, dentro dos partidos, de duas classes sociais básicas, produzidas pelas contradições do capital e com ele antagonizadas: a dos operários e dos camponeses, as do que sofrem a exploração do capital e as do que estão submetidos ao processo de exploração de expropriação do capital. (p. 102).

Como vimos afirmando, não nos cabe interpretar os operários e os camponeses, separados no âmbito das lutas da classe trabalhadora, porque há um movimento realizado por esses sujeitos em diferentes formas de afirmação e negação do trabalho, (des)realizações ocupacionais etc.. Tampouco, que a luta dos operários seja por meio dos partidos e/ou sindicatos, por outras formas, ou que seja sobressalente à luta dos camponeses por meio dos movimentos sociais e vice versa. A situação desses sujeitos no contexto de transformações do mundo do trabalho nos permite compreender que os camponeses estão submetidos ao processo de expropriação pelo capital, como afirma Martins (1981), mas também de exploração direta. E que os operários, não se resumem apenas a forma de exploração direta e já não são identificados somente nessa denominação.

Com isso não estamos realizando uma distorção teórica e nem se distanciando dos pressupostos marxianos, pelo contrário, é uma leitura a partir do que estamos enxergando empiricamente, apoiada em pesquisas no âmbito da RCP, bem como na literatura que tem interpretado a realidade pela via da totalidade viva do trabalho, junto às (des)realizações e novas (des)identificações vivenciadas pelos trabalhadores em geral, incluindo os camponeses.

Talvez, devido a esse nosso posicionamento, que Campos (2012) ao fazer leitura no âmbito do Paradigma da Questão Agrária (PQA)¹¹⁴ dos grupos de pesquisa que se dedicam a questões correlatas ao trabalho, compreende que o CEGeT, em suas preocupações e formulações teóricas “[...] participa, ao mesmo tempo, da tendência da proletarização e do campesinato [...]” (CAMPOS, 2012, p. 305).

¹¹⁴ O Paradigma da Questão Agrária (PQA) possui duas tendências: uma que entende a hegemonia das relações capitalistas no desenvolvimento da agricultura como processo de eliminação das relações não-capitalistas e introdução do trabalho assalariado, denominada de *proletarização*. Esta tendência concebe a possibilidade de superação da sociedade capitalista e centra seus estudos nessa perspectiva; existe também outra tendência que entende a hegemonia das relações capitalistas, mas não aceita a proletarização como único caminho. Esta tendência, a do campesinato, foca seus estudos na recriação do campesinato no desenvolvimento do capitalismo, observando as possibilidades de superação deste modo de produção. (CAMPOS, 2012, p. 104, destaque da autora)

Posicionamento que não revela que a nossa preocupação não está em defender tendências dentro do que se entende enquanto PQA, mas sim de compreender os mecanismos e o movimento do trabalho, que também estão inseridos os camponeses, como parte da classe trabalhadora, no enfrentamento ao destrutivismo imposto pelo capital, com vistas a construir novos referenciais de sociedade. A esse respeito Campos (2012) reconhece as preocupações dos estudos do CEGeT: “[...] seus membros compartilham estudos sobre as múltiplas formas de expressão do trabalho para ações políticas de viés emancipatório. O objetivo é adentrar no processo metabólico do capital e apreender os seus desdobramentos para o mundo do trabalho [...]” (p.305).

Por isso, entendemos que isolar o camponês enquanto classe à parte, não participe da classe trabalhadora, dentro de um processo reservado à reprodução do campesinato, limita a compreensão das dinâmicas e conflitos intrínsecos aos trabalhadores em geral e do camponês, em específico, quando estes têm se envolvido em diferentes formas de trabalho (assalariado ou não), inserções ocupacionais e laborais nos campos e nos centros urbanos, movimentos esses expressos por meio da plasticidade do trabalho. (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2023). E, ao mesmo tempo ofusca as inserções dos camponeses em diferentes lutas, reivindicações e formas de organização diversas com o objetivo de ao mesmo tempo sobreviver na terra e contribuir com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

5.2 Os camponeses assentados: expressões da plasticidade do trabalho

No movimento da plasticidade do trabalho, os trabalhadores, sejam assalariados e/ou não, se envolvem, simultaneamente, em diferentes atividades laborais/ocupacionais e mudam de categorias e representações sindicais de tempos em tempos. Nesse contexto, os camponeses assentados do Pontal do Paranapanema, se encontram no impasse entre negar e afirmar o processo capitalista através do assalariamento, sobretudo no agrohidronegócio canavieiro, em expansão na região, na construção civil, em outros estados vizinhos, especialmente os camponeses mais jovens, e em outras formas de trabalho fora do lote, em determinados períodos do ano, o que [...] “acrescenta novos elementos à complexa trama de relações que recobre a plasticidade do trabalho”. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 350).

Por isso concordamos com o autor, pois

[...] não nos parecem convincentes as defesas que particularizam o camponês enquanto classe social específica, isolado ou incomunicável da rica e contraditória trama de relações que caracteriza a classe trabalhadora, no

Brasil. A impermeabilidade entre as diferentes formas de existência do trabalho (no campo e na cidade) revela não só o isolamento do campesinato, mas, sobretudo, a impossibilidade de se tornar explícita a (re)constituição da plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 358).

Thomaz Junior (2017; 2018) vai além quando atrela à plasticidade os conteúdos teórico-práticos e as evidências no movimento territorial do trabalho, que contém as mudanças nos/dos papéis sociais e político-ideológicos dos trabalhadores, ao longo de sua trajetória. O camponês/assentado nesse processo é componente vivo do mundo do trabalho contemporâneo. Isto é, os mecanismos reificados do complexo processo guiado pela extração/apropriação de trabalho excedente, de produção de mais valia. (ANTUNES, 2019).

Em síntese, diante das transformações e ramificações da reprodução sociometabólica do capital, que se expressa nas diferentes dimensões geográficas, seja nos campos e/ou nas cidades, e que têm causado metamorfoses no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe que vive da venda da força de trabalho (ANTUNES, 2005, 2019), que enxergamos os camponeses assentados, oriundo da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Estes, pois, em sua luta constante para permanecer na terra materializando formas específicas no âmbito do movimento da plasticidade do trabalho, enquanto parte da classe trabalhadora. (THOMAZ JUNIOR, 2017, 2019, 2021).

Nesse contexto é cada vez mais desafiadora a compreensão dos rearranjos do trabalho (em geral), em resposta às conseqüentes ramificações da reprodução sociometabólica do capital, na proporção direta das recombinações produtivas nos ambientes maquínico-informacionais-digitais-especulativos que potencializam as cadeias produtivas de valor - cada vez mais soldadas às atividades de serviços -, todavia espraiando-se globalmente. (THOMAZ JUNIOR, 2021).

É diante desse processo de expressivas redefinições e também desafios, que estamos compreendendo o papel social dos camponeses assentados, oriundos da luta pela terra, enquanto sujeitos históricos no âmbito da classe trabalhadora e das expressões ativas da luta de classes. E é por esse prisma que não concordamos que os camponeses irão desaparecer e se tornarão proletários, devido à penetração do capitalismo no campo e a inserção desses sujeitos em diferentes formas de trabalho, com as teses de Kautsky (1980) e Lenin (1982). Como sabemos, historicamente, a reprodução dos camponeses é negada/aceita no processo de reprodução/subordinação capitalista, e ao mesmo tempo, contraditoriamente, se garante pelas lutas e resistências. (RIBEIRO, 2010; THOMAZ JUNIOR, 2017).

Essa leitura não nos permite propor a ideia de que o camponês, enquanto participe da classe trabalhadora, deixa de lado as perspectivas e especificidades da luta camponesa, ou seja,

assume uma concepção proletária da situação social. Por isso, essa tese não pretende negar e invisibilizar as diversidades culturais, tampouco as identidades e trajetórias dos camponeses, mas sim, evidenciá-las. Do contrário, seria compreender os trabalhadores(as), os sujeitos do trabalho, não como são e se relacionam, mas sim como os pressupostos teóricos dizem que deveriam ser e/ou se organizar, o que para nós é um equívoco. A classe trabalhadora é e se constrói no próprio processo de luta, de construção identitária, de pertencimento, desde as primeiras noções, da serialidade, de consciência em si, ainda nos passos iniciais, de consciência para si.

Assim, também é importante a compreensão das lutas das famílias camponesas assentadas na continuidade do que se entende enquanto campesinato, mas também as inserções nas lutas que envolvem a classe trabalhadora em geral. E, afirmar isso não é encaixar forçosamente o camponês no conceito de classe trabalhadora, pois o conceito não pode prescindir da realidade, e sim contribuir com a leitura que se pretende no âmbito da dinâmica geográfica do trabalho, na qual camponeses, povos originários, trabalhadores assalariados de diferentes categorias, desempregados, autônomos, e toda a nomenclatura dos flexibilizados, se (des)realizam no movimento de plasticidade do trabalho, ou seja, se subordinam, são explorados direta ou indiretamente, em diferentes formas de trabalho, mas também constroem lutas e resistências. Dinâmica que os modificam e forja subjetividades que os distanciam, mas também, contraditoriamente, os aproximam das lutas mais gerais. (THOMAZ JUNIOR, 2019; 2023).

O que também nos ajuda na compreensão desse movimento da plasticidade do trabalho e das relações que os sujeitos constroem e se envolvem é a *experiência* de classe que segundo (THOMPSON, 1987)

“[...] é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (p. 10)

Pois a *experiência* representa o elo entre as situações vividas por esses sujeitos e a totalidade das relações de produção, fator determinante no processo de formação da consciência de classe. Ou seja, esses sujeitos não estão inertes ao processo, o *ser* social que define a consciência social. O ser social se modifica, na sua experiência vivida, exercendo pressão sobre a consciência social existente, que nesse processo, também é modificada, tomando outras proporções e significados. (THOMPSON, 1981).

Nesse sentido, a análise dos pressupostos reais, das condições materiais de vida que estão inseridos os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, que atuam sobre situações determinadas, mas também transformadas por suas próprias ações, em diferentes formas de organização de luta e formas de trabalho, que se dinamiza e se alimenta por contradições e superações é o que nos preocupa sobremaneira. É a plasticidade do trabalho, que faz parte da trajetória e das complexas formas atuais de trabalho desses sujeitos, que contraditoriamente, está intrínseca a esse processo de construção das condições materiais da vida, e para além, de conscientização de classe. Nesse sentido, para Netto (2011) parafraseando Marx e Engels (1963),

[...] o *ser social* - e a sociabilidade resulta elementarmente do *trabalho*, que constituirá o modelo da *práxis* - é um *processo, movimento* que se dinamiza por *contradições*, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos quais novas *contradições* impulsionam a outras superações. (p. 31, grifo do autor).

É diante desse *processo, movimento* que se dinamiza por *contradições*, mas que também impulsiona superações, que estamos situando os camponeses assentados. Por isso, a apreensão dos processos, das contradições, mas também das formas de sociabilidade, solidariedade de classe, protagonizadas pelos camponeses, internamente aos assentamentos, como também fora deles, que atingem outras parcelas de trabalhadores, junto às mudanças e desafios que atravessaram e atravessam as trajetórias e o fazer-se da vida desses sujeitos, evidencia os patamares teóricos que queremos alcançar.

Em meio a esse *processo* aprendermos que cada vez mais manifestam-se formas diferenciadas de organização coletiva nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Ou seja, sobretudo organização em torno da produção de alimentos, geração de renda, reivindicação e participação em políticas públicas, atreladas às formas de sociabilidades na busca pela permanência na terra.

Essas manifestações coletivas formam o que estamos compreendendo enquanto ações político-organizativas nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, considerando a questão da diversidade da formação e organização da classe trabalhadora, no caso, a partir das construções, enfrentamentos protagonizados pelos camponeses assentados. Ao mesmo tempo, propomos debate teórico de maneira que nos ajude e não nos aprisione, pois apostamos nos desafios que nos obriga a gerar conhecimento renovado e comprometido com a emancipação dos trabalhadores e da sociedade em geral do metabolismo do capital.

6. AÇÕES POLÍTICO-ORGANIZATIVAS E FUNDAMENTO DA CONSTITUIÇÃO/CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CLASSE NOS ASSENTAMENTOS DO PONTAL DO PARANAPANEMA

6.1 A diversidade organizativa nos assentamentos do Pontal do Paranapanema-SP

A pesquisa demonstra que nos Assentamentos do Pontal do Paranapanema, também existem formas de organização dos camponeses assentados que não se vinculam às diretrizes dos movimentos sociais, mas que também contribuem com a própria formação dos mesmos. Nesse sentido, concordamos que “[...] é importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário). Os movimentos sociais são um dos atributos de sua existência.” (FABRINI, 2007, p. 21).

Não estamos ignorando as ações ou as formas de organização protagonizadas pelos movimentos sociais, a questão é, não podemos considerar apenas as formas de lutas e resistências forjadas a partir das mobilizações coletivas expressas na organização dos movimentos, a exemplo do MST. Ou seja, para nós está em questão apreender as formas de luta, resistência e organização que fogem às expressões e/ou definições pré-concebidas e, em decorrência, apreendermos as contradições e tensionamentos internamente aos assentados, no tocante às discussões, decisões e ações que são definidas a cada momento, diante das demandas e lutas específicas que se põem.

Isto também contribui com a construção teórica do entendimento da realidade, se “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1978, p.116), quanto mais exemplificarmos e tentarmos decifrar e apreender o movimento da realidade, mais nos aproximaremos da compreensão da unidade do diverso (KOSIK, 1996; TIRIBA, 2015). Isso incide na compreensão da diversidade de organização dos camponeses assentados, mais que isso, as consequências quanto às diferenças dos matizes políticos, no entanto com vistas a decifrar elementos da unicidade.

De antemão, reconhecemos a dificuldade em delimitar, nas ações dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, o que é forjado ou não no âmbito da organização e diretrizes, sobretudo do MST, tanto que nesse capítulo, fica evidente que essas ações se entrelaçam o que para nós não é um problema.

A questão é interpretar e caracterizar as formas de organização dos camponeses assentados que os permitem continuar na terra, que envolvem, tanto as diretrizes do MST, no

sentido de organizar as famílias assentadas em torno da produção de alimentos, que no Pontal do Paranapanema, se materializa com a articulação por meio de associações. Esse é o referencial para a participação das chamadas/editais públicos e nas políticas públicas, sobretudo referentes à compra de alimentos, bem como na reivindicação de recursos para a instalação de *pack in house* ou unidades de processamento de alimentos (limpeza, empacotamento a vácuo, envase etc.), para geração de renda, trabalho e, ainda, incentivo à participação em projetos de produção sintonizada em referenciais agroecológicos.

Como também práticas de organização que vinculam camponeses através da trajetória de militância no Movimento ou não, por relações de parentesco e amizade, com trajetórias e experiências de trabalho no campo ou na cidade, bem como em torno da organização produtiva no assentamento, mas não somente. Ou seja, formas de organização do trabalho e solidariedade que são historicamente reproduzidas pela classe trabalhadora. Essas formas de coletivização a nosso entender também dão sustentação para a formação de associações e cooperativas, ou seja, formas institucionalizadas, como por exemplo, para a participação em políticas públicas e também são importantes meios de cooperação e formação política.

Para Andrade Neto (2015, p. 179) [...] uma das questões centrais que ainda permanece é a de como conciliar o desejo de autonomia dos assentados com o projeto de cooperação proposto pelo Movimento, viabilizando ao mesmo tempo a reprodução socioeconômica daqueles e o fortalecimento deste em termos sociopolíticos. A respeito desse assunto, discutindo os desafios colocados para a organização das famílias nos assentamentos, Rosa, militante do MST e assentada no Assentamento Rodeio, aponta que:

*[...] um grande desafio que temos hoje colocado para nós recentemente, é justamente o fortalecimento da organização das famílias e do da organização produtiva dos assentados é... que eu quero dizer com isso, é mais do que organizar as famílias, nós precisamos também organizar um ramo de produção ou uma área de produção o setor de produção do movimento tem um nome aí que eu não estou me recordando agora, uma cadeia produtiva que permita com que as famílias consigam, vamos dizer assim, reestruturar, organizar, reorganizar sua forma de sociabilidade e suas formas organizativas, mas sobretudo reestruturar também a sua forma de produção no lote né, então tá, isso é uma questão colocada no assentamento de que desafios nós temos, é reestruturar as formas de produção dentro de uma cadeia produtiva. [...]*¹¹⁵

¹¹⁵ Entrevista realizada durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

Podemos observar a forte influência do Movimento para a organização das famílias em torno da produção, em uma cadeia produtiva, no entanto, o depoimento de Rosa, revela preocupação com a estratégia que procura conciliar tanto a produção e o trabalho coletivo, com o intuito também da formação política, mas sem deixar de incentivar, simultaneamente, a produção no lote da família, em que o controle do processo produtivo é estabelecido, sobretudo, pela própria família.

Como vimos, os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, em sua maioria, possuem trajetórias marcadas pela organização na luta pela terra, na formação dos acampamentos e na estruturação inicial dos assentamentos, em grande parte vinculada às dinâmicas organizativas do MST. No entanto essas trajetórias também carregam consigo as experiências de vida e de trabalho construídas, anteriormente a inserção no processo de organização da luta pela terra. Quando, também, os camponeses se envolviam em formas de solidariedades e sociabilidades construídas, no âmbito do trabalho na terra, mas que, sobretudo, a organização do trabalho em família, vinha em primeiro lugar e se teciam relações que possibilitavam a tomada de decisões de forma autônoma.

Também é necessário agregar a essa discussão que outra parte desses camponeses assentados, antes de se envolverem na luta organizada pela terra, vivenciaram a organização de classe no âmbito de sindicatos, seja em sindicatos de trabalhadores rurais, quando da inserção no trabalho assalariado e/ou enquanto diarista, boia-fria, em sindicatos de trabalhadores urbanos, quando da inserção em indústrias, comércio, construção civil etc.

O que para nós é elemento comum nessa diversidade de organização em que esses camponeses assentados se envolveram em suas trajetórias e ainda se envolvem é a luta de classes. Ou seja, compreendemos, que essas trajetórias no processo de formação de classe, mesmo diversificada, reúnem os camponeses assentados, em síntese, na busca por manter ou melhorar as condições de vida e de trabalho, seja no campo e/ou seja na cidade, o que demanda, historicamente, o enfrentamento constante a formas de expressão do capital, do patronato, ou das diferentes composições da burguesia (agrária, agroindustrial, comercial etc.) e ao Estado capitalista.

O que ocorreu no contexto histórico desse enfrentamento “[...] foi uma mudança nas relações sociais, no interior da dominação capitalista. Os antigos coronéis e fazendeiros foram substituídos pelos usineiros e fazendeiros via novos mediadores, sob a égide do Estado e dos aparatos jurídicos [...]” (SILVA, 1999, p. 18-19). E, contraditoriamente, também houve uma mudança do/nos papéis sociais dos trabalhadores em geral em suas trajetórias de lutas e de vida no âmbito da classe trabalhadora.

Por isso insistimos na leitura da organização desses trabalhadores, no nosso caso, os camponeses assentados, no âmbito da plasticidade do trabalho que expressa as trajetórias de trabalho, o envolvimento em diferentes formas de exploração/subordinação e, conseqüentemente, de dominação às relações hegemônicas capitalistas, mas que, contraditoriamente, pela via das lutas e ganhos de consciência, negando as condições de exploração/subordinação, no trabalho, se refazem constantemente e garantem sua existência.

Esse movimento demonstra que o trabalho não se expressa territorialmente somente no âmbito das relações mediatizadas pelo grande capital, mas também, por dentro da plasticidade do trabalho, apresenta-se negando as relações hegemônicas. Essa qualidade do movimento do trabalho, que implica diretamente os sujeitos que trabalham, revela um conteúdo social que se evidencia, no movimento territorial de classe da classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2017).

Nesse sentido, apoiamo-nos em Thompson (1981) para resgatar a ideia vital da *experiência*, pois,

Os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam essa experiência em sua *consciência e cultura*, (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (p. 226).

As trajetórias dos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, os vínculos que se criam de sociabilidade e solidariedade, seja no âmbito da organização do MST ou não, no meio familiar, no âmbito da expressão da plasticidade do trabalho e a *experiência*, refletem na diversidade de formas organizativas. Para nós essa diversidade organizativa dos camponeses assentados se expressa nas ações político-organizativas forjadas enquanto estratégias para a permanência nos assentamentos, estes enquanto espaço de reprodução da vida e de trabalho em contraposição à reprodução ampliada do capital.

6.2. Ações político-organizativas nos assentamentos do Pontal do Paranapanema-SP enquanto expressão da resistência

Comprendemos ações político-organizativas enquanto associações, cooperativas e grupos de ações coletivas, que atrelam relações sociais alicerçadas por proximidade política, sociabilidade no trabalho, relações pessoais, companheirismo, vínculos familiares, ou seja,

constituem-se com base nas relações subjacentes que estão contidas nas ações comunitárias, relações do cotidiano nos costumes em comum e *experiência* de classe, que também vão além das formas institucionalizadas ou oficiais (THOMPSON, 2002; TIRIBA, 2015).

A pesquisa demonstra que essas ações político-organizativas nos assentamentos fazem parte de uma economia popular que para Tiriba (2015) está contida nas:

[...] práticas econômico-sociais, cujo objetivo imediato é a obtenção de ganhos monetários, nas ações de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos e também nas ações coletivas organizadas no âmbito da comunidade, objetivando a reprodução da unidade doméstica e melhoria da qualidade de vida [...]" (p. 134),

As ações coletivas praticadas pelos camponeses assentados, podem vir a ser constituídas enquanto grupos, coletivos, associações e cooperativas, por meio das quais se expressam formas de sociabilidade e solidariedade de classe, em que familiares podem estar envolvidos, mas também amigos de trajetória de luta e de trabalho e, ainda, vizinhos próximos e/ou longínquos de outros assentamentos.

Nesse contexto, a pesquisa demonstra que nos assentamentos do Pontal do Paranapanema é frequente encontrarmos a formação de grupos que se iniciaram no processo de acampamento e articulados pelo MST no processo de luta pela terra, como pudemos ver no grupo em que Lucas, assentado no Assentamento Rodeio, em Presidente Bernardes, participa até hoje.

*[...] a nossa associação ela é interessante que ela veio já do grupo do acampamento, é... [...] eu acabei entrando num grupo da Taquarussul, ali perto da usina, sabe onde é, e ali tinha um grupo do pessoal que já era na verdade um grupo do acampamento né, que o Movimento organiza... e esse grupo acabou vindo para cá [...]*¹¹⁶

Esse grupo chegou a reunir 32 famílias de camponeses que criaram vínculos desde o processo de acampamento. No processo inicial do assentamento, o objetivo do grupo era obter melhores condições de trabalho, a fim de produzir na terra, através da coletivização de implementos agrícolas e máquinas, no caso, tratores conquistados pelo MST, através de projetos de cooperativização junto ao governo federal, para viabilizar a produção nos assentamentos. Ficou denominado, inicialmente, enquanto grupo de máquinas:

¹¹⁶ Entrevista realizada com Lucas durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 25 de setembro de 2019.

[...] aí quando chegou essa época foram chegando os tratores, quem estava assentado tinha os tratores, aí mandou um pouquinho pra nós, aquele lá que está aí até hoje, então é... então já veio um grupo, formou um grupo de... assentados com a máquina, então a gente chamou de grupo de máquinas, isso ficou de noventa e sete até dois mil, alguma coisa assim, aí em dois mil, esse grupo... nós... aí viramos uma associação[...].¹¹⁷

O grupo foi se adequando às necessidades e no processo de constituição do assentamento o grupo de máquinas foi tomando outras características até se tornar uma associação. É importante notar que a partir de um grupo informal, forjado politicamente a partir de trajetória comum, reuniram-se esforços para criarem a Associação de Produtores Assentados do Rodeio (APAR) com fins de participarem de políticas públicas, e de se organizarem em torno da produção e ao mesmo tempo fortalecendo vínculos.

Apesar de não ficar evidenciado no trecho do discurso de Lucas, pudemos constatar durante o trabalho de campo no Assentamento Rodeio, que o grupo de máquinas ainda continua existindo, apenas com quatro pessoas, no entanto, com a responsabilidade de cuidar das máquinas, sendo que grande parte das famílias não são reconhecidas nessa função e nem enquanto parte, mas ao mesmo tempo são associadas à APAR. Rosa a respeito desse grupo indaga:

[...] mas mesmo assim esse grupo coletivo que se tornou Associação ele desistiu, persistiu, teve momentos que a gente ficou em muito pouco número de famílias né, determinado período aí, mas assim continua insistindo né de que, de que seria uma forma, não vamos dizer assim da gente resistir né em termos organizativos da família, e das famílias, mas também em termos produtivos né que a gente acha que também é importante, pra gente também articular o ramo de produção para desenvolver economicamente e socialmente as famílias né, então foi nesse caminho, nessa trajetória que é, esse grupo que depois se torna associação está até hoje em vigência né, atuando aqui no assentamento.¹¹⁸

Com formas semelhantes no processo de organização, há também associações que se caracterizam pela formação de grupos criados internamente no processo de implementação do Assentamento, como é o exemplo da Associação dos Assentados do Margarida Alves (AAMA) e Associação Girassol, ambas constituídas no assentamento Margarida Alves, localizado no município de Mirante do Paranapanema-SP. Tomaram iniciativas para a constituição dessas associações, mulheres assentadas responsáveis inicialmente pela organização das famílias, divididas em setores no processo de implementação do Assentamento, que também carregam

¹¹⁷ Entrevista realizada com Lucas durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 25 de setembro de 2019.

¹¹⁸ Entrevista realizada com Rosa durante trabalho de campo no Assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

consigo vinculações tecidas desde a trajetória dos acampamentos. O objetivo central de montar as associações era para organizar as famílias com vistas à participação no PAA, sendo que o processo de criação das associações fica evidente na fala de Divina e Marlene, respectivamente:

Então, aí foi fundada duas associações, a Girassol a [...] fundou. E aí nós fundamos a AAMA. A AAMA... abrangeu..., é que o nosso assentamento ele dividido em cinco grupos..., um, dois, três, quatro e cinco, o meu é o cinco...já foi o grupo já foi assim por coordenação, já foi assim, já foi assentado com o grupo.... aí a AAMA abrangeu quatro grupos, a [...] ficou com um grupo, hoje tem mais pessoas no grupo dela, mas naquela época era só o grupo dois.¹¹⁹

Então... a nossa associação começou já tem bastante tempo, e nós começamos do nada, assim, no mesmo tempo que começou o nosso começou a AAMA [...] então nós fizemos a Girassol e o outro a AAMA da [...], e nós aqui... eu, a [...], a [...], a [...], formamos a Girassol. Hoje eu acho que nós temos dezesseis mulheres que estão inscritas na CONAB [...]¹²⁰

Essas associações, até o momento exemplificadas, como tantas outras espalhadas pelos assentamentos do Pontal do Paranapanema, iniciaram o processo de formação no âmbito da organização do MST, tanto no processo de formação nos acampamentos, como é o caso da APAR, quanto no processo de organização iniciado nos assentamentos, como as associações AMAA e Girassol. No entanto, as lideranças que formaram estas últimas também possuem histórico de participação em grupos que se criavam no processo de acampamento e uma em específico, na trajetória de luta também em sindicatos de trabalhadores rurais.

Essas mulheres/lideranças no processo de ocupação da área, que hoje é o assentamento Margarida Alves, ficaram conhecidas como as ‘Margaridas’, uma homenagem a Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana que foi assassinada a mando de latifundiários, em agosto de 1983, em Alagoa Grande (PB), conhecida por lutar por direitos humanos e trabalhistas, de trabalhadores rurais.

É importante destacar que esses grupos, até agora elencados, foram se constituindo de acordo com as necessidades que iam surgindo e também devido à experiência de luta dos camponeses assentados, que não se iniciou apenas no processo de acampamento, na luta organizada pela terra e, que continua no assentamento, ou seja, enquanto um processo da formação, mas não linear e por etapas. E para atender uma necessidade de formalização, sobretudo para a participação em políticas públicas, os grupos foram institucionalizados em

¹¹⁹ Entrevista realizada com Divina durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 28 de novembro de 2019.

¹²⁰ Entrevista realizada com Marlene durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 26 de novembro de 2019.

associações que hoje possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), para se legalizarem perante o reconhecimento do Estado.

No entanto, compreendemos que a institucionalização pode fortalecer as associações, mas não é condição para a existência das mesmas e nem único atributo para reconhecimento enquanto organização de classe. Tanto que existem ações político-organizativas que extrapolam fronteiras institucionalizadas, ou seja, envolve tanto camponeses do assentamento sede da associação, quanto de outros. Como também, não se organizam, necessariamente, por divisões espaciais institucionalizadas, como por exemplo, o parcelamento de terras nos assentamentos a partir de agrovilas. Sobre isso Fabrini (2007) afirma que:

É importante observar que as relações de vizinhança estabelecidas a partir da forma de organização geográfica, como a demarcação dos lotes de terra camponesa, permitem a construção de vínculos, formando uma comunidade que poderá potencializar a solidariedade. Mas, a organização espacial em si, não garante o desenvolvimento de solidariedade entre vizinhos, pois são as afinidades políticas construídas na trajetória de vida que contribuem para a aproximação de pessoas em torno de ideais comuns. (p. 11).

No Pontal do Paranapanema há associações e cooperativas que vimos acompanhando desde a pesquisa de monografia¹²¹ que congregam assentados de outros assentamentos, não necessariamente pela proximidade geográfica, mas pelas necessidades, proximidade política e experiência de luta, combatividade, germen da identidade ou da consciência de classe, por alguns assim entendida ou expressa veladamente, concebidas no processo de luta. Podemos exemplificar, a Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV (OMUS), com sede no Assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no Município de Rosana-SP, mas que congrega associados do assentamento vizinho, Porto Maria.

Outro exemplo é a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (COOESP), sediada no assentamento Bom Pastor, município de Sandovalina, sendo que congregava cooperativados do assentamento Dom Thomas Balduino, do mesmo município, como também assentados do município de Estrela do Norte e em maior número, do município de Mirante do Paranapanema-SP¹²².

A pesquisa também tem demonstrado as ações político-organizativas que também extrapolam formatos de organização historicamente institucionalizados. O que nos desafia compreender, no universo dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, os grupos e coletivos

¹²¹ Cf. LEAL, 2013.

¹²² Ver mais detalhes e informações quantitativas em Leal (2017).

que não são formalizados enquanto associações e que não estão envolvidas diretamente com a organicidade dos movimentos sociais nos assentamentos, em especial o MST, ou não são assistidas por esses.

O que não quer dizer que estamos negando a importância da organicidade construída historicamente pelo MST nos assentamentos, tampouco formas institucionalizadas de associativismo no Pontal do Paranapanema-SP. Ações político-organizativas que permitem com que os trabalhadores envolvidos no âmbito da luta pela, e na terra, continuem participando e reivindicando políticas públicas para a viabilização e escoamento da produção e também a manutenção das famílias na terra.

O que trazemos para o debate é que há formas de organização de classe, que são por nós reconhecidas historicamente e referenciadas teoricamente, mas que existem outras também importantes, que sob nosso olhar se somam e fazem parte da constituição destas no processo de organização da classe trabalhadora. Sob a ótica ortodoxa não conseguimos enxergá-las, já que a organização da classe trabalhadora não é homogênea e não tem somente uma forma determinada (ANTUNES, 1999). Assim, entendemos a necessidade de apreendê-las para contribuirmos com o debate, com a construção teórica e, ao mesmo tempo, dialogarmos com os movimentos sociais pretextando a construção de melhores condições de trabalho e de reprodução da vida, defesa dos direitos e também objetivando ruptura com controle social hegemônico pelo capital

Essas ações político-organizativas podem ser: espontâneas; apoiadas por autoridades religiosas, sobretudo, padres da teologia da libertação; protagonizadas por grupos de mulheres que não são, necessariamente, orgânicas e atuantes de nenhum movimento organizado; homens e mulheres, lideranças que surgiram dentro dos assentamentos, dentre outros. Para nós também expressam a diversidade de saberes adquiridos em suas trajetórias e experiências de vida e de trabalho, ou seja, reúnem diversos costumes populares, memórias de trabalho e formas solidárias e de sociabilidade de classe.

Rosa caracteriza esses grupos em algumas dimensões:

[...] são espaços informais de organização e auto-organização vamos atender assim das famílias que são bastante importantes né, cito por exemplo o espaço das famílias ligadas à igreja católica que é muito mais atuante aqui do ponto de vista de ações de organização de solidariedade em torno e de várias questões aqui dentro do assentamento. [...]

As mulheres comumente são protagonistas na constituição e condução desses grupos. Em outro trecho, Rosa explica as características desses grupos e ressalta o envolvimento das mulheres.

[...] mas assim não tem uma... vamos assim... uma organização institucional uma associação, são organizadas, mas informalmente muitas mulheres aqui, um grupo bom aí tem e cultiva muito esse vínculo assim da solidariedade, da ajuda é e a gente de um modo geral do companheirismo né, um com outro né, então desenvolve inúmeras ações né, arrecadação, campanhas participam em atividades, sobre tudo ligada à igreja católica né. Tem um grupo também que participa mais né... - então... de modo geral são as mulheres que acabam puxando esse tipo de ação aqui internamente no assentamento [...]

Tivemos contato com algumas mulheres que participam desse grupo durante o trabalho de campo no Assentamento Rodeio, e também pudemos presenciar uma parte desse grupo participando de um curso de panificação, que foi reivindicado junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Esse grupo também está organizado em torno da reivindicação da reabertura da EMEIF (Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental) Paulo Freire.

Essa escola foi uma conquista da luta na terra, no início da estruturação do assentamento em 1997, pois que em 2019 foi fechada pela administração do município de Presidente Bernardes, que alegou pouco número de alunos e economia de recursos. O grupo reivindica a reabertura da escola e a manutenção para que seus filhos não precisem sair do Assentamento para estudar na cidade e pelo fato da Escola ser um espaço que promove a sociabilidade entre os camponeses, sobretudo das mulheres, através de cursos de formação política e de capacitação que lhes possibilitam a geração de renda.

No assentamento Porto Maria, um dos exemplos desses grupos, é a organização de mulheres em torno de uma pousada e geração de renda, na antiga sede da fazenda que foi adaptada para o espaço comunitário no Assentamento. Podemos observar esse processo nas palavras de Josefa e Joana.

oh, a [...] começou a mexer com tudo primeiro né, aí ela convidou a gente para entrar na associação... aí quando nós entramos mesmo era mato, mato mesmo, fechado... aí juntamos tudo as mulheradas, era muita mulher... aí nós começamos a carpir, o ITESP acho que deu uma mão pra gente, a prefeitura, para pintar a casa, pôr as luzes, aí nós começamos a tocar, fazer almoço, todo domingo fazia almoço...[...]¹²³

¹²³ Entrevista realizada com Josefa durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

[...], vamos mexer com turismo rural, vamos organizar. Ai fiz organização de mulheres para associação, aonde a gente estava em dez que aderiram ao projeto e hoje só tenho quatro, né, porque a gente teve que trabalhar praticamente cinco anos voluntário e sem ganhar nada, só para poder granjear as coisas e até hoje a gente não está estruturado ainda né¹²⁴.

A intenção é manter um espaço para as realizações de festas e formação da comunidade e que ofereça pouso e refeições para banhistas de finais de semana e pescadores que buscam aproveitar das potencialidades do rio Paraná. Também há um projeto, protagonizado por essas mulheres, em parceria com a UNESP de Rosana-SP, para a criação de um museu sobre a história de luta pela terra na região, sobretudo, do próprio assentamento, com a intenção de agregar elementos para a promoção de turismo rural.

Pudemos observar a dificuldade em manter o grupo e dar continuidade aos projetos, sendo que há oscilações na quantidade de mulheres envolvidas. No entanto, quando tivemos a oportunidade de acompanhá-las percebemos a importância daquele espaço. Sendo que é um espaço de liberdade entre as mulheres, nos quais seus maridos pouco estão envolvidos, e ao mesmo tempo lhes dão possibilidades em determinadas épocas para complementação da renda.

Há um propósito para que o espaço possa permitir tanto que as mulheres já envolvidas, quanto outras, não precisem buscar renda através do trabalho fora do assentamento, pois em determinada época do ano há mulheres do Assentamento que trabalham como diaristas ou, como por exemplo, arrancando mandioca em fazendas vizinhas, ganhando por produção. E dentre quatro mulheres envolvidas no grupo, três têm seus maridos envolvidos em trabalho fora e dentro do assentamento. Dandara nos relata a sua experiência, trabalhando como diarista, e Letícia por produção, o dia a dia, bem como os momentos de ritmo intenso de trabalho, arrancando mandioca em fazendas vizinhas.

[...] trabalho... na diária, enquanto meu marido trabalha pra lá eu também trabalho aqui né... agora eu estou parada porque eu machuquei o dedo, fui soltar uma bezerra e o laço pegou bem assim, arrancou tudo assim a carne...¹²⁵

[...] é, a hora que tá o sol mais fresco, a hora que o corpo tá aguentando, porque todo dia também cansa, porque arrancar mandioca é sofrido hein...você ganha colhendo mandioca..., mas é sofrido...¹²⁶

¹²⁴ Entrevista realizada com Joana durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 25 de outubro de 2019.

¹²⁵ Entrevista realizada com Dandara durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

¹²⁶ Entrevista realizada com Letícia durante trabalho de campo no assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

Ao mesmo tempo, constatamos nos trabalhos de campo que estas mulheres, entre outras, no contexto de ações político-organizativas de grupos informais, para além do trabalho fora do lote, também se organizam para a produção artesanal de doces, compotas de frutas e produção de derivados de leite (queijos, iogurtes, manteiga, doces), de panificação, dentre outros, com a intenção de complementação da renda familiar.

Esses grupos informais se formam motivados por relações de companheirismo, compadrio, estabelecidos no reconhecimento das necessidades cotidianas das famílias e apostam na continuidade de relações de solidariedade.

[...] as mulheres têm também um papel assim bastante importante aqui no assentamento né que muitas vezes são as mulheres que acabam puxando várias questões do dia a dia questões sociais de muitas famílias por exemplo que tão com alguma dificuldade, alguma pessoa no assentamento que tá doente, outra pessoa que tá passando por necessidades, então são as mulheres que acabam puxando algum tipo de ação é¹²⁷.

A nosso entender esses grupos de mulheres contribuem significativamente para organização e luta cotidiana nos assentamentos, pois elas também são linha de frente, enquanto capacidade de organização para a participação em políticas públicas e articulação de projetos, estes, que são intitulados, sobretudo pelos homens, como “projetinhos”¹²⁸.

Historicamente, com base na divisão social e sexual do trabalho, os homens são identificados na esfera produtiva e as mulheres na reprodutiva. Assim, nos assentamentos, como em outros espaços, o trabalho das mulheres não é reconhecido, quiçá quando já não é identificado enquanto reprodutivo. Por isso o MST, através dos Coletivos de Gênero, protagonizados sobretudo por mulheres, vem questionando, não só nos assentamentos, mas também em outros espaços, as faces da opressão de gênero, ampliando a dimensão da sua luta. (GARCIA, 2004).

Os projetos protagonizados pelas mulheres nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, são os que muitas vezes trazem acréscimo de renda para a família e adicionam

¹²⁸ Os projetos de participação em políticas de aquisição de alimentos como o PAA, tem forte protagonismo das mulheres, e inicialmente, esses projetos também eram considerados pelos homens enquanto “projetinhos”, mas depois os mesmos acabaram se envolvendo. Tanto que através do PAA, muitos dos homens deixaram de trabalhar para fora do lote. (LEAL, 2017).

elementos para a continuidade do trabalho e resistência na terra¹²⁹. Assim, esses grupos também dão continuidade às relações que são de extrema importância para fortalecimento das lutas que as mulheres enfrentam e protagonizam contidamente nos assentamentos, nos espaços políticos e acumulam elementos no processo de empoderamento feminino.

Outro exemplo de grupos que se formam nos assentamentos relaciona-se à cadeia produtiva do leite. Estes podem vir a se institucionalizarem, mas nem sempre, e se organizam com a intenção de demandarem, por exemplo, junto aos laticínios, melhores preços. Esses grupos se articulam entre as famílias para a venda coletiva de leite acondicionados em tanque resfriadores de maior porte - operação preferida pelas empresas compradoras, bem como em respeito às determinações sanitárias -, e ainda, reivindicam, junto às prefeituras e através de projetos do governo federal, a obtenção de ordenhas mecânicas, e tanques resfriadores para uso coletivo.

As ações político-organizativas que apuramos na pesquisa, nos indicam que são formas por meio das quais os camponeses criam estratégias e estabelecem interseções, no sentido de participarem em determinados contextos, tanto de grupos institucionalizados quanto informais, seja no âmbito da organização do MST ou não e, as vezes com propósitos nem sempre definidos, mas que contribuem expressivamente para a continuidade da produção e reprodução nos assentamentos.

Compreendemos que é necessário continuarmos evidenciando e qualificando que é também por meio das ações político-organizativas que os camponeses assentados constroem e reforçam vínculos, com o intuito de reivindicarem e participarem de políticas públicas para se manterem na terra. E mesmo não isentos às sujeições ao sistema do capital e mesmo subordinados ao Estado, continuam apostando nos assentamentos enquanto terra de trabalho, bem como, de reprodução ampliada da vida.

Essas ações político-organizativas, mesmo que não tenham precipuamente objetivos vinculados a contexto revolucionário, podem ser consideradas importantes experiências que potencializam manifestações de consciência de classe, no contexto da formação da classe trabalhadora. Apesar de antecederem e se superporem a demandas práticas, tais como, políticas públicas, recursos para melhorias nos lotes, melhores preços junto aos compradores etc., cumprem articulações rotineiras que respeitam compromissos coletivos que estão na base da continuidade do processo de construção/constituição da consciência. Somente juntos e

¹²⁹ É necessário chamar a atenção para nos atentarmos também a esses grupos enquanto pesquisadores engajados e para a postura de nós homens que por carregarmos concepções machistas, por muitas vezes também não os reconhecemos.

aspirando atuarem criticamente em relação aos mecanismos impositivos oriundos do Estado, das frações burguesas, que terão respaldo social e horizontes de resistência de classe, assim como os demais trabalhadores, que também são diretamente explorados e subordinados ao processo de acumulação de capital.

Vínculos e apoios se constroem nas estratégias de luta e ações organizativas, ou seja, no próprio processo em construção de organização da classe trabalhadora (THOMPSON, 2004). E para Thomaz Junior (2009, p. 468) [...] “vale reforçar que a classe representa o formato do sujeito coletivo que ocupa lugar central no debate; no entanto, não nos autoriza a predeterminar sua trajetória, tão-somente sua missão histórica”.

É importante ressaltar que historicamente as demandas dos camponeses assentados assumem caráter reivindicatório, a partir das ações político-organizativas e das diversas lutas empreendidas pelos movimentos de luta pela terra, especialmente o MST o que resultam em conquistas de políticas públicas, dentre elas, de comercialização da produção. "Tais políticas têm mostrado possibilidades que acabam por não submeter a produção dos camponeses assentados à lógica do mercado, imposta pelos atravessadores [...] e têm possibilitado a permanência do trabalho na terra e fortalecido as organizações nos assentamentos (REIS, 2015, p.123).

Em meio a essa diversidade de lutas protagonizadas pelo MST, há a criação de estratégias de aproximações com outros movimentos sociais e sindicais o que contribui expressivamente para a união de pautas e a conquista de políticas que possibilitam melhorar qualidade de vida para os camponeses e também para a classe trabalhadora em geral. Uma dessas conquistas foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

6.3 A participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) de 2010 a 2020

A participação dos camponeses no Programa, permitia que ao mesmo tempo em que produziam alimentos *sanos* para serem comercializados, garantindo renda e a permanência na terra, também os faziam chegar para os trabalhadores pobres e desempregados, subnutridos, famintos, das cidades.

Em tese, mesmo por meio de mediações controladas pelo Estado, se tecia novas vinculações que colocavam os camponeses no mesmo campo da luta social e de classe. Ou seja, camponeses pobres com trabalhadores pobres, desamparados e desempregados e/ou empregados precariamente. Percebendo esse potencial, o Estado, estrategicamente, se incumbiu de desmontar o PAA, o que impossibilita a continuidade da participação dos

camponeses, agrava a segurança alimentar dos trabalhadores, das famílias inscritas no mapa da subnutrição e da fome, e que sofrem com o flagelo do desemprego, criando entraves para a continuidade do fortalecimento de vínculos políticos.

No Pontal do Paranapanema, a participação dos camponeses assentados no PAA trouxe aprendizados e colocou em evidência a capacidade das ações político-organizativas, enquanto estratégias de resistência de permanência na terra, e ao mesmo tempo, junto ao MST, de fortalecimento e criação de vínculos políticos, que incentivavam a ampliação dos laços coletivos entre as famílias camponesas e os trabalhadores beneficiados, portanto, para além dos assentamentos.

Analisando a participação dos camponeses assentados do Pontal do Paranapanema no PAA, no período de 2010 a 2020 extraímos entendimentos específicos, bem como as correlações que identificam interlocução e interconexões com o processo de resistência nos assentamentos, as relações que se estabeleciam entre os camponeses assentados, e externamente, com a classe trabalhadora em geral. Assim como o papel das ações político-organizativas junto ao MST em respeito às ações dos camponeses assentados no âmbito do Programa. E por último, aprendemos os prejuízos com a precarização do Programa, ou seja, as consequências da descontinuidade da participação dos camponeses e o agravamento da insuficiência alimentar e nutricional nos centros urbanos próximos às terras griladas ou devolutas, ocupadas com cana-de-açúcar e pecuária extensiva, bem como dos acampamentos.

Para participarem do PAA os camponeses tinham que se organizar em associações e/ou em cooperativas, como exigia o Programa e outras políticas públicas. Essa condição fez com que aumentasse a institucionalização de grupos informais que vimos identificando e caracterizando nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. Fator primordial para institucionalização, foram as mobilizações realizadas por militantes do MST nos assentamentos e a trajetória de sociabilidade, na perspectiva de classe, construída no processo de luta pela e na terra, como vimos abordando.

No processo de institucionalização, para participarem do PAA, os grupos tiveram que administrar a condução de uma estrutura organizativa e burocrática, que até então havia sido experienciada por poucos, o que fez com que novas aproximações e vínculos fossem reforçados e criados para obterem assessoria, seja com o MST, seja junto aos órgãos públicos (ITESP, prefeituras, Universidades, etc.). No entanto, entendemos que a base, ou seja, a estrutura política para a organização e consolidação de um grupo, já era fator intrínseco, produto construído anteriormente à formalização em associações e/ou cooperativas, como vimos demonstrando.

Todavia, não podemos deixar de admitir que a participação no PAA e o processo de institucionalização para tal fim, também foi impulsionador para a consolidação política de alguns grupos, pois havia a necessidade de participação ativa junto às associações para a formulação, efetivação dos projetos e prestação de contas junto a CONAB. Isso fez com que os camponeses realizassem reuniões e assembleias, com mais frequência, sobretudo para os acertos burocráticos, mas também, com intuito de fortalecer os laços e interesses coletivos, e a organização política.

Ao analisar o contexto da participação dos camponeses assentados no PAA, em 2014 no Estado de São Paulo, Reis (2015) evidencia,

As organizações passam a ter maior acesso a informações e a possibilidade de articulação de outras políticas públicas como o PNAE e aquelas voltadas à implantação de agroindústrias. A dinâmica de execução do programa permite ainda uma ampliação do diálogo entre os agricultores, com necessidade de realização de assembleias e reuniões para decisões referentes à vida da organização. (p.140).

No Pontal do Paranapanema essa ampliação do diálogo também fortaleceu os acordos para a destinação, de parte do dinheiro arrecadado com as vendas dos produtos ao Programa, para a manutenção das associações e/ou cooperativas, com custos de contratação de escritórios para a constante regularização, prestação de contas e custos com a logística de entrega dos alimentos às entidades responsáveis para a distribuição. Para a legislação que rege o Programa, a logística é ato cooperativo, ou seja, uma responsabilidade da associação.

No Pontal do Paranapanema, associações assistidas pelo MST, fizeram dessa responsabilidade, uma reivindicação às administrações municipais, o que fez com que algumas prefeituras assumissem essa pauta de operacionalização do Programa, garantindo que os produtos chegassem para a entrega, com a mesma qualidade que saiam dos lotes. (REIS, 2015; LEAL, 2017).

Associada e/ou cooperativada, cada família camponesa tinha o direito de participar do Programa e vender até R\$ 8.000,00 em alimentos, *in natura*, por ano¹³⁰. Uma pequena parte da venda de cada família era destinada para a manutenção das organizações, como apontado anteriormente. Perante ata assinada, com a concordância dos camponeses, a CONAB permitia que até 20% dos recursos arrecadados, pelas entidades, com a venda dos produtos, fossem destinados para a operacionalização do Programa. Isso permitiu que as organizações, para além

¹³⁰ Os preços dos alimentos são definidos pela CONAB a partir de levantamento de preços praticados no mercado local.

dos custos com a contratação de escritórios, investissem na estruturação de suas sedes e na logística interna aos assentamentos.

Os projetos eram elaborados pelas associações e/ou cooperativas com o número de famílias e com as propostas de alimentos e encaminhados para a aprovação da CONAB. Aprovados, os alimentos eram repassados aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAs) dos municípios, quinzenalmente e, dependendo da quantidade proposta no projeto, semanalmente.

Os CRAs eram responsáveis pela validação da entrega pelas associações e a distribuição à população assistida. O pagamento aos camponeses era feito pelas associações, estas também eram responsáveis pelo envio à CONAB dos documentos de validação das entregas. Mediante a avaliação e aprovação dos documentos, os recursos eram liberados pela CONAB, na conta das associações, que transferia para a conta individual de cada família associada de acordo com a quantidade de alimentos entregues.

O Programa era operacionalizado através de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea (CDS); Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque), Incentivo à Produção e Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. No Pontal do Paranapanema a participação e engajamento das famílias junto ao PAA deu-se por meio da CDS.

A CDS tinha como objetivo a aquisição de alimentos produzidos pelos camponeses, através das associações e/ou cooperativas e a instantânea distribuição às famílias assistidas pelas redes de assistência social dos municípios. Comumente, os beneficiários que recebiam os alimentos eram identificados junto ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e eram potenciais participantes de programas sociais do Governo Federal, como por exemplo, o Bolsa Família. No Pontal do Paranapanema, faziam parte desse grupo, trabalhadores empregados precariamente no agrohidronegócio canavieiro, sem-terras acampados, trabalhadores desempregados em geral, famílias sob risco nutricional.

No Pontal do Paranapanema, há registros da participação, de famílias de camponeses assentados, no PAA, desde seu primeiro ano de implementação, ou seja, 2003. No entanto, essa participação aconteceu de forma descontínua e esparsa até os anos de 2009, sobretudo, devido a constantes mudanças na operacionalização do Programa e barreiras burocráticas. A participação, nesse período, foi possível devido à atuação de associações e cooperativas

operacionalizadas diretamente pelo MST, na região. (LE MOAL, 2013; LEAL, 2017)¹³¹. Até 2009 a participação envolvia apenas camponeses assentados dos municípios de Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha e Sandovalina, sendo que a partir desse ano o cenário começou a mudar. A partir de então houve a permissão para que uma família pudesse oferecer diversos tipos de produtos e a possibilidade de alterar os projetos no processo de execução, já que anteriormente só era possível entregar os produtos que haviam sido propostos inicialmente e, ainda, cada família só poderia entregar um tipo. Essa condição era desafiadora, pois as famílias tinham que garantir determinado produto o ano todo, e não somente na época da colheita.

A partir de então, se a família, por questões, por exemplo, relacionadas à sazonalidade, não conseguisse entregar determinado produto, poderia substituir por outro. Essas mudanças valorizaram a realidade da diversificação produtiva dos assentamentos e atraíram mais camponeses para a participação no Programa. (REIS, 2015). Isso, somado às mobilizações e reivindicações maciças dos movimentos sociais junto ao Governo Federal por ampliação dos recursos para operacionalização do PAA, fortaleceu a organização das famílias camponesas em torno da produção de alimentos, e fez com que a participação no Programa se multiplicasse significativamente no período de 2010 até 2012.

Ainda nesse contexto de reivindicação e participação, no Estado de São Paulo, o MST conseguiu estabelecer junto à gerência de operações da CONAB, mecanismos de diálogo construtivo com vistas à melhoria da operacionalização do Programa. A CONAB passou a definir os padrões de operacionalização do Programa, dando abertura para que as organizações pudessem dialogar e apresentar os limites enfrentados, o que contribuiu com a participação dos camponeses assentados no Programa. (REIS, 2015).

Nesse período, 2010 a 2012, a participação envolveu famílias de camponeses assentados de 16 municípios do Pontal do Paranapanema, ou seja, apenas o município de Iepê não registrou participação (Tabela 1).

¹³¹ Em nossa dissertação de mestrado (LEAL, 2017) sintetizamos essa participação de 2003 a 2015. No trabalho atual, a esse respeito, estamos agregando novas informações nos dados já sistematizados e atualizando a participação de 2015 a 2019.

Tabela 1: Número de famílias de camponeses assentados, por município, que participaram do PAA (CDS), no Pontal do Paranapanema (2010-2020)

Municípios	Nº de famílias participantes				
	2010	2012	2015	2019	2020
Caiuá	56	112	10	42	17
Estrela do Norte	0	4	0	0	0
Euclides da Cunha	11	174	30	0	21
Iepê	0	0	0	0	0
João Ramalho	0	5	0	7	0
Marabá Paulista	1	49	51	5	45
Martinópolis	0	1	0	0	0
Mirante do Paranapanema-SP	78	804	366	55	157
Piquerobi	0	23	21	16	18
Presidente Bernardes	14	77	16	9	12
Presidente Epitácio	34	199	131	63	64
Presidente Venceslau	32	174	22	27	48
Rancharia	0	47	0	0	0
Ribeirão dos Índios	0	1	0	0	0
Rosana	0	142	11	0	27
Sandovalina	53	113	11	0	0
Teodoro Sampaio	168	227	0	12	0
Total	447	2152	669	236	482

Fonte: CONAB, 2020; Trabalho de Campo, 2019. Org. LEAL, S.C.T.

Comparando a participação em números absolutos, através da CDS, de famílias de camponeses assentados participantes do Programa, em 2010 e em 2012, por município, nota-se que a participação mais do que quadruplicou. No Estado de São Paulo, no ano de 2012, houve a participação de 9.613 famílias assentadas no PAA e o Pontal do Paranapanema representou 22,38% do total.

Por sua vez, com base no ano de 2012, em relação a 2010, houve aumento de 79,23% nas participações no Pontal do Paranapanema. O município com maior destaque é o de Mirante do Paranapanema, com 78 participações em 2010 e 804 em 2012. O município de Mirante do Paranapanema reúne 35 assentamentos oriundos da luta pela terra e 1.700 famílias assentadas¹³², das quais 47% participaram do PAA no ano de 2012.

Ainda em 2012, no Pontal do Paranapanema, ano ápice da aplicação de recursos do governo federal para implementação do PAA, apuramos que a participação deu-se através de 60 associações e 2 cooperativas (Tabela 2), territorializadas em 57 assentamentos.

¹³² DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.

Tabela 2: Número de famílias e associações/cooperativas participantes do PAA (CDS) no Pontal de 2012 a 2020

Anos	Número de Famílias	Associações/Cooperativas
2012	2152	62
2013	1285	36
2014	1794	46
2015	669	26
2016	452	15
2017	292	22
2018	198	14
2019	236	21
2020	482	38

Fonte: CONAB, 2020; Trabalho de Campo, 2019. Org. LEAL, S.C.T.

A partir do ano de 2013 o PAA começou a apresentar quedas bruscas na aplicação de recursos, o que inviabilizou a continuidade e a evolução da participação dos camponeses. Essa queda no orçamento se justifica porque o Programa não é uma política de estado, ou seja, está suscetível aos entendimentos, alianças de governo e, conseqüentemente, de cortes. Os recursos destinados ao Programa são condicionados ao orçamento geral, decidido pelo governo. (REIS, 2015).

Em 2013, no Pontal do Paranapanema, a participação no PAA foi de 1.285 famílias, comparado com a participação em 2012, houve uma queda de 40,29% (Tabela 2). Em 2014 houve acréscimo de recursos em relação a 2013, o que repercutiu também na participação no Programa. Comparado com 2013 houve aumento de mais de 28%, no entanto, em números absolutos a participação foi menor que em 2012, o que demonstra a tendência à diminuição.

Embora, houvesse cortes, o Programa possibilitava o escoamento de parte da produção dos assentamentos e vinha incentivando novas famílias à participação. E Reis (2012) nos alerta que:

Apesar da realidade de cortes e de arrefecimento deste importante programa, vemos a necessidade de retomar o debate, destacando o que realmente é relevante, qualificando o programa enquanto possibilidade de não subserviência à lógica da mercadoria que está imposta nos assentamentos. (p. 130)

Esse debate vinha ocorrendo no âmbito dos movimentos sociais no Brasil inteiro e no Pontal do Paranapanema, protagonizado pelo MST. Em 2013, momento que a repercussão do Programa era expressiva, devido à apuração das participações com grande relevância em 2012, acompanhamos atividades, seminários e palestras, no Pontal do Paranapanema, nas quais o

tema balizava-se nas formas de participação em programas de aquisição de alimentos, tanto do governo federal como estadual. O PAA, por muitas vezes era pauta única. No entanto, naquele mesmo ano, já se anunciava a tendência a cortes orçamentários do Programa, o que se efetivou a partir em 2015.

A queda na aplicação de recursos demonstrou-se expressiva já em 2013 e a partir de 2015, ano que já se anunciava o Golpe parlamentar-midiático contra as conquistas da classe trabalhadora, que se efetivou em agosto de 2016, os recursos do Programa começaram a fenececer.

A negação da democracia e das conquistas revelou um processo escancarado contra a classe trabalhadora, em favor dos setores da burguesia empoderados, já se desfazendo dos pactos que sustentavam os entendimentos até então. É importante observar que devido à pressão da oposição que sabia que o carro forte do Governo do PT eram os programas sociais, o Governo Dilma, para realizar ajustes fiscais e criar manobras para tentar se manter no poder, acabou por realizar cortes de verbas justamente desses programas conquistados historicamente pela classe trabalhadora. (LEAL, 2017).

Esses cortes repercutiram diretamente no PAA e, conseqüentemente, na participação ao Programa. Em 2012 os recursos aportados para operacionalização chegaram a mais de R\$586 milhões e, em 2015, apenas R\$287 milhões, ou seja, registra-se queda de mais da metade dos recursos. Para o ano de 2015 a demanda do Estado de São Paulo, “[...] era cerca de R\$ 150 milhões, segundo informações obtidas junto à Gerência de Operações Especiais da CONAB, na Superintendência Regional de São Paulo”, mas foram aportados apenas R\$ 50 milhões. (REIS, 2015, p. 130).

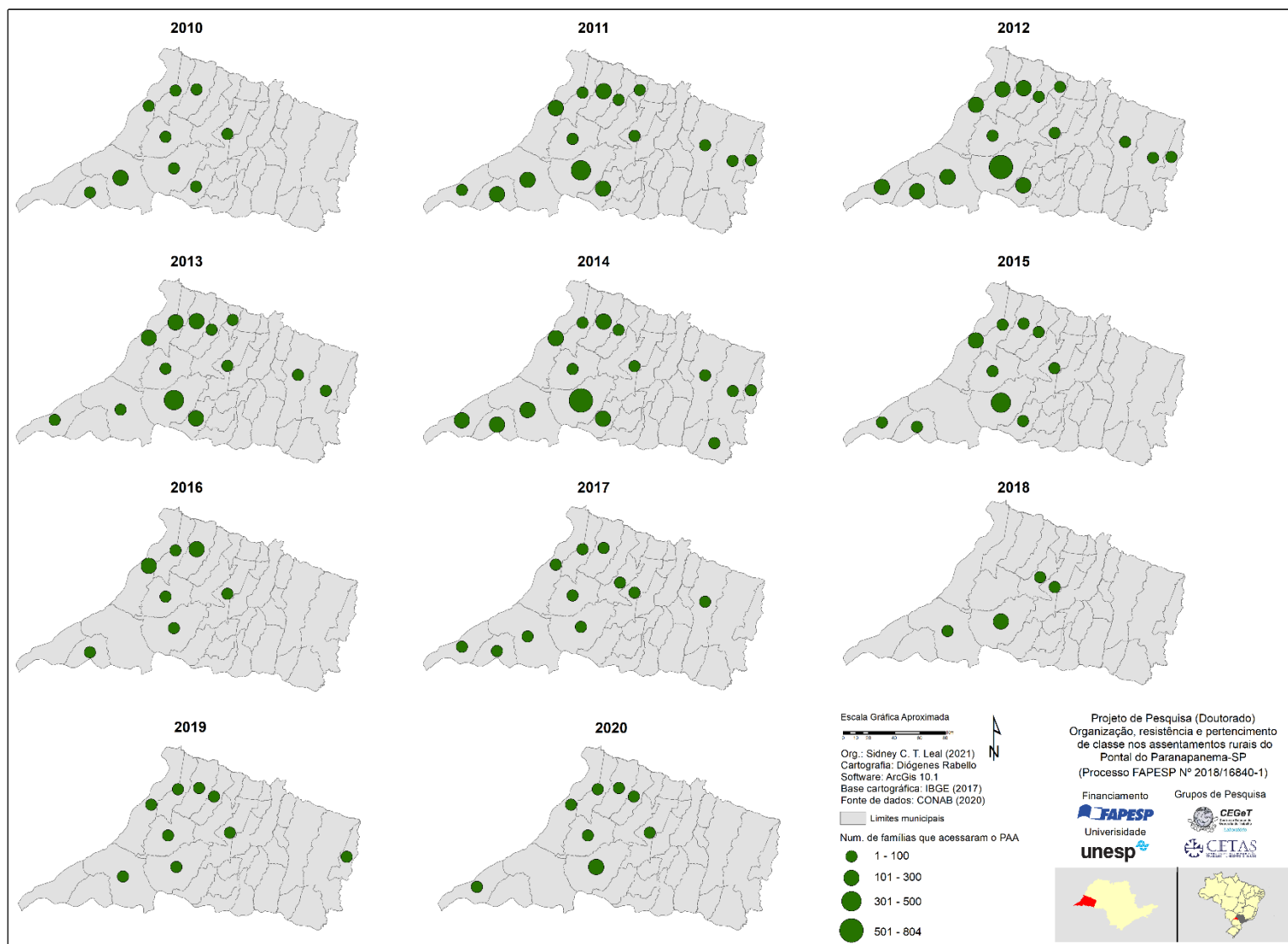
No ano de 2015 a participação de camponeses assentados no Programa, no estado de São Paulo, foi de 1.977, ou seja, queda de aproximadamente 79% em relação a 2012. O que repercutiu também na participação no Pontal do Paranapanema. Em 2015, no Pontal do Paranapanema, tivemos a participação de apenas 669 famílias pela CDS, representando 33,74% das famílias do estado de São Paulo. Comparando com as participações no ano de 2012, houve uma queda de 68,91%. E a participação ocorreu apenas, através de 26 associações, como podemos ver na tabela 2, ou seja, menos da metade participantes no ano de 2012.

Vale dizer que o município de Mirante do Paranapanema, em 2015, teve a participação de apenas 366 famílias, se comparado com o ano de 2012, tem-se queda no número absoluto de mais da metade nas participações, ou aproximadamente 54%. Praticamente todos os municípios apresentaram queda, 6 sequer participaram, e apenas Marabá Paulista apresentou aumento no número de participações, com apenas 2 famílias. (Tabela 1).

Destaque para o município de Teodoro Sampaio que no ano de 2012 era o segundo com o maior número de participações, ou seja, 227 atrás de Mirante do Paranapanema, com 804 e, em 2015 não registrou ocorrência. O município de Presidente Venceslau também apresentou queda relevante no número de Participações no Programa, pois em 2012 participaram 174 famílias e, em 2015, apenas 22, representando queda de aproximadamente 87%. (Tabela 1).

Esse processo repercutiu na espacialização da participação por municípios, com expressividade a partir do ano de 2015 (Mapa 2).

Mapa 2: Número de famílias camponesas assentadas, por município, que participaram do PAA pela CDS no Pontal do Paranapanema de 2010 a 2020



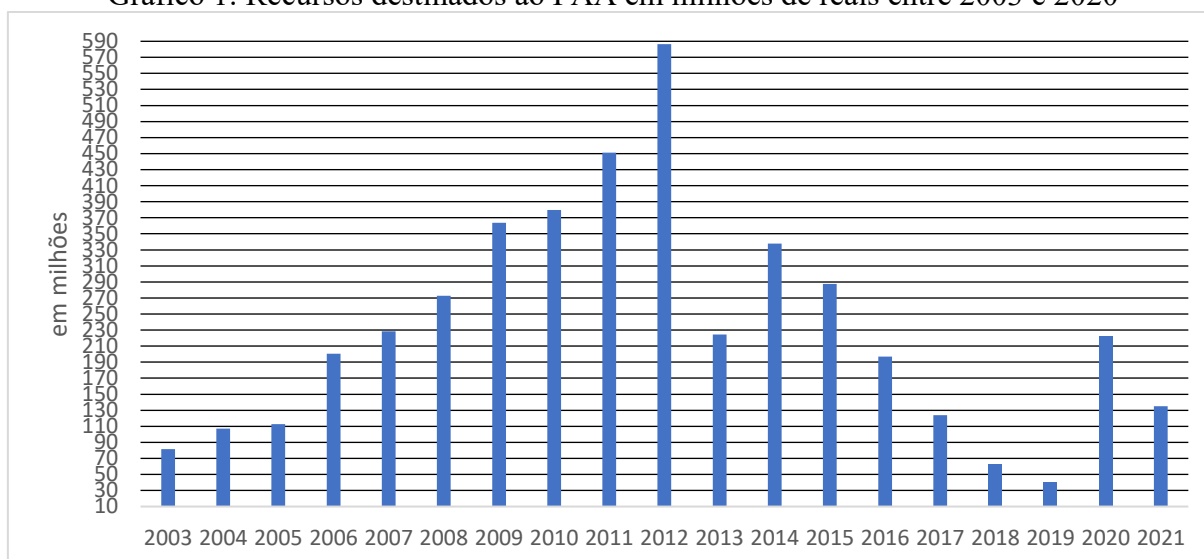
Importante notar no Mapa 2, que havia uma evolução crescente na espacialização e proporção da participação por municípios de 2010 a 2012 e se manteve estável de 2012 a 2014. A partir de 2015 a participação de camponeses assentados começa a declinar de forma abrupta, o que também é possível notar no recuo da espacialização por municípios.

No ano de 2016 a tendência à queda continuou repercutindo e participaram do Programa apenas 454 famílias, através de 15 associações, no Pontal do Paranapanema. A queda na participação referente ao ano de 2012 foi de 78%. No ano de 2017 a tendência a diminuição na participação continuou, no entanto houve aumento das associações participantes. (Tabela 2). Mas esse fato não garantiu o aumento na participação de camponeses, pois houve aumento das associações com menor número de associados¹³³ e, conseqüentemente, menor número de recursos demandados. Em 2017 a participação foi de apenas 292 famílias, indicando queda de 86%, quando comparado a 2012, e de 55%, se comparado com o ano de 2015. (Tabela 1).

Em 2018 os recursos destinados para execução do Programa estiveram abaixo do primeiro ano de implementação do Programa, em 2003, ou seja, R\$ 81 milhões. Decorridos 15 anos de execução do Programa, apenas R\$63 milhões foram direcionados para 2018, e 2019 apenas metade do ano anterior, ou seja, R\$ 41 milhões, que significam menos de 1/3 da demanda, somente do estado de São Paulo, em 2015. No ano de 2019 foram executados no estado de São Paulo apenas R\$ 5 milhões e meio de reais, o que representa menos de 96% dos recursos demandados pelos camponeses ainda em 2015. (Gráfico 1).

¹³³ Em conversas com representantes de associações participante do PAA durante o trabalho de campo em 2019 era comum dizerem que as associações com grande número de associados não vinham obtendo êxito de aprovação.

Gráfico 1: Recursos destinados ao PAA em milhões de reais entre 2003 e 2020



Fonte: CONAB, 2020; Painel do Orçamento Federal (SIOP), 2021. Org. LEAL, S.C.T, 2022.

A título de exemplo e comparação, na região Sudeste do Brasil, no ano de 2019, o total de participação no PAA, de famílias camponesas vinculadas a assentamentos rurais, oriundos da luta pela terra, foi menor que o total do Pontal do Paranapanema-SP em 2012. (Quadro 1).

Quadro 1: Número de famílias camponesas assentadas, por município, que participaram do PAA (CDS) no Sudeste do Brasil e no Pontal do Paranapanema (2012 e 2019).

Região	2012	2019
Sudeste do Brasil	11.122	1.832
Pontal do Paranapanema	2.152	236

Fonte: Conab, 2019.

Por sua vez, no Sudeste a participação foi apenas de 1.832 famílias de camponeses assentados, aproximadamente 15% menor que a participação no Pontal em 2012.

No Pontal do Paranapanema, em 2019, tivemos a participação de apenas 236 famílias de camponeses assentados, através de 21 associações. Houve queda de mais de 64% em relação ao ano de 2015, e 89% em relação ao ano de 2012, ano ápice da aplicação de recursos e participação no PAA. A participação no Programa, em 2019 (Tabela 2 e Mapa 2) teve pequeno aumento em relação ao ano de 2018. No entanto, ainda se confirma a tendência a queda nas participações e é possível observar que o número de famílias foi menor que nos anos anteriores a 2018.

Até o momento pudemos demonstrar como o PAA, enquanto uma política de governo e, suscetível a cortes orçamentários, foi sendo desmantelado e apontando seu

fenecimento/extinção. O que repercutiu em uma tendência à queda da participação de famílias camponesas, como pudemos analisar, com ênfase, no período de 2012 a 2019 no Pontal do Paranapanema. (Mapa 2).

A implementação do PAA no Pontal do Paranapanema vinha se efetivando devido o envolvimento dos camponeses assentados, mas não somente enquanto sujeitos que acessam políticas públicas, como se estas estivessem simplesmente disponíveis e ofertadas pelo Estado. Mas também porque são sujeitos organizados, sobretudo junto ao MST, e reivindicavam as demandas em meio a apropriação e participação no Programa, para continuarem apostando nas políticas públicas com objetivos de atender suas reais necessidades. (LEAL, 2017).

É com esse engajamento que os camponeses assentados continuavam apostando e reivindicando a participação no PAA, tanto que pudemos apurar que em 2020, houve aumento na participação dos camponeses assentados no Programa, comparado aos anos de 2017, 2018 e 2019, (Tabela 1), no entanto esse aumento foi devido a aprovação de projetos, acumulados de anos anteriores, pois os novos propostos, foram negados.

O que não quer dizer que esse retrocesso é devido à falta e capacidade de organização e de resposta dos camponeses, pois nos trabalhos de campo e na participação em reuniões com assentados e movimentos sociais, registramos as reclamações em relação a não aprovação de projetos e sobre a falta de informações por parte da CONAB.

Os encaminhamentos dos projetos ainda continuavam seguindo as orientações do Manual de Operações da Conab (MOC)¹³⁴, mas as respostas não atendiam às demandas. Os principais argumentos disseminados pelo governo federal através dos relatórios de execução é que o Programa vinha atuando para exigir maior controle e eficiência nos critérios de participação e procurando a melhor distribuição dos recursos.

Outro argumento que mascarava a falta de recursos e distorcia a questão é a disseminação por parte do Governo, de que havia novas associações participando do Programa e que a demanda por parte de organizações já consolidadas vinha diminuindo devido a busca de novos mercados. Vejamos o que foi disseminado no relatório de execução do PAA de 2019:

[...] do total de 377 Organizações Fornecedoras participantes do PAA em 2019, 41% estão acessando o programa pela primeira vez [...]. Isso demonstra que as organizações da agricultura familiar já consolidadas conquistaram novos mercados para comercialização da sua produção e que novas organizações da agricultura familiar progressivamente se fortalecem e alcançam, no PAA, uma nova oportunidade de comercializar seus produtos.

¹³⁴ Disponível em: <https://moc.conab.gov.br/>. Acesso em: 07, jan. 2021

Argumentar que as Organizações Fornecedoras, ou seja, as associações/e ou cooperativas, já consolidadas estão buscando outros mercados, como se o PAA não fosse mais prioridade, distorcia a questão e produz um discurso contrário à continuidade da participação dos camponeses.

Acompanhamos que no Pontal do Paranapanema as associações e cooperativas já consolidadas do ponto de vista organizativo, não estavam conseguindo aprovação dos projetos, justamente por possuírem grande número de associados e, conseqüentemente, demandarem grande quantidade de recursos, e não porque procuravam outros mercados em detrimento do PAA. Paradoxalmente às estratégias, anteriormente utilizadas pelas associações e cooperativas, eram voltadas justamente para mobilizar mais famílias a se associarem e participarem do Programa.

Em 2019 uma das estratégias das associações, independente se compostas com grande número de associados ou não, para tentarem a aprovação dos projetos, e minimizarem o impacto de ter que priorizar uma ou outra família em detrimento de outras, era diminuir a cota de direito que cada família tinha, ou seja, dividindo entre os associados. Vejamos, por exemplo: como cada família tinha o direito de vender até R\$ 8.000,00 de alimentos por projeto, as associações se organizavam para que nas propostas enviadas, cada família pudesse vender até metade da cota R\$ 4.000 00 para garantir maior número de participantes. Lúcia, tesoureira na associação Girassol do Assentamento Margarida Alves e participante do PAA desde os anos iniciais nos disse:

[...] hoje a gente tem uns certos limites porque se você fizer um projeto grande não é aprovado porque não tem dinheiro... esse um que a gente tá tentando agora a gente fez um de oitenta mil. [...] porque se enviar um projeto grande lá eles nem olha... [...] aí nós fizemos uma reunião no barracão um dia e todo mundo tá no mesmo barco, todo mundo está precisando aí eu falei “gente, tem um jeito da gente resolver essa situação”... se vocês concordarem todo mundo entra e cada quem tem seu pouquinho, nós podemos dividir...se é dezenove família nós vamos dividir entre as dezenove família, se não for nós vamos por sorteio, aí aquele que cair caiu né...” aí o pessoal um olhava pro outro e aí”...[...] aí decidimos que entrou as dezenove e dividimos o dinheiro, porque imagine, eu não ia dividir ou é fulano, ou é ciclano... porque todo mundo tá no mesmo barco, todo mundo precisa... aí no sorteio ia ter gente que ia ficar para trás, aí todo mundo entrou¹³⁵.

Mesmo com essas estratégias, seguindo os manuais e fazendo pressão junto à CONAB, era ínfimo o número de projetos aprovados e, conseqüentemente, a participação de famílias,

¹³⁵ Entrevista realizada com Lúcia durante trabalho de campo no assentamento Margarida Alves em 27 de novembro de 2019.

como constatamos, ou seja, a oferta não atendia à demanda dos camponeses. João, a respeito da demanda dos recursos no estado de São Paulo para operacionalização do PAA e para a participação de famílias assentadas em 2019 e continuidade em 2020, nos afirmou durante a entrevista que:

[...] numa demanda de 150 milhões para o estado hoje se fala de um milhão e meio, de oitocentos mil, então praticamente é deixou de existir o PAA né, a demanda é bastante, é grande dentro dos assentamentos, as pessoas sentem a falta disso, e aí é insignificante o que existe hoje de PAA¹³⁶.

Enquanto isso o Governo federal disseminava desculpas para não assumir que o Programa se encontrava deliberadamente destruído. Distorcer o problema da demanda apresentada pelas organizações dos camponeses e os movimentos sociais, era mascarar que as diretrizes do governo Bolsonaro tinham como princípio não investir em políticas públicas de assistência social.

Ações que ocorreram em 2020 e 2021, no âmbito das Políticas Públicas voltadas para os camponeses, dentre outras, revelaram esse posicionamento do Governo. Em 2020 o Governo de Bolsonaro vetou quase na íntegra o projeto da Lei Assis de Carvalho (735/20)¹³⁷, aprovado pelo Congresso Nacional, com o propósito de socorrer os trabalhadores da agricultura familiar, em meio à pandemia da COVID-19. Foram vetados: o pagamento de cinco parcelas de R\$ 600 para famílias de camponeses; propostas de negociação de dívidas dos camponeses junto aos bancos; a criação de linhas de créditos destinadas diretamente à mulher camponesa e aportes de crédito especial para a produção de alimentos durante a pandemia.

Em 31 de março de 2021, a oposição ao governo no congresso propôs o PL 823/2021 que recuperava trechos vetados do PL 735/20 e previa o suporte para camponeses até 2022, com renegociação de dívidas e flexibilização no crédito rural. Dentre as medidas do PL 823/2021 estava o pagamento de R\$ 2,5 mil por família para produtores em situação de pobreza e extrema pobreza. Em 17 de setembro de 2021 o presidente da república vetou integralmente o PL 823/2021 argumentando que era necessário para o cumprimento das normas orçamentárias e financeiras¹³⁸.

¹³⁶ Entrevista realizada com João durante trabalho de campo no assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

¹³⁷ PL 735/2020, dispunha sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2239605>>. Acesso em: 22 de mar. 2022

¹³⁸ Ver mais sobre em: <https://www.camara.leg.br/noticias/807907-VETADA-PROPOSTA-QUE-PREVIA-AUXILIO-EMERGENCIAL-PARA-AGRICULTOR-FAMILIAR>> Acesso em: 22 de mar. 2023.

Nesse ínterim, para a operacionalização do PAA no ano de 2020, movimentos sociais sintonizados no âmbito da luta pela terra, bem como organizações e movimentos enunciados nos princípios da segurança alimentar junto à oposição do governo, ao avaliar a demanda para participação no Programa e devido ao anúncio do agravamento da insegurança alimentar de trabalhadores desempregados, moradores das periferias das cidades etc., afetados diretamente pela pandemia da COVID-19, demandaram do governo federal R\$ 1 bilhão¹³⁹. No entanto, os ajustes de corte de gastos do governo fizeram com que apenas R\$ 500 milhões fossem previstos para o período. Mas, dessa previsão, foram efetivamente destinados para execução do Programa apenas R\$ 223 milhões.

Considerando os recursos aportados para a execução do PAA, em 2019, que totalizaram R\$ 41 milhões, houve aumento significativo em 2020, ou seja, em números absolutos R\$ 182 milhões. Contudo, em relação ao demandado no contexto pandêmico, ou seja, R\$ 1 bilhão, os recursos executados na operacionalização do Programa foram ínfimos. E é necessário evidenciar que a execução dos R\$ 223 milhões é produto da pressão dos movimentos sociais e da oposição ao governo, pois para o ano de 2020 foram previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para operacionalização do PAA, apenas R\$101 milhões. Ainda é necessário evidenciar que parte dos recursos destinados a execução do Programa naquele ano foi advinda de emendas parlamentares protagonizadas, sobretudo, pela oposição ao Governo.

Para 2021, ano em que a fome no Brasil atingiu níveis alarmantes, ou seja 19 milhões de brasileiros(as), quando comparado com 2017/2018, 10 milhões e, ainda, quando se considera situações que abrangem escalas no âmbito da insegurança alimentar (leve; moderada; média grave; grave), para março de 2021, 55% da população estava vitimada¹⁴⁰, ou seja, 105 milhões de pessoas. Registra-se que os movimentos sociais e populares, e parlamentares de oposição ao governo Bolsonaro, novamente reivindicaram a destinação de R\$ 1 bilhão para operacionalização do PAA, em 2021. No entanto, a LOA 2021 aprovou, apenas R\$ 101 milhões para operacionalização do Programa, o mesmo orçamento do ano anterior.

Ainda, no ano de 2021, aquilo que vínhamos evidenciando, em nossos resultados de pesquisas, desde a iniciação científica, se concretizou. O PAA, por não se configurar enquanto uma política de Estado, foi extinto pelo Governo Bolsonaro, e substituído pelo Programa

¹³⁹ O documento “PAA – Programa de Aquisição de Alimentos: Comida Saudável para o Povo”, disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/04/PAA-Comida-Saudavel-para-o-Povo-2.pdf>>, acessado em 16 de ago. 2022, assinado por 774 organizações, reivindicou em 2020, considerando a grave crise de saúde pública devido a pandemia da Covid-19, a ampliação da execução do PAA, bem como apresentou e detalhou fatores de alcance do poder executivo para viabilização da proposta. Os fatores detalhados no documento eram: 1) a ampliação do orçamento do PAA para 2020 e 2021 e; 2) ajustes administrativos e operacionais.

¹⁴⁰ Pesquisa do Orçamento Familiar (POF) /PNAD/IBGE, 2021.

Alimenta Brasil (PAB). Como a pesquisa vinha apurando, o cenário que se apresentava demonstrava a inviabilização da continuidade da participação dos camponeses no PAA, extinto e substituído pelo PAB, que nos primeiros 5 meses de 2.022, havia executado apenas R\$ 114,5 mil dos R\$ 58 milhões destinados.

Esse cenário também repercutiu na quebra de vínculos que vinham se efetivando, quando trabalhadores pobres do campo, complementavam a alimentação de trabalhadores desempregados, subempregados ou incluídos marginalmente nas periferias das cidades, bem como de sem-terras acampados. Em meio a essas relações interrompeu-se os aprendizados que vinham se construindo, ou seja, trabalhadores empregados precariamente no âmbito do agrohidronegócio canavieiro e desempregados, poderiam se somar nas trincheiras da luta pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema. (LEAL, 2017)¹⁴¹.

A respeito disso, Cláudio, assentado no assentamento Gleba XV de Novembro e integrante do setor de produção do MST da região enfatiza sobre a importância do PAA.

*O PAA é importante tanto pra quem produz, o assentado que tem sua renda e também é importante para essas pessoas que recebem esses alimentos nas cidades, porque quem são essas pessoas que recebem? Primeiro são pessoas cadastradas na assistência social dos municípios, são pessoas cadastradas, principalmente, nas igrejas, na igreja católica, evangélica, são pessoas que estão na APAE, são pessoas que recebem esses alimentos é uma quantidade... já cheguei ver mais de 500 pessoas na fila pra receber a cesta de alimentos vindas de um assentamento. Então tem aquele ditado, a rede globo e os meios de comunicação não mostram o que é a produção dos assentados. Nós através da prática, conseguimos entregar na prática produtos dos assentamentos e isso **faz com que as pessoas que estão na cidade recebendo animem para que? Pra lutar! Pra lutar pela terra, porque viu que lutar pela terra tráz resultado, traz alimentação saudável, traz uma renda pra quem tá no assentamento e forma uma opinião política**¹⁴².*

A participação no PAA também proporcionava o fortalecimento de vínculos junto às ações político-organizativas que vinham atuando no fortalecimento da diversidade produtiva e na formação política, nos assentamentos, bem como criando estratégias para a produção coletiva, com o intuito de aumentar a oferta dos produtos entregues ao Programa e ao mesmo tempo fortalecer vínculos de classe com trabalhadores fora do assentamento.

¹⁴¹ Durante a pesquisa de mestrado pudemos entrevistar trabalhadores desempregados, moradores das cidades, que nos relatavam que por vezes criticavam as ações de ocupações dos sem-terras, mas que naquele momento se sentiam arrependidos, porque aqueles, criticados anteriormente, agora na condição de assentados, estavam complementando a alimentação de seus filhos.

¹⁴² Entrevista realizada por videoconferência, em tempos de pandemia da COVID-19, em 14 de julho de 2021.

Ainda, participando do PAA, os camponeses tinham a garantia de venda da produção e muitos estavam se libertando dos atravessadores, obtendo mais rendimentos quanto ao trabalho despendido e retorno para a família. A participação vinha garantindo geração de renda, sobretudo para as mulheres camponesas, visibilizando o trabalho das mesmas, pois, historicamente as mulheres se responsabilizam pela reprodução familiar e a produção dos quintais, sendo que, esta, quando comercializada, toma outro sentido e o trabalho despendido pela mulher para cuidar das hortas e dos pomares é convertido em renda¹⁴³.

Cida, assentada no assentamento Margarida Alves, nos relatou a situação de algumas companheiras quando não puderam participar do PAA,

[...] a gente via as meninas aqui do assentamento, daqui de dentro, indo fazer faxina em Mirante [cidade] depois que cortou a CONAB [PAA] e a gente ficou quase um ano e pouco sem pegar projeto aqui, elas indo fazer faxina, mas elas iam fazer faxina mas voltavam para o lote.. uma forma de manter o lote, e iam uma vez por semana... duas vezes por semana..

Esse é o cenário que se reserva a muitas camponesas assentadas no Pontal do Paranapanema, que não puderam participar do PAA, pois, com a promessa de renda do Programa, assumiram compromissos, e quando dos cortes, tiveram que procurar trabalho fora para arcarem com dívidas contraídas.

Importante notar que a participação das mulheres no Programa não às libertava das opressões do machismo e tampouco das imposições vinculadas à divisão sexual do trabalho, mas vinha modificando as relações de dominação-opressão de gênero nos assentamentos, e visibilizava o protagonismo da mulher na família camponesa e na organização do trabalho familiar (reprodutivo) e produtivo.

Ainda, nesse contexto, destaca-se o interesse, sobretudo dos homens, que saíam para trabalhar fora do lote, em atividades assalariadas, no âmbito do agrohidronegócio canavieiro, em retomar o trabalho na terra, para a produção de alimentos. Esse fato não coibiu a mobilidade dos camponeses em busca de renda fora do lote, mas ofereceu mais possibilidades de permanência no lote.

A experiência da participação no PAA demonstrou para os camponeses assentados a importância de continuarem se envolvendo nas lutas, mesmo depois da conquista da terra, reivindicando políticas públicas que contribuam com a permanência nos assentamentos, que

visibilizem a capacidade produtiva de alimentos saudáveis, junto a sociedade, e os permitam continuar estabelecendo relações com outros trabalhadores potenciais a luta pela terra.

Por isso, a notícia da volta do PAA, anunciada pelo Governo Lula em 22 de março de 2023, renovou as esperanças e demonstra importância para a classe trabalhadora em geral, pois, anuncia a retomada das ações que vinham se estabelecendo no âmbito dos assentamentos e possibilita o fortalecimento de vínculos de classe que se consolidavam entre camponeses e trabalhadores pobres das cidades, permitindo a criação de novas relações e ações conjuntas. Ao mesmo tempo, a volta do PAA impõe desafios para esses trabalhadores, para os camponeses e os movimentos sociais sintonizados à luta pela terra e, vinculados à soberania alimentar, em ampliarem as ações de lutas, diante dos aprendizados do passado, e reivindicarem do Estado, que o Programa se torne uma Política Pública de Estado.

6.4. A continuidade das ações político-organizativas no âmbito da produção e comercialização nos assentamentos

Diante do cenário que se apresentava, no Governo anterior, de fencimento do PAA e de outras políticas públicas, as famílias de camponeses assentados tiveram que apostar, estrategicamente de forma mais intensa, a partir da família, mas também junto às ações político-organizativas, em outras alternativas para a continuidade da organização política, do trabalho coletivo, diversificação e venda da produção. No Pontal do Paranapanema, isso tem ocorrido através do envolvimento em projetos de venda de cestas agroecológicas, em pontos estratégicos nas cidades, bem como a participação mais efetiva em feiras livres.

As cestas vêm sendo uma alternativa de venda, em menor quantidade de alimentos, que anteriormente eram destinados ao PAA, como também, de alimentos produzidos artesanalmente, sobretudo por grupo de mulheres. No entanto, a produção e venda de alimentos destinados às cestas não é desdobramento da precarização do Programa, e sim da capacidade de produção e de organização das famílias, que no âmbito das ações político-organizativas e juntamente com o MST, são construídas historicamente. Do contrário, seria afirmar que os camponeses assentados, só produziam e se organizavam no momento da participação no PAA.

O processo de organização e implementação das cestas, além de garantir complementação da renda, também dá continuidade ao fortalecimento da sociabilidade construída no âmbito das ações político-organizativas. Essa continuidade agrega elementos para continuarmos apreendendo as formas de pertencimento de classe, que vão se constituindo nos

assentamentos, diante das condições objetivas de sobrevivência, mas também, enquanto um processo de formação.

Novamente, se evidencia a importância da continuidade da organização das famílias enquanto estratégia de permanência nos assentamentos. Importante destacar que as experiências envolvem, sobretudo, grupos formalizados, associações etc. No entanto, não é condição para participação. Essa participação nas cestas e feiras livres também têm propiciado o diálogo político em torno da produção agroecológica, tanto junto às famílias dentro dos assentamentos, quanto nas cidades.

No Encontro Regional do MST-Pontal realizado, *online*, no dia 22 de janeiro de 2021, dentre os conteúdos da pauta, foi tema central, a necessidade de expandir e potencializar as experiências concretas de escoamento da produção nos assentamentos diante dos cortes de recursos das políticas públicas, como o PAA. Uma das diretrizes é criar estratégias por meio das ações político-organizativas (associações, cooperativas e grupos informais) territorializados nos assentamentos para expandir o número de projetos de cestas agroecológicas e a participação em feiras livres.

As experiências com cestas agroecológicas vêm se espalhando pelo Brasil inteiro¹⁴⁴, e têm permitido a geração de renda em circuitos curtos, ao mesmo tempo que têm disseminado a importância do consumo de alimentos saudáveis e produzidos de forma agroecológica para a sociedade em geral. Além da forma de trabalho empregada na produção dos alimentos vendidos nas cestas, há outra questão, qual seja: os alimentos produzidos pelos camponeses assentados carregam em si, uma história. “Quando há a compra e o consumo de alimentos produzidos pelos camponeses assentados, se consome uma história de luta que está embutida naquele alimento. Ou seja, uma história objetiva e subjetiva da luta pela e na terra”¹⁴⁵.

Nos projetos de cestas em curso, além da demonstração da capacidade produtiva dos camponeses assentados, com referenciais agroecológicos, está incluso, paralelamente, um processo formativo e de conscientização, sobre formas de produção e consumo de alimentos, que atinge tanto quem produz, quanto quem consome. Para estes têm possibilitado a reflexão sobre a importância de consumir alimentos a preços justos e produzidos sem a degradação do trabalho e da natureza.

¹⁴⁴ Somente na Região Sudeste, já são 29 experiências assistidas pelo MST e há outras em curso no Brasil inteiro, que envolve outros movimentos sociais, como por exemplo o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e movimento de luta das comunidades quilombolas. Ver mais sobre os projetos de cestas assistidas pelo MST no Sudeste em: <<https://mst.org.br/2020/09/03/saiba-onde-comprar-alimentos-da-reforma-agraria-no-sudeste/>>. Acesso em: 27, mar. 2023.

¹⁴⁵ Parafrazeando fala do Professor Bernardo Mançano Fernandes proferida no “**Festival da Reforma Agrária: em defesa da Democracia**”, realizado no Galpão da Lua, Presidente Prudente-SP em 20 de agosto de 2022.

No Pontal do Paranapanema, vimos acompanhando o projeto Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal, e é evidente esse processo de formação e conscientização daqueles que estão envolvidos na produção e comercialização. O desafio em curso é aumentar o número de parceiros consumidores nas cidades, conseguir apoio logístico de governos locais e continuar fortalecendo vínculos com sindicatos de trabalhadores urbanos, como por exemplo, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Presidente Prudente e Região (SINTRAPP), CUT – Subsede de Presidente Prudente e Região, e coletivos independentes, com o objetivo de aumentar as vendas, baratear os custos e ampliar a experiência para outros sujeitos, especialmente trabalhadores das periferias da cidade de Presidente Prudente.

6.4.1 As Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal

As Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal é uma proposta de comercialização de cestas agroecológicas com alimentos, inicialmente, produzidos por 15 famílias do Assentamento Gleba XV de Novembro, localizado no município de Rosana-SP, organizadas no âmbito da Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA). No momento o projeto das Cestas se encontra em expansão e também conta a participação de famílias do Assentamento Rodeio, organizadas no âmbito da Associação de Produtores Assentados da Rodeio (APAR). A intenção do MST é envolver mais famílias assentadas no projeto das Cestas e ao mesmo tempo, ampliar os horizontes da interlocução com a sociedade por meio da comercialização de produtos agroecológicos, vendidos a preços justos

A ARCA, pioneira na experiência das Cestas Agroecológicas, participou do PAA de 2011 a 2015, e com o declínio do Programa, não teve mais seus projetos aprovados, mesmo sendo encaminhados conforme as prerrogativas previstas no Manual de Operações da CONAB (MOC). Diante disso, a alternativa das cestas oportunizou às famílias saída concreta para continuarem vendendo os alimentos, ainda que em proporções menores, portanto em busca de obtenção de renda e a continuidade do fortalecimento da Associação.

As Cestas, desde 2017, são comercializadas em parceria com grupos de pesquisa e extensão da UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (CEGeT, CEETAS, Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema - NEAPO, Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” CEMOSi), e o Setor de Produção do MST-Pontal do Paranapanema. Por isso, também é resultado de atividades de extensão, realizadas desde antes dessa parceria, por parte dos Grupos de Pesquisa.

Para Rabello, Silva e Negrão (2019):

Podemos afirmar que este projeto tem resultado em um avanço significativo para o debate sobre a extensão universitária, uma vez que, recobre o sentido da práxis na ação política para a construção e socialização de conhecimentos construídos coletivamente junto com os sujeitos sociais. Isso dá, sobretudo, porque se trata de um projeto que surge e caminha pelo compromisso político em produzir conhecimento para a emancipação da classe trabalhadora, pois não conta com apoio institucional despendido pela Universidade e não se enquadra nas diretrizes de financiamento dos órgãos de fomento à pesquisa (p. 64-65).

O público consumidor e parceiro é composto pela comunidade acadêmica da UNESP/Presidente Prudente (docentes, estudantes e servidores), e pela comunidade local (moradores da cidade de Presidente Prudente). Além da comercialização, o Projeto contempla intervenção social, haja vista que 20% das cestas são as chamadas “cestas solidárias” (10% vendidas por metade do preço praticado e outras 10% são doadas), que buscam contemplar a população de baixa renda da comunidade acadêmica [estudantes, e trabalhadores(as) terceirizados do setor de limpeza, que prestam serviços para a UNESP], bem como famílias do entorno da FCT.

As Cestas são entregues na FCT/UNESP¹⁴⁶, quinzenalmente, e, inicialmente oferecia apenas a cesta grande, que leva até 15 itens, com aproximadamente 12kg de alimentos, à monta de R\$ 50,00. (Figura 9). Com a necessidade de ampliar o número de consumidores parceiros, e atingir público que não tinham condições financeiras para consumir a cesta grande (sobretudo estudantes e funcionários), a partir do 22º mês de entrega foi ofertado a cesta média, que leva até 12 variedades de alimentos com aproximadamente 9kg, e comercializada a R\$ 30,00, sendo que no momento há a opção da cesta pequena, com até 8 variedades de alimentos, com aproximadamente 7kg, e vendida a R\$20,00.

¹⁴⁶ Desde o segundo trimestre de 2020 devido o fechamento da FCT/UNESP, por restrições da pandemia da COVID 19, as entregas estão sendo realizadas no Galpão da Lua, uma ocupação de trabalhadores da cultura, localizada em uma estação ferroviária no centro da cidade de Presidente Prudente.

Figura 9. Entrega das “Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal” - 2019



Fonte: DataCETAS (2020).

A divulgação das Cestas é feita por duas redes sociais¹⁴⁷ e os pedidos são realizados pelos grupos de comunicação que as redes oferecem, por telefone e também, presencialmente, no saguão de acesso entre o Docente 1 e o Discente 1, no Campus da FCT/UNESP. A organização dos pedidos, inicialmente, era realizada apenas por três representantes da ARCA, em parceria com pesquisadores do CEGeT, mas com os desdobramentos dessa iniciativa, o setor de produção do MST se somou à intermediação, com intuito de expandir as cestas para outros assentamentos e de disseminar essa alternativa de escoamento e venda da produção. Atualmente, a Cesta também tem a participação de camponeses do assentamento Rodeio.

Antes da realização dos pedidos das cestas é divulgada uma lista dos alimentos disponíveis para a formação das mesmas nas redes sociais e através de grupo de *app* de celular. (Figura 10).

¹⁴⁷ <<https://www.facebook.com/raizesdopontal/>> e <<https://www.instagram.com/raizesdopontal/>> Acesso em: 29 de abril de 2020.

Figura 10: Folder de divulgação dos alimentos das “Cestas”, 2020

CESTAS AGROECOLÓGICAS "RAÍZES DO PONTAL"
ENTREGA: 13/03/2020 - FCT/UNESP
PRIMEIRA ENTREGA DO SEMESTRE!

CESTA GRANDE

FRUTAS: abacate e maracujá
 VERDURAS: alface, almeirão e repolho
 LEGUMES: abóbora e batata doce
 TEMPEROS: cebolinha, coentro, pimenta de cheiro e salsa.
 OVOS: 6 ovos
 BRINDE: agenda de 2020 do MST

CESTA PEQUENA

FRUTAS: abacate e maracujá
 VERDURAS: alface, almeirão e repolho
 LEGUMES: abóbora e batata doce
 TEMPEROS: cebolinha, coentro, pimenta de cheiro e salsa.

TAMBÉM PODEM SER ADQUIRIDOS PRODUTOS ALTERNATIVOS

- Bolacha de nata (R\$8,00 pc/500g)
- Café a vácuo (R\$13,00 pc/500g)
- Frango caipira (R\$35,00 un)
- Ovo caipira (R\$8,00 dz)
- Pão caseiro (R\$8,00 un)
- Queijo (R\$10,00 un/600g)
- Queijo (R\$18,00 un/1kg)

(18) 99819-1350 - Lucas
 (18) 3229-5852 - CEGeT

PEDIDOS

<http://www.facebook.com/raizesdoportal>
 raizesdoportal

CESTA GRANDE 12kg. R\$50,00
CESTA PEQUENA 7kg. R\$30,00

Fonte: DataCETAS (2020)

Os alimentos ofertados pelos camponeses assentados são os de época e a qualidade é garantida devido à forma de produção agroecológica. Essa questão é interessante, pois por um lado, incentiva a produção referenciada sem uso de agroquímicos e, por outro, há a compreensão dos parceiros consumidores em adquirir os alimentos produzidos de época e, ao mesmo tempo, redefinirem seus hábitos alimentares. Ainda, aprenderam a consumir alimentos típicos, produzidos pelos camponeses assentados e por eles muitas vezes não conhecidos.

Outra questão discutida, no âmbito da organização da Cesta e junto às entregas, quando pudemos acompanhar e contribuir é que os parceiros consumidores, por meio de muito diálogo e com a regularidade do consumo dos alimentos, perceberam a qualidade e começaram a entender que os padrões quanto ao tamanho e aparência definidos e vendidos por grandes redes de supermercados, não são sinônimos de sabor e menos ainda de qualidade nutricional.

Para trazer as cestas do Assentamento Gleba XV de Novembro, que dista 170 km da FCT/UNESP, a Arca e o MST reivindicaram junto à Prefeitura do município de Rosana, apoio para a logística dos alimentos. Essa reivindicação resultou na disponibilização, por um ano, de um caminhão baú refrigerado, com motorista da prefeitura. Como essa logística não teve continuidade, a ARCA e o MST vêm buscando parcerias junto a sindicatos, como por exemplo, SINTRAPP e apoiadores da reforma agrária na região, para continuar com as entregas

quinzenalmente e fazendo chegar os alimentos, para os parceiros consumidores, com a mesma qualidade que saem dos lotes.

No decorrer das entregas das cestas surgiram demandas, por parte dos parceiros consumidores, de alimentos que não faziam parte da composição do projeto, mas foram incorporados e denominados de produtos alternativos. Ou seja, com a repercussão das cestas foram surgindo demandas específicas por outros tipos de alimentos agroecológicos, produzidos nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, bem como em outras experiências semelhantes, no Brasil. Por exemplo, café a vácuo, arroz orgânico, farinha de mandioca, mel, colorau, melaço, doces caseiros e tantos outros, que são processados artesanalmente e envasados, por associações e cooperativas vinculadas ao MST. (Figura 11). Atualmente, além dos produtos alternativos, também são vendidos no momento das entregas das cestas, bonés, camisetas, bandeiras do Movimento e outros símbolos da luta pela terra, comercializados pelo MST no Brasil inteiro.

Figura 11: Produtos Alternativos das Cestas Raízes do Pontal (2020)



Fonte: DataCETAS, 2020.

Muitos parceiros consumidores não compram as cestas, mas são atraídos pelos produtos alternativos que também ficam dispostos nos momentos de entrega das cestas. Atualmente, também ficam à disposição para a venda, alimentos que não atingiram quantidade suficiente para complementarem as cestas, mas que contemplam consumidores que estão à procura de

alimentos sortidos. Assim, com a oferta dos alimentos alternativos, sortidos e a venda de símbolos da reforma agrária, foi se constituindo uma feira no momento da entrega das cestas. (Figura 11).

O Projeto, no ano de 2021, completou cinco anos de execução e em setembro já havia realizado 89 entregas, contabilizando 1.890 cestas vendidas, 92 solidárias¹³ e 233 doadas. A arrecadação com a venda das cestas soma R\$ 78.550,00. Já os produtos alternativos, que começaram a ser comercializados a partir da 12ª entrega, somaram um total de R\$ 38.742,50. Ao todo, as conquistas a partir do Projeto, em termos financeiros, são de R\$ 117.292,50. (Tabela 3).

Tabela 3. Cestas Raízes do Pontal entregas e arrecadações de 2017 a 2021

Nº de Entregas	CESTAS			Arrecadação das cestas (R\$)	Arrecadação em Alternativos (R\$)	Arrecadação Total do Projeto (R\$)
	Vendidas	Solidárias	Doadas			
89	1890	92	233	R\$ 78.550,00	R\$ 38.742,50	R\$ 117.292,50

Fonte: DataCetas, 2021

Visto o potencial das Cestas Raízes do Pontal, o MST/Pontal do Paranapanema vem articulando parceiras a fim de agregar famílias de camponeses, organizados em grupos formais e informais, no Projeto inicial, e ao mesmo tempo expandir as vendas e criar outros canais de aproximação com parceiros/compradores. Foi assim que ocorreu com professores e funcionários da UNESP de Rosana, com o intuito de vender as Cestas também naquele Campus. Essa iniciativa tem demonstrado que há possibilidade de expansão do Projeto das Cestas, facilitado pela proximidade entre o local da produção e da entrega¹⁴⁸.

6.4.2 Feira da Reforma Agrária

Com o intuito de atingir com mais amplitude a população da cidade de Presidente Prudente e fora dos ambientes acadêmicos, foi feita uma parceria com o Coletivo de Arte e Cultura “Galpão da Lua”, que está protagonizando a iniciativa de uma Feira da Reforma Agrária mensal. (Figura 12).

¹⁴⁸ Estamos apurando junto ao setor de produção do MST o total de cestas já entregues, a quantidade de parceiros consumidores, a arrecadação com as vendas e a quantidade de camponeses que se somaram ao Projeto.

Figura 12: Divulgação da Feira da Reforma Agrária no “Galpão da Lua” - 2020



Fonte: Coletivo de Arte e Cultura “Galpão da Lua, 2020.

O Coletivo “Galpão da Lua” integra a Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas (FPTAI), localizada no galpão da antiga Estação da FEPASA, de Presidente Prudente, no centro da cidade, fruto de uma ocupação. O Coletivo é formado por trabalhadores e trabalhadoras da cultura do município e atuam nos bairros periféricos e nos assentamentos da região com o objetivo de fortalecer os grupos de cultura (locais) e fazer-se presente nos espaços com menor acesso às políticas públicas de cultura e entretenimento.

Essa forma de comercialização dos alimentos produzidos nos assentamentos abre outro canal de diálogo com a população e permite que os assentados vislumbrem a não dependência do mercado institucional, criando também outras formas de obtenção de renda, potencializando novas formas de sociabilidade e visibilizando novas territorialidades camponesas nas cidades.

A pesquisa vem demonstrando que no Pontal do Paranapanema se vivencia protagonismos oriundos da resistência na terra e das lutas pela viabilização da comercialização

da produção dos assentamentos. Consideramos que este momento se evidencia a partir da luta da organização da produção e das ações político-organizativas, ou seja, expressões das lutas e resistências para se manterem na terra e, que ao mesmo tempo, colocam em pauta a produção de alimentos para atender as reais necessidades de alimentação.

E quando das condições precárias de sobrevivência, em que o Estado, se exime, os camponeses também se subordinam ao capital, no âmbito das redefinições e ampliação das formas de controle do trabalho, por exemplo, quando compram insumos industrializados, realizam acordos de integração da produção, mesmo que em desvantagem, mas que lhes garantem renda, e também quando se envolvem no trabalho assalariado, em momentos específicos, e ou em outras formas de inserção ocupacionais, prestação de serviço etc.

Os camponeses, historicamente, lutam e desenvolvem ações estratégicas para continuarem a reprodução da vida. E apesar da constante precarização de políticas públicas, se organizam para se enquadrarem em editais, reivindicam infraestrutura e participam de políticas de governo, mesmo que subordinados, reforçando a necessidade da assistência do Estado.

Entendemos que, como já abordado, os camponeses assentados não estão isentos à sujeição ao sistema do capital, seja por meio de vínculos à integração, seja como vendedores de seus produtos nos mercados locais, como assalariados temporários e incluídos marginalmente ao mercado de trabalho etc. Contudo, contraditoriamente, é também no âmbito da subordinação/negação, que simultaneamente, os camponeses/assentados fortalecem e constroem vínculos de classe, redefinem estratégias de sobrevivência, constroem alternativas de reprodução da vida e continuam defendendo a Reforma Agrária, a democracia, e a construção de um Estado com políticas públicas, permanentes e estruturais, voltadas para atender os anseios da classe trabalhadora.

É nessa rota de apreensões que priorizamos demonstrar, no âmbito das relações dos camponeses assentados, o processo de construção/constituição da identidade de classe firmada nos marcos da classe trabalhadora. Esses exercícios nos estimulam estabelecer diálogos com Thompson (1998), interlocutor privilegiado que expõe a extensão da *consciência costumeira*, e nos revela por meio da cultura e das lutas cotidianas, as relações de sociabilidade e solidariedade que, no nosso entendimento, forjam elementos que compõem as identidades coletivas e as noções de pertencimento de classe.

7. PERTENCIMENTO DE CLASSE E AMBIENTES DA LUTA DE CLASSES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema vivenciam formas de sociabilidade e solidariedade de classe, expressas em relações cotidianas de dimensão econômica, cultural e política, que se manifestam, enquanto produto contraditório das disputas territoriais. E é em meio às disputas em todas as instâncias, pela continuidade da reprodução da vida, nos assentamentos rurais, que apreendemos formas de resistências, como também, de (des)realizações de classe, devido aos processos contraditórios que também se inserem os camponeses.

Nessa fração do território conquistado por meio das lutas, constrói-se resistência, sociabilidades e solidariedades que afirmam os processos de construção/constituição de identidade de classe. Os interesses coletivos e manifestações expressos pelos(as) camponeses(as) assentados(as) enquanto ações para viabilizarem seu intento camponês, produtor de alimentos, convicto dos compromissos com a qualidade e a destinação social da produção, estão vinculados à consciência política da classe trabalhadora. Afinal, juntam-se em coletivos, seja para produzir, buscar recursos públicos, para comercializar etc., formas próprias de organização e parcerias para ampliar as relações com a sociedade, por meio das Feiras, Cestas etc.

Enfim, com vistas a se viabilizarem economicamente, sob os estreitos marcos das lutas específicas para permanecerem na terra, todavia em pautas mais amplas que condenam os esquemas de dominação e subordinação das diferentes expressões de trabalho ao capital, a defesa pública da continuidade da democratização do acesso às terras griladas pelos trabalhadores sem-terras, a negação à inclusão marginal dos trabalhadores em geral, ao desrespeito aos direitos sociais e protetivos dos trabalhadores, especialmente em tempos de plataformização etc.

Assim, o pertencimento de classe dos camponeses assentados, no âmbito das relações que expressam sua inserção à classe trabalhadora, também se forja num movimento de contiguidade, continuidade e de criação de novos vínculos entre os(as) trabalhadores(as), que estão para além das interpretações opacas e genéricas da dicotomia cidade-campo, as quais nublam a concepção de totalidade de classe. No processo de dominação do capital sobre a classe trabalhadora, esse movimento que envolve os trabalhadores do campo e da cidade, se realiza, enquanto ações de contraespaço. (MOREIRA, 2013).

Parafraseando Moreira (2013, p. 34) e invertendo a ordem do discurso, é assim que *camponeses e “operários”*¹⁴⁹ vêm descobrindo nas disputas territoriais, em um processo dialético de tomada de consciência, a “[...] necessidade de olhar juntos o mesmo fato de inconstância, buscando fazer com que o horizonte do olhar se mostre o mesmo[...]”.

No Pontal do Paranapanema, ações de contraespaço protagonizadas pelos camponeses assentados, se evidenciaram, como vimos afirmando, nas relações fortalecidas e estabelecidas no âmbito do PAA, e adquiriram “novas” características em tempos de pandemia da COVID-19. Pois, trabalhadores pobres do campo, doaram, sem intermédio do Estado, alimentos para trabalhadores pobres das cidades, afetados diretamente pela crise social e sanitária.

7.1 Ações de doações de alimentos, pertencimento de classe e solidariedade para além dos assentamentos no Pontal do Paranapanema

Quando famílias de camponeses assentados se envolvem em ações de solidariedade protagonizadas pelo MST, autoridades religiosas (pastores, padres) e políticos (vereadores), e se juntam para a arrecadação de alimentos nos assentamentos a fim de doar para os acampamentos de sem-terras e para as comunidades de bairros carentes das cidades, em tempos de crise, mas não essencialmente, nos mostram que há o fortalecimento, mesmo que no limite, de ações protagonizadas pela classe trabalhadora, que negam relações baseadas somente no valor de troca de mercadorias. Essas ações, em tempos de pandemia da COVID-19, estão conseguindo estabelecer uma rede de esperança.

O Prade Jurandir a esse respeito diz:

*[...] eu quero dizer que este tempo de pandemia um fenômeno que aconteceu, é a solidariedade né, nas cidades e também a gente percebe que outras entidades conseguem mobilizar a arrecadação de alimentos, na minha cidade, como em outras cidades, houve muitas iniciativas de solidariedade, de arrecadação de alimentos para as famílias mais carentes, e um grande exemplo, que está aí na mídia, é a quantidade de alimentos distribuídos pelos assentamentos no Brasil inteiro né, pelo MST, que foi um sinal, um gesto de solidariedade*¹⁵⁰.

Essas ações que se evidenciaram em meio à pandemia da COVID-19, nos remetem as questões de ordem moral e religiosa, que formam visões de mundo dos trabalhadores, mas

¹⁴⁹ Originalmente a frase em Moreira (2013, p. 34) é [...] operários e camponeses [...], mas, invertemos a ordem do discurso para enfatizar o sujeito a que nos referimos, os camponeses. Estes, classicamente, na ordem literária do discurso, sempre vêm depois dos operários, quando a questão em pauta é a tomada de consciência.

¹⁵⁰ Entrevista realizada por telefone, em tempos de pandemia da COVID-19, em 16 de setembro de 2020.

também reforçam argumentos centrais da nossa pesquisa, especialmente, no tocante a dimensão da solidariedade e vínculos de classe que se constroem historicamente no âmbito da classe trabalhadora. Qualidades que são historicamente intrínsecas aos trabalhadores na formação do ser social, se expressam de forma intensa em momentos de crise, mas não somente, e sempre se renovam.

Acompanhamos ações de grupos e associações de camponeses que, junto aos movimentos sociais, sobretudo MST e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), realizaram doações de alimentos no Brasil inteiro. Em levantamento das ações realizadas de 2020 a 2021, divulgadas em sítios de jornais, produzidos pelos movimentos sociais, e em redes sociais, podemos constatar a abrangência dessas ações. No entanto, sabemos que nem todas as ações são publicizadas e também nem temos condições de apurá-las em sua totalidade. (Quadro 2).

Quadro 2: Ações divulgadas de doações de alimentos durante a pandemia da Covid-19 protagonizada por camponeses e movimento sociais

Data	Descrição	Estados	Fonte:
01/08/2021	Plantar solidariedade, enfrentar a fome: MST no Sudeste paulista se soma às ações que marcaram a semana do agricultor(a)	SP	https://bit.ly/3jgkjbe
28/07/2021	Doação de alimentos dos assentamentos de Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema marcam Semana da Agricultura Familiar e Trabalhador(a) Rural	SP	https://bit.ly/2Vsligh
24/07/2021	MPA e MST doam cerca de 50 toneladas de alimentos para famílias na capital sergipana	SE	https://bit.ly/3C9GlzC
21/07/2021	MPA realiza entrega de alimentos agroecológicos para 30 famílias no CPA do Morro da Mangueira	RJ	https://bit.ly/3C6qNC0
17/06/2021	Campo e cidade juntam-se no combate à fome na periferia de Curitiba	PR	https://bit.ly/3xi8Xs7
13/06/2021	MPA e Sepe Niterói, realizam doação de alimentos agroecológicos para 39 famílias da Aldeia Mata Verde, em Maricá.	RJ	https://bit.ly/3lmDBy5
12/06/2021	Conheça a Marmitta Solidária “Fora Bolsonaro”, ação no centro do Rio de Janeiro	RJ	https://bit.ly/3A1kSMD
03/06/2021	Rede de Comunidades Santo Isidoro Camponês de Aceguá, Candiota e Hulha Negra fazem a campanha de doação de alimentos para as famílias que vem sofrendo com a falta de comida na cidade de Bagé	RS	https://bit.ly/3xhxTA8
07/05/2021	Mães e trabalhadoras da cultura recebem doações de alimentos	PE	https://bit.ly/2WDljhO

05/05/2021	MPA em Santa Catarina realiza doação de alimentos para casa de acolhida em Chapecó	SC	https://bit.ly/3xj23D3
01/05/2021	Camponeses/as do MPA no Estado de Rondônia, fazem doação de alimentos para famílias de trabalhadores/as catadores de Materiais recicláveis	RO	https://bit.ly/3A0JNQv
23/04/2021	Em ato de solidariedade, famílias camponesas de Seberi doam alimentos orgânicos para o Lar dos Idosos do município de Seberi	RS	https://bit.ly/3ljFUSI
21/04/2021	Doação de mais de uma tonelada de alimentos da agricultura camponesa em Canguçu	RS	https://bit.ly/3iirsIN
17/04/2021	Ação e doação de alimentos marcam o Dia Internacional das Lutas Camponesas	SE	https://bit.ly/3xhzdTC
15/04/2021	Famílias do MST preparam doações de alimentos em 14 cidades do Paraná	PR	https://bit.ly/3ifR6hk
23/03/2021	Doação de alimentos em Ariquemes	RO	https://bit.ly/3j9en3E
30 e 31/07/2020	MPA fez a doação de 1200kg de alimentos na grande Vitória	ES	https://bit.ly/3fpHnD9
05/06/2020	Juventude Sem Terra do assentamento 14 de agosto, em Rondônia, juntamente com o MPA e a Frente Brasil Popular realizam doação de 1 tonelada de alimentos agroecológicos	RO	https://bit.ly/2TNBKXN
28/04/2020	MPA organiza doação de alimentos para famílias carentes dos municípios de Aracaju e São Cristóvão	SE	https://bit.ly/3A4Y5iW
24/04/2020	MPA realiza doação de 3.500 kg de alimentos	PI	https://bit.ly/3jhiCtR
20/04/2020	Em Sergipe, Sem Terra realizam doações de alimentos para trabalhadores urbanos	SE	https://bit.ly/3rMkmzn
13/04/2020	1 tonelada de alimentos agroecológicos é entregue na comunidade de São Bento/Padre Miguel	RJ	https://bit.ly/3C1BTIB
13/04/2020	Famílias com carência alimentar recebem cestas de alimentos no Piauí	PI	https://bit.ly/3ljsXbD

*Obs: Com o intuito de reduzir o tamanho dos *links* de portais e redes sociais contendo as notícias das ações de solidariedade, optamos por usar a ferramenta gratuita encurtadora denominada *bitly*. Disponível em: < <https://bitly.com/> > . Acesso em: 04 de julho de 2021

Essas ações continuaram no ano de 2022, no Brasil inteiro, e para termos uma noção da quantidade de doações já realizadas, que envolvem a participação do MST, o mesmo anunciou em 12 de setembro de 2022 que desde o início da pandemia em 2020 a solidariedade sem-terra doou 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e 2 milhões de marmitas solidárias, alimentos provenientes de assentamentos de reforma agrária e hortas comunitárias. Essas ações também impulsionaram trabalho de base permanente com a consolidação de cozinhas solidárias e bancos populares de alimentos.¹⁵¹

¹⁵¹ Ver mais em: ALCANTARA, F. **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia**. Da Página do MST, São Paulo, 12 de setembro de 2022. Disponível em:

No Pontal do Paranapanema acompanhamos grupos e associações de camponeses assentados que junto ao MST, se envolveram em ações de doações de alimentos em 2020 e 2021 na região. Em 2020, além das doações que ocorreram ao longo do ano, acompanhamos a campanha Natal Solidário (Figura 13), protagonizada pelos camponeses assentados junto ao MST, com apoio logístico da AFITESP, que no dia 23 de dezembro de 2020, doou 10 toneladas de alimentos para trabalhadores da periferia de Presidente Prudente.

Figura 13. Campanha Natal Solidário – Pontal do Paranapanema - 2020



Fonte: Setor de produção do MST – Pontal do Paranapanema – 2020

Vejamos o relato de Cláudio, do setor de produção do Movimento a respeito dessa campanha no natal de 2020 e das mobilizações para doações, que continuaram no ano 2021.

*[...] aqui na região nós temos várias experiências também, em dezembro do ano passado [2020] no Natal Solidário, dia 23 de dezembro, nós conseguimos doar em Presidente Prudente 10 mil kg ou mil cestas de 10kg, entorno de 12 produtos produzidos nos assentamentos de reforma agrária do Pontal. Nós agora estamos programando pro dia 28 de julho [2021] que é o dia do agricultor familiar ... doar 20 mil kg de alimentos, pegando pelos municípios ... nós aqui da Gleba XV, Porto Maria... vamos fazer arrecadação nos assentamentos pra entregar em Primavera e Rosana ... Euclides da Cunha mesma coisa, Teodoro mesma coisa. Então a gente tá fazendo esse espírito de solidariedade que precisa né [...]*¹⁵²

><https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2023.

¹⁵² Entrevista realizada por videoconferência, em tempos de pandemia da COVID-19, em 14 de julho de 2021.

Apuramos que nos anos de 2.020 e 2.021 as doações de alimentos para trabalhadores das periferias das cidades, provenientes dos assentamentos do Pontal do Paranapanema, totalizaram mais de 80 toneladas. Desse montante, 60 toneladas foram doadas no ano de 2020 e o restante no ano de 2021. (Tabela 4).

Tabela 4. Doação de alimentos provenientes de assentamentos rurais - Município no Pontal do Paranapanema-SP em 2021.

Município	Quantidade arrecadada (KG)
Caiuá	150
Euclides da Cunha Paulista	4.759
Marabá Paulista	840
Martinópolis	800
Mirante do Paranapanema	2.400
Piquerobi	150
Presidente Bernardes	800
Presidente Epitácio	853
Presidente Venceslau	2.150
Rosana	2.235
Sandovalina	2.000
Teodoro Sampaio	2.000
Tupi Paulista	200
Total	19.337

Fonte: Setor de produção do MST-Pontal do Paranapanema, 2021.

É importante ressaltar que essas ações também se efetivavam quando os camponeses assentados se envolviam de forma expressiva, entre os anos de 2010 a 2016, com o PAA, e pelo intermédio do Estado, faziam chegar alimentos para trabalhadores assistidos pelo CadÚnico.

Para termos uma dimensão do perfil de pessoas, que necessitam de assistência social no Pontal do Paranapanema, público potencial para receber as doações de alimentos, buscamos dados no sítio do Ministério da Cidadania que é responsável pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), e apuramos que a região que possui uma população de

583.703¹⁵³ pessoas, em 2019 tinha 173.573 inscritas no CadÚnico, dentre essas, 48.219 (Quadro 3), estavam em situação de extrema pobreza, mais de 27% dos inscritos. Em dezembro de 2021, o número de inscritos aumentou para 184.904, e o número de pessoas em situação de extrema pobreza passou para 55.429, um aumento de mais de 14% em relação a 2019, atingindo um percentual de 10% da população da região. Já para dezembro de 2022, comparado com 2.019, houve um aumento de 19% no total de pessoas inscritas no CadÚnico, e mais de 42% em situação de extrema pobreza. Ou seja, em dezembro de 2022 no Pontal do Paranapanema havia 68.568 pessoas em situação de extrema pobreza, mais de 11% da população total.

Quadro 3: Número pessoas assistidas pelo CadÚnico no Pontal do Paranapanema (2019 a 2022)

Anos	Pop. Inscrita no CadÚnico	Pop. em situação de extrema pobreza
2019	173.573	48.219
2020	167.700	50.322
2021	184.904	55.429
2022	206.851	68.568

Fonte: SAGI, 2022.

Esses dados revelam o quanto é importante a continuidade da operacionalização de política públicas como o PAA e das ações de doações de alimentos protagonizadas pelos camponeses assentados no Pontal do Paranapanema. Nos anos de 2019 a 2022, devido ao desmonte do PAA, as doações oriundas dos assentamentos, sem a intervenção estatal, fizeram a diferença, mesmo que em pequenas proporções. O duplo front de cenários desafiadores para a classe trabalhadora, sendo, pois, de um lado, os camponeses assentados que são duramente atingidos pelo descaso do Estado, fenecimento e/ou extinção de políticas públicas e, por outro, a população carente, desempregados/subempregados etc., que amargam a chaga da insegurança alimentar (em diferentes estágios), da subnutrição e da fome endêmica, no Pontal do Paranapanema.

Por isso as ações de doações de alimentos sanos, sobretudo protagonizadas pelos movimentos sociais, nos ajudam a problematizar a capacidade de organização e mobilização dos camponeses assentados em produzirem alimentos para além da autossuficiência, mesmo em meio ao fenecimento ou extinção das políticas públicas, em um contexto pandêmico, e ao mesmo tempo doarem para trabalhadores pobres das cidades.

¹⁵³ Considerando a definição da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL) a qual identifica 32 municípios.

Isso põe em cena a necessidade de continuarmos acompanhando e teorizando sobre os vínculos de solidariedade que se reforçam e se constroem no âmbito da classe trabalhadora, no processo de formação da identidade de classe no atual momento. E se essas ações não são sistematizadas, teorizadas e colocadas em relevo, podem ser esquecidas, minimizadas.

Por trás de todas as doações existe uma questão política e econômica, seja da iniciativa privada para trabalhadores, seja de trabalhadores pobres para trabalhadores pobres. No entanto, quando as doações para a classe trabalhadora são advindas da iniciativa privada, as empresas, apenas estão repassando uma parte do trabalho excedente (não pago) dos trabalhadores, dos lucros extraídos, e que será repassado.

Não obstante, as empresas querem compensação fiscal, relacionada as doações¹⁵⁴. Sob esse prisma, não há nada de solidário por parte da iniciativa privada, porém, são estas ações que são divulgadas pela grande mídia, em detrimento das iniciativas em que trabalhadores compartilham entre si, praticam uma economia moral, exercitam práxis solidárias e se reconhecem enquanto tais. Essas ações protagonizadas pelos camponeses nos chamam a atenção e escancara a necessidade de entendermos a questão agrária enquanto um problema de interesse da classe trabalhadora em geral “[...] e que não se trata de um esforço de caridade ou doação de migalhas que, não raro, afrontam a justiça enquanto princípio inalienável e fim inadiável (ROSS, et al, 2022, p.180),

Importante asseverar que as ações de doações realizadas no âmbito da classe trabalhadora, obtiveram êxito devido o fortalecimento e/ou a criação de vínculos entre movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, grupos independentes, organizações não governamentais (ONG,s), igrejas (católicas e protestantes), instituições públicas - através de funcionários engajados nas causas dos trabalhadores -, e, trabalhadores sem filiações. O que demonstra a capacidade, histórica, de organização da classe trabalhadora, mesmo em tempos de pandemia.

No Pontal do Paranapanema, pudemos acompanhar casos de reaproximação de camponeses assentados, filiados ao MST com a CUT - Subsede Presidente Prudente; bem como a parceria com vistas ao apoio logístico das doações, com servidores do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), filiados à Associação dos Funcionários da Fundação ITESP/Presidente Prudente (AFITESP), ao Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público

¹⁵⁴ Em maio de 2020, segundo mês da pandemia da COVID -19 no Brasil, já haviam empresas reivindicando isenção fiscal, devido as “doações”. Ver mais em: CAMPOS. D. Empresas querem compensação fiscal de doações para pandemia. Rio de Janeiro, 5 de maio de 2020. Disponível em: > <https://fcxconsultoria.com.br/?p=2698/>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2023.

Municipal de Presidente Prudente e Região (SINTRAPP), professores universitários da Associação dos Docentes da UNESP-Presidente Prudente (ADUNESP). Ainda a participação da Periferia Viva¹⁵⁵, para mapear e identificar as famílias vulneráveis nas cidades da região; o fortalecimento de alianças, através das mobilizações políticas com a Consulta Popular - Presidente Prudente e Levante Popular da Juventude - Presidente Prudente; a cooperação com o Coletivo “Galpão da Lua”¹⁵⁶ que integra a Federação Prudentina de Teatro e Artes Integradas (FPTAI); o apoio junto à padres ligados a Teologia da Libertação, dentre outras.

Essas aproximações, reaproximações, mobilizações, cooperações protagonizadas pelos camponeses assentados junto ao MST, contribuíram, sobremaneira para articular iniciativas, com a finalidade de atender famílias em situação de insegurança alimentar e fome, ao mesmo tempo, realizando formação política, e fortalecendo uma rede de solidariedade de classe, que se constrói, historicamente, no Pontal do Paranapanema. E como vimos argumentando, essas ações também estão ocorrendo em várias regiões do Brasil.

Essas ações e articulações políticas, demandam de sindicatos e movimentos sociais que historicamente defendem outras frações da classe trabalhadora, a levantarem bandeiras em prol da Reforma Agrária Popular, da produção de alimentos saudáveis e da Soberania Alimentar. Ou seja, a defenderem pautas que atingem tanto os trabalhadores pobres do campo, quanto da cidade. Considerando, que grande parte desses trabalhadores, estão sendo atingidos diretamente pelos efeitos da crise estrutural e sistêmica do capital, que inclui marginalmente contingentes expressivos da população.

Em 2022, decorridos dois anos, em meio a pandemia da COVID-19, o Brasil atingiu níveis assustadores de fome e desemprego. O relatório da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)¹⁵⁷ divulgado em 08 de junho de 2022, demonstra que o país à época tinha 33 milhões de pessoas de famintos e 125,2 milhões

¹⁵⁵ Iniciativa independente de diversas organizações e movimentos populares que se colocaram para realizá-la em Presidente Prudente, para atender famílias que estão precisando de ajuda em meio a pandemia. A cada 15 dias eram doadas cestas básicas solidárias com alimentos agroecológicos provenientes dos assentamentos do Pontal do Paranapanema.

¹⁵⁶ O Coletivo é formado por trabalhadores e trabalhadoras da cultura do município de Presidente Prudente e atuam nos bairros periféricos e nos assentamentos da região com o objetivo de fortalecer os grupos de cultura (locais) e fazer-se presente nos espaços com menor acesso às políticas públicas de cultura e entretenimento. Nos anos de 2020 e 2021, momento em que a pandemia da COVID 19, se mostrou mais crítica, o Coletivo, junto ao MST, se dedicou a levar comida e também cultura, respeitando as restrições sanitárias, para os bairros periféricos das cidades do Pontal do Paranapanema, sobretudo, Presidente Prudente.

¹⁵⁷ Cf. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>. Acesso em: 06 de fev. 2023.

de brasileiros/as que não tinham certeza do que comer no futuro próximo. Em relação ao desemprego, o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua/IBGE), divulgado em 18 de março de 2022, revelou 10,1 milhões de pessoas desempregadas e a soma de 38,5 milhões de trabalhadores informais. A pesquisa ainda demonstrou que o contingente atual de trabalhadores com carteira assinada no primeiro trimestre de 2022 totalizou 36,3 milhões, enquanto que no primeiro trimestre de 2014, eram 39,1 milhões, ou seja, uma redução de 2,8 milhões.

Em meio a essa situação social, de fome e desemprego/subemprego, informalidade, agravada pela pandemia da COVID-19, a sociabilidade e solidariedade de classe, da classe trabalhadora, se intensificaram, sobretudo no que concerne a mobilizações e articulações políticas a favor da doação de alimentos para trabalhadores desempregados etc. No que tange aos camponeses, concordamos com Ross, et. al. (2022);

Nos momentos de grandes dificuldades e falta de soluções, como o que vivemos atualmente, esse espírito de união está sendo compartilhado com aquela parte da sociedade que mais precisa, ainda que ela não faça parte da reforma agrária. Depois de conhecer tão de perto o que é a fome, dividem a alegria de produzir o próprio alimento, na festa ímpar de solidariedade, reciprocidade e ajuda mútua. (p. 185)

E nesse sentido, precisamos fazer uma ressalva, os trabalhadores não se articulam e/ou se mobilizam e se solidarizam com outros trabalhadores, apenas em tempos de crise. Ou como dizia, sarcasticamente, Thompson (1998, p. 151), fazendo a crítica há muitos historiadores economicistas “[...] as pessoas protestam quando estão com fome [...]”.

Thompson (1998, p. 151) vai além quando indica que é necessário fugirmos da “visão espasmódica”, em que, a interpretação sugere, que os fenômenos protagonizados pela classe trabalhadora, não passam de reações aos estímulos de crises econômicas, sanitárias e de fome, “[...] obliterando as complexidades da motivação, comportamento e função [...]. A debilidade comum a essas explicações é uma visão redutora do homem econômico.

A referência para as articulações e ações coletivas dos trabalhadores é produto da experiência de classe, ou seja, é histórica, cultural e intrínseca à classe trabalhadora. Entendemos que no Brasil e no Pontal do Paranapanema, as mobilizações e ações de doações de alimentos de trabalhadores/camponeses pobres para trabalhadores pobres, são caracterizadas por formas de solidariedade de uma “cultura” camponesa, mas também de trabalhadores desempregados, empregados precariamente, informais, plataformizados, e se nutrem da reivindicação de direitos e costumes, de amplo apoio da classe trabalhadora em geral.

Aprendemos que essa solidariedade e sociabilidade de classe para além das ações de doações de alimentos, se caracteriza pela negação de um sistema produtor de mercadorias e cobrança ao Estado. Ou seja, ao mesmo tempo em que se realiza a solidariedade, também se pratica a luta, a reivindicação. E a doação em si, como diz José, militante do MST no Pontal do Paranapanema, é um ato simbólico, por conta da emergência e para chamar a atenção para outros problemas,

[...] ela tem um aspecto simbólico também, um apelo simbólico, essa solidariedade que mais massiva que a gente possa fazer, ela está a quem da demanda. Nós temos um país aí que passa fome todo dia né, então trazer pra nós a responsabilidade de resolver isso, quando na verdade é o Estado que precisa fazer esse papel, a gente precisava exigir que o Estado cumpra com papel, é preciso que exista um conjunto de políticas públicas, entre elas a doação de alimentos, mas a doação de alimentos tem que estar acompanhada de outras políticas, como por exemplo fazer a reforma agrária, então doar alimentos é pra dizer, “olha aqui pessoal, olha aqui sociedade, oh você eu tá recebendo esse alimento, olha Estado brasileiro, a reforma agrária tem condições de ajudar na soberania alimentar desse país, mas do que ... o anterior a soberania alimentar, que é a segurança alimentar, e esse elemento passa por ter um amplo processo nascido de se fazer reforma agrária [...]”¹⁵⁸

Esse cenário, impõe cobranças ao Estado, no que concerne a produção e distribuição de alimentos com qualidade e regularidade, bem como a ampliação do acesso à terra aos trabalhadores(as) que permanecem destituídos do direito às terras griladas/devolutas. Também desafia a continuidade de ações dos movimentos sociais do campo e da cidade e trabalhadores, em especial envolvidos na luta por políticas públicas de aquisição de alimentos, por garantia de emprego e na luta contra o avanço das formas capitalistas de apropriação da terra, como no Pontal do Paranapanema, caracterizada pela espacialização do agrohidronegócio canavieiro. E em tese, desperta outras frações de trabalhadores para a luta pela terra, como diz José,

[...] então... fazer reforma agrária do país é uma necessidade, inclusive pra esse aspecto da soberania alimentar e da solidariedade, nesse aspecto é o elemento central pra chamar atenção pra todos, inclusive pros que recebem essa solidariedade pra eles possam despertar o interesse e engajar nessa luta ou pela terra rural ou pela própria terra urbana¹⁵⁹.

Por isso, compreendemos que no Pontal do Paranapanema, essa dinâmica de relações de luta, de ações de resistência, de solidariedade e sociabilidade, que acontecem cotidianamente e que envolvem, camponeses assentados e trabalhadores da cidade, ou seja, no momento, os

¹⁵⁸ Entrevista realizada no Assentamento São Bento em Mirante do Paranapanema-SP em 03 de maio de 2022.

¹⁵⁹ Entrevista realizada no Assentamento São Bento em Mirante do Paranapanema-SP em 03 de maio de 2022.

sujeitos protagonistas das resistências e lutas anticapital, criam vínculos que os permitem avançar no processo de construção/constituição de identidade de classe e que se expressa como ganhos qualitativos de subjetividade enquanto conscientização de classe. O que também se realiza, contraditoriamente, em meio às contradições da dinâmica territorial do trabalho, que o Estado cria, recria e destrói historicamente sob a égide do capital.

E nessa conjuntura, apreendemos que os camponeses assentados do Pontal do Paranapanema, envoltos nesse emaranhado de relações, experienciando lutas que são cotidianas, que se perenizam, movidas pela esperança, e articulando diversas formas de organização política e resistência permeadas pelo trabalho, se constituem enquanto parte da classe trabalhadora e expressam dimensões de consciência de classe. Pois, para Thompson (2012):

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (p.274).

É por meio do trabalho, das formas e expressões diversas, sejam formais, informais, com ou sem vínculos etc., que se constroem as lutas com as diferentes formas de dominação e controle do capital, da burguesia sobre os homens e as mulheres que trabalham.

Entendemos que é por meio do trabalho e sob distintas relações sociais de produção, que os camponeses assentados no Pontal do Paranapanema, nas diversas dimensões da luta, sejam elas cotidianas e no processo que se cria juntamente com trabalhadores desempregados, ou empregados de forma precária, trabalhadores sem-terras etc., se desafiam rumo a criação de sociabilidades encimadas nas formas subjetivas e objetivas de pertencimento de classe. Assim, é por meio dessas dimensões da luta, construindo resistências, que os camponeses assentados, objetivam transgredir o *impasse de classe*. (THOMAZ JUNIOR, 2009; PIÑEROS, 2018).

7.2 Os camponeses assentados e o *impasse de classe*

As dificuldades que os camponeses assentados têm de se relacionar com outros trabalhadores e se aproximarem, perpassam por questões ideológicas, políticas e práticas, que ao decifrá-las, no âmbito das contradições que os insere na classe trabalhadora, requer que as

situemos no âmbito da sociabilidade do trabalho envolvendo os trabalhadores do campo e da cidade.

Para nós essas dificuldades envolvem o ser camponês diante do *impasse de classe*. Piñeros (2018) compreende

[...] o impasse de classe em seu duplo significado, expressando a dialética indivíduo/sociedade: a) como uma determinação estrutural, expressada como uma situação que obriga, e cuja saída ou resolução é praticamente impossível ou muito difícil, e b) como sinônimo de “dilema” defrontado, e razoado pelo indivíduo. (p. 246)

Os trabalhadores se veem diante de um processo em que a transgressão das condições determinadas pela reprodução sociometabólica do capital, se voltam para o indivíduo em detrimento da organização coletiva. E isso envolve também os camponeses assentados. Ou seja, estes também estão inseridos no processo contraditório em que dissemina, que os problemas causados pela sociedade capitalista, são de ordem individual e não estrutural.

Diante desse processo os camponeses assentados, como outros trabalhadores, impregnados dessa ideologia implantada, tanto pelo Estado, quanto pelos mecanismos de cooptação do sistema metabólico do capital, por vezes agem de forma individual, para tentarem resolverem os seus problemas, e dotados desse “poder”, forjam uma desobrigação da articulação coletiva, que dificulta e cria empecilhos para o fortalecimento dos vínculos entre os sujeitos que trabalham. E esse é o intento do capitalismo para se manter.

E é nesse sentido que não podemos seguir a onda da inversão da causa dos problemas, repassando a responsabilidade para os trabalhadores. Pois as dificuldades e empecilhos para o fortalecimento dos vínculos entre esses, são históricos e provocados pelas contradições do sistema metabólico do capital e pelo Estado, através de suas instituições, quando disseminam e reproduzem a cultura da individualização do sujeito, agem estrategicamente na desmobilização das práticas de sociabilidade, criam mecanismos de negação da memória histórica da classe trabalhadora e impõem a dessubjetivação de classe. (ANTUNES, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2018; 2023).

Por mais que os trabalhadores realizem ações de negação do capitalismo, sejam elas históricas e cotidianas, este sempre encontra brechas para estar presente nas mentes desses sujeitos. Pois, como desenvolveu Martins (1986) existe um *modo capitalista de pensar*, que simplificadamente, se refere ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, que

leva o sistema para as mentes, não só da burguesia, como também dos trabalhadores. E estes, são impactados objetiva e subjetivamente, uma vez que

[...] *o modo capitalista de pensar* é a mediação necessária na produção e reprodução em crise da alienação que subjuga quem não é capitalista, invertendo o sentido do mundo e dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria construir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática. (p. X, destaque nosso)

E essa mediação, cada vez mais se tecnifica/moderniza, se requalifica e se ramifica em inúmeras ações manipulatórias e controlistas, e por isso, antes de sairmos julgando os trabalhadores e/ou dizendo como eles devem agir ou como devem ser e se organizar, temos que entender que também estamos inseridos nesse modo de pensar, mesmo fazendo parte do que se denomina enquanto *intelligentsia*, e comprometidos com a emancipação da classe trabalhadora. Assim, fugindo desses juízos, a nós, no momento, interessa compreender e discutir as dificuldades nas tomadas de decisões, tanto individuais quanto coletivas dos trabalhadores, no âmbito da sociabilidade do trabalho, mas sem desconsiderar as formas de subjugo e as contradições

Os camponeses assentados são incentivados a não buscarem a organização coletiva e o Estado, e sim a reprodução através do trabalho subordinado e/ou fora da terra, para muitos, resgatando a cultura do trabalhar para outrem, como a solução para os seus problemas. Aí está um dos elementos do impasse de classe, em que diante da decisão de buscar trabalho fora, para continuar se reproduzindo na terra, contraditoriamente, o camponês adota a racionalidade capitalista. (THOMAZ JR, 2009; PIÑEROS, 2018). Isso, faz com que alguns camponeses, ainda continuem [...] percebendo suas reivindicações como uma obrigação do Estado na linguagem moral da “ajuda” e “precisão” e não na lógica do direito no sentido moderno [...] (MARQUES, 2000, p. 222).

A lógica, hegemônica, colocada pelas instituições públicas, para com os camponeses assentados, é que eles se insiram no sistema sócio econômico vigente. Ou seja, que se subordinem a produção e reprodução, voltadas para atender ao mercado empresarial, privado, em detrimento do mercado institucional, da precarização das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de permanência na terra.

Não podemos negar, que existem técnicos de ATER, funcionários das instituições, como por exemplo do ITESP, comprometidos com a assistência compatível às reais necessidades dos camponeses. Ou seja, que garante a permanência no lote, incentiva a reivindicação e

participação em políticas públicas, fortalecem o trabalho e as organizações coletivas e contribui com a promoção de boas condições de vida e de trabalho desses sujeitos. Sem falar que esse comprometimento, também garante a permanência desses técnicos no serviço público e a valorização da instituição perante o Estado. No entanto, o que o Estado tem feito é precarizar essa assistência para transferi-la a iniciativa privada.

Depara-se com assistência técnica que valoriza a individualização do trabalho, incentiva a subordinação e a especialização da produção, dependentes de pacotes tecnológicos, moldadas ao controle do processo produtivo, endividamento, determinações dos preços e demais exigências, instituídas por grupos do setor agro-químico-alimentar-financeiro. (THOMAZ JUNIOR, 2021). Portanto, é imprescindível refletirmos os impactos que os camponeses assentados têm vivenciado por conta da contaminação química, disseminada pelas atividades agroindustrial, referenciada, pois no modelo químico-dependente, que inviabiliza a produção de alimentos sanos das famílias camponesas.

Esse cenário tem sido contratempo para que os camponeses assentados, persistam produzindo e se produzindo, nos assentamentos, produto da luta pela terra e, ao mesmo tempo, continuem incentivando outros trabalhadores, muitos que vivenciam o desemprego estrutural e o flagelo da fome, a demoverem suas lutas, contra o latifúndio, a concentração fundiária e a democratização de recursos públicos para a produção de alimentos, junto às reivindicações de jornadas de trabalho e salários dignos, saúde, emprego etc.

No entanto, por mais que tenham dificuldades, empecilhos, em meio ao impasse de classe, os camponeses assentados, resistem e juntos aos movimentos sociais, tem demonstrado que os assentamentos, enquanto frações do território dominado pelo capital, através da luta, podem ser meios de produção de alimentos saudáveis, de geração de renda, de trabalho digno, proporcionando melhores condições de vidas, tanto para os trabalhadores já assentados, quanto para outros trabalhadores desempregados, ou empregados precariamente, sujeitos potenciais à luta pela terra.

Mas essa demonstração, protagonizada pelos camponeses, não é incentivada, tampouco disseminada pelas instituições do Estado. Por isso também é nossa missão, através dos instrumentos que estão a nossa disposição, evidenciar, continuar teorizando, e apreendendo, que, mesmo diante das amarras da dominação e controle hegemônico, os camponeses assentados vêm demonstrando e propondo outras formas de vida para além do capital.

7.3 Os assentamentos enquanto possibilidade de outra forma de vida

Como vimos demonstrando é através da luta pelo acesso e da permanência na terra, nos assentamentos, que os camponeses têm dado continuidade a diversas formas de produção e reprodução da vida. Mesmo enquanto um território em disputa, os assentamentos têm permitido que os sujeitos, por mais que enfrentem dificuldades, diante das condições de sobrevivência, tenham condições de vida e de trabalho, melhores do que em tempos anteriores, nas experiências ocupacionais progressas (rurais e urbanas). Ou seja, tempos que incluem, tanto as condições de vida do trabalho na terra, na condição de posseiros, pequenos arrendatários, sem-terras, e também a vida que muitos levavam nos centros urbanos, enquanto desempregados ou empregados precariamente.

Isso nos leva a questionar, os assentamentos proporcionariam melhores condições de vidas para trabalhadores pobres e desempregados dos centros urbanos? Nos arriscamos a dizer que há muitos pesquisadores, renomados e com longa trajetória de pesquisa no âmbito da questão agrária no Brasil, que responderiam, sim, sem pestanejar¹⁶⁰.

Essa é uma questão um tanto complexa, diante dos enfrentamentos que também são colocados para a continuidade da produção e reprodução nos assentamentos em pleno século XXI. Quando dialogamos com os camponeses assentados sobre suas condições de trabalho e qualidade de vida, nos assentamentos, se são melhores que antes, respondem de prontidão, que sim! Se inspiram nas suas trajetórias de vida, na luta, nas experiências individuais e coletivas e, especialmente, nas condições de sobrevivência que enfrentam os filhos, que foram para as cidades e estão retornando para a terra (lote), na condição de agregados e/ou acampados, como também de parentes.

De posse das respostas oriundas das entrevistas junto aos camponeses assentados¹⁶¹, que revelam a qualidade de vida nos assentamentos, o que é viver na/da terra, produto da luta, e o que é poder viver dela, em condições apropriadas, e ao mesmo tempo, ter condições básicas de sobrevivência, qualificamos esse debate.

Assim, quando perguntávamos aos camponeses assentados, sobre o porquê de ainda permanecerem nos assentamentos, diante das inúmeras dificuldades apresentadas, as respostas

¹⁶⁰ Como por exemplos, Bernardo Mancando Fernandes (2013); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006); José de Souza Martins (2003), Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), entre outros.

¹⁶¹ Dentre as entrevistas por nós realizadas com os sujeitos da pesquisa, 62 trechos estão relacionados com a qualidade de vida nos assentamentos. E todos os trechos, em seu contexto, indicam, que mesmo diante as dificuldades enfrentadas nos assentamentos, estes tem proporcionado melhor qualidade de vida, comparado a cidade. Não há condições de trabalhar com todos os trechos, e por isso, realizando análise criteriosa, separamos aqueles que para nós, ajudam diretamente no diálogo com a questão colocada.

de imediato revelavam, aspectos, primeiramente sobre a calma, a vida tranquila, comparado aos centros urbanos, mas principalmente, fatores como ter o que comer sempre e pela condição de poder criar animais e plantar, de cultivar a terra, para a autossuficiência. Vejamos as falas de Letícia, Dandara, Divina e Cláudio, respectivamente, sobre a questão.

[...] ah porque nós achamos que na cidade é pior que aqui né... você não tem uma renda boa, mas você planta uma abóbora, quiabo... tudo que você planta dá pra gente comer, então nós temos mais fartura, a terra dá né.... mandioca, abóbora, quiabo, feijão, o que a gente planta, dá... e também...cria os gados né... é mais fácil, eu acho que é mais fácil que na cidade, porque na cidade é tudo comprado né, até um ovo que você precisar, é comprado... oh a galinha oh, come a vontade, ovo tem a vontade, comer com fartura... mas tem que criar né, tem que ter as coisas... e é um lugar sossegado... na cidade eu gosto de ir, resolver o que tem que resolver e já voltar... aqui é mais sossegado, eu gosto daqui... tem sossego, tem fartura, eu gosto...[...]¹⁶²

Ai, tudo aqui...[se referindo ao lote] você quer uma mandioca, você come, uma verdura, você come, a galinha, se quiser criar um porco, você come, você tem um gado, você pode comer a carne, e lá [cidade] requer tudo dinheiro, se você não pode né..., tendo saúde nós vamos ficar por aqui...[...]¹⁶³

[...] está difícil, está, mas aqui por exemplo, você vai ter um porco... não vai comprar um ovo, tem frango, para vender... você tem fruta, você pode transformar ela em um doce.... Então, assim, tem saída dentro do lote, vai falar que não tem saídas...dentro do lote, tem saídas... [...]¹⁶⁴

[...] porque hoje, nossa família em casa, nós não compramos mais carne, a gente mata 2, 3 cabeças de gado por ano, nós matamos aí, cerca de 6, 7 porcos por ano ... galinha nem se conta, umas 100 cabeças, tem os ovos caipiras..., então você não depende mais de comprar isso no supermercado, porque isso é metade de uma compra. Essa parte de legumes e folhas também não compramos mais. Nós já estamos produzindo a própria manteiga, estamos fazendo tanto a manteiga crua da nata do leite, como a manteiga frita. Nós também fazemos o próprio queijo¹⁶⁵.

Podemos perceber o quanto é predominante nas entrevistas a questão de poder se alimentar e viver da produção do lote. É interessante notar, também, a relação que os sujeitos estabelecem entre a renda monetária e os recursos disponíveis no lote. Por mais que dispunham de pouca renda, dinheiro, é rentável viver no lote, porque não precisam gastar com diversos

¹⁶² Entrevista realizada com Letícia no Assentamento Porto Maria localizado no município de Rosana-SP em 22 de outubro de 2019.

¹⁶³ Entrevista realizada com Dandara durante trabalho de campo no Assentamento Porto Maria em 22 de outubro de 2019.

¹⁶⁴ Entrevista realizada com Divina durante trabalho de campo no Assentamento Margarida Alves em 28 de novembro de 2019.

¹⁶⁵ Entrevista realizada por videoconferência, em tempos de pandemia da COVID-19, em 14 de julho de 2021.

gêneros alimentícios que fazem parte da alimentação cotidiana, sendo que na cidade, “ tudo requer dinheiro”, como afirma Divina.

De todo modo, é importante notar que aquilo que é cultivado, criado e manejado diretamente para a autossuficiência, não consta, muitas vezes, do que eles entendem enquanto produção. É como se os itens destinados para a venda, correspondam à produção do lote, tem custo e preço, e traz retorno em dinheiro e, o que é comum, destinado para o autoconsumo, tem outra significação de valor, o que se denomina de renda indireta.

Outro elemento que permeia a defesa de viver na e da terra é o fato de poderem consumir alimentos que produziram e acompanharam todo o processo de produção. Ou seja, que os camponeses tem a consciência do processo produtivo, e valoram a qualidade de vida.

[...] não tem preço a sua qualidade de vida, é possível você ter qualidade de vida aqui no assentamento né, se alimentando bem, produzindo com responsabilidade né, eu sei que eu vou na minha horta, eu posso sair de lá mastigando minha alface e comendo meu tomate. ou seja lá o que for, com a certeza de que não tem agrotóxico né, eu estou produzindo com responsabilidade, né, e oferecendo para as pessoas de fora também com responsabilidade né¹⁶⁶.

Esse elemento é importante, porque evidencia um processo que vem ocorrendo, de conscientização do que é produzido, consumido e vendido pelos camponeses assentados, tendo em vista, que o que é comprado, nas gondolas dos supermercados, tem seu processo produtivo progressivamente desconhecido. É fundamental expressar, que na contramão desse processo alienante da produção do que, especificamente, serve em partes para a alimentação, os camponeses assentados tem demonstrando consciência, e tem manejado da mesma forma os alimentos que consomem, quanto os que vendem.

Outra questão apontada pelos camponeses assentados, em comparação a vida na cidade, e o porquê de permanecerem no assentamento é a relação que é possível de ser estabelecida com o trabalho. Essa relação por vezes é expressa intrinsecamente no ato de viver e trabalhar na terra, ou seja, não havendo uma separação desses elementos. O que também revela satisfação com a terra conquistada, e autonomia do processo de trabalho diferenciado das formas estranhadas. Vejamos alguns trechos, nos quais essa questão é enunciada, por João e Lucas.

¹⁶⁶ Entrevista realizada com João durante trabalho de campo no assentamento Rodeio em 24 de setembro de 2019.

Eu acho que é liberdade... você tem a liberdade de você estar ou não no determinado momento ali, de você estar trabalhando na horta, no sol quente ou não, de você... você.. isso é uma opção sua, você não tem patrão para dar satisfação, você sabe que você tem que fazer algo, você pode fazer um horário que te permite você trabalhar mais forçado ou menos né, forçado.. então você tem essa liberdade “opa não deu para fazer hoje, mas eu cheguei no meu limite, amanhã eu volto a fazer” então quando você tem essa liberdade né, você não tem compromisso com alguém que está te cobrando. [...] né, as trocas de experiências acho que é importante.. porque quando você tem um outro sistema de trabalho, seja empregado seja lá de qualquer forma que você está atrelada ao patrão né, ou ao seu superior... então é complicado que você sente obrigado né a cumprir com aquela meta lá que a empresa que o patrão seja lá quem for quer... no lote não, né¹⁶⁷.

[...] é diferente, e é um trabalho que você faz conforme a sua a sua condição... você tá doente, você vai descansar, daqui a pouco você sara, você vai lá e faz, não, hoje está chovendo “hoje, que dia é hoje? quarta? amanhã eu faço o serviço, ou eu faço domingo qualquer hora”, faz, então você tem essa possibilidade de fazer o seu horário né, do jeito que você quer fazer¹⁶⁸.

É manifesto o quanto a autonomia, possível, no processo de trabalho, tem sido importante para os camponeses assentados. O fato de poderem ser donos do seu próprio tempo demonstra a liberdade e a satisfação com o trabalho no lote, terra de trabalho, em comparação ao trabalho comandado por um superior em outras formas. A experiência de camponeses assentados com outras formas de trabalho, de quando viviam na cidade e/ou até mesmo em terras alheias, também é reveladora da satisfação com a forma de viver e trabalhar no lote, mesmo que, conquistado as duras penas, debaixo da lona, por anos.

Celia e Cláudio que tiveram a experiência de trabalharem, respectivamente em uma indústria e usinas do setor elétrico, em grandes cidades, anteriormente a luta pela terra, fazem essa diferenciação.

[...] eu enfrentei com a cara e a coragem e gostei, o ar é outra coisa, até respirar melhor você respira, porque o ar lá em São Paulo deus o livre, aquela fumaça, aquela poluição que tem... você trabalhar numa indústria fechada, que nem a gente trabalha, pra trabalhar numa roça que nem aqui assim, mesmo no sol, eu não troco pela indústria fechada hoje eu não troco não, meu primo fala assim “ah mas você não volta pra cá, não sei o que”.. não, não volto... não volto porque o lugarzinho que eu estou é muito bom...[...] aqui se você... aqui que nem eu falo, eu acordo cedo pra tirar o leite, na hora do sol eu não preciso ficar torrando se eu não quiser, eu posso ficar aqui dentro cuidando da casa aqui dentro, mais tardezinha a gente vai

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ Entrevista realizada com Lucas durante trabalho de campo no assentamento Rodeio em 25 de setembro de 2019.

lá...Agora em São Paulo você vai trabalhar no fechado, pode ser de dia pode ser de noite [...]

[...] nós conseguimos a terra, tá uma maravilha, se eu tivesse lá eu estava sendo escravo de alguma usina né. [...] você faz o que você bem entender na terra, não é mesmo...então é uma coisa boa... às vezes falam “ah, mas o que você vai fazer na terra, não vai enricar não” mas não rapaz, a melhor coisa é você ter aquele conforto, aquela liberdade, aquela tranquilidade, de você não tá preocupado com aquela pessoa [se referindo a um superior] que nem “não cara, amanhã aquele cara vai me infernizar”.

A possibilidade de trabalhar, controlando o seu próprio tempo e o processo de trabalho, ao mesmo tempo, que lhes proporcionam prazer em viver com certa liberdade na terra conquistada, sempre aparecem nos diálogos. Claudinei, enquanto nos contava sobre a sua satisfação de trabalhar no lote, contrapõe o exemplo do trabalho de seu irmão.

Oh, o meu irmão que trabalha em uma usina, que trabalha cortando cana, ele fala “oh tem vezes que eu trabalho aborrecido, um dia um cabra chegou aqui na máquina e falou... que enquanto aquela máquina não produzir por segundo, minuto e hora...” ele falava assim “rapaz, eu estou aqui pra trabalhar meu filho, não sou matemático não” (risos) e já fechou a cara... “eu estou estressado rapaz, eu sei lá rapaz, com esse barulho doido no meu ouvido por conta dessa máquina que produz, meu filho” aí o cara “quero saber quanto essa máquina produz por minuto, segundo e hora” aí ele falou “tem que aguentar né, porque se não eles mandam embora”¹⁶⁹.

Essas experiências possíveis, exemplificadas sobre o viver e trabalhar nos assentamentos, produto da luta pela terra, em contraposição ao trabalho estranhado, que não satisfaz o sujeito e a ele não pertence, nos apontam cenários para a compreensão das relações que articulam a produção e a reprodução da vida, dentro e fora do trabalho. Concordamos que nesse sentido, “[...] o assentamento é visto como território que valoriza a dimensão do trabalho a partir do domínio técnico e produtivo dos camponeses assentados, uma vez que estes se apropriam dos meios de produção para o resgate de sua identidade [...]”. (REIS, 2015, p. 100).

É notório que a relação estabelecida com o trabalho, que satisfaz, não é condição para todos os camponeses assentados, devido ao movimento que se inserem, no âmbito da plasticidade do trabalho, mas dependendo das estratégias estabelecidas de produção e reprodução, o trabalho que atende às satisfações ontológicas é possível. Nos assentamentos do

¹⁶⁹ Entrevista realizada no Assentamento Margarida Alves, município Mirante do Paranapanema-SP em 28 de novembro de 2019.

Pontal do Paranapanema, uma dessas estratégias é o trabalho sintonizado na produção agroecológica, como discutimos em capítulo 6.

Diante do exposto e discutido até o momento, compreendemos que o nosso papel é evidenciar as possibilidades que implicam a vivência dos camponeses nos assentamentos, para contribuirmos com a apreensão de outras formas de vida e de trabalho, vinculados à produção de valores de uso, e até mesmo de bens, para a satisfação de necessidades, o que inclui tempo livre, a materialização de uma vida cheia de sentidos e a emancipação humana. (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Nessa conjuntura, exemplificando a produção e reprodução possível nos assentamentos, produto da luta pela terra, que os movimentos sociais, em especial o MST, tem, sob duras críticas¹⁷⁰, criado novas estratégias, que ampliam a luta, que já não mais se resume a luta pela terra, a fim de demonstrar que através da Reforma Agrária Popular, outras formas de vida e de trabalho são possíveis, e ao mesmo tempo, estimulam os trabalhadores em geral, a se unirem no mesmo campo da luta social e de classe.

7.4 A luta continua e se amplia...

O desafio colocado para os movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, é que a luta continue também para além dos assentamentos e que os camponeses assentados continuem, mesmo com o pedaço de terra conquistado, lutando pela demanda de seus companheiros sem-terras. Estes que cada vez mais, estão se confundindo com trabalhadores desempregados/subempregados etc., e sem perspectivas de vida nas cidades.

Assim a luta dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, sobretudo do MST, tem se ampliado em atender a demanda tanto dos camponeses assentados, o que inclui, significativamente, os mais jovens, quanto a classe trabalhadora em geral. Ou seja, a estratégia é, ao mesmo tempo em que se amplia a luta, unem-se pautas, e assim, relações que vêm se estabelecendo, na qual trabalhadores do campo e da cidade se reconhecem no mesmo campo da luta social e de classe.

Nesse sentido a luta não pode estar desvinculada da realidade, o que justifica as reivindicações diante da falta de políticas públicas efetivas e condições de infraestrutura

¹⁷⁰ Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2020, p. 219) é um dos principais críticos em relação a ampliação de pautas do MST, assim afirma: “[...] e trocou seu histórico lema de luta pela reforma agrária já pelo lema da luta pela reforma socialista no futuro [...]”, “[...] agora, segue-se a luta pela reforma agrária, mas sem um movimento que dê o norte ao processo geral. [...] mas ao mesmo tempo, entende que “[...] uma coisa é certa: a luta pela reforma agrária continua cada dia mais forte [...]” .

precárias, e que dão sinais que justificam a continuidade da luta pela terra, por reforma agrária e por transformação social.

Assim, a luta acompanha e reverbera as formas de produção e reprodução que estão em curso nos assentamentos que almejam e possibilitam outras perspectivas de vida e de trabalho, mesmo no âmbito das contradições imanentes ao sociometabolismo do capital. Contradições, estas, que têm reservado aos camponeses, trabalhadores da cidade e povos do campo, das Águas e da Floresta, e à classe trabalhadora em geral, diferentes formas de degradação sistêmica do trabalho e de precarização da vida.

É nessa conjuntura que o MST tem disseminado que a luta pela Reforma Agrária deve ser uma luta de todos, por isso também tem entendido que a luta deve “[...] unir as forças dos Povos do Campo, das Águas e Florestas e das Trabalhadoras e Trabalhadores da cidade para lutar, resistir e avançar em novas conquistas! [...]” (CADERNO DA AÇÃO PEDAGÓGICA, 2022, p. 60).

A luta pela Reforma Agrária passa por uma atualização, devido mudanças que vêm ocorrendo na sociedade do capital, que assolam tanto os trabalhadores da cidade, quanto do campo, e justamente pelas estratégias de lutas e resistências, protagonizadas pela classe trabalhadora em geral no enfrentamento desse processo. Para o MST, já não basta ter como centralidade a luta pela terra desacompanhada da luta por condições dignas de trabalho, renda, moradia, alimentação saudável e, conseqüentemente, a luta pela transformação social. É necessário incluir, na pauta, ações que implicam a classe trabalhadora em geral e assim, a luta pela Reforma Agrária, passa a ser a luta pela Reforma Agrária Popular.

Por isso o MST também vem reivindicando do Estado a necessidade da desapropriação de terras improdutivas, sobretudo aquelas em áreas próximas dos centros urbanos, para a criação de assentamentos e assentar famílias que estão acampadas e desempregadas nas periferias das cidades, e dessa forma, através do acesso à terra, essas famílias possam ter trabalho, renda e moradia. Como já vem ocorrendo em experiências de assentamentos denominados de comunas urbanas.

No compósito da luta pela Reforma Agrária Popular a pauta da questão ambiental também é presente, pois envolve as diversas formas de produção agroecológica e projetos de reflorestamento, que estão em curso, e que ainda podem ser colocadas em prática nos assentamentos. Nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, além das experiências de produção agroecológica de alimentos, há projetos de reflorestamento, com ampla participação da juventude, em áreas de proteção, que foram degradadas ainda quando eram terras griladas ou latifúndios. Um desses projetos é o Bosque Dom Pedro Casaldáliga, no assentamento Dom

Thomaz Balduino, do Município de Sandovalina. O Bosque está em uma área de proteção e desde 2.020 estudantes da ETEC Profª Nair Luccas Ribeiro, de Teodoro Sampaio e também jovens do Assentamento, junto a militantes do MST, vêm cultivando e manejando o plantio de 400 mudas de árvores nativas com o objetivo de recuperar a floresta e as nascentes do Bosque.

Outra importante iniciativa que vem contribuindo para o fortalecimento desses projetos, é o “Viveiro da Reforma Agrária” construído através de um mutirão, formado por camponeses assentados, estudantes e militantes do MST, em fevereiro de 2021 no assentamento Che Guevara, localizado no Município de Mirante do Paranapanema. No viveiro são cultivadas mudas de árvores nativas de forma agroecológica que são usadas na formação de bosques no Pontal do Paranapanema. A manutenção do viveiro está sob responsabilidade da Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal (ACAP) que é formada por assentados deste assentamento e do município, especialmente, jovens associados.

Esses projetos seguem as diretrizes do “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, lançado em 2.020 pelo MST em todo Brasil e que tem como objetivo plantar 100 milhões de árvores no decorrer de 10 anos em áreas de assentamentos, em espaços de sociabilidade de trabalhadores dentro e fora dos assentamentos¹⁷¹, praças e avenidas das cidades e também fortalecer a produção de alimentos saudáveis e denunciar o modelo destrutivo do capital e seus impactos ao meio ambiente.

Essas iniciativas demonstram a preocupação dos trabalhadores, camponeses assentados, com a preservação do meio ambiente, que vem sendo devastado pelo modelo do agrohidronegócio, alicerçado no referencial químico-dependente e de produção de *commodities*. Modelo de produção que condena os trabalhadores das cidades e do campo, os povos das águas e das florestas e a sociedade em geral, à miséria, à fome, às doenças e pandemias, motivadas pela devastação das florestas e a contaminação química dos alimentos e ambiental (água, ar, solos).

E nesse contexto, o MST, também, através da pauta da luta pela terra e da preservação ambiental, vem se somando à luta dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, os castanheiros, açazeiros, entre outros, quando reivindica para além da criação de assentamentos,

¹⁷¹ No Pontal do Paranapanema há uma iniciativa em curso no município de Álvares Machado - SP, que consiste na recuperação ambiental do recente Espaço de Lazer do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Presidente Prudente e Região – SINTRAPP. O Espaço, anteriormente a ser adquirido pelo SINTRAPP, sofreu processos de degradação ambiental, e um dos objetivos para recuperação é o plantio de mudas de árvores nativas. Por isso a juventude organizada do MST e estudantes dos cursos de Engenharia ambiental e Geografia da FCT/UNESP, vem protagonizando, junto ao SINTRAPP, a recuperação ambiental através do plantio de árvores nativas nas áreas de preservação permanente (APP), e em outros bosques do Espaço. Também foram implantados próximos a essas áreas, poleiros artificiais para abrigar pássaros, principais dispersores de vegetação. No total já foram plantadas 600 mudas de árvores nativas.

a demarcação, regularização e a proteção das terras pertencentes aos povos, que historicamente são protagonistas na preservação da natureza e da biodiversidade.

E nesse contexto de ampliação de pautas, o Movimento entende que as lutas que sustentam a Reforma Agrária Popular, também tem que intensificar as ações em curso, que visam construir novas relações humanas, sociais, de gênero, e o enfrentamento ao machismo e a lgbtfobia. Ações que nos assentamentos, historicamente, são protagonizadas pelas mulheres, através dos coletivos de gênero, e no momento, em especial pela juventude sem-terra que tem reivindicado a terra, trabalho, educação do campo, mas também o direito à diversidade sexual e de gênero e tem se pronunciado contra diversas formas de opressões

No Pontal do Paranapanema, a juventude sem-terra, junto ao MST, tem organizado reuniões e encontros com a participação de jovens organizados em movimentos sociais urbanos e coletivos independentes, como por exemplos, o Levante Popular da Juventude e coletivos de cultura, que compartilham pautas semelhantes no tocante a educação, renda e trabalho, diversidade sexual de gênero e o enfrentamento à burguesia.

Produto dessas reuniões foi o Encontro da Juventude do Campo e da Cidade com o lema “Terra, Direito e Rebeldia: Juventude organizada enfrenta a burguesia”, realizado em 30 de agosto de 2022 no assentamento Rodeio no Município de Presidente Bernardes. Pautas como a reforma do ensino médio, o desemprego, as possibilidades de geração de renda e trabalho nos assentamentos, a subordinação dos jovens às formas de trabalho degradantes, fora do lote, e as práticas de opressão de gênero, ocuparam centralidade nas discussões. Essas ações e articulações, no âmbito do MST, têm contribuído para o reconhecimento de grupos, coletivos de mulheres e jovens que resistem cotidianamente às opressões e ao mesmo tempo lutam pela e na terra.

Isso nos remete às ações político-organizativas nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, que são protagonizadas por mulheres e que por vezes não são reconhecidas, tanto na comunidade, e também por intelectuais, mas que têm conseguido nuclear projetos, serem protagonistas na participação de políticas públicas, gerar renda que contribuem para a permanência das mulheres nos lotes, fortalecer as redes de solidariedade, bem como modificado as relações de dominação-opressão de gênero, nos assentamentos.

Essas questões foram discutidas no “Encontro de Mulheres da Cidade e do Campo” realizado em março de 2022 no assentamento Che Guevara, na Escola Estadual Santa Clara. O Encontro teve como lema, “Terra, Trabalho, Direito de existir: Mulheres em luta não vão sucumbir”. Cerca de 150 mulheres camponesas assentadas e acampadas da região, e organizadas em movimentos sociais e coletivos (Levante Popular da Juventude, Frente Pela

Vida das Mulheres, Coletivos Galpão da Lua) e do SINTRAPP, do município de Presidente Prudente, debateram as pautas que demarcaram interesses específicos, mas especialmente propuseram considerar a diversidade de sujeitos reconhecidos e envolvidos na luta pela terra e na terra.

A partir das ações e experiências em curso, protagonizadas pela diversidade de sujeitos reconhecidos e envolvidos na luta pela terra e na terra, que o MST tem desenvolvido estratégias para fortalecer vínculos com outras categorias de trabalhadores e avançar por mudanças estruturais na sociedade. Pois, estamos aprendendo junto a essa luta, que é histórica, que:

O MST é expressão da resistência dinâmica da classe trabalhadora que, ao caminhar, entre derrotas e vitórias, se reinventa. Na trajetória do Movimento, apreendemos a valorizar formas de resistências diversas daquelas mais clássicas do mundo do trabalho: aprendemos a ver a luta na mão camponesa e sua lida, nas mulheres da roça, no agricultor expropriado de sua roça. Aprendemos a nos nomearmos como parte da classe trabalhadora na sua **existência diversificada**, ainda que não fossem vivíveis os nossos contratos de trabalho, ainda que não laborássemos dentro de fábricas, ainda que nossos patrões (e algozes) estivessem distantes e dissolvidos no conforto do anonimato que o grande capital proporciona ao agronegócio. A nossa existência (já) diversificada, ao abraçar a bandeira LGBT, se torna mais rica, mais ampla, mais universal e deixa um legado importante para o conjunto da classe trabalhadora: a uniformidade é fruto do capital, que precisa nos submeter e apagar nossas diferenças para nos reduzir a mercadorias, mas a nossa classe é teimosamente diversa! A história das nossas lutas que o digam! (Coletivo Nacional LGBT do MST, p. 15-16, grifo dos autores)

Sabemos que os desafios estão postos e povoam polêmicas que caracterizam essas pautas enquanto difusas, no âmbito da classe trabalhadora, no entanto, entendemos que as ações e experiências em curso, protagonizadas pelos camponeses assentados, junto ao MST, buscam a reprodução ampliada da vida em contraposição à reprodução ampliada do capital e contribuem sobremaneira para a apreensão da diversidade de formas de pertencimento de classe, da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as questões colocadas ainda continuam abertas e a partir dos resultados apresentados, novas surgirão. No entanto, a partir do que avançamos e dos resultados e objetivos alcançados, podemos tecer algumas considerações. O que inclui afinar algumas ideias, apontar direcionamentos de pesquisa e também fazer a autocrítica.

Destacamos ao longo do texto que a realidade vem se modificando e junto a esse processo, a classe trabalhadora. Aqui situamos o camponês assentado que constrói suas lutas para se manter na terra, mas também para além, ou seja, contra a reprodução socio metabólica do capital, pois o fato de continuar lutando para a sobrevivência, cumprindo a função social da terra e produzindo bens de valor de uso, necessários à reprodução da classe trabalhadora, os coloca no embate direto contra esse sistema capilarizante, que cada vez mais expropria trabalho não pago e condena trabalhadores à inclusão marginal, ao descarte, à morte, com vistas a produção de bens de troca, mercadorias, na busca incessante e máxima de extração de excedentes, de obtenção de lucro.

No entanto, sabemos que há linhas teóricas que entendem que os camponeses, apenas estão lutando para sobreviver em meio à reprodução do capital. Em outras palavras, os camponeses apenas constroem lutas e mobilizações que cumprem o papel de manter ou melhorar a vida no capitalismo. O que para nós atribui maior valor a forma de enxergar e interpretar a aparência, do que o fenômeno em si. Pois, se o que os camponeses fazem/realizam não é revolucionário, o que vai ser? Aquilo que a ortodoxia marxista disse vir a ser? Sabemos que não é o que vem acontecendo e muito menos, que o determinismo na tradição marxista nos ajudará, por dentro do marxismo, a interpretar e a sistematizar a realidade e contribuir com a revolução e emancipação da humanidade.

Por isso entendemos que enxergar os sujeitos também em meio às contradições é avançar para compreender a realidade, pois, em relação aos camponeses, compreendemos que ao mesmo tempo que lutam pela reprodução ampliada da vida, também se subordinam ao capitalismo em meio a relações contraditórias, quando vendem seus produtos para as mercearias etc., quando se assalariam no agrohidronegócio, quando se envolvem em variadas formas de produção integrada a conglomerados do setor agroalimentar, quando realizam trabalho não pago para outrem, enfim, quando se submetem a uma diversidade de situações de trabalho que cada vez mais os colocam na linha de frente da exploração/subordinação do trabalho, indireta, mas também direta ao capital. Contudo, ao mesmo tempo, continuam resistindo e promovendo ações e mobilizações para fazer avançar e ampliar as lutas e chamar a atenção de outros

trabalhadores, seja aqueles explorados direta e indiretamente, seja aqueles “descartados” do mercado de trabalho, e da sociedade em geral.

Isto porque, os camponeses ao mesmo tempo que se envolvem em formas de trabalho alienado, também lutam em meio aos conflitos de classe e se realizam no trabalho ontológico, demonstrando que a humanidade não se encerra sob a reprodução ampliada do capital. O que nos desafia a enxergar, sistematizar e teorizar outras formas, já em curso, de sentidos, significados e conteúdos materiais e subjetivos de classe, da classe trabalhadora, até então não reconhecidos como revolucionários. Acreditamos que, por mais que haja muito que se fazer, esse foi um dos objetivos atingidos nessa tese.

E é nesse sentido que acreditamos na transformação social, na revolução, enquanto caminho para construirmos uma sociedade emancipada pra além da reprodução ampliada do capital, em favor da reprodução ampliada da vida. Mas não basta dizer isso e sair correndo. É aí que enfatizamos nossa perspectiva enquanto estudante, professor, pesquisador, militante, mas que também compõe a classe trabalhadora. A revolução não é uma máxima, e de que revolução estamos falando?

Essa não é uma questão fácil de ser respondida. A realidade vem demonstrando que as lutas antigas ainda continuam, e novas vem surgindo. As antigas, continuam se apresentando, mas com outras roupagens, estratégias e ações diferenciadas, e as novas, não se apresentam como esperado, o que não as tornam menos importantes para o curso da revolução.

Assim, cabe a nós, mudarmos as lentes para reinterpretarmos as lutas históricas e reconhecemos as lutas que se expressam enquanto novas, também enquanto constituintes para o processo da revolução. Isso implica admitirmos outras categorias de trabalhadores enquanto sujeitos históricos e implicados no mesmo campo da luta social e de classe, diante dos conflitos territoriais e da incorrigibilidade/irreformabilidade/incontrolabilidade do capital. (MÉSZÁROS, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2009; 2017). À vista disso não podemos esquecer que o [...] sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível [...], no entanto, paradoxalmente, também o mais confrontado. (MÉSZÁROS, 2002, p.97).

No âmbito dessa totalidade as lutas, resistências, formas de organização e de sociabilidade e solidariedade de classe, não devem ser resumidas apenas às protagonizadas pelos trabalhadores assalariados clássicos e/ou envolvidos diretamente na transformação da matéria-prima, pois o capital cria alternativas para inserir os trabalhadores, em crescimento vertiginoso, de forma “marginal”, terceirizados, plataformizados etc., para engrossarem o circuito da reprodução ampliada.

E essa ação totalizadora do capital, através de diferentes formas de subordinação, sujeição, expropriação e desterroação, na busca de lucros extraordinários, cada vez mais envolve os povos das florestas, ribeirinhos, os pescadores artesanais, quilombolas, castanheiros, povos indígenas, sujeitos que historicamente enfrentam os tentáculos do capital, quando se mobilizam pela defesa dos costumes, pelo domínio ou reconquista de frações do território. Como também os posseiros, camponeses/assentados, entre outros, que lutam pela busca ou o retorno à terra para trabalhar e que historicamente enfrentam formas de expressão do capital, da burguesia agrária, do capital fictício, (re)caracterizada no âmbito das relações de domínio capitalista, sob aparato estatal.

Esses sujeitos têm muito a nos ensinar porque, historicamente, estão demonstrando através de suas diferentes formas de organização, lutas e resistências que é possível construirmos outros referenciais de vida e de autonomia coletiva, para além da reprodução do capital. E para nós, esses enfrentamentos e demonstrações de outras formas de vida para além do capital, compreende e faz parte do ambiente da luta de classes. O que nos permite afirmarmos que as lutas e resistências em oposição ao capital, não somente incluem às formas de trabalho estranhado, sem falar que essa característica, já não mais se resume ao trabalho propriamente formal/assalariado. (THOMPSON, 1998; THOMAZ JUNIOR, 2017).

E é nessa conjuntura de reconhecimento e apreensão dessa realidade e autocrítica que fizemos o esforço, nessa tese, de enxergarmos e demonstrarmos as formas de lutas e resistências, que os camponeses assentados do Pontal do Paranapanema, protagonizaram e estão protagonizando.

Para tanto, traçamos uma estrutura que demonstra as origens diversificadas desses camponeses assentados, os momentos de lutas que se envolveram e se envolvem, delineando a *experiência* de classe, desses que têm suas vidas atravessadas por tomadas de decisões individuais e também coletivas, estas sobretudo no âmbito da luta organizada pela terra. O que implica, como caracterizamos e demonstramos, a construção de uma diversidade de ações político-organizativas, manifestas nos acampamentos e com contundência nos assentamentos, que estruturam as relações sociais e de trabalho, incluindo princípios de sociabilidade e solidariedade, mas também as formas de produção e reprodução, e que por vezes fogem ao que a teoria reconhece enquanto formas de organização de luta, resistência e de pertencimento de classe.

O que também é elemento compósito da *experiência* de classe desses camponeses assentados, e que primamos é a plasticidade do trabalho, pois, demonstramos que esses sujeitos, no fazer-se da vida, ao mesmo tempo que lutam, resistem e trabalham para a satisfação de suas

necessidades, sejam elas momentâneas ou projetadas/planejadas para o futuro, também, por vezes, experienciam a inserção na diversidade de formas (ocupacionais) de trabalho (produtivo, improdutivo, informal, e tantas outras características que fogem às concepções clássicas), controladas diretamente pelo sistema metabólico do capital.

E como evidenciamos, é por dentro desse movimento contraditório da plasticidade do trabalho que os camponeses assentados, constroem a vida e resistem nos assentamentos: viabilizando a produção de alimentos agroecológicos, com atuações, sejam individuais, sejam coletivas, ambas perenes; reivindicando a melhoria de estruturas básicas (estradas, escolas, postos de atendimento básico de saúde etc.); participando de políticas públicas de comercialização da produção, mesmo que vulneráveis e sujeitas a destruição/restituição de governos, a exemplo do PAA; e organizando feiras e cestas nas cidades próximas aos assentamentos, enquanto alternativas de escoamento da produção, para além do instável mercado institucional – atrelados à burocracias e políticas de governo-, e com vistas a se livrarem dos atravessadores.

E mesmo diante das condições materiais de existência, (subordinação, fragilização, eliminação e precarização de políticas públicas), os camponeses assentados, evidenciam que é nos assentamentos, produto da luta pela terra, que os mesmos, têm conseguido melhorias na qualidade de vida. E essa questão tem atravessado cada vez mais as cercas e chegado, sobretudo para os trabalhadores sem emprego, sem profissão, sem-teto, sem-terras e cada vez mais famintos, sem perspectivas de vida e de trabalho nos centros urbanos. E acreditamos que é uma questão que também vem se aproximando de outros trabalhadores na condição de empregados precários, informais, os empreendedores “empresários de si mesmos”, dentre outros sujeitos, que nos faltam nomenclaturas para nomeá-los, diante das diferentes formas de inserção alienantes e estranhadas no trabalho para o capital,

Essa questão é, sintomática, e se evidenciou com a participação massiva dos camponeses no PAA, quando mesmo que pela via estatal, faziam chegar alimentos a trabalhadores pobres, em situação de fome, assistidos pelas redes de assistência social. E nos momentos em que os camponeses/assentados junto aos movimentos sociais, sintonizados à luta pela terra, e sindicatos parceiros, se mobilizaram e doaram alimentos produzidos com referenciais agroecológico, que carregam uma história de luta pela e na terra, para aqueles trabalhadores, mas também para outros, que em momentos anteriores, não se encontravam nessa situação, todos impactados diretamente pela crise sanitária e humanitária, intensificada pela COVID-19. Ações que se identificam no âmbito da solidariedade de classe, intrínseca à

classe trabalhadora, e que reafirmam a importância e a necessidade da Reforma Agrária Popular.

Com essas ações, e junto aos movimentos sociais, sobretudo o MST, os camponeses assentados vêm fortalecendo os vínculos construídos, historicamente, no âmbito da luta pela e na terra, com os seus companheiros de acampamento e assentamento, mas também as relações já estabelecidas e, as que estão em construção, com outros trabalhadores em geral. Estes que cada vez mais se inserem no processo da degradação sistêmica do trabalho e fazem parte da classe trabalhadora, cada vez mais ampliada e fragmentada (THOMAZ, 2017; 2019).

Esse processo, nos provoca a continuar afirmando, o que vimos defendendo, desde a pesquisa de mestrado, e agora com mais elementos e argumentos, que os camponeses assentados se colocam na linha de frente de uma nova sociabilidade do trabalho. Assim, em meio aos processos de resistências, lutas e conflitos de classe de toda ordem, aproximando e fortalecendo vínculos, entre trabalhadores pobres, que concebem outras qualidades de consciência emancipatória, na luta pela e na terra, e trabalhadores miseráveis, dos centros urbanos, formados de consciência, que já não mais se define, propriamente “proletária”, no mesmo campo da luta social e de classe.

O que nos desafia a continuar evidenciando e apreendendo que há em relevo, um movimento territorial de classe da classe trabalhadora que é a expressão geográfica da plasticidade do trabalho, em meio à reprodução sociometabólica do capital (THOMAZ JUNIOR, 2012, 2017, 2018), que revela contradições da própria estrutura social e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, produz um processo de constituição/formação da consciência de classe, da classe trabalhadora, que avança na constituição de alternativas de reorganização social e política da sociedade, para além da reprodução do capital, na busca incessante pela emancipação e reprodução ampliada da vida.

E nesse sentido, estamos seguros que esta pesquisa abre um horizonte de questões, que para continuarmos avançando, vamos ter que estreitar cada vez mais, os laços com os companheiros de pesquisa da RCP, do CEETAS e ampliar os debates com outras redes e grupos de pesquisa do âmbito da Geografia, bem como, também aprofundar a interlocução com pesquisadores de outras áreas das ciências humanas, com por exemplos da sociologia do trabalho e sociologia rural, sobretudo, aqueles que têm produzido uma leitura das mudanças dos papéis sociais, dos camponeses, dos povos indígenas, dos povos das águas e das florestas, dos trabalhadores empregados/desempregados, entre outros, a partir da realidade da América Latina.

REFERÊNCIAS

- ABUDD, O, R. (Des)**Cumprimento da Legislação sobre Utilização de Agrotóxico pelo Agrohidronegócio Canavieiro e os Impactos para os Sericultores e Produtores de Mel da Comarcas de Pirapozinho e Mirante do Paranapanema (SP)** 2019, 179p. Dissertação– Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ALENTEJANO. P; ROCHA-LEÃO, O. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo. v.1, n.84, p. 51-57, 2006.
- ALMEIDA, R. A. de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.
- ALVES, G. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: ALVES, G. **Trabalho e saúde**. A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011. 33
- _____. O conceito de trabalho - A perspectiva histórico-ontológica. In: ALVES, G. **Trabalho e cinema**, v. 4. Bauru: Canal, 2014.
- ANTONIO, A. P. **Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado**: os exemplos da Alta Sorocabana no período 1960 - 1990. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Geografia) Depto. de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. **Adeus ao trabalho?**.15. ed. São Paulo: Cortez, 2011
- _____. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019
- BARONE. L. A. Assentamentos no Pontal do Paranapanema: conflitos fundiários e impasses nos projetos de desenvolvimento. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA. São Paulo: Uniara [co-editor], 2008, 348p
- BARRETO, M, J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2012. 244p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- _____. **Novas e velhas formas de degradação do trabalho no agrohidronegócio canavieiro nas Regiões administrativas de Presidente prudente e Ribeirão preto (SP)**. 2018. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) –Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

BENTO, F. D. S. **Os viúvos da cana**: migração e trajetórias territoriais do trabalho no agrohidronegócio canavieiro na Região Administrativa de Presidente Prudente (SP). 2019. 380p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. THOMAZ, JR, A. Transição tecnológica no polígono do agrohidronegócio canavieiro e os impactos sobre o trabalho. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universitat de Barcelona, vol. 25, Núm. 3 (2021), p. 137-163

BERTOLINI, V. A; CARNEIRO, F. F. Considerações sobre o Planejamento Espacial e a Organização da Moradia dos Assentamentos de Reforma Agrária no Distrito Federal e Entorno. **Revista Libertas**, Juiz de Fora-MG, edição especial, p. 202-226, 2007.

BOITO JR. A. **Estado, política e classes sociais**: ensaios teóricos e históricos. São Paulo:Unesp, 2007.

BORGES, M. C. De pobres da terra ao Movimento Sem Terra: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. Assis, 2004. 391 p. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho

BRANDÃO, C. R. Participar-pesquisar. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **RURIS**. V.1, n.1, Campinas: Unicamp março/2007, pp. 37-64

BUENO. J.D. **Sobre rosas e espinhos**. Experiências de trabalho com flores na região de Holambra (SP). 2016. 248 p. Tese. Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos-SP

CADERNO DA AÇÃO PEDAGÓGICA. **Viver é Lutar!** Construir Reforma Agrária Popular. Maringá, 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/caderno-da-acao-pedagogica-viver-e-lutar-construir-reforma-agraria-popular/>>. Acesso em: 20 de mai. 2023

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CERTEAU, M, de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **As controvérsias sobre a expansão dos agrocombustíveis no Brasil**: o etanol. Curitiba, 2008. (Inédito).

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COLETIVO NACIONAL LGBT do MST. **LGBT Sem Terra** – Rompendo cercas e tecendo a liberdade. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

COLOGNESE, SA; MELO, JL. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento: **Compêndio - PAA 2018**. Disponível em <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>>. Acesso em 19/03/2020.

COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. **Gramsci e a América Latina**, 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DATALUTA - **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Assentamentos rurais. 2022. Disponível em:<www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 31 jan. 2023.

DEL ROIO, M. T. (Org). **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. São Paulo: Edusp, 2017

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente-SP. V. 10, n. 11, Jul./dez.2007. P. 08-32.

_____. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, São Paulo. V. 7, n. 7, jan./jul.2011. p. 97-112

FARIAS, M. de. F. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta & WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA. São Paulo: Uniara [co-editor], 2008, 348p

FELICIANO, C. A. **Território em Disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. p. 575, Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 218 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1994.

_____. **MST. Formação e Territorialização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224

FERNANDES, F. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

FLORES, Edilson Ferreira; MATSUMOTO, Patricia Sayuri Silvestre; RABELLO, Diógenes. QUILICI, Felipe; CASTRO-FILHO, Evandro Duarte de (Org.) **Atlas CETAS**. Atlas digital do Centro de Estudos de Educação, Trabalho, Ambiente e Saúde. Disponível em <<http://cetas.fct.unesp.br/atlas/>>. Acesso em 20 de mar de 2020

GARCIA, M.F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero**: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. p.192. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP.

GONÇALVES, H, C. **O processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera e seus reflexos na atividade pesqueira e nos modos de vida dos pescadores de Porto XV de Novembro (MS)**. Dissertação (Mestrado). FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1997.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

_____. **A questão meridional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GUBER, R. **El salvaje metropolitano**. Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2005

GUERRA, J. S. **O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Fome Zero: compensação ou emancipação?**. 2010. 185p, Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Pelotas.

IOKOI, M.G.Z. *et al.* (Orgs). **Vozes da Terra**: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Itesp, 2005.

KAYSER, B. O. 1985. Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, jul. 2006.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LACOSTE, Y. **A pesquisa e o trabalho de campo**: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Seleção de Textos, 11. São Paulo: AGB, 1985.

LE MOAL, M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária**, Análise sob as Lentes da Multifuncionalidade da Agricultura. 2013. p. 135, Dissertação – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. São Paulo.

LEAL, S. C. T. **A dinâmica territorial do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Pontal do Paranapanema-SP no contexto dos conflitos**. 2017. 107p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente.

LIMA, N. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto no processo de desenvolvimento socio-produtivo de famílias assentadas**: estudo de caso no assentamento 17 de abril – Restinga –SP. 2011. 67 p. Monografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LIMA, R. de S; PAULA, R. P. de. Subordinação e resistência: as implicações da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema – SP. **Revista NERA**, v. 24, n. 58, p. 146-167, mai.-ago., 2021

LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**: textos escolhidos, vol. II (1914-1919). São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**: estudos de dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Crise da Social-Democracia**. Lisboa: Presença, 1974

_____. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999

MARCO, V. de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**. v.1, n.84, p.105-136, 2006

MARCOS, V. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: Silva, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Anpege/Annablume, 2006, v. 1, p. 203-220.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013

MARQUES, F. Impacto no mercado. **Revista Fapesp**. N. 266, 2018. p. 32-36.

MARQUES, M. I. M. **De sem-terra a “posseiro”**. A luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velha – GO Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. **O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos)**. Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

MARTINS, M. A. S. **Veneno e trabalho na roça: a intensificação da jornada de trabalho e o uso de venenos na produção de pepinos no Assentamento São Paulo (Presidente Epitácio/SP)**. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, dez./2018.

MATTOS, M. B. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019

MARX, K. Introdução à crítica da economia política. In: **Os pensadores**. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos/ Karl Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). Madrid: Siglo XXI, 1987.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Civilização Brasileira, 2016. Livro 1, v.1.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema (SP): uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?**. 2007. 311f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp, Presidente Prudente.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP-UFRGS Editora, 2016

MENEGAT, M. Da imortalidade dos mortais num mundo sombrio. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 2, p. 166-179, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MITIDIERO JR, M. A; BARBOSA, H, J. N; HERICK DE SÁ, T. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **Revista Pegada**. V. 18 n. 3, 2017. p 7-77.

MOREIRA, R. **O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

NASCIMENTO, A. C. **E cadê o campesinato que estava aqui?** a transformação do território do Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão. 2014. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

NETTO J. P. **Democracia e transição socialista**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990

OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural**, 2010. 209 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA. **A Geografia das Lutas no Campo**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto 1993

_____. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária** , v. 33, p. 165-201, 2006.

_____. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p

_____. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, 17 abril, 2008, p.2. (Tendências e Debates).

_____. **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587621326>. Disponível em: www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/581 . Acesso em 20 setembro. 2023.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Paradigma e metodologias da questão agrária: uma análise das ocupações de terras no Brasil com ênfase para o Pontal do Paranapanema-SP**. 2011. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/120342>>.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2012

PIÑEROS LIZARAZO, R. **Mobilidade territorial do trabalho de jovens rurais em territórios do agrohidronegócio de cultivos flexíveis. Palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia) e cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil)**. 2018. 391p. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas do contexto do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)**” Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente (SP), 2018, 115p

RABELLO, D; Silva, L.S. NEGRÃO, G. C. P. Estratégias de reprodução do campesinato na região do Pontal do Paranapanema (SP): o caso da comercialização das cestas agroecológicas e solidárias “raízes do pontal”. **Revista Pegada**, V. 20 n.º.1, 2019

REIS, A. T. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo**: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2015. 167p. Tese (Doutorado) –Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês, trabalho, educação**: liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010

RIBEIRO, R. J. Não há inimigo pior do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo**, v. 11. n.º 01, 1999.

ROOS, D.; PAULINO, E. T.; SOARES, G.; MONTENEGRO, J. R. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2020. DOI: 10.48075/geoq.v13i3.25971. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/25971>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SCOTT, J.C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n.º 01, jan/jun. 2002.

SCOTT, J. W. “Experiência”. In: SILVA, Alcione Leite da.; LAGO, Mara Coelho de Souza.; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Org.). **Falas de Gênero**: Teorias, Análises, Leituras. Florianópolis, Editora Mulheres, 1999, p. 21-55

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Edunesp, 1999.

_____. **A luta pela terra**. Experiência e memória. 1. ed. São Paulo: Edunesp, 2004. v. 1. 135p

SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: história e atualidade. **Geografia em Questão**, Marechal Candido Rondon, v. 5. n.º 01, 2012.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **RBCS** (Revista Brasileira de Ciências Sociais), São Paulo, V. 18 n.º 51, 2003. p 15-21

SOUZA, E. A. **Reordenamento sócio-econômico e cultural das famílias atingidas pela UHE Eng. Sérgio motta**: reassentamentos Pedra Bonita e Santa Emília/Santana Brasilândia-MS. 2005. 166 p. Dissertação - - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SUERTEGARAY, D. M. A Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Ano 4. n.º 7. Niterói/RJ, 2002

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História 6)

THOMAZ JUNIOR. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Revista Pegada**, v. 7, n. 2, nov. 2006. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. “Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil” (2006). In: **Geografia e Trabalho no século XXI**, V. 2., p.135-170. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006.

_____. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio - Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, out. 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. A classe trabalhadora no Brasil e os Limites da Teoria – Qual o lugar do campesinato e do Proletariado? In: Fernandes, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Gestão e Ordenamento Territorial da Relação Capital-Trabalho na Agroindústria Canavieira, no Brasil. Uberlândia, **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. V.7, n.11, 2011a.

_____. Disputas Territoriais e Grilagem no Pontal do Paranapanema (SP) (Histórico de Lutas, Marco de Violência e Futuro Incerto!). **Relatório Direitos Humanos no Brasil**. 12ª Edição. São Paulo, 2011b.

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011c. p. 307-329.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: ‘os limites da leitura geográfica’. **Pegada**, Presidente Prudente, vol. 12, n. 1, p. 104-122, jun. 2011d.

_____. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe). **Pegada**, Presidente Prudente, V.13, N°2, 2012a. p. 4-19.

_____, A.; LEAL, A. C.; GUIMARÃES, R. B.; LUCHIARI, A. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP). **Scripta Nova- REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES** - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012b. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 [Nueva serie de Geo Crítica. ISSN: 1138-9788. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418.htm>

_____. **Movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora, desterração e os sujeitos transcendentais/da resistência no Século XXI**. Tese (Professor Titular) – UNESP, Presidente Prudente, 2017

_____. Movimento Territorial do Trabalho e Desterração do Sujeito/Classe. In: **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2018. p.32-54

_____. Os novos territórios da degradação sistêmica do trabalho. (Em tempos de desproteção e inclusão marginal institucionalizada). São Paulo, **Terra Livre**, Ano 34, V.1, N.52, pp.197-240, jan.-jun./2019a.

_____. O CEGeT e a Geografia do Trabalho. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 2, n. 41, p. 30–44, 2019b. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6387>. Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. **Geografia do Trabalho em Construção em Tempos de Desproteção Total: desafios teóricos e práticos da pesquisa**. 2021. (*no prelo*)

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

THOMPSON, E. P. XV - “O Termo Ausente: Experiência”. In: **A Miséria da Teoria** – ou um planetário de erros. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 180-201

_____. Algumas observações sobre classe e consciência de classe. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, pp.269-281, 2001.

_____. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, pp.150- 202, 2002

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, vol. I p. 10

_____. E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, P. Entrevista. In: _____. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 254-278

TIRIBA, L. De olho nos sujeitos trabalhadores-trabalhadores e suas experiências de classe: contribuições ao campo trabalho e educação. **Trabalho Necessário**, Niterói, V. 13. Nº 20, 2015, p. 119-146.

_____. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. **Outra Economia**, v. 11. n. 20. 2018, p. 74-87.

VENDRAMINI, C. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. Educação **Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 123-129, maio/ago. 2006.

WELCH, C. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MAPA CONCEITUAL DA TESE

ANEXO

Anexo I

